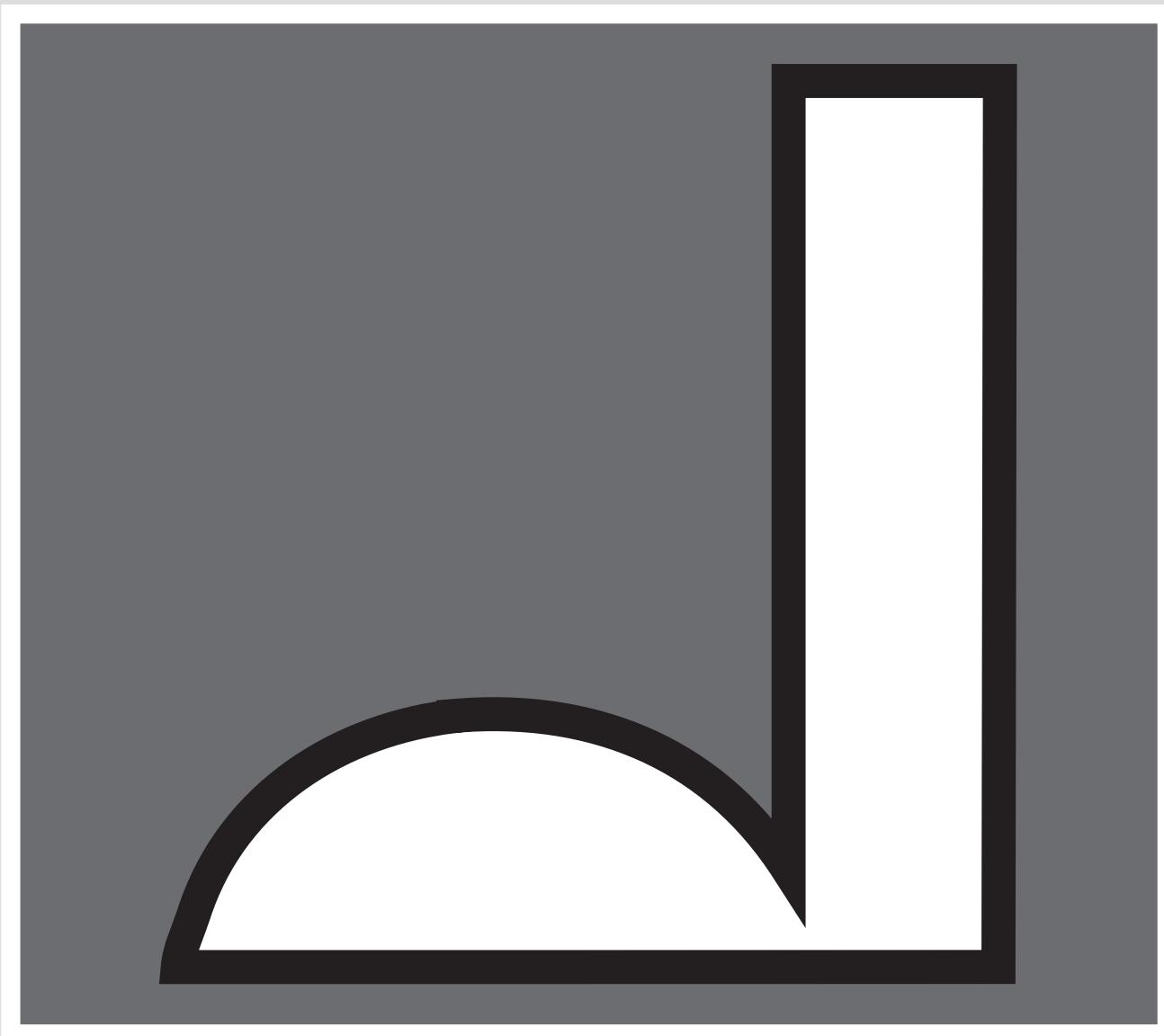




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVI - N° 062 - QUARTA-FEIRA, 27 DE ABRIL DE 2011 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP)	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
1ª VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP)	4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Wilson Santiago - (PMDB-PB)	SUPLENTES DE SECRETÁRIO 1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP) 2º - João Durval - (PDT-BA) 3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE) 4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)
1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB)	
2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO)	

LIDERANÇA

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 30	Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 27	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15
Líder Humberto Costa - PT Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros	Líder Mário Couto - PSDB (9)
..... Líder do PT - 15 Humberto Costa	Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Gilvam Borges (10) Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias
Vice-Líderes do PT Gleisi Hoffmann João Pedro Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias	Líder do PP - 5 Francisco Dornelles	Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (8) Paulo Bauer (7) Flexa Ribeiro (6)
Líder do PR - 5 Magno Malta	Vice-Líder do PP Ana Amelia	Líder do DEM - 5 Demóstenes Torres (3,4)
Líder do PDT - 4 Acir Gurgacz	Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim	Vice-Líder do DEM Jayme Campos (5)
Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque	Líder do PMN - 1 Sérgio Petecão	PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB
Líder do PSB - 3 Antonio Carlos Valadares	Líder do PV - 1 Paulo Davim	Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti
Vice-Líder do PSB Lídice da Mata		
Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda		
Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella		
PSOL - 2 Líder Marinor Brito - PSOL	PPS - 1 Líder Itamar Franco - PPS	Governo Líder Romero Jucá - PMDB
		Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira João Pedro Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo

Notas:

- Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
- Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
- Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
- Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
- Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
- Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSBD/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.

Expediente	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Patrícia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 57ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 26 DE ABRIL DE 2011

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação da Presidência

Destinação do tempo aos oradores do Período do Expediente da presente sessão para comemorar os cinco anos do projeto *Professores de Educação Física sem Fronteiras* e a atuação da Delegacia da Federação Internacional de Educação Física (FIEP) no Brasil, nos termos do Requerimento nº 376, de 2011, do Senador Alvaro Dias e outros Srs. Senadores.

12320

1.2.2 – Fala da Presidência (Senadora Marta Suplicy)

1.2.3 – Oradores

Senador Alvaro Dias 12320

Senador Vital do Rêgo 12323

Senadora Marisa Serrano 12324

Senador Paulo Paim 12326

Sr. Almir Adolfo Gruhn (Presidente da Federação Internacional de Educação Física – FIEP) 12327

Sr. João Batista Andreotti Gomes Tojat (Primeiro Vice-Presidente do Conselho Federal de Educação Física) 12327

1.2.4 – Suspensão da sessão às 15 horas e 7 minutos e reabertura às 15 horas e 18 minutos

1.2.5 – Leitura de requerimentos

Nº 436, de 2011, de autoria do Senador Paulo Paim e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de Sessão Especial, no dia 30 de maio próximo, para homenagear os 102 anos do Ensino Técnico Profissionalizante.....

12329

Nº 437, de 2011, de autoria do Senador Delcídio do Amaral, solicitando a oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 489, de 2008.....

12330

Nº 438, de 2011, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar no exterior, no período de 3 a 6 de maio próximo.

12330

Nº 439, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria financeira e operacional em

unidades orçamentárias do Ministério das Cidades e outros Ministérios.....	12330
Nº 440, de 2011, de autoria do Senador Demóstenes Torres, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 316 e 341, de 2004; 390, de 2005; 265 e 684, de 2007; e 17, 84, 184, 209, 236 e 249, de 2008; todos complementares.	12330
Nº 441, de 2011, de autoria do Senador João Pedro, solicitando voto de aplausos e congratulações pelos 38 anos de fundação da EMBRAPA.	12331
Nº 442, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de Sessão Especial do Senado, no dia 8 de agosto próximo, destinada a homenagear 2011-Ano Mundial da Medicina Veterinária.....	12331
Nº 443, de 2011, de autoria do Senador Jarbas Vasconcelos, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Deputado Federal José Mendonça.....	12332
1.2.6 – Leitura de projetos	
Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2011, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que altera a <i>Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a contribuição previdenciária de empregados e empregadores domésticos.</i>	12332
Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2011, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da <i>Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995, para determinar que ao saldo não desembolsado do BNDES seja dado o mesmo tratamento dos saldos dos recursos dos Fundos Constitucionais.</i>	12335
Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2011, de autoria da Senadora Lídice da Mata, que altera o art. 65 da <i>Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para assegurar ao empregado doméstico o benefício do salário-família.</i>	12336
1.2.7 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados	
Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2011 (nº 5.238/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que cria Cargos em Comissão e Funções Comissionadas no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP) e dá outras providências.....	12339

Projeto de Decreto Legislativo nº 122, de 2011 (nº 2.548/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Libéria, celebrado em Monróvia, em 29 de maio de 2009.	12347	por interferir na conclusão de obra da comunidade da Vila de Cuiarana.	12372
Projeto de Decreto Legislativo nº 123, de 2011 (nº 2.833/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Emenda ao Anexo II do Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Cooperativista da Guiana, assinada em Georgetown, em 29 de junho de 2009.	12354	1.2.11 – Comunicação da Presidência Convocação de sessão solene conjunta do Congresso Nacional, a realizar-se no dia 9 de junho próximo, às dez horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada a comemorar o 146º aniversário da Batalha Naval do Riachuelo – Data Magna da Marinha.	12373
1.2.8 – Comunicações da Presidência Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 122 e 123, de 2011, lidos anteriormente, perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tendo a referida Comissão o prazo de quinze dias úteis, prorrogável por igual período, para opinar sobre as proposições.	12358	1.2.12 – Discursos do Expediente (continuação) SENADORA MARTA SUPICY – Preocupação com o aumento das agressões homofóbicas no País.	12374
Término de prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 397, de 2008.	12358	1.2.13 – Eleição de membros do Senado Federal para comporem na qualidade de titulares e suplentes, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, de acordo com a Resolução nº 20, de 1993 1.2.14 – Eleição do Corregedor Parlamentar, de acordo com a Resolução nº 17, de 1993	
1.2.9 – Comunicação Da Liderança do Democratas no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Ofício nº 38/2011, de 26 do corrente). Designação do Senador José Agripino para compor a referida Comissão.	12358	1.3 – ORDEM DO DIA 1.3.1 – Item 1 Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2011, que altera a Lei nº 9.440, de 14 de março de 1997, que estabelece incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e da indústria automotiva, a Lei nº 9.826, de 23 de agosto de 1999, e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001 (proveniente da Medida Provisória nº 512, de 2010). Discussão adiada para a sessão deliberativa de amanhã, segundo acordo de lideranças.	12376
1.2.10 – Discursos do Expediente SENADOR PAULO PAIM – Registro da realização de audiência pública, hoje, no âmbito da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, para discutir o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (Pronatec); e outros assuntos.	12358	1.3.2 – Item 4 Requerimento nº 298, de 2011, de autoria do Senador Wellington Dias, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2009, com o Projeto de Lei do Senado nº 94, de 2011, por regularem a mesma matéria (institui o dia 13 de março, dia da Batalha do Jenipapo, no calendário das efemérides nacionais). Aprovado.	12376
SENADOR PAULO DAVIM, como Líder – Necessidade de destinação dos recursos dos tributos que incidem sobre o cigarro para o Sistema de Único de Saúde; e outros assuntos.	12365	1.3.3 – Item 5 Requerimento nº 385, de 2011, do Senador Armando Monteiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 495, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (limites máximos de sódio nos produtos alimentícios). Discussão adiada , tendo usado da palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.	12376
SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Preocupação com a volta do crescimento da inflação e o impacto sobre os preços e salários.	12366	1.3.4 – Item 6 Requerimento nº 414, de 2011, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 100, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (isenta instituições da arrecadação de direitos autorais). Aprovado.	12376
SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Cumprimentos à Diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) pela edição de portaria que revoga ato anterior que fechava todos os seus escritórios.	12368		
SENADOR ROBERTO REQUIÃO – Explicações sobre episódio envolvendo S. Exª e um repórter da Rádio Bandeirantes.	12369		
SENADOR MÁRIO COUTO, como Líder – Críticas ao prefeito do município de Salinópolis/PA,			12377

1.3.5 – Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Mensagem nº 3, de 2011 (nº 793/2010, na origem), de iniciativa da Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. *Raymundo Santos Rocha Magno*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Romênia.....

12377

1.3.6 – Pronunciamento

SENADOR *MARCELO CRIVELLA*, como Líder – Preocupação com as chuvas que assolararam o Rio de Janeiro e sugestão para a adoção de um sistema para aproveitamento das águas das chuvas.....

12378

1.3.7 – ORDEM DO DIA (continuação)

1.3.8 – Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Mensagem nº 3, de 2011 (nº 793/2010, na origem), de iniciativa da Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. *Raymundo Santos Rocha Magno*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Romênia. **Aprovada**, nos termos do **Parecer nº 136, de 2011-CRE**. (votação nominal)

12381

1.3.9 – Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Mensagem nº 30, de 2011 (nº 711/2010, na origem), de iniciativa da Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. *José Maurício de Figueiredo Bustani*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Francesa, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Principado de Mônaco. **Aprovada**, nos termos do **Parecer nº 137, de 2011-CRE**. (votação nominal)

12381

1.3.10 – Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Mensagem nº 34, de 2011 (nº 715/2010, na origem), de iniciativa da Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado Federal o nome da Srª *Eliana da Costa e Silva Puglia*, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Guiné Equatorial. **Aprovada**, nos termos do **Parecer nº 138, de 2011-CRE**. (votação nominal).....

12383

1.3.11 – Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Mensagem nº 35, de 2011 (nº 716/2010, na origem), de iniciativa da Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado Federal o nome da Srª *Ana Maria Pinto Morales*, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Zâmbia. **Aprovada**, nos termos do **Parecer nº 139, de 2011-CRE**. (votação nominal)

12385

1.3.12 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.

1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

1.4.1 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 410, de 2011, de autoria do Senador *Marcelo Crivella* e outros Srs. Senadores, lido em sessão anterior. **Aprovado**.....

12387

1.4.2 – Discursos

SENADOR *EDUARDO SUPILCY* – Considerações sobre o leilão, a ser realizado amanhã, de parte dos bens da Srª *Jorgina de Freitas*, seqüestrados em favor do INSS.

12389

SENADORA *ANA AMELIA* – Manifestação de indignação sobre informação divulgada pela Organização não governamental Transparência Brasil contra o Parlamento.....

12390

SENADOR *ITAMAR FRANCO* – Denúncia da não publicação das Exposições de Motivos referentes às Medidas Provisórias nºs 530 e 531, de 2011.....

12395

SENADOR *WELLINGTON DIAS* – Apresentação de condolências à família do pastor José Martins.....

12396

1.4.3 – Leitura de requerimento

Nº 444, de 2011, de autoria do Senador Wellington Dias, solicitando voto de condolências à família do pastor José Martins.....

12397

1.4.4 – Discursos (continuação)

SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI*, como Líder – Considerações sobre matéria publicada, hoje, no jornal Folha de Boa Vista, intitulada “Sem verba, PF suspende operação em Jundiá”.

12397

SENADOR *JOÃO PEDRO* – Importância da definição do Código Florestal brasileiro, em discussão no Congresso Nacional.....

12401

SENADOR *JOSÉ PIMENTEL* – Homenagem pelo transcurso, hoje, dos 38 anos de existência da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); e outro assunto.....

12402

SENADOR *INÁCIO ARRUDA*, como Líder – Homenagem ao intelectual e historiador marxista General Nelson Werneck Sodré, pelo transcurso, amanhã, de seu centenário; e outro assunto.....

12407

SENADOR *WALTER PINHEIRO* – Considerações acerca do esforço empreendido pela equipe econômica quanto à condução da macroeconomia....

12413

SENADOR *ACIR GURGACZ*, como Líder – Registro dos 38 anos de fundação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), com destaque à importância da empresa para o desenvolvimento da agricultura no estado de Rondônia; e outros assuntos.....

12418

SENADORA *LÍDICE DA MATA* – Registro do transcurso, ontem, do aniversário de 32 anos de fundação do bloco Afro Olodum; e outros assuntos.....

12420

SENADOR *SÉRGIO PETECÃO*, como Líder – Expectativa de investimento estrangeiro da empresa Foxconn no Estado do Acre; e outro assunto.....

12423

SENADOR *JOÃO VICENTE CLAUDINO* – Comentários sobre investimento da empresa taiwanesa

Foxconn no País, com críticas ao corte de R\$1,7 bilhão do orçamento do Ministério de Ciência e Tecnologia; e outros assuntos.

1.4.5 – Leitura de requerimento

Nº 445, de 2011, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de congratulações e aplauso a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).....

1.4.6 – Leitura de proposta de emenda à Constituição

Nº 28, de 2011, tendo como primeira signatária a Senadora Vanessa Grazziotin, que acrescenta o § 3º ao art. 45 da Constituição Federal e revoga o § 2º do art. 4º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para assegurar correção periódica da representação dos Estados e do Distrito Federal na Câmara dos Deputados.....

1.4.7 – Pareceres

Nºs 140 e 141, de 2011, das Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Assuntos Econômicos, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2009.....

Nºs 142 a 144, de 2011, das Comissões de Educação, Cultura e Esporte; de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Econômicos, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2005.....

Nºs 145 e 146, de 2011, das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e de Assuntos Econômicos, respectivamente, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 149, de 2010.....

1.4.8 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nº 337, de 2009; e 294, de 2005; cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário. (Ofícios nºs 75 e 76/2011, do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos)

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei da Câmara nº 149, de 2010, cujos pareceres foram lidos anteriormente, seja apreciado pelo Plenário. (Ofício nº 77/2011, do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos)

1.4.9 – Disccurso encaminhado à publicação

SENADOR ROMERO JUCÁ – Registro da publicação do perfil institucional do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil, parabenizando a Diretoria da entidade e seus filiados por sua contribuição cotidiana ao País.....

1.4.10 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 27, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada.....

12425

1.5 – ENCERRAMENTO 2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 26.4.2011.

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

4 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

6 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

7 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 99.883, de 1999)

12429

12430

12437

12451

12479

12497

12497

12498

Ata da 57^a Sessão, Deliberativa Ordinária em 26 de abril de 2011

1^a Sessão Legislativa Ordinária da 54^a Legislatura

Presidência do Sr. José Sarney, da Sra. Marta Suplicy, dos Srs. Cícero Lucena, João Ribeiro, Alvaro Dias, Paulo Davim, Paulo Paim, Mozarildo Cavalcanti e Acir Gurgacz

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 7 minutos e encerra-se às 21 horas e 24 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

57^a SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, ÀS 14 HORAS

Período : 26/4/2011 07:41:45 até 26/4/2011 21:29:02

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X	
PSDB	MG	AECIO NEVES	X	X
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X
PP	RS	ANA AMÉLIA	X	X
PT	ES	ANA RITA	X	
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X	X
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X	X
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X	X
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X	X
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X	X
PSDB	PB	CICERO LUCENA	X	X
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X	X
PR	MG	CLEÓSIO ANDRADE	X	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
PSDB	GO	CYRIO MIRANDA	X	X
PT	MS	DELÍCIO AMARAL	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X	X
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	X
PTB	MA	EPITACIO CAFETEIRA	X	X
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X	X
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	X
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	X	
PTB	DF	GIM ARGELO	X	X
PT	PR	GLEISI HOFFMANN	X	X
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X	X
PCdoB	CE	INACIO ARRUDA	X	X
PPS	MG	ITAMAR FRANCO	X	X
PP	RO	IVO CASSOL	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	X
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	X
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X	X
PT	AM	JOÃO PEDRO	X	X
PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDIO	X	X
PT	AC	JORGE VIANA	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPIÑO	X	
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	X
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X	X
PT	RJ	LINDBERGH FARIA	X	X
PMDB	MA	LOBAO FILHO	X	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X	X
PR	ES	MAGNO MALTA	X	X
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	X
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PSDB	PA	MÁRCIO COUTO	X	
PSDB	MS	MARISA SERPANO	X	X
PT	SP	MARTA SUPLICY	X	X
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PSDB	SC	PAULO BAUER	X	X
PV	RN	PAULO DAVIM	X	X
PT	RS	PAULO PAIM	X	X
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X	X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X	X

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X	
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X	X
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	X
PMN	AC	SÉRGIO PETECÃO	X	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X	
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X	
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X	X
PMDB	MS	WALDEMAR MOKA	X	X
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X	X
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X	X
PMDB	PB	WILSON SANTIAGO	X	

Compareceram: 74 Senadores

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O tempo dos oradores do Período do Expediente da presente sessão será destinado a comemorar os cinco anos do Projeto Professores de Educação Física sem Fronteiras e a atuação da Delegacia da Federação Internacional de Educação Física – Fiep, no Brasil, nos termos do **Requerimento nº 376, de 2011**, do Senador Alvaro Dias e outros Senadores.

Componho a Mesa, convidando o Senador Alvaro Dias, requerente da dita homenagem, para estar aqui conosco.

Inscrovo a Senadora Vanessa Grazziotin para uma comunicação inadiável, após a homenagem aos professores de Educação Física.

Prezados Senadores, prezadas Senadoras, quero hoje falar da minha alegria de estar aqui junto de vocês compartilhando este momento de homenagem aos Professores de Educação Física sem Fronteiras.

É uma lacuna que a sociedade civil soube preencher. Temos problemas sérios no Brasil e temos tentado fazer frente a todos eles. Mas essa questão do exercício, a questão da atividade física e, agora, o problema das sociedades mais ricas, que é a questão da obesidade – e nós nem somos tão ricos, mas estamos tendo que enfrentá-lo –, podemos enfrentar de várias formas. E uma delas e a que me parece extremamente interessante é a atividade dos Professores de Educação Física sem Fronteiras.

O Projeto Professores de Educação Física sem Fronteiras é levado a cabo pela Delegacia Brasileira da Federação Internacional de Educação Física. Convém lembrar que a Fiep foi fundada em 2 de julho de 1923, em Bruxelas, capital da Bélgica, e é reconhecida pela Organização das Nações Unidas e pelo Comitê Olímpico Internacional.

Em 2007, foi realizada a primeira viagem oficial da Fiep por países da América Central – Guatemala, Honduras, Nicarágua, El Salvador, Costa Rica e Panamá. Os professores eram argentinos e brasileiros, sob a coordenação de Jorge Diaz Otanez e Almir Adolfo Gruhn.

Nos anos seguintes, outras missões se seguiram, permitindo que profissionais de educação física visitassem também diversos Estados brasileiros. Em 2008, por exemplo, foi feita visita à Região Norte. Em 2009 e 2010, foi a vez de Estados da Região Nordeste receberem os profissionais ligados à Fiep.

Neste 2011, é a Região Centro-Oeste que está sendo agraciada com a visita dos profissionais de educação física.

Além disso, já estão programadas as próximas visitas até o ano de 2016. Até lá serão visitadas as demais regiões brasileiras, bem como outros países da América do Sul.

Tais visitas são importantes, em primeiro lugar, para ressaltar a importância da atividade física para o ser humano. Inegavelmente, a qualidade de vida melhora substancialmente quando praticamos atividades físicas de maneira adequada, sob a supervisão de um profissional qualificado. Isso é verdade para todas as idades, desde os mais pequenos até os mais velhos.

Atividade física é fundamental, juntamente com a alimentação saudável. No entanto, é sempre preciso enfatizar que tudo tem a sua maneira correta de ser feita. E é exatamente esse o papel fundamental dos educadores físicos sem fronteiras: permitir que experiências sejam levadas a várias partes do Brasil, para que os profissionais da área possam conhecer o que existe de mais moderno nos centros mais desenvolvidos do mundo.

Além disso, é preciso incentivar o valor da atividade física para todas as pessoas, o que também pode ser realizado de um jeito lúdico, com interação entre os profissionais e as pessoas.

Então, quero agradecer aqui a presença dos profissionais da Fiep, na pessoa do seu Presidente Almir Adolfo Gruhn, pelo trabalho pioneiro em nosso País que vocês todos têm realizado, e prestar essa devida homenagem a todos aqui presentes.

Passo a Presidência ao requerente...

Vou ouvi-lo e, em seguida, passo à Presidência da Mesa para o requerente da dita homenagem.

Antes, Senador, eu gostaria de convidar para compor a Mesa o Presidente da Federação Internacional de Educação Física, o Sr. Almir Gruhn, e o 1º Vice-Presidente do Conselho Federal de Educação Física, o Sr. João Batista Andreotti Gomes Tojat. Por favor, os dois podem sentar aqui.

Com a palavra, o Senador Alvaro Dias, que é o requerente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sra Presidente, Senadora Marta Suplicy, Srs. Senadores, Sras Senadoras, convidados, professores de educação física, professor Gruhn, professor João Batista, que representam, estando à Mesa, todos os profissionais de educação física do País, a decisão de homenagear os cinco anos da existência do projeto Professores de Educação Física sem Fronteiras, concebido pela Delegacia da Federação Internacional de Educação Física.

ca no Brasil, sediada na cidade de Foz do Iguaçu, foi motivada pela importância do trabalho desempenhado pelos profissionais de educação física no Brasil.

Esta homenagem é extensiva a todos os professores de educação física deste País. O reconhecimento é absolutamente imprescindível. O mundo reconhece a valorosa missão do professor de educação física no âmbito da sociedade organizada.

No plano interno, as campanhas de entidades do setor como os Conselhos Federal e Regionais de Educação Física disseminam as ações promovidas.

Conforme destaquei na justificativa da presente homenagem, a demanda crescente da sociedade por um atendimento especializado nesse campo levou a Delegacia Brasileira da Federação Internacional de Educação Física a elaborar o projeto Professores de Educação Física sem Fronteiras. Essa iniciativa, além de reforçar a relevância da profissão, promove o intercâmbio técnico e sociocultural entre profissionais de educação física e estudantes de várias regiões do Brasil e de outros países. Essa ação pretende, inclusive, levar às instituições de ensino superior, na área de educação física, uma percepção ampliada da atuação profissional dessa categoria, incentivando-as a promover a formação técnica no mais elevado nível de qualidade.

A Federação Internacional de Educação Física no Brasil é responsável por iniciativas que precisam ser valorizadas e divulgadas. Essa é, também, uma forma de reconhecer e valorizar a grandiosa contribuição dos profissionais de educação física à população de todo o nosso País.

É mister destacar que, nos idos de 1900, durante o Congresso Internacional de Educação Física de Paris, surgiu a ideia de reproduzir, em âmbito internacional, uma organização naqueles moldes. A iniciativa foi deflagrada a partir da constituição de uma comissão internacional permanente de educação física, integrada por grandes personalidades da época.

Após o término da Primeira Grande Guerra, o movimento de internacionalização da educação física ressurgiu revigorado durante o Congresso Internacional de Bruxelas, o marco de criação da Fiep foi lançada na Bélgica, como já destacou a Senadora Marta Suplicy.

No tocante aos antecedentes históricos nacionais, merece registro a realização, em janeiro de 2000, na cidade de Foz do Iguaçu, do Congresso Mundial de Educação Física, FIEP 2000, ocasião na qual foi eleito como presidente mundial o brasileiro professor Manoel José Gomes Tubino. Durante o evento, foi lançado o Manifesto Mundial de Educação Física – FIEP 2000,

ampliando consideravelmente o conceito de educação física, numa perspectiva de direito de todos.

Eu faço questão de destacar a figura do saudoso professor Manoel José Gomes Tubino. Eu o conheci em razão de exercer a função de Governador do Paraná, quando ele se destacava como uma liderança nacional do setor de educação física. Foi exatamente pelo estímulo do professor Manoel Tubino que pudemos desenvolver, no nosso Estado, diversos programas voltados à saúde da população. Criamos, por exemplo, a Secretaria de Esportes, um fato histórico no Estado, já que ela até então jamais havia existido.

E os profissionais de educação física foram valorizados com a criação dessa Secretaria. O departamento técnico era preenchido única e exclusivamente por profissionais de educação física, inclusive o seu diretor. Destaco nomes como o de Paulo Roberto de Oliveira e João Bosco, que tiveram desempenho e performance que nos permitiram realizar programas de destaque no Estado do Paraná, como o Paraná Olímpico, que patrocinava os atletas olímpicos do Estado que chegassem à seleção nacional. E foram muitos os que chegaram exatamente pelas condições oferecidas no nosso Estado e sempre com o acompanhamento e o aconselhamento do professor Manoel Tubino, que se tornou grande amigo do Secretário de Esporte do Estado, Dr. Édson Gravia.

O outro programa era o Frutos da Terra, que buscava talentos, que procurava revelar talentos para o esporte olímpico. Os estudantes escolhidos pelos professores de educação física eram exatamente aqueles que tinham bom desempenho escolar e demonstravam aptidão para a prática do esporte.

Era uma festa para a cidade quando um de seus estudantes era escolhido pelos professores de educação física de todo o Estado para participarem do programa Frutos da Terra.

O evento que se realizava no Palácio Iguaçu era um evento marcante pela presença dos professores de educação física e dos estudantes, que se sentiam valorizados com aquele evento e tinham um patrocínio para o desenvolvimento da sua aptidão para o esporte, sem prejuízo do seu desempenho escolar; ao contrário, melhorando o desempenho escolar.

Como decorrência desses programas, o Paraná surpreendeu com a presença de um número significativo de atletas na seleção nacional disputando olimpíadas. Em razão disso, duas teses de doutorado foram realizadas na Universidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, teses essas apresentadas pela professora Lenamar Fiorese Vieira e pelo professor José Luiz Vieira, da Universidade Estadual de Maringá. Essas teses de doutorado foram apresentadas na

Universidade de Santa Maria e significaram a realização de um estudo para se chegar à conclusão de quais razões determinaram a presença de um número significativo de atletas paranaenses em competições internacionais, ocupando um espaço no selecionado nacional. Foram teses que estudaram os programas desenvolvidos no Paraná pelos professores de educação física, tendo sempre presente o professor Manoel Tubino como uma espécie de patrono dessas realizações no nosso Estado.

Por isso, quando falo do professor Manoel Tubino, falo com certa emoção.

O projeto Professores de Educação Física sem Fronteiras, iniciado em abril de 2007, sob inspiração e coordenação do professor Almir Adolfo Gruhn e a colaboração do professor Jorge Diaz Otañez e de outros profissionais do nosso entorno regional, realizou a primeira viagem oficial a Guatemala, Honduras, Nicarágua, El Salvador, Costa Rica e Panamá. Essa incursão à América Central foi amplamente exitosa.

A rigor, a concepção do projeto surgiu em uma conversa entre os professores Gruhn e Otañez, Delegado Geral da Fiep na Argentina, cuja ideia foi, de pronto, apoiada pelo então Presidente da Fiep, professor Tubino, que sugeriu que o desafio fosse enfrentado tendo a América do Sul ou a América Central como possíveis palcos de atuação.

A sensibilidade e visão estratégica dos dirigentes da Fiep levaram o projeto Professores de Educação Física sem Fronteiras a se disseminar pelo território nacional. Assim ocorreu também, em 2008, nos Estados da região Norte do Brasil. Foram visitadas as capitais Rio Branco, Porto Velho, Manaus, Boa Vista, Macapá, Belém e duas cidades fronteiriças com a Bolívia e a Guiana Francesa. Em 2009 e em 2010, a região Nordeste foi incluída no itinerário de visitas. O projeto encontra-se em seu quinto ano de implantação, e o próximo objetivo é expandir-se para a região Centro-Oeste.

A Fiep no Brasil continua fiel aos princípios e valores estabelecidos por seu fundador e primeiro presidente, o professor e grande brasileiro Manoel José Gomes Tubino. Atualmente, sob o comando do professor Almir Adolfo Gruhn, aluno de Manoel Tubino, a Federação persegue de forma incansável os seus objetivos: desenvolvimento das atividades físicas, educativas, recreativas, lazer, saúde e esportes para todos; promoção de eventos nos níveis local, estadual, nacional e internacional; promoção da formação, atualização e aperfeiçoamento dos profissionais; disseminação das inovações tecnológicas da área; incentivo à pesquisa e apoio à criação de associações dos profissionais de educação física.

A rede de delegados da Federação espalhados por todo o Brasil é responsável pela articulação e promoção de importantes encontros do setor. O Congresso Internacional de Educação Física da Fiep na cidade de Foz do Iguaçu/PR, desde a primeira edição em janeiro de 1986, se constituiu no maior evento da Fiep no Brasil, e tive a oportunidade de participar do último deles.

Estou convencido de que, além da Copa do Mundo de Futebol e dos Jogos Olímpicos, há um calendário de eventos de suma importância para o desporto nacional. Estamos nos referindo aos Jogos Mundiais Militares do Rio 2011 e à Copa das Confederações da Fifa 2013, entre outros.

O papel do profissional de educação física deve necessariamente ser alçado a um novo e estratégico patamar, à altura dos desafios que estão postos. E, a propósito, recentemente conheci a capacidade de mobilização desses profissionais. Como relator do projeto de lei que alterou a Lei Pelé, tive a oportunidade de dialogar, de conversar, de debater com profissionais de Educação Física de todo País, em razão de um dispositivo que chegava ao Senado, possibilitando uma invasão de competência, já que admitia capazes de exercer a atividade hoje exclusivamente exercitada por profissionais formados em Educação Física ex-atletas que poderiam exercer a função de monitores, ocupando o espaço hoje destinado apenas àqueles que alcançaram a formação técnica e profissional que se exige para o exercício dessa função.

E, em razão dessa mobilização e dessa participação ativa dos profissionais de Educação Física, excluímos esse dispositivo da legislação, assegurando àqueles que estudam, que se formam e que se qualificam, técnica e profissionalmente, o direito ao exercício da atividade com exclusividade, como lhe convém.

Dessa forma, o Congresso Nacional, aprovando esse projeto alterado no Senado Federal, possibilitou aos profissionais de Educação Física a preservação do seu direito adquirido em função da preparação que buscam ao frequentarem as universidades do País.

Para concluir, Srª Presidente, ressalto que, ao enaltecer os cinco anos do projeto Professores de Educação Física Sem Fronteiras e a atuação da Delegacia da Federação Internacional de Educação Física no Brasil, estamos prestando um justo e oportuno tributo aos profissionais de educação física no nosso País.

Muito obrigado e parabéns a esses profissionais.
(Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Em seguida, passo a Presidência desta sessão em homenagem aos Professores de Educação Física

Sem Fronteiras ao autor do requerimento de homenagem, Senador Alvaro Dias.

Ao mesmo tempo, Senador, peço já a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

A Sr^a Marta Suplicy, 1^a Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco/PSDB – PR) – Senadora Marta fica inscrita para uma comunicação inadiável logo após a realização desta sessão de homenagem.

Com a palavra o Senador Wilson Santiago. Está presente? (Pausa.)

Senador Vital do Rêgo com a palavra. O Senador Vital do Rêgo é da Paraíba.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão, Senador Alvaro Dias, primeiro signatário do requerimento alusivo às homenagens aos cinco anos desse projeto que, no início, foi deleite e ideia de alguns; hoje, necessidade de todos: o projeto da Federação Internacional de Educação Física sem Fronteiras.

Eu queria saudar o Presidente da Federação Internacional de Educação Física, grande timoneiro dessa jornada, Sr. Almir Adolfo Gruhn; o nosso 1º Vice-Presidente do Conselho Federal de Educação Física, Sr. João Batista Andreotti Gomes; além de todos os profissionais da área, especialmente os meu conterrâneos paraibanos que aqui estão. Desejo felicidades.

Embora numa tarde cheia de atividades, de múltiplas agendas, tendo de presidir, daqui a pouco, a Comissão Mista de Orçamento, em que teremos audiência pública com a Ministra do Planejamento, Sr^a Miriam Belchior, pude abrir um espaço, mesmo diminuto, para falar em nome do meu Estado e, especialmente, da minha cidade, que recebeu esses profissionais maravilhosos e devotados.

Em nome da Paraíba, em nome de Campina Grande, que, agora em 2010, soube vivenciar o esforço desses profissionais, venho a esta tribuna saudar o senhor, Senador Alvaro Dias, por ter tido, desde governador, e estar presente como Senador, identificação muito forte nessa nova fronteira que é a atividade física como complemento essencial e vital ao nosso organismo, à manutenção da nossa vida.

Não é à toa, Senador Alvaro Dias, que em todas as ações no Senado, V. Ex^a, na área esportiva, tem sempre a sua opinião, tem sempre a sua força, tem sempre a sua ideia, tem sempre a sua coragem de assumir posições.

Eu o admiro por isso. Parabéns pela presente sessão.

Em entrevista recente concedida à revista *Veja*, o mítico medalhista de ouro dos Jogos Olímpicos de 1984, em Los Angeles, Joaquim Cruz, fez um diagnóstico irretocável da situação do Brasil no tocante às políticas esportivas.

Quando perguntado sobre as razões de tantos anos fora do Brasil, o magrelo tímido de então, brasileiro nascido em Taguatinga, no Distrito Federal, cita o historiador americano Joseph Campbell, no livro *O Poder do Mito*, para quem toda aventura heroica tem início com uma pessoa de quem alguma coisa foi retirada. E vai além: diz conhecer muitos brasileiros de diferentes profissões que tiveram de se arriscar no exterior por não encontrarem oportunidades neste País.

Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, o Senado comemora cinco anos do Projeto Professores de Educação Física sem Fronteiras, numa iniciativa brilhante do Senador Alvaro Dias.

Na lógica interna que presidiu a criação da Fiep está embutida, sem dúvida, a premissa da generosidade, de um olhar mais inclusivo sobre o mundo, tendo como ponto de partida as crianças e os jovens, o futuro, o amanhã.

Com alegria, saúdo, adentrando no plenário, tantos jovens, já não mais crianças, mas, certamente, jovens e futuro do nosso amanhã!

Com que alegria eu saúdo, adentrando nosso plenário, tantos jovens, já não mais crianças, mas, certamente, jovens e futuro do nosso amanhã.

Ao reforçar a importância dos profissionais de educação física, promovendo o intercâmbio técnico e sociocultural entre profissionais da área e estudantes de várias regiões do Brasil e do mundo, o que o projeto Professores de Educação Física sem Fronteiras faz é justamente tentar criar as oportunidades que, muitas vezes, governos e governantes não oferecem aos seus governados, como bem enfatizou Joaquim Cruz.

Ainda na entrevista, o campeão olímpico lembra que, em 2005, o então Presidente Lula lançou, em São Paulo, a Política Nacional do Esporte, para atuar na promoção da atividade física como fator de desenvolvimento humano, dando atenção especial à base, às escolas, como ferramenta de inclusão social. Ideias corretas que nunca saíram do papel: nossos estudantes continuam sem oportunidades de praticar esportes de maneira organizada e competitiva.

Faltam ao Brasil a cultura esportiva e a tradição no esporte, como instrumento de promoção social, o comprometimento e a participação direta de todos os responsáveis pela educação da criança: governo, fa-

mília, líderes comunitários, professores, dirigentes e empresários.

Por tudo isso é que saudamos o trabalho criativo, competente e abnegado dos professores sem fronteiras, levando às instituições de ensino superior, na área de educação física, uma percepção ampliada da atuação dos profissionais de educação, estimulando-as na promoção de professores com elevado nível de qualificação e competência.

Em abril de 2010 – sim, em abril de 2010 –, o projeto Professores de Educação Física sem Fronteiras esteve na minha cidade, Campina Grande, Paraíba.

Era o 4º Intercâmbio promovido pela Federação Internacional de Educação Física e tinha como área de abrangência a Região Nordeste.

A partir de Campina Grande, o evento se estendeu para Recife, Maceió e Aracaju, e contou com a presença do Presidente Mundial da Fiep, o brasileiro Almir Gruhn.

Como referido pelos oradores que me antecederam, a Fiep, fundada em 02 de julho de 1923, em Bruxelas, na Bélgica, é um organismo mundial que, juntamente com outros, luta para a difusão da educação física na perspectiva de uma educação completa e integrada.

Seus objetivos de promover em todos os países o desenvolvimento das atividades físicas, educativas, recreativas, de saúde, lazer e esportes para todos, a formação de professores e o seu aperfeiçoamento constante, a busca da proteção da profissão e do estímulo à cooperação internacional nesses domínios só podem ser compreendidos como fatores de promoção do desenvolvimento humano.

É esse olhar humanista que aplaudimos na tarde de hoje. É ele o responsável pelo reconhecimento da Unesco e do Comitê Olímpico Internacional, entre outros.

A Fiep já realizou mais de cem congressos internacionais em inúmeros países dos cinco continentes, e continua, conforme sua página na Internet, estudando a concepção da educação física, os meios para o esporte, as técnicas e as formas de ensino, a formação de novos talentos.

Os seus **Manifestos da Educação Física** são marcos na formação de gerações de profissionais desde 1971, quando foi publicado o primeiro manifesto.

Focado na sua lição de idealismo, generosidade, democracia e universalidade, credito a essa entidade – que não conhece fronteiras nem limites geográficos, econômicos, sociais, políticos, étnicos e raciais para a sua atuação em prol do aprimoramento humano – o tributo da minha gratidão e, principalmente, Sr. Presidente da Fiep, a esperança de que sonhos que se

sonham juntos possam, verdadeiramente, mudar a história de uma pessoa como Joaquim Cruz, de uma família como a de milhares de brasileiros na minha Paraíba e de um País como o Brasil, que é o nosso continente, a nossa Pátria.

Parabéns à Fiep. Parabéns a todos os professores abnegados, sem fronteiras, sem limites, verdadeiros idealistas do bem.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco/PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Vital do Rêgo. Parabéns pelo brilhante pronunciamento, demonstrando conhecer, reconhecer e valorizar essa atividade essencial para o ser humano.

Eu consulto se há oradores interessados. (*Pausa.*)

A Senadora Marisa Serrano, que é professora, representa o Mato Grosso do Sul e é do PSDB, está com a palavra.

A SRA. MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS. Pronuncia do seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias; professor Almir Gruhn é sempre um prazer recebê-lo nesta Casa; professor João Batista Tojat, vice-Presidente do Confef, leve um abraço ao Jorge Steinhilber, um abraço carinhoso nosso; cumprimentar todos os presentes, os professores, todos que vieram aqui, e dizer que é muito bom a gente saber que os Professores de Educação Física sem Fronteiras já estão há cinco anos andando por este País e por alguns países da América Latina.

Quero cumprimentar muito o professor Almir, da Fiep pela ideia que teve de unir não só o profissional, mas unir também o amor que a gente tem à formação, à ideia de bom talhado, de cooperação, de unir o ideal ao nosso trabalho. É tão bom quando a gente tem anos e anos de atividade pública ou profissional e podemos nos dedicar um pouquinho mais para fazer com que o nosso ideal viceje, que continue plantando e colhendo.

Estava conversando com o Marcelo Miranda, que é do meu Estado, e é Conselheiro Nacional do Confef, é do Mato Grosso do Sul, dizendo que tenho 40 anos de vida pública, e quando a gente pensa em tudo o que a gente faz se puder fazer um pouquinho a mais, se a gente puder dar uma demonstração daquilo que a gente ama, daquilo que a gente faz com gosto, que faz parte da vida da gente, se a gente puder espalhar isso para outras pessoas, a gente cresce, a gente aprende também.

Fico muito contente em saber que a Fiep teve a ideia de fazer com que os professores se unissem e saíssem pelo País, pelo mundo, falando com outros

professores, porque sei que os professores sem fronteira, mais do que ensinar, aprendem. Em cada região que estão, aprendem mais. Interagem com a sociedade, conhecem outras pessoas, conhecem este País e podem sentir como fazer para dar mais ainda do seu conhecimento a tantos outros que precisam.

Fiquei muito feliz ao saber – eu não sabia – que a Fiep foi criada na Bélgica há 92 anos, portanto, já está se preparando para os 100 anos. E nestes quase 100 anos, 92 anos, quanto já foi feito. Tenho acompanhado a Fiep, principalmente através do Confe, a nossa Federação, que está há tanto tempo no País trabalhando enormemente em todos os Estados da Federação.

Pessoalmente, dizer que quando a gente pensa nessa integração entre as pessoas, integração entre os profissionais da educação física, a gente imagina o que a gente pode, como político, fazer para colaborar? Como podemos colaborar com os profissionais de educação física, professores de Educação Física sem Fronteira? Será que só fazendo as nossas emendas individuais, só a gente discutindo as nossas leis, só isso basta?

Quando vi que o Senador Alvaro Dias havia proposto esta sessão solene, imaginei que seria uma forma de colaborarmos. Homenageando esses professores, estamos homenageando todos os professores que se dedicam com amor à causa da educação física no País. Meus cumprimentos ao Senador Alvaro Dias, e dizer-lhe que foi ótima a ideia, maravilhosa. Foi a forma de nos reunir, foi a forma de paramos um pouquinho para mostrar ao Brasil – e estamos mostrando ao Brasil através da TV Senado, da Rádio Senado –, que estamos homenageando homens e mulheres que trabalham com afinco para fazer com que a nossa juventude, com que as pessoas, o cidadão brasileiro viva melhor.

Como professora, tenho consciência da importância da educação física nas nossas escolas. Temos trabalhado muito. Fui Secretária de Educação de Mato Grosso do Sul, oportunidade em que fizemos a proposta de colocar a educação física para os pequenos, colocar professor de educação física desde os pequenos. Criticaram muito. Falaram: "mas por que de 1 a 4 – naquela época, era primário ainda – precisariam de educação física? E a gente vê o quanto as crianças cresceram no meu Estado trabalhando dessa forma, com um profissional capacitado as orientando, orientando suas brincadeiras, o esporte, abrindo-lhes os olhos para outras modalidades que talvez eles sequer conhecessem lá nos rincões de Mato Grosso do Sul.

Quero também dizer que quando eu soube que os Professores de Educação Física Sem Fronteiras estariam no Centro-Oeste, principalmente em Mato Grosso do Sul, neste período, fiquei muito feliz, porque

a abertura foi em uma cidade no meu sudoeste do meu Estado, lá em Mato Grosso do Sul, chamada Jardim. Nasci em Bela Vista, que faz fronteira com o Paraguai e fui criada em Jardim. Então, é a minha região. Meus familiares moram em Bonito/Jardim, uma região muito bonita de Mato Grosso do Sul. Eu saí ao encontro de vocês em direção a Jardim. Mas o destino fez-me voltar do meio do caminho – o Marcelo sabe a razão –, e eu não pude chegar a Jardim naquela noite. Gostaria de ter estado lá com mais de 800 pessoas que para lá acorreram para receber orientações em várias áreas. Eu estava vendo aqui que teve luta, dança folclórica, educação física escolar, nutrição desportiva, recreação em hotéis e espaços de lazer, avaliação física e ética... Eu gostaria de ter estado lá!

Quero aqui dizer que a Fiep teve todo o apoio de todos os profissionais de Mato Grosso do Sul, teve o apoio também de todos os políticos do Estado e de todos aqueles que acreditam na força saudável de fazer com que a população brasileira tenha uma vida melhor.

Cumprimento aqui o Marcelo Ferreira Miranda, que é um grande companheiro, e que aqui representa o meu Estado. Leve a todos os nossos amigos de Mato Grosso do Sul um grande abraço, dizendo que estamos felizes de estar aqui e sabermos que os nossos professores foram homenageados na Câmara de Vereadores de Campo Grande, homenagem que, sei, foi muito bonita em reconhecimento ao trabalho a que eles se dedicam em todo o País.

Quero aqui dizer que continuo fazendo o meu trabalho em prol da educação física. Todas as vezes que a Confe necessitou de apoio, eu estava aqui, junto aos professores de educação física de Mato Grosso do Sul, o meu Estado. Além disso, apresento, todos os anos, emendas individuais minhas e coletivas para a área do esporte. Fico imaginando como vamos entrar em uma olimpíada, nos preparamos para uma olimpíada se não preparamos as nossas crianças, os nossos jovens em todos os rincões do País? Quero que os jovens de Mato Grosso do Sul possam participar de uma olimpíada. Quero que os jovens do Acre possam participar de uma olimpíada. Quero que os jovens do Piauí possam estar em uma olimpíada. Por que só o centro-sul do País? Mas, se não estimularmos os jovens, se não tivermos centros esportivos, se não tivermos centros olímpicos, como vamos fazer para que a nossa juventude possa participar ativamente desse processo?

Ao terminar a minha fala, quero dizer que não é só a gente falar de Copa do Mundo, não é só a gente falar de Olimpíada, temos de nos preparar para elas. Não vejo como os nossos Estados estão se preparando para as Olimpíadas e para a Copa do Mundo. Gosta-

ria de ver os nossos jovens, as nossas crianças, em centros esportivos, sabendo que estão se preparando para uma olimpíada. Por isso, com o apoio dos meus Pares de Mato Grosso do Sul, Senadores e Deputados, propus uma emenda para transformarmos uma praça de esporte que temos em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, em um centro olímpico. É a forma que temos de fazer com que, no Mato Grosso do Sul, os jovens tenham onde correr, que tenhamos um centro de atividade esportiva que dê subsídio para que os nossos jovens e crianças tenham condições de sonhar, pelo menos, com uma olimpíada e, principalmente, temos de pensar não só no que estão fazendo e construindo para a Copa do Mundo e para as Olimpíadas, mas, principalmente, saber que legado vamos deixar para as próximas gerações. O Confe é trabalhado muito nisso.

O Pan-americano no Rio de Janeiro nos deixou principalmente essa forma de pensar de que não basta construir grandes espaços, mas é preciso saber o que vamos fazer deles depois. Como a sociedade vai utilizar esses espaços esportivos oriundos desses megaeventos esportivos que realizamos? Como a sociedade vai-se apropriar disso? Que uso nós vamos fazer desses espaços que estamos construindo com o dinheiro público, dinheiro da sociedade brasileira, que precisamos garantir?

Eu não tenho nada contra um estádio de futebol particular, mas, ao se colocar todo o dinheiro público para construir um estádio para um time particular, devemos pensar duas vezes se não seria mais importante colocarmos esse recurso para melhorar as praças esportivas em todo o País. É preciso saber se as praças esportivas que deveriam ser construídas com o dinheiro da iniciativa particular vão ser construídas realmente com o dinheiro público. Quer dizer, o que era para ser de uma forma vai acabar sendo de outra.

Quero aqui, então, terminar dizendo que estamos atentos a todos esses casos, acompanhando, discutindo.

Quero agradecer muito à Fiep a homenagem que recebi em janeiro do ano passado, lá em Foz do Iguaçu, uma homenagem muito bonita que a Fiep me fez. Quero agradecer muito a generosidade e também a homenagem que eu deveria ter recebido em Jardim. Como não pude estar lá para recebê-la, tenho certeza de que vou receber hoje, não é isso, Marcelo?

Então, agradeço muitíssimo a todos os senhores, deixando aqui um abraço enorme e o meu compromisso com a Fiep, com o Confe, de continuar trabalhando pela educação física brasileira.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco/PSDB – PR) – Parabéns à Senadora Marisa Serrano, que é uma Senadora dedicada à causa da educação e da cultura no Senado Federal. Tem sido muito importante a sua atuação nesta Casa a favor da educação e da cultura em nosso País.

Quero registrar e agradecer também a presença da representante da empresa Ethos Qualidade de Vida, estudantes do curso de Educação Física, a Carolina Belfort, a Cateliane Izabela, do projeto de empreendedorismo da Universidade Católica de Brasília, e o Diretor do Curso de Educação Física da Universidade Católica de Brasília, Dr. Francisco Martins da Silva. Agradeço também aos estudantes de Educação Física de várias instituições de ensino no Distrito Federal que nos honram no plenário do Senado Federal com as suas presenças.

Agradeço também a Presidente do Sindicato das Academias do Distrito Federal, Thaís Yeleni Ferreira. Muito obrigado pela presença de todos.

Senador Paulo Paim, pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Alvaro Dias, eu não poderia deixar de estar aqui.

Cumprimento V. Ex^a por esta brilhante iniciativa. Eu gostaria de dizer que tenho muito orgulho de ter seguido a orientação do meu inesquecível falecido amigo Deputado Eduardo Mascarenhas, que foi o autor do projeto de regulamentação da profissão de Professor de Educação Física. Ele era deputado e, antes de falecer, procurou-me e pediu-me: "Paim, você pode relatar este projeto para mim?" Ele já estava doente, e eu assumi a relatoria. Aqui, eu sei que está na Mesa também o meu amigo João Tojal, Vice-Presidente da Confe, e também o Almir Gruhn, Presidente da Federação Internacional. Refiro-me principalmente ao meu amigo João, porque nós fizemos diversas audiências públicas no País e, em todas elas, eu vi essa juventude que vejo aqui pedindo "vai aprovar o projeto", "vai ser real", "vai acontecer". E, felizmente, para felicidade nossa, e principalmente pela força, eu diria, espiritual do Mascarenhas... Ele foi o símbolo, eu só fui Relator, mas o fiz com muito carinho e com a atenção devida, para regulamentação definitiva da profissão.

Quero dizer aos jovens estudantes que o papel de vocês é fundamental. No momento em que vemos tanta violência no País, sabemos que no esporte, na educação, na educação física, está o caminho, a luz para construirmos uma sociedade de solidariedade, de fraternidade, de amor e com saúde. E com saúde! E vocês podem formar aqueles que vão liderar o País no amanhã.

Por isso, permitam que eu diga: palmas, palmas para vocês! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco/PSDB – PR) – Muito obrigado ao Senador Paulo Paim pelos cumprimentos e por sua atuação sempre presente no plenário do Senado Federal.

Eu gostaria também de homenagear outros professores que se encontram presentes, já que estão em Brasília por ocasião desse 5º Intercâmbio dos Professores de Educação Física sem Fronteiras e vieram ao plenário do Senado Federal para esta sessão solene: o Professor Vilson Fermino Bagatini, do Rio Grande do Sul (*Palmas.*); Rosa Maria Alves da Costa, do Pará (*Palmas.*); o Professor Almir Diogenes Facchinatto, de São Paulo (*Palmas.*); o Professor Gildásio José dos Santos, do Paraná, meu conterrâneo (*Palmas.*); o Professor Julimar Luiz Pereira, também do Paraná (*Palmas.*); a Professora Leonor Maria de Araujo, do Piauí (*Palmas.*); Nelson Schavalla, do Paraná (*Palmas.*); Clery Quinhones de Lima, do Rio Grande do Sul (*Palmas.*); a Professora Sônia Maria Bordin, também do Paraná (*Palmas.*); Patrícia Ribeiro Feitosa Lima, do Ceará (*Palmas.*); a Professora Sabrina Ribeiro Jorge, do Paraná (*Palmas.*).

Como viram, o Paraná está em maioria no Plenário, para honra e satisfação minha.

Muito obrigado aos que vieram, de todos os Estados. É uma alegria para o Senado Federal recebê-los.

Se o Professor Gruhn desejar fazer uso da palavra, esteja à vontade.

O SR. ALMIR ADOLFO GRUHN – É com grande honra que, em nome da Fiep, em nome dos professores de Educação Física sem Fronteiras, vamos passar às mãos do nosso Exmo. Senador Alvaro Dias o troféu dos Sem Fronteiras do ano de 2011, para que o Exmo. Senador, quando vir esse troféu, lembre-se dos profissionais de Educação Física do nosso País. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco/PSDB – PR) – Muito obrigado, Professor Gruhn.

Com a palavra, para encerrarmos com chave de ouro esta reunião, o Vice-Presidente do Conselho Federal de Educação Física, Professor João Batista.

O SR. JOÃO BATISTA ANDREOTTI GOMES TOJAT – Boa-tarde a todos. Inicialmente, estou falando em nome do Presidente do Conselho Federal de Educação Física, Professor Jorge Steinhilber, o qual pede desculpas porque ficou preso numa reunião no Ministério do Esporte e pede que eu cumprimente os colegas profissionais que fazem parte do grupo dos Professores Sem Fronteiras.

Quero agradecer a lembrança, o carinho e a disposição do Senador Alvaro Dias, apesar de ele, como contou aqui, ter me roubado alguns profissionais na época em que foi o Governador do Estado do Paraná. O Paulo Roberto de Oliveira já estava contratado pela Unicamp – eu era o Diretor da Faculdade – e ele pediu afastamento para poder ir para Londrina e trabalhar depois na Secretaria com o Dr. Edson Gradia, que era o Secretário de Esportes do Governo. E, nessa época, nós o visitamos, embora ele não se lembre, junto com um pessoal para fazer uma avaliação do ensino superior daquele Estado, a pedido do Alvaro Dias. Eu era parceiro do irmão dele na Unicamp, sou parceiro até hoje, mas na Unicamp, do José Dias Sobrinho, e andamos juntos. Ele fez uma homenagem que para mim é o maior carinho do mundo, Manoel José Gomes Tubino.

Tubino foi meu colega de colégio, no Culto à Ciência, em Campinas, e, para mim, foi a pessoa mais importante da educação física brasileira até hoje. Foi alguém que fez, que construiu, que desenvolveu e que implementou essa cultura de profissão no nosso País.

Agradeço também aos Senadores que aqui estiveram, como a Senadora Marta Suplicy, que, na sua gestão na capital do Estado, São Paulo, implantou o CEU – Centro Escolar Unificado, em que o esporte fazia parte da construção. Se esse projeto tivesse tido continuidade, ali seriam minicentros olímpicos. A jogadora Paula foi uma das profissionais que trabalhou nesse CEU.

Agradeço ao Senador Vital do Rêgo, que fez as colocações em nome do seu Estado – e estão aqui dois representantes daquele Estado: o Professor Martins e a Professora Iguatemi, que são da Paraíba, de João Pessoa. Ele falou de Campina Grande, mas acho que a campina enorme é aquela em que moro, Campinas, no Estado de São Paulo.

Agradeço à Senadora Marisa Serrano, que tive o prazer de conhecer, há muitos anos, não em idade, mas em tempo de participação nos encontros lá na cidade de Campo Grande; e ao Senador Paulo Paim, que se lembrou do nosso grande amigo, daquele parceiro que acreditou no profissional e que fez com que se regulamentasse a nossa profissão, Eduardo Mascarenhas, que muito trabalhou nesse processo, para que hoje tivéssemos a profissão regulamentada em nosso País, na educação física.

Aproveito, também, para dizer à Senadora Marisa Serrano uma das coisas importantes que ela disse aqui: o esporte é tão rápido. Não sou tão velho assim, mas parei de jogar, há mais de 40 anos, e fui um grande atleta. O Tubino – é uma pena que ele tenha falecido –

falava que fui o maior jogador de basquete que ele viu. Ele era cego, eu acho. Mas tudo bem, era amigo.

Então, o que quero dizer é que os megaeventos são mega no momento da execução, mas o seu legado tem de ser mega em educação, em cultura, em socialização. E isso depende muito deste grupo que está aqui, de profissionais em Educação Física, que trabalham a educação, a cultura, a socialização, utilizando como meio a prática esportiva, que é cativante, que é a mobilização da nossa comunidade.

Então, quero dar os parabéns ao Almir, pelo trabalho que vem fazendo nesses cinco anos, e a todos aqueles que têm viajado com ele e ajudado muito. Eles vão fazer um percurso mundial daqui a alguns anos – dois ou três anos. Por 90 dias, vão viajar pelos países da Europa. E não é passeio, não, é troca de informações com a Fiep de outros países, com os profissionais de outros países. Isso, para nós, é engrandecimento.

Estou na Vice-Presidência do Conselho Federal de Educação Física, desde que ele foi criado, em 1998. Tomamos posse em 1999 e temos batalhado muito e conseguido perceber que a sociedade passou a enxergar essa profissão como um grande esteio para a sua qualidade de vida ativa. É uma grande saída para a cultura, é uma grande saída para o lazer e é uma grande saída para a educação do povo.

É difícil falar sobre educação física, porque sou da área, apesar de já estar aposentado. Como acadêmico que sempre fui – trabalhei 32 anos na Unicamp e estou aposentado, há 13 anos –, continuo enxergando que a sociedade passou a ver não aquele professor da escola, que era superimportante, mas aquele profissional que acompanha desde a criança de dois, três, quatro anos até aquela pessoa mais idosa, que chamam de melhor vida. Eu troco com quem quiser ter essa vida melhor. Entendo que a educação física veio ocupar um lugar que era seu e que ela deixava de ocupar; que a sociedade não conseguia enxergar, mas que hoje enxerga e desfruta.

Fica aqui o nosso agradecimento, como Conselho Federal de Educação Física, primeiro, àqueles

Professores sem Fronteiras, que têm ajudado muito a disseminar esse conhecimento; ao Almir, que teve a idéia e que está fazendo tudo por isso; a todos aqui presentes; ao Senador Alvaro Dias, um grande parceiro da educação física hoje, no País; e também à Senadora Marisa Serrano – sou prova de que ela é uma grande parceira nossa, que tem ajudado em todos os momentos em que precisamos. E vamos precisar cada vez mais, porque quando se cresce, aumenta-se a necessidade de leis, de apoio, de participação.

Então, fica aqui o nosso agradecimento como profissionais a vocês que, com muito carinho, tem tratado a nossa categoria.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco/PSDB – PR) – Muito obrigado ao Professor João Batista Gomes pelas palavras – sempre generoso, muito mais generoso do que o Manoel Tubino, quando disse que Gruhn era o melhor jogador de basquete que ele viu jogar. Mas deve ser verdade, o Tubino não enganava ninguém. Parabéns!

Quero agradecer ao Professor Gruhn a presença aqui, ao nosso lado, e a todos que compareceram.

O Professor Gruhn vai prestar uma homenagem, em nome da Fiep, à Senadora Marisa Serrano e ao Senador Paulo Paim, entregando-lhes um troféu em homenagem ao trabalho que realizam.

Dessa forma, encerramos a sessão.

Muito obrigado a todos pela presença.

Suspendemos a sessão por cinco minutos, para depois reiniciarmos os trabalhos do dia.

Muito obrigado.

(A sessão é suspensa às 15 horas e 07 minutos; e é reaberta às 15 horas e 18 minutos, sob a Presidência do Sr. Paulo Davim.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Declaro reaberta a sessão.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 436, DE 2011

Senhor Presidente,

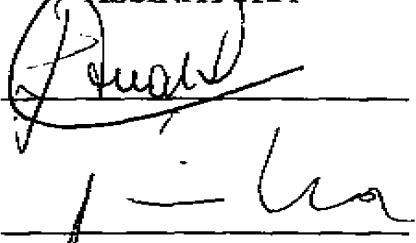
Nos termos do art. 199 do RISF, requeremos a realização de Sessão Especial do Senado, no dia 30 de maio do corrente ano, destinada a homenagear os cento e dois (102) anos do Ensino Técnico Profissionalizante.

Sala das Sessões,



SENADOR PAULO PAIM

ASSINATURA



Eduardo Amorim

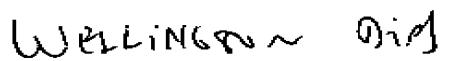
SENADOR



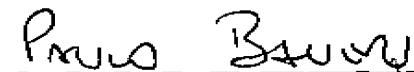
Juarez Braga



Wellington Silveira



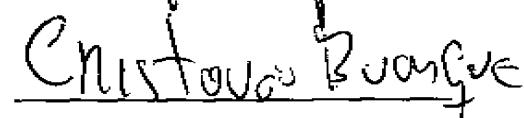
Wladimir Rossetto



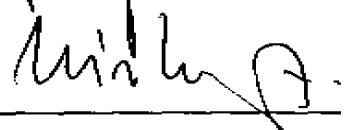
Paulo Bento



Sérgio Petró



Cristiano Ronaldo



Miltinho

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 437, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 255, II, c, 12, do Regimento Interno do Senado Federal que seja analisado também pela Comissão de Assuntos Econômicos o PLS nº 489/2008, que “Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para determinar que os rótulos das embalagens dos alimentos tragam identificação de cores de acordo com a composição nutricional”.

Sala das Sessões, – Senador **Delcídio Amaral**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 438, DE 2011

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 40, § 1º, Inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a necessária autorização para desempenhar missão no exterior, como representante do Senado Federal, entre os dias 3 e 6 de maio próximo. Na oportunidade, participarei, conforme documento anexo, a convite do Dr. Domingos Simões Pereira, Secretário Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), de colóquio sobre o tema “Unidos na diversidade, solidários na adversidade”, que ocorrerá em Lisboa, na manhã do dia 5 de maio de 2011. O convite se estende para a participação na Sessão Solene, em comemoração ao Dia da Língua Portuguesa e da Cultura da CPLP, que terá lugar na parte da tarde do mesmo dia. Além desses eventos, participarei também do Fórum de Lusofonia, no âmbito da III Bienal de Culturas Lusófonas, a convite da Câmara Municipal de Odivelas, na tarde do dia 4 de maio. Em ambos os eventos, proferirei palestra sobre a Erradicação da Pobreza Absoluta, a Promoção da Igualdade e da Justiça, o Programa Bolsa Família e a Perspectiva da Renda Básica de Cidadania.

Assim, em cumprimento ao disposto ao art. 39, inciso I, do Regimento Interno, comunico a Vossa Excelência que me ausentarei do País no período de 3 a 6 de maio de 2011, para o desempenho desta missão.

Sala das Sessões, 26 de abril de 2011. – Senador **Eduardo Suplicy**.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 439, DE 2011

Nos termos do inciso IV do art. 71 da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais, solicito que seja o presente requerimento encaminhado ao Tribunal de Contas da União para a realização de auditoria financeira e operacional, para verificar se houve o correto atendimento ao disposto nos artigos 58, 62 e 63 da Lei nº 4.320/64, bem como ao art. 42 da Lei Complementar nº 101/2000 e aos artigos 359-B e 359-C do Código Penal, em relação ao ano de 2010, observando as fontes de recursos destinadas ao atendimento das despesas programadas, nas unidades orçamentárias dos seguintes órgãos orçamentários: Ministério das Cidades, Ministério Ciência e Tecnologia, Ministério dos Transportes, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Esporte, Ministério da Integração Nacional e Ministério do Turismo.

Justificação

Tendo em vista o noticiário econômico, que informa haver mais de R\$120 bilhões de despesas a serem quitadas, já que foram lançadas como restos a pagar, e as declarações de autoridades do Ministério da Fazenda, de que seriam canceladas despesas lançadas como restos a pagar, e considerando o papel de fiscalização constitucionalmente definido ao Poder Legislativo, por meio de suas Casas, consideramos fundamental que o Tribunal de Contas da União faça uma auditoria completa nos órgãos acima mencionados.

A auditoria visa levantar possíveis irregularidades no cumprimento dos dispositivos legais, ao fim do ano de 2010, daqueles órgãos orçamentários. São órgãos que apresentam um alto volume de despesas lançadas como restos a pagar ou que estas despesas representem percentual elevado em relação aos valores liquidados. – Senador **Alvaro Dias**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 440, DE 2011

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno, requeiro a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 316 e 341, de 2004 – Complementares, com os Projetos de Lei do Senado nºs 390, de 2005; 265 e 684

de 2007, 17, 84, 184, 209, 236 e 249, de 2008, todos Complementares, por tratarem do mesmo assunto.

Sala das Sessões, 14 de abril de 2011. – Senador **Demóstenes Torres**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 441, DE 2011

Requeiro, na forma do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que esta Casa aprove voto

de aplausos e congratulações pelos 38 anos de fundação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, que ocorre no dia de hoje, 26 de abril.

Que esta deferência seja comunicada ao seu Diretor-Presidente, Sr. Pedro Arraes, e para que seja compartilhado com seus funcionários.

Sala das Sessões, de abril de 2011. – Senador **João Pedro**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 442, DE 2011

Requeremos nos termos do artigo 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial do Senado, no dia 8 de agosto do corrente ano, destinada a homenagear 2011- ANO MUNDIAL DA MEDICINA VETERINÁRIA.

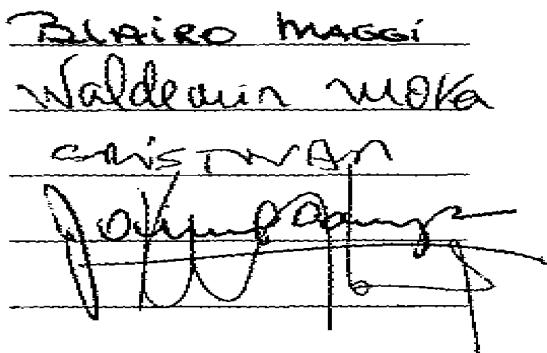
Nesse ano comemoram-se os 250 anos da profissão no mundo, contados a partir da fundação da primeira escola de ensino da Medicina Veterinária, em Lyon na França, em 1761.

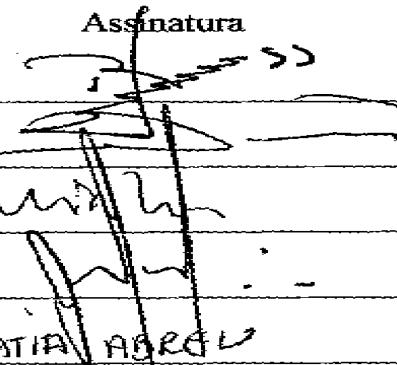
O VET 2011 é um evento internacional capitaneado pela Organização Mundial de Saúde Animal, do qual participa o Conselho Federal de Medicina Veterinária representando o Brasil, e tem por objetivo promover por meio de vários eventos a discussão do seguinte tema: “**Veterinário para a saúde. Veterinário para o alimento. Veterinário para o planeta**”.

Sala das Sessões,


Senadora Ana Amélia
(PP-RS)

Senador(a)


Branco Maggi
Waldeciun Motta
Cristovam
Johanna Paiva


Assinatura
Katia Abreu

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 443, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento ocorrido no último dia 24 do corrente, do Deputado Federal José Mendonça, que dignificou o Estado de Pernambuco por 8 mandatos na Câmara dos Deputados.

a) inserção em ata de Voto de Profundo Pesar;

b) apresentação de condolências à família.

Sala das Sessões, – Senador **Jarbas Vasconcelos**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 189, DE 2011

Altera a Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a contribuição previdenciária de empregados e empregadores domésticos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991 passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 20. A contribuição do empregado e a do trabalhador avulso é calculada mediante a aplicação da correspondente alíquota sobre o seu salário-de-contribuição mensal, de forma não cumulativa, observado o disposto no art. 28, de acordo com a seguinte tabela:

.....” (NR)

“Art. 20-A. A contribuição do empregado doméstico é calculada mediante a aplicação da alíquota de 5% (cinco por cento) sobre o salário-de-contribuição mensal, observado o disposto no art. 28.”

.....

“Art. 24. A contribuição do empregador doméstico é de 5% (cinco por cento) do salário-de-contribuição do empregado doméstico a seu serviço.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Os empregados domésticos ainda são altamente discriminados no âmbito do direito trabalhista, da legislação previdenciária e, em geral, nas relações culturais, econômicas e sociais. É inegável, além disso, que todos os argumentos que procuram negar direitos sociais a essa categoria profissional vêm revestidos de algum preconceito ou incompreensão em relação ao real valor envolvido nessa modalidade de trabalho, que sustenta a economia exterior ao âmbito doméstico, mais ostensiva e mensurável.

Na realidade, as medidas recentes voltadas para a inclusão previdenciária de milhões de cidadãos brasileiros ainda não surtiram o efeito desejado no que se refere, especificamente, ao trabalho doméstico. É exemplo disso, a possibilidade, fixada em Lei, de dedução dos pagamentos efetuados aos domésticos do Imposto de Renda das Pessoas Físicas. Na maioria dos casos, essa possibilidade acabou beneficiando apenas aqueles que já dão tratamento formal às relações de emprego domésticas.

Sendo assim, é necessário que novas iniciativas venham a ser tomadas. É necessário que toda essa massa de trabalhadores, praticamente oculta nas pesquisas econômicas, deixe de estar submetida às incertezas da eventual cobertura da Assistência Social, para ingressar, de fato, no círculo da cobertura integral da Previdência Social, com benefícios para a distribuição da renda, diminuição da pobreza e melhoria dos indicadores econômicos e sociais. Tudo isso, em última instância, gerará benefícios para as novas gerações e para a construção de uma sociedade futura melhor e mais justa.

É lamentável, mas nunca é demais lembrar que, no âmbito das relações domésticas, o trabalho escravo ou semi-escravo ainda persiste, envolvendo um número relevante de trabalhadores e trabalhadoras. Muitos deles começaram a trabalhar na infância e nunca conheceram o trabalho remunerado regular. Muitos fatos continuam inacessíveis à fiscalização do trabalho e das entidades que defendem os direitos humanos.

Diante desse quadro de elevada informalidade e, por que não dizer, desrespeito à legislação, julgamos que a redução das alíquotas de contribuição para a Previdência Social, a cargo de empregadores e empregados domésticos, pode ser um relevante estímulo à inclusão previdenciária de milhares ou milhões de trabalhadores domésticos. No caso, estamos propondo a adoção de um percentual de 5% (cinco por cento) do valor do salário-de-contribuição para os recolhimentos.

Registre-se que, recentemente, através da Medida Provisória nº 529, de 7 de abril de 2011, o Governo Federal fixou em cinco por cento a alíquota de contribuição para o microempreendedor individual, que optar pela exclusão do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição. Em se tratando de empregados domésticos, essa opção parece-nos desnecessária, já que dificilmente essa modalidade de benefício chega a beneficiar esses trabalhadores.

Por todas essas razões, consideramos justos os termos das alterações propostas. Esperamos contar com o apoio de nossos Pares para a rápida tramitação da matéria e, eventualmente, o aprimoramento do texto sugerido.

Sala das Sessões, 26 de abril de 2011

Senador VANESSA GRAZZIOTIN

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N° 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991.

Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO III DA CONTRIBUIÇÃO DO SEGURADO

Seção I

Da Contribuição dos Segurados Empregado, Empregado Doméstico e Trabalhador Avulso

Art. 20. A contribuição do empregado, inclusive o doméstico, e a do trabalhador avulso é calculada mediante a aplicação da correspondente alíquota sobre o seu salário-de-contribuição mensal, de forma não cumulativa, observado o disposto no art. 28, de acordo com a seguinte tabela: (Redação dada pela Lei nº 9.032, de 28.4.95).

Salário-de-contribuição	Aliquota em %
até 249,80	8,00
de 249,81 até 416,33	9,00
de 416,34 até 832,66	11,00

(Valores e alíquotas dados pela Lei nº 9.129, de 20.11.95)⁴

§ 1º Os valores do salário-de-contribuição serão reajustados, a partir da data de entrada em vigor desta Lei, na mesma época e com os mesmos índices que os do reajuste dos benefícios de prestação continuada da Previdência Social.(Redação dada pela Lei nº 8.620, de 5.1.93)

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se também aos segurados empregados e trabalhadores avulsos que prestem serviços a microempresas. (Parágrafo acrescentado pela Lei nº 8.620, de 5.1.93)

(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa, onde poderá receber emendas por um período de cinco dias úteis, após sua publicação e distribuição em avulsos.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº190, DE 2011

Acrescenta Parágrafo Único ao Art. 4º da Lei 9.126, de 10 de novembro de 1995, para determinar que ao saldo não desembolsado do BNDES seja dado o mesmo tratamento dos saldos dos recursos dos Fundos Constitucionais.

Art. 1º Acrescente-se Parágrafo Único ao artigo 4º da Lei 9.126, de 10 de novembro de 1995.

“Art. 4º

Parágrafo Único. Os recursos não desembolsados pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES devem ser remunerados obedecendo a mesma regra de que trata o caput deste artigo” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Em 2010, o lucro líquido do BNDES foi de R\$ 9,9 bilhões, com crescimento de 47% em relação ao lucro observado no ano de 2009, que foi de R\$ 6,7 bilhões. Desde o final de 2008, o governo federal vem emprestando recursos ao BNDES por meio de novas emissões do Tesouro Nacional, que aumentam a dívida pública. Os empréstimos do Tesouro Nacional para bancos públicos passaram de R\$ 9,6 bilhões, em 2006, para R\$315 bilhões, em 2011, representando um aumento de 3.281%.

Esse não é o meio sustentável de fortalecimento do BNDES, uma vez esses empréstimos têm como contrapartida aumento da dívida bruta maior e mais cara do que o retorno que o Tesouro recebe e, assim, essas operações tem um impacto fiscal pelo diferencial de juros entre SELIC e TJLP, que impacta no crescimento da Dívida Líquida do Setor Público (DLSP).

Essa operação ao BNDES, ponto de vista econômico não faz o mínimo sentido: o Tesouro Nacional repassa recursos em títulos públicos para o BNDES, remunerados pela TJLP, e permite que o Banco faça empréstimos cobrando dos tomadores a taxa SELIC e deixar que o banco fique usufruindo de um rendimento maior (SELIC) que a correção de sua dívida pela TJLP antes desses recursos serem efetivamente emprestados.

Isso tem aumentado artificialmente o lucro do BNDES, resultado da falta de transparéncia do Governo Federal no uso dos recursos públicos.

É possível que o aumento do lucro do BNDES por meio dessas operações seja induzido pelo Tesouro

para transformar um aumento de sua dívida em maior lucro para o banco, que aumentaria o pagamento de dividendos ao Tesouro. O lucro do BNDES em 2007 (R\$ 7,3 bilhões) foi maior do que em 2009 (R\$ 6,7 bilhões), entretanto, em 2007, o pagamento dos dividendos foi de R\$ 0,9 bilhão contra R\$ 14,45 bilhões em 2009. Como o banco precisa de **funding** para novos empréstimos, o correto seria reter o pagamento de dividendos.

No entanto, o Tesouro demanda transferências crescentes do BNDES para gerar receita primária, mesmo que, em seguida, sejam necessárias novas emissões para empréstimos ao banco.

Essa operação, de criar receita primária por meio de dívida, constitui-se uma verdadeira contabilidade criativa: (1) o Tesouro aumenta a dívida; (2) empresta ao BNDES; (3) o Tesouro aumenta a receita primária; (4) o BNDES necessita de novos aportes; (5) O BNDES aplica os recursos no mercado financeiro; (6) O BNDES aumenta seu lucro; (7) O BNDES distribui lucro para seus funcionários. (8) o Tesouro recebe mais dividendos do BNDES.

Essa ciranda financeira é um fenômeno novo na história recente do BNDES, que cada vez mais se transforma em um braço de atuação do seu agente controlador, o Tesouro Nacional, com baixa transparéncia fiscal que tanto caracterizaram a relação entre bancos estaduais e seus controladores.

Que o BNDES é cada vez mais um braço de atuação do Tesouro Nacional não resta dúvida, como se observa pela crescente importância do Tesouro no passivo total do banco, que passou de uma média de 10% de 2001 a 2007 para 51,4% em 2010.

Os dados expostos lançam dúvidas sobre o que parecia ser um excepcional resultado do BNDES em 2010. O lucro do Banco foi fortemente influenciado por suas aplicações em títulos públicos.

Assim, para evitar que o BNDES se aproprie do diferencial de juros, é que sugiro que se submeta as mesmas regras de remuneração dos saldos não aplicados dos bancos operadores dos Fundos Constitucionais de Financiamento.

O BNDES é um banco importante para o Brasil e para o financiamento da atividade produtiva. Assim, espera-se que a maior parte de seu lucro decorra de sua atividade fim que é o fomentar o setor produtivo do País.

Não foi para realizar aplicações típicas de um Fundo de Investimento privado, que a sociedade brasileira autorizou repasses do Tesouro Nacional ao BNDES.

Sala das Sessões, 26 de abril de 2011. – Senador **Aloysio Nunes Ferreira**.

LEGISLAÇÃO CITADA**LEI Nº 9.126, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1995**

Dispõe sobre a aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP sobre empréstimos concedidos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e dos Fundos de Investimentos do Nordeste e da Amazônia e do Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo, e com recursos das Operações Oficiais de Crédito, altera dispositivos da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.

Art. 4º Os saldos diários dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, do FINOR, do FINAM e do FUNRES, bem como dos recursos depositados na forma do art. 19 da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, enquanto não desembolsados pelos bancos administradores e operadores, serão remunerados com base na taxa extra-mercado divulgada pelo Banco Central do Brasil.

(À Comissão de Assuntos Econômicos
– decisão terminativa.)

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 191, DE 2011**

Altera o art. 65 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para assegurar ao empregado doméstico o benefício do salário-família.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 65 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação, numerando-se o atual parágrafo único como § 1º:

“Art. 65. O salário-família será devido, mensalmente, ao segurado empregado, ao segurado empregado doméstico e ao segurado trabalhador avulso, na proporção do respectivo número de filhos ou equiparados nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, observado o disposto no art. 66.

.....
§ 2º O salário-família devido ao empregado doméstico será pago diretamente pela Previdência Social.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O benefício do salário-família, assegurado constitucionalmente aos trabalhadores de baixa renda,

inexplicavelmente, não é devido aos empregados domésticos. Um paradoxo, pois esse instituto, voltado justamente para satisfazer às necessidades vitais dos trabalhadores, quando ampliadas em razão dos encargos familiares, não se aplica a uma categoria que, essencialmente, situa-se numa camada social que percebe os mais baixos salários.

O salário-família é um benefício de natureza social e econômica e foi instituído para proporcionar maior poder aquisitivo aos que ganham menos e, ao mesmo tempo possuem, proporcionalmente em relação à renda, elevados encargos pessoais e familiares, representando, nos dizeres de Arnaldo Süsskind, uma das mais fortes expressões da justiça social, eis que constitui um valioso e eficaz instrumento de redistribuição de riqueza.

O instituto do salário-família, como instrumento de compensação dos encargos familiares, é tão relevante que a *Declaração Universal dos Direitos do Homem*, aprovada pela Organização das Nações Unidas, adotou o seguinte princípio:

Todo homem que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.

De outro modo, além de ser questão de justiça, o projeto estará estimulando a FORMALIDADE.

Hoje, de acordo com o PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio) 2009 do IBGE, são 1.995.000 (27,62%) empregos domésticos com Carteira de Trabalho assinada, para um total de 7.223.000, ou seja, uma informalidade de 4.969.000, correspondente a 68,79% da categoria, pois a diferença de 259.000 é composta por Diaristas, que são contribuintes individuais da Previdência Social sem vínculo empregatício.

Destaque-se que 93% (noventa e três por cento) desses postos são ocupados por mulheres.

Segundo estimativas do Instituto Doméstica Legal numa primeira etapa 2.095.000 de empregados domésticos deverão permanecer ainda na informalidade, por perceberem até meio salário mínimo por mês.

Porém, os outros 3.005.000 empregados poderiam se posicionar formalmente no mercado de trabalho e não o fazem porque, em detrimento ao regular registro laboral, os empregados domésticos preferem a informalidade, visando auferir uma melhor renda por meio dos recursos do Bolsa Família.

Com o Salário-família os empregados domésticos terão interesse na formalidade, pois passarão a receber aquele benefício, compensando a perda do Bolsa Família.

Além disso, a formalidade garantirá férias, 13º salário, vale transporte e, ao menos, o salário mínimo a todos esses trabalhadores. Ainda lhes trará segurança previdenciária, com todos os direitos garantidos, entre outros a aposentadoria, o afastamento por doença, o salário maternidade e a pensão por morte.

Por fim, importante destacar que não se pretende criar despesa sem a necessária identificação da fonte de receita.

Como é cediço, a Lei 11.324 de 19 de julho de 2006, em seu artigo 1º, permitiu a dedução da contribuição patronal paga à Previdência Social pelo empregador doméstico incidente sobre o valor da remuneração do empregado até o exercício de 2012, ano-calendário de 2011.

Se contarmos que, conforme dados da Receita Federal, 1/3 dos empregados domésticos (700.000) formais atuais (1.995.000), usam o Modelo Completo na Declaração de Ajuste Anual de Imposto de Renda, tendo uma dedução máxima permitida de (R\$ 810,60), temos que haverá um aumento da arrecadação para 2012 de aproximadamente R\$567.000.000,00 (quinhentos e sessenta e sete milhões de reais).

E mais, mesmo o Salário-família sendo pago integralmente pela Previdência Social, sem acarretar aumento na contribuição para empregador e empregado, ela irá se beneficiar diretamente pelo aumento de contribuintes e, consequentemente, de arrecadação.

Porém, acreditando na aprovação deste projeto de lei e dos PLS 159, 160 e 161, de 2009, da ex-Senadora Serys Sthessarenko, e 447, de 2009, do Senador Garibaldi Alves Filho, hoje Ministro da Previdência Social, estes últimos já aprovados no Senado Federal e, que neste momento se encontram na Câmara dos Deputados, todos eles com base na campanha *Legalize sua doméstica e pague menos INSS*, do Instituto Doméstica Legal, certamente irão deixar anualmente mais de R\$ 1.200.000.000 (um bilhão e duzentos milhões de reais) para a Previdência Social.

Associe-se tudo isso ao fato que haverá economia nas despesas do Bolsa Família de aproximadamente 3 milhões de beneficiários, que hoje são trabalhadores domésticos informais. Quanto mais empregados domésticos com Carteira de Trabalho assinada, menos despesas para o Bolsa Família.

Assim, como o Bolsa Família paga, no mínimo, R\$ 70,00 por família, cuja renda não ultrapasse R\$ 70,00 por pessoa, teríamos aí uma economia de R\$ 2.100.000.000,00 (dois bilhões e cem milhões de reais).

Por sua vez, sabendo que o valor atual do Salário Família para quem ganha até R\$ 573,58 é de R\$ 29,41, e para quem ganha entre R\$ 573,59 até R\$ 862,11 é

de R\$ 20,73, utilizaremos uma média fornecida pelo mesmo Instituto Doméstica Legal, de R\$ 23,00, para calcularmos o valor previsto das despesas.

Seguindo tal raciocínio lógico, supondo que todos os empregados domésticos recebessem um benefício, teríamos no valor de R\$ 23,00 multiplicado pelo máximo de empregos formais possíveis – 5.000.000 (cinco milhões) – atingindo uma despesa mensal de R\$ 115.000.000 e anual de R\$ 1.380.000.000 (um bilhão, trezentos e oitenta milhões de reais).

Portanto, muito aquém da necessidade de recurso.

Há que se ressaltar que o art. 66 da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, concede o benefício somente àqueles empregados que tenha filhos com idade de até 14 anos, reduzindo muito o universo de beneficiados.

Sendo assim, com o presente projeto pretendemos acabar com uma odiosa discriminação que a nossa legislação previdenciária faz em relação ao empregado doméstico ao excluí-lo do benefício do salário-família, o que é injustificado, eis que ele também contribui, como os demais trabalhadores, para a manutenção da Previdência Social.

Estaremos fazendo Justiça Social e Inclusão Trabalhista a milhões de trabalhadores domésticos, ou seja, ajudando a decretar a Lei Áurea no emprego doméstico Brasileiro.

O presente Projeto de Lei atende à reivindicação da Campanha *Legalize sua doméstica e pague menos INSS* do Instituto Doméstica Legal.

Pelas razões expostas, esperamos contar com o apoio dos nossos nobres Pares para o aperfeiçoamento e aprovação do presente projeto de lei. – Senadora Lídice da Mata.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Seção II Dos Dependentes

Art. 16. São beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado:

I – o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido;

II – os pais;

III – o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido;

§ 1º A existência de dependente de qualquer das classes deste artigo exclui do direito às prestações os das classes seguintes.

§ 2º O enteado e o menor tutelado equiparam-se a filho mediante declaração do segurado e desde que comprovada a dependência econômica na forma estabelecida no Regulamento.

§ 3º Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que, sem ser casada, mantém união estável com o segurado ou com a segurada, de acordo com o § 3º do art. 226 da Constituição Federal.

§ 4º A dependência econômica das pessoas indicadas no inciso I é presumida e a das demais deve ser comprovada.

Subseção VI Do Salário-Família

Art. 65. O salário-família será devido, mensalmente, ao segurado empregado, exceto ao doméstico, e ao segurado trabalhador avulso, na proporção do respectivo número de filhos ou equiparados nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, observado o disposto no art. 66.

Parágrafo único. O aposentado por invalidez ou por idade e os demais aposentados com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais de idade, se do sexo masculino, ou 60 (sessenta) anos ou mais, se do feminino, terão direito ao salário-família, pago juntamente com a aposentadoria.

Art. 66. O valor da cota do salário-família por filho ou equiparado de qualquer condição, até 14 (quatorze) anos de idade ou inválido de qualquer idade é de:

I – Cr\$ 1.360,00 (um mil trezentos e sessenta cruzeiros), para o segurado com remuneração mensal não superior a Cr\$ 51.000,00 (cinquenta e um mil cruzeiros);

II – Cr\$ 170,00 (cento e setenta cruzeiros), para o segurado com remuneração mensal superior a Cr\$ 51.000,00 (cinquenta e um mil cruzeiros).

LEI Nº 11.324, DE 19 DE JULHO DE 2006

Altera dispositivos das Leis nos 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 5.859, de 11 de dezembro de 1972; e revoga dispositivo da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12.

VII – até o exercício de 2012, ano-calendário de 2011, a contribuição patronal paga à Previdência Social pelo empregador doméstico incidente sobre o valor da remuneração do empregado.

.....

§ 3º A dedução de que trata o inciso VII do caput deste artigo:

I – está limitada:

a) a 1 (um) empregado doméstico por declaração, inclusive no caso da declaração em conjunto;

b) ao valor recolhido no ano-calendário a que se referir a declaração;

II – aplica-se somente ao modelo completo de Declaração de Ajuste Anual;

III – não poderá exceder:

a) ao valor da contribuição patronal calculada sobre 1 (um) salário mínimo mensal, sobre o 13º (décimo terceiro) salário e sobre a remuneração adicional de férias, referidos também a 1 (um) salário mínimo;

b) ao valor do imposto apurado na forma do art. 11 desta Lei, deduzidos os valores de que tratam os incisos I a III do caput deste artigo;

IV – fica condicionada à comprovação da regularidade do empregador doméstico perante o regime geral de previdência social quando se tratar de contribuinte individual.”

(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – A Presidência recebeu, da Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2011 (nº 5.238/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que cria Cargos em Comissão e Funções Comissionadas no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP) e dá outras providências.

É o seguinte o Projeto:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 26, DE 2011

(nº 5.238/2005, na Casa de origem)

(De iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho)

Cria Cargos em Comissão e Funções
Comissionadas no Tribunal Regional do
Trabalho da 2ª Região e dá outras
providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam criados, no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, os Cargos em Comissão e as Funções Comissionadas constantes dos Anexos I e II desta Lei.

Parágrafo único. Os Cargos em Comissão e as Funções Comissionadas serão preenchidos, exclusivamente, por servidores detentores de cargo de provimento efetivo do Quadro de Pessoal.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta dos recursos orçamentários próprios do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

ANEXO I
(Art. 1º da Lei nº de de)

CARGOS EM COMISSÃO

DESCRIÇÃO	NÍVEL	QUANTIDADE
Diretor de Secretaria	CJ-03	1
Secretário da Escola da Magistratura	CJ-03	1
Secretário da Vice-Presidência Administrativa	CJ-03	1
Secretário da Vice-Presidência Judicial	CJ-03	1
Chefe de Gabinete de Juiz	CJ-02	64
Diretor de Serviço	CJ-02	8
Total		76

ANEXO II
(Art. 1º da Lei nº , de de de)

FUNÇÕES COMISSIONADAS

DESCRIÇÃO	NÍVEL	QUANTIDADE
Executante de Mandados	FC-05	416
Assistente Administrativo	FC-05	50
Assistente de Diretor de Vara do Trabalho	FC-04	139
Assistente de Gabinete da Presidência	FC-04	4
Assistente de Juiz	FC-03	146
Assistente de Gabinete	FC-03	11
Assistente de Diretor de Distribuição	FC-03	1
Técnico de Informática	FC-03	10
Segurança Especializado	FC-02	43
Auxiliar de Gabinete	FC-02	17
Assistente de Informática	FC-02	19
Datilógrafo de Audiência e Gabinete	FC-02	120
Agente Especializado	FC-02	90
Assistente de Enfermagem	FC-02	3
Assistente Médico	FC-02	2
Auxiliar Administrativo	FC-02	24
Agente de Apoio à Informática	FC-01	10
Auxiliar de Expediente (atendente de balcão)	FC-01	148
Auxiliar Especializado	FC-01	21
Oficial de Artesanato	FC-01	1
Total		1.275

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 5.238, DE 2005

Cria Cargos em Comissão e Funções Comissionadas no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, e dá outras providências.

O P R E S I D E N T E D A R E P Ú B L I C A

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam criados, no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, os Cargos em Comissão e as Funções Comissionadas constantes dos Anexos I e II desta Lei.

Parágrafo único. Os Cargos em Comissão e as Funções Comissionadas serão preenchidos, exclusivamente, por servidores detentores de cargo de provimento efetivo do Quadro de Pessoal.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta dos recursos orçamentários próprios do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, de de ; 184º da Independência e 117º da República.

ANEXO I

(Art. 1º da Lei n.º , de de de)

CARGOS EM COMISSÃO

DESCRIÇÃO	NÍVEL	QUANTIDADE
Diretor de Secretaria	CJ-03	01
Secretário da Escola da Magistratura	CJ-03	01
Secretário da Vice-Presidência Administrativa	CJ-03	01
Secretário da Vice-Presidência Judicial	CJ-03	01
Chefe de Gabinete de Juiz	CJ-02	64
Diretor de Serviço	CJ-02	08
Total		76

ANEXO II

(Art. 1º da Lei n.º , de de de)

FUNÇÕES COMISSONADAS

DESCRIÇÃO	NÍVEL	QUANTIDADE
Executante de Mandados	FC-05	416
Assistente Administrativo	FC-05	50
Assistente de Diretor de Vara do Trabalho	FC-04	139
Assistente de Gabinete da Presidência	FC-04	4
Assistente de Juiz	FC-03	146
Assistente de Gabinete	FC-03	11
Assistente de Diretor de Distribuição	FC-03	1
Técnico de Informática	FC-03	10
Segurança Especializado	FC-02	43
Auxiliar de Gabinete	FC-02	17
Assistente de Informática	FC-02	19
Datilógrafo de Audiência e Gabinete	FC-02	120
Agente Especializado	FC-02	90
Assistente de Enfermagem	FC-02	3
Assistente Médico	FC-02	2
Auxiliar Administrativo	FC-02	24
Agente de Apoio à Informática	FC-01	10
Auxiliar de Expediente (atendente de balcão)	FC-01	148
Auxiliar Especializado	FC-01	21
Oficial de Artesanato	FC-01	1
Total		1275

JUSTIFICATIVA

Nos termos do artigo 96, inciso II, alínea "b", da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação dos Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional anteprojeto de lei examinado e aprovado pelo Egípcio Pleno do Tribunal Superior do Trabalho, conforme RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 1022/2004, publicada no Diário da Justiça da União, Seção 1, de 07 de dezembro de 2004, que, **sem qualquer aumento de despesa**, propõe a criação de cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria do TRT da 2ª Região, no Estado de São Paulo, representando a proposta apenas a ratificação da transformação de cargos em comissão e de funções comissionadas já ocorridas.

O Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região justifica o pleito no fato de que, por ocasião da transformação e alteração de cargos em comissão e de funções comissionadas por ato administrativo intorno daquela Corte Regional, após a edição da Lei nº 9.421/96, a matéria ensejava várias interpretações.

Com efeito, à questão foi dado, em época pretérita, o entendimento segundo o qual a criação ou transformação de cargos em comissão e de funções gratificadas prescindia de texto legal porque inserta dentro dos limites da autonomia administrativa assegurada aos Tribunais pelo art. 96, inciso I, alínea "b", da Constituição Federal. Neste sentido tem-se o Ato Regulamentar Nº 26/96 do Supremo Tribunal Federal, e Resolução Administrativa nº42/91 deste Tribunal Superior do Trabalho.

Posteriormente, com a edição da Lei nº 9.421/96, que criou as carreiras dos servidores do Poder Judiciário, pacificou-se o entendimento de que a criação, transformação ou extinção de cargos, empregos ou funções do Judiciário somente é possível mediante lei de iniciativa dos Tribunais, consoante art. 96, inciso II alínea "b" da Constituição Federal, tendo este Tribunal Superior do Trabalho editado a Resolução Administrativa nº 833/2002 vedando, expressamente, a criação de função comissionada ou a sua transformação com elevação ou redução de nível, a partir de 26/12/96, e o Tribunal de Contas da União, em apreciações de contas dos Tribunais Regionais, vir firmando jurisprudência no sentido de determinar a anulação de atos administrativos que criaram ou transformaram cargos em comissão ou funções comissionadas em face do disposto no art. 48, inciso X, c/c o art. 96, inciso II, alínea "b" da Constituição vigente.

Examinada a matéria pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, advém Parecer favorável à proposição objeto do presente anteprojeto de lei, haja vista que "Concentrando a maior demanda processual do País - no ano de 2003 foram ajuizadas nas Vara do Trabalho do Estado 314.301 (trezentas e quatorze mil e trezentas e uma) ações, conforme dados estatísticos colhidos no site do TST, quase 20% do total de ações ajuizadas na Justiça do Trabalho (1.706.778) -, o TRT da 2ª Região conta com 141 Varas do Trabalho, 64 Magistrados de segunda instância, 140 juízes titulares de Vara

do Trabalho, 105 juizes substitutos, e 2.803 cargos efetivos, conforme dados apurados na última Correição Ordinária, realizada em junho/2003, pelo então Corregedor-Geral, Ministro Ronaldo Leal.

O Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região enfrenta séria insuficiência de recursos humanos. As Vara(s) do Trabalho funcionam com 8 ou 9 servidores, para uma demanda processual de aproximadamente 2.300 ações por ano. Com isso, o prazo médio de julgamento de um processo é elevado, 194 dias, enquanto a média nacional é de 137 dias (dados colhidos no site do TST, para o ano de 2003). Além disso, o desgaste causado aos servidores é visível; na última correição foi constatado que muitos servidores de 1ª instância sofrem das chamadas "doenças profissionais". - 'A situação é constrangedora', desabafa o Ex.º Sr. Ministro Ronaldo Leal, na data da correição.

Associa-se a esse quadro caótico, a instabilidade gerada diante do iminente risco de haver um substancial decréscimo na remuneração de grande parte dos servidores daquele Tribunal, que tiveram suas funções criadas ou transformadas por ato administrativo interno, o que pode trazer gravés prejuízos à prestação jurisdicional.

Ressalte-se que a criação dessas funções não implicará, conforme demonstrado em documento transladado pela Corte Trabalhista, aumento de despesa com pessoal, pois já vêm correndo à conta dos recursos orçamentários e financeiros daquela Unidade, estando, portanto, ao abrigo do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Assim sendo, objetivando regularizar o quadro de pessoal do TRT da 2ª Região, principalmente em face da extrema deficiência de mão-de-obra que enfrenta aquela Corte Trabalhista e à vista de potencial prejuízo ao funcionamento do Tribunal e, ainda, tendo em vista que a proposta não implica aumento de despesa, sugerimos que o anteprojeto de lei, que dispõe sobre a criação de 76 cargos em comissão e 1.275 funções comissionadas no TRT da 2ª Região, seja encaminhado ao Congresso Nacional."

Com estas considerações, submeto o anexo anteprojeto de lei à apreciação desse Poder Legislativo esperando que a proposição mereça a mais ampla acolhida, convertendo-se em lei com a urgência possível.

Brasília, 13 de maio de 2005.



VANTUIL ABDALA
Ministro Presidente do
Tribunal Superior do Trabalho

*Conselho Nacional de Justiça***Pedido de Providências 113**

Requerente: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região
Assunto: PL 5238/05

RELATÓRIO

O Tribunal Superior do Trabalho enviou ao Congresso Nacional, em 2005, proposta legislativa de criação de cargos e funções no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região - São Paulo, protocolizada como projeto de lei 5238/05.

O projeto de lei 5238/2005 prevê, em síntese, a criação de 76 Cargos em Comissão - CJ's e de 1.275 funções comissionadas.

A Comissão Técnica da Secretaria do Supremo Tribunal Federal, instituída por meio da Portaria nº 336, de 29 de setembro de 2005, opina, quanto aos aspectos orçamentários e vinculados à Lei de Responsabilidade Fiscal, enquadrar-se o projeto aos termos dos incisos da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Quanto ao mérito, com apoio nos Indicadores Estatísticos do STF 2003, sugere seja aprovada criação dos cargos em comissão (76). NO entanto, quanto às funções comissionadas é favorável à criação de apenas 707, porque relacionadas à área-fim. Opõe-se à criação daqueles que não sejam da área-fim da Justiça Trabalhista.

O Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região insiste na aprovação integral das propostas legislativas, argumentando em síntese, que o PL 5238/2005, não importará aumento de despesas, porquanto objetiva, acatando determinação do Tribunal de Contas da União, regularizar a situação dos 1351 cargos (76) e

funções comissionadas (1275), criados por meio de ato administrativo.

É o que havia de relevante a relatar.

VOTO

Quanto à proposta de criação de cargos em comissão (76) e de funções comissionadas (1275), no total de 1351, constantes no PL 5238/05, inclino-me, não obstante a sugestão técnica de redução, pela aprovação da proposta legislativa em sua inteireza, nos termos em que apresentados, porque este Conselho nas sessões precedentes, em casos análogos, ao apreciar os Pedidos de Providências 118/2205, relatado pela Conselheira Ruth de Carvalho, em 31.01.2006 e 115/2005, relatado pelo Conselheiro Douglas Rodrigues, em 14.02.2006, manifestou-se a favor da aprovação de propostas que pretendiam, acatando determinação do TCU, regularizar a situação de cargos e funções instituídos mediante ato administrativo, respectivamente, nos Tribunais Regionais do Trabalho da 21ª e da 5ª Regiões.

Invoco os precedentes deste Conselho antes citados para seguir idêntica orientação.

Isto posto, VOTO pela manifestação favorável à aprovação do projeto de Lei 5238/2005, em sua integralidade.

Brasília, 07 de março de 2006.

Germana Moraes
CONSELHEIRA GERMANA MORAES
Relatora

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – O Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2011, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – A Presidência recebeu, da Câmara dos Deputados, os seguintes Projetos de Decreto Legislativo:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 122, DE 2011 (nº 2.548/2010, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Libéria, celebrado em Monróvia, em 29 de maio de 2009.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Libéria, celebrado em Monróvia, em 29 de maio de 2009.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA
REPÚBLICA DA LIBÉRIA**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

o Governo da República da Libéria
(doravante denominados “Partes Contratantes”),

Tendo em vista o interesse de fortalecer os laços de amizade existentes entre seus povos;

Considerando o interesse mútuo em aperfeiçoar e estimular o desenvolvimento socioeconômico de seus respectivos países;

Convencidos da necessidade de dar ênfase ao desenvolvimento sustentável;

Reconhecendo as vantagens recíprocas resultantes da cooperação técnica em áreas de interesse comum;

Desejosos de desenvolver a cooperação que estimule o progresso técnico,

Acordam o seguinte:

Artigo I

O presente Acordo de Cooperação Técnica, doravante denominado ‘Acordo’, tem por objeto promover a cooperação técnica nas áreas consideradas prioritárias pelas Partes Contratantes.

Artigo II

Na consecução dos objetivos do presente Acordo, as Partes Contratantes poderão fazer uso de mecanismos trilaterais de cooperação, por meio de parcerias triangulares com outros países, organizações internacionais e agências regionais.

Artigo III

1. Os programas e projetos de cooperação técnica serão implementados por meio de Programas Executivos.
2. Igualmente por meio de Programas Executivos, serão definidos as instituições executoras, os órgãos coordenadores e os insumos necessários à implementação dos mencionados programas e projetos.
3. Dos programas, projetos e atividades a serem desenvolvidos ao amparo do presente Acordo poderão participar instituições dos setores público e privado, assim como organizações não-governamentais e organismos internacionais, conforme acordado por meio de Programas Executivos.
4. As Partes Contratantes contribuirão, em conjunto ou separadamente, para a implementação dos programas, projetos e atividades aprovados pelas Partes Contratantes e poderão buscar financiamento de organizações internacionais, fundos, programas internacionais e regionais e de outros doadores.

Artigo IV

1. Serão realizadas reuniões entre representantes das Partes Contratantes para tratar de assuntos pertinentes aos programas, projetos e atividades da cooperação técnica, como:
 - a) avaliar e definir áreas comuns prioritárias nas quais seria viável a implementação de cooperação técnica;
 - b) estabelecer mecanismos e procedimentos a serem adotados pelas Partes Contratantes;
 - c) examinar e aprovar Planos de Trabalho;
 - d) analisar, aprovar e acompanhar a implementação dos programas, projetos e atividades de cooperação técnica; e
 - e) avaliar os resultados da execução dos programas, projetos e atividades implementados no âmbito deste Acordo.
2. O local e data das reuniões serão acordados por via diplomática.

Artigo V

Cada uma das Partes Contratantes garantirá que os documentos, informações e outros conhecimentos obtidos em decorrência da implementação deste Acordo não sejam

divulgados nem transmitidos a terceiros sem o prévio consentimento por escrito da outra Parte Contratante.

Artigo VI

As Partes Contratantes assegurarão ao pessoal enviado por uma das Partes Contratantes, no âmbito do presente Acordo, todo o apoio logístico necessário relativo à sua instalação, facilidades de transporte e acesso à informação necessária para o cumprimento de suas funções específicas, bem como outras facilidades a serem especificadas nos Programas Executivos.

Artigo VII

1. Cada Parte Contratante concederá ao pessoal designado pela outra Parte Contratante para exercer suas funções no seu território, no âmbito do presente Acordo, bem como aos seus dependentes legais, quando for o caso, com base na reciprocidade de tratamento, desde que não se trate de brasileiros em território brasileiro ou estrangeiros com residência permanente no Brasil:

- a) vistos, conforme as regras aplicáveis a cada Parte Contratante, solicitados por canal diplomático;
- b) isenção de taxas aduaneiras e de outros impostos incidentes sobre a importação de objetos pessoais, durante os primeiros seis meses de estada, com exceção de taxas relativas a despesas de armazenagem, transporte e outros serviços conexos, destinados à primeira instalação, sempre que o prazo de permanência legal no país anfitrião seja superior a um ano. Tais objetos deverão ser reexportados ao final da missão, a menos que os impostos de importação, dos quais foram originalmente isentos, sejam pagos;
- c) isenção e restrição idênticas àquelas previstas na alínea "b" deste Artigo, quando da reexportação dos referidos bens;
- d) isenção de impostos sobre renda quanto a salários a cargo de instituições da Parte Contratante que os enviou. No caso de remunerações e diárias pagas pela instituição que os recebe, será aplicada a legislação do país anfitrião, observados os acordos de tributação eventualmente firmados entre as Partes Contratantes;
- e) imunidade jurisdicional no que concerne aos atos de ofício praticados no âmbito deste Acordo; e
- f) facilidades de repatriação em caso de situações de crise.

2. A seleção do pessoal será feita pela Parte Contratante que o enviar e deverá ser aprovada pela Parte Contratante que o receber.

Artigo VIII

O pessoal enviado de um país a outro no âmbito do presente Acordo deverá atuar em função do estabelecido em cada programa, projeto ou atividade e estará sujeito às leis e regulamentos vigentes no território do país anfitrião, ressalvado o disposto no Artigo VII do presente Acordo.

Artigo IX

1. Os bens, equipamentos e outros itens eventualmente fornecidos por uma Parte Contratante à outra, para a execução de programas, projetos e atividades desenvolvidas no âmbito deste Acordo, como definido e aprovado no respectivo Ajuste Complementar, serão isentos de taxas, impostos e demais gravames de importação e de exportação, com exceção daqueles relativos a despesas de armazenagem, transporte e outros serviços conexos.

2. Ao término dos programas, projetos e atividades, todos os bens, equipamentos e demais itens que não tiverem sido transferidos a título permanente à outra Parte Contratante pela Parte Contratante que os forneceu serão reexportados com igual isenção de direitos de exportação e outros impostos normalmente incidentes, com exceção de taxas e encargos relativos a despesas de armazenagem, transporte e outros serviços conexos.

3. No caso da importação ou exportação de bens destinados à execução de programas, projetos e atividades desenvolvidas no âmbito do Acordo, a instituição pública encarregada da execução será responsável pelas medidas necessárias à liberação alfandegária dos referidos bens.

Artigo X

1. Cada Parte Contratante notificará a outra, por via diplomática, do cumprimento das formalidades legais internas necessárias à entrada em vigor do presente Acordo, que terá vigência a partir da data de recebimento da última dessas notificações.

2. O presente Acordo terá vigência de 5 (cinco) anos, e será automaticamente prorrogado por períodos iguais e sucessivos, a menos que uma das Partes Contratantes manifeste, por via diplomática, sua intenção de denunciá-lo. A denúncia produzirá efeitos 6 (seis) meses após sua formalização.

3. Em caso de denúncia do presente Acordo, inclusive no caso da cooperação triangular com Terceiros Países, caberá às Partes Contratantes decidir sobre a continuidade ou não das atividades que se encontram em execução.

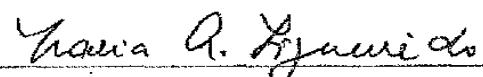
4. O presente Acordo poderá ser emendado nos termos do parágrafo primeiro deste Artigo.

Artigo XI

As controvérsias surgidas na implementação do presente Acordo serão dirimidas por todos os meios pacíficos e amigáveis admitidos no Direito Público Internacional, privilegiando-se a realização de consultas diretas entre as Partes Contratantes.

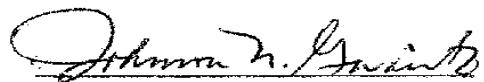
Feito em Monróvia, em 29 de maio de 2009, em dois (2) exemplares, nas línguas portuguesa e inglesa, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL



MARIA AUXILIADORA FIGUEIREDO
Embaixadora do Brasil junto à
República da Libéria

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DA
LIBÉRIA



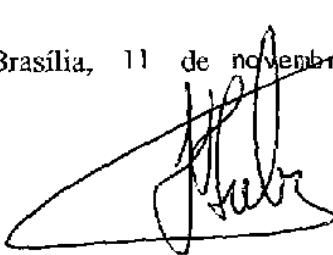
JOHNSON N. GWAJKOLO
Ministro, interino, dos Negócios
Estrangeiros da Repúblia da Liberia

Mensagem nº 912, de 2009.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Libéria, celebrado em Monróvia, em 29 de maio de 2009.

Brasília, 11 de novembro de 2009.



EM No 00295 ABC/DAI/DAF I/MRE – PAIN-BRAS-LIBE

Brasília, 06 de agosto de 2009

00001.007112/2009-28

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o anexo texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Libéria, assinado em Monróvia, em 29 de maio de 2009.

2. A assinatura desse instrumento atende à disposição de ambos os Governos de desenvolver a cooperação técnica em diversas áreas de interesse mútuo e consideradas prioritárias, de modo a estimular e aperfeiçoar o desenvolvimento social e econômico dos respectivos países.

3. A cooperação técnica prevista no documento poderá envolver instituições do setor público e privado, assim como organizações não-governamentais de ambos os países e de organismos internacionais. Para tanto, poderão ser convocadas reuniões entre as partes com vistas a assegurar a implementação do Acordo.

4. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, submeto a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autenticadas do Acordo.

Respeitosamente,

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 123, DE 2011

(nº 2.833/2010, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto da Emenda ao Anexo II do Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Cooperativista da Guiana, assinada em Georgetown, em 29 de junho de 2009.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Emenda ao Anexo II do Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Cooperativista da Guiana, assinada em Georgetown, em 29 de junho de 2009.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Emenda, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**EMENDA AO ANEXO II DO ACORDO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO
INTERNACIONAL DE PASSAGEIROS E CARGAS ENTRE OS GOVERNOS DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E DA REPÚBLICA COOPERATIVISTA DA
GUIANA**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Cooperativista da Guiana

(doravante denominados “Partes”),

Considerando o Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas, assinado em Brasília, em 7 de fevereiro de 2003 (doravante denominado “o Acordo”),

Acordam o seguinte:

ARTIGO 1

O Artigo 5 do Anexo II do Acordo terá a seguinte redação:

“1. Os valores mínimos de cobertura estabelecidos por este Acordo são os seguintes:

a) para danos a terceiros não transportados:

- a.1) morte e danos pessoais: US\$ 7.500,00 por pessoa;
- a.2) danos materiais: US\$ 6.000,00 por pessoa;
- a.3) morte e danos pessoais: US\$ 45.000,00 por acidente;
- a.4) danos materiais: US\$ 36.000,00 por acidente.

b) para danos a passageiros:

- b.1) morte e/ou danos pessoais: US\$ 7.500,00 por pessoa;
- b.2) danos materiais: US\$ 500,00 por passageiro;
- b.3) morte e/ou danos pessoais: US\$ 75.000,00 por acidente;
- b.4) danos materiais: US\$ 10.000,00 por acidente.

2. Poderão ser livremente acordados entre os segurados e as seguradoras valores de coberturas superiores aos mínimos constantes neste Acordo.”

ARTIGO 2

O Artigo 6 do Anexo II do Acordo terá a seguinte redação:

“Serão válidos os seguros de responsabilidade civil cobertos pelas empresas seguradoras do país de origem, desde que tenham acordos com empresas seguradoras do outro país, para a liquidação e pagamento das indenizações, em conformidade com as leis de cada país”.

ARTIGO 3

Cada uma das Partes deverá notificar a outra, por via diplomática, da conclusão dos requisitos legais internos necessários à aprovação da presente Emenda, que entrará em vigor na data da última notificação.

Feita em ~~Georgetown~~, em 29 de Junho de 2009, nos idiomas português e inglês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL:

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
COOPERATIVISTA DA GUIANA:

Mensagem nº 913, de 2009.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto da Emenda ao Anexo II do Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Cooperativista da Guiana, assinada em Georgetown, em 29 de junho de 2009.

Brasília, 11 de novembro de 2009.

EM No 00296

MRE – DAM IV/DAI/DNS/CGDECA [REDACTED] N-BRAS[REDACTED].ML

~~MENTO ASSINADO PELO PONTEIRO DA 200B.~~

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência, com vistas ao encaminhamento ao Congresso Nacional, a Emenda ao Anexo II do Acordo de Transporte Rodoviário de Passageiros e Cargas (ATIT) entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Cooperativista da Guiana, assinada em Georgetowa, em 29 de junho de 2009.

2. A Emenda tem como objetivo alterar os valores mínimos de cobertura de seguros aplicáveis ao transporte rodoviário internacional de passageiros e cargas entre o Brasil e a Guiana, disciplinados pelo Anexo II do referido Acordo, celebrado em Brasília em 7 de fevereiro de 2003 e promulgado pelo Decreto N.º 5.561, de 10 de outubro de 2005. Segundo o disposto no Acordo, as empresas habilitadas a realizar o transporte rodoviário internacional são obrigadas a contratar seguros de responsabilidade civil em seu país de origem com empresas seguradoras que tenham acordos com homólogas do outro país para o pagamento de eventuais indenizações.

3. Os valores mínimos de cobertura de seguros, estabelecidos pelo Artigo 5 do referido Anexo de 2003, foram considerados, pela Guiana, mais elevados do que aqueles definidos pela legislação interna do país. O Governo guianense alegou que a incompatibilidade com os valores mínimos praticados internamente criaria dificuldades à operação do transporte internacional. Por ocasião da Sessão Extraordinária da Comissão Mista Administradora do ATIT, realizada em Georgetown, em fevereiro de 2007, o Governo da Guiana propôs oficialmente revisar os valores mínimos constantes do Artigo 5 do referido Anexo II.

4. A negociação dos novos valores mínimos foi coordenada pelo Ministério das Relações Exteriores e subsidiada pela Superintendência de Seguros Privados do Ministério da Fazenda e pela Agência Nacional de Transportes Terrestres. Foram realizadas reuniões de coordenação interna em 17 de junho e de negociação com a parte guianense em 14 de novembro de 2008. Adicionalmente, consultas foram feitas pelo Itamaraty aos órgãos técnicos indicados acima, que acordaram reduzir substancialmente os valores mínimos, buscando adequá-los à solicitação guianense, ao passo em que se procurou mantê-los compatíveis com os valores praticados internamente no Brasil e com os valores estabelecidos em outros acordos semelhantes dos quais o Brasil é parte. Foi preservada, ainda, a possibilidade de que uma empresa contrate planos de seguros com coberturas superiores aos valores mínimos estabelecidos.

5. Com a vigência dos novos valores, criam-se melhores condições para que empresas seguradoras brasileiras e guianenses possam celebrar acordos para a liquidação de eventuais indenizações, e para que empresas transportadoras de ambos os países possam operar serviços de transporte rodoviário de passageiros e cargas. Como consequência, incentiva-se o estabelecimento de linhas regulares de passageiros e cargas entre o Brasil e a Guiana. Tais linhas, hoje inexistentes, são fundamentais para possibilitar o aumento dos fluxos de comércio e turismo entre os dois países, beneficiando, mais diretamente, os Estados do Amazonas e de Roraima, que têm acesso por rodovia até a fronteira com a Guiana (BR-174 e BR-401).

6. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, submeto a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autenticadas do Acordo.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Os Projetos de Decreto Legislativo nºs 122 e 123, de 2011, vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, tendo a referida Comissão o prazo de 15 dias úteis para opinar sobre a matéria, prorrogável por igual período, nos termos do art. 376, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 397, de 2008, da Senadora Fátima Cleide, que dá nova redação ao inciso V do art. 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), para assegurar aos profissionais do magistério em exercício da docência em regime de tempo integral metade da carga horária em atividades de estudo, planejamento, avaliação e outras não incluídas no trabalho de interação com os alunos previsto em seu plano curricular.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 15, de 2011, do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senadores, que insere Capítulo ao Título I do Regimento Interno do Senado Federal para dispor sobre a alternância semanal entre sessões deliberativas e reuniões de comissões permanentes.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde se encontra o Projeto de Resolução nº 17, de 2009, que altera o Regimento Interno do Senado Federal, uma vez que o projeto supracitado também modifica a referida Norma Interna, seguindo, posteriormente, à Comissão Especial da Reforma do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – A Presidência designa o Senador José Agripino, em substituição à Senadora Kátia Abreu, como membro suplente, para integrar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, de conformidade com o Ofício nº 038/11-GLDEM, da Liderança do DEM no Senado Federal.

É o seguinte o ofício:

OF. Nº 38/11-GLDEM

Brasília, 26 de abril de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicitamos a substituição da Senadora Kátia Abreu pelo Senador José Agripino para ocupar, como suplente, a vaga do Partido De-

mocratas na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Atenciosamente, – Senador **Demóstenes Torres**, Líder do Democratas no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Vamos convidar o primeiro orador inscrito, o Senador Paulo Paim, que disporá do tempo regimental.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Paulo Davim, Senadores e Senadoras, primeiro, quero cumprimentar o Senador Alvaro Dias por essa brilhante sessão de homenagens aos profissionais de Educação Física. Estavam aqui estudantes, Professores Sem Fronteira, como é o título, que dedicam a sua vida à formação da nossa juventude, com o esporte, a educação física, o lazer. Isso aponta caminhos para a construção de uma sociedade de paz e sem violência.

Eu recebi quase que uma missão do, na época, Deputado Mascarenhas, que foi o autor do projeto, mas faleceu logo em seguida. Eu era também Deputado, e ele me pediu que viajasse pelo Brasil defendendo a regulamentação da profissão de Professor de Educação Física. Eduardo Mascarenhas, lá do alto, sabe dessas minhas palavras. Eu fiz isso como uma missão de fé, porque acredito também no esporte, acredito no lazer, acredito na paz, acredito no amor. Enfim, o projeto foi aprovado lá na Câmara. Acompanhei a sua tramitação aqui no Senado quando eu era Deputado, até o momento em que ele foi à sanção.

Foi um momento bonito. Eu ia para as universidades debater o projeto. Havia alguns que entendiam que a profissão não tinha de ser regulamentada, mas a ampla maioria, 99%, queria a regulamentação, e hoje é um sucesso absoluto. Por isso, a minha alegria neste momento.

Eu encaminharei a V. Ex^a o meu pronunciamento na íntegra sobre essa caminhada até a regulamentação da profissão de Professor de Educação Física.

Senador Paulo Davim, hoje pela manhã eu presidi a Subcomissão de Trabalho e Previdência. Nessa ocasião, ouvimos diversos especialistas sobre o ensino técnico. Quero destacar aqui a presença do professor Eliezer Moreira Pacheco, Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação; do Sr. Cláudio Ricardo Gomes de Lima, Presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – Conif; do Sr. Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti, Diretor-Geral do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI/CNI; do Sr. Ricardo Nerbas, Presidente da Organização Internacional dos Técnicos – Oitec, no Brasil; do Sr. Roberto Nogueira Ferreira,

Consultor da Presidência da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC; e da Srª Cláudia Moreno, Representante da Confederação Nacional do Transporte – CNT/Serviço Social do Transporte – Sest e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte – Senat.

Senador Paulo, o Senador Clésio Andrade falou em nome da Srª Cláudia Moreno. O Sr. Clésio Andrade é Senador e Presidente da CNT e fez sua importante fala.

Quero dizer que, nessa audiência pública, foi importantíssimo ouvir a fala de todos na linha do fortalecimento do ensino técnico.

O Senador Paulo é meu tocaio, porque eu sou Paulo também. Só que eu sou Paulo Paim, e V. Ex^a, Paulo Davim. Meio que rima, não é? Paulo Paim e Paulo Davim. Quero dizer que, para mim, foi uma reunião muito, muito produtiva. Todos os que estiveram lá destacaram a importância do ensino técnico no Brasil. Tanto os representantes dos empresários como os do Governo e dos trabalhadores – foi o caso do Sr. Ricardo Nerbas, Presidente da Organização International dos Técnicos – enfatizaram que hoje no Brasil, se tivéssemos, Senador Cristovam, milhares e milhares de técnicos, todos estariam colocados.

Por isso, nesse debate, foi levantada a importância do Pronatec. A Presidenta Dilma vai lançar o Pronatec ainda neste mês de maio que se aproxima. A intenção é formar o que foi mencionado pelo Sr. Eliezer Pacheco: um guarda-chuva que vai reunir todos os segmentos que têm trabalhos na linha do ensino técnico, desde os órgãos do Governo, o Sistema S e também outras instituições da área privada.

Eu poderia lembrar aqui, por exemplo, que estive visitando a Marcopolo, em Caxias do Sul, e achei muito interessante que eles montaram, dentro da própria empresa, quase que uma escola para formação de profissionais, para que o ensino técnico profissionalizante dentro da empresa fosse implementado, sendo construída uma escola-modelo que está servindo de referência para outras empresas.

Então, eu quero, neste momento, Sr. Presidente, destacar a importância do ensino técnico, que, no meu entendimento, combate a violência, garante a formação, garante emprego. Eu sou um exemplo nesse sentido: a minha vida começou quando eu era estudante do Senai. Por isso, sou um defensor do Sistema S. É claro que ele pode ser aperfeiçoado, pode ser melhorado, mas não dá para negar a história do Sistema S, que tem 102 anos.

A propósito, encaminhamos – os Senadores Cristovam Buarque e Paulo Davim assinaram – requerimento para a realização de uma sessão de homenage-

gem ao ensino técnico ainda no mês de maio, que é o mês do trabalhador, sem prejuízo de uma outra sessão que faremos em setembro, do Congresso Nacional, pois em setembro completam-se os 102 anos do ensino técnico.

Acho fundamental multiplicarmos as vagas para o ensino técnico. Vi hoje, a propósito, uma fala da Presidenta Dilma que foi publicada numa matéria de jornal. Segundo a Presidenta, teríamos de ter não um milhão, mas no mínimo quatro milhões de vagas para o ensino técnico. Num momento de tanta violência, de tanta agressão, de tantas mortes que vêm acontecendo, o ensino técnico é um caminho.

Vejo com alegria aqui, agora, olhando para os convidados de honra, dois professores que lembro de ver em inúmeras reuniões e audiências públicas que precederam a regulamentação da profissão de Professor de Educação Física. Peço à assessoria que pegue os cartões dos dois professores que estão aqui, que são históricos. Que a assessoria os encaminhe para V. Ex^a para que fiquem registrados os nomes dos dois. Tantos anos! Eu ainda era Deputado, por isso me lembrei aqui de Eduardo Mascarenhas. Só no Senado já estou há dez anos, tenho mais quatro mandatos na Câmara dos Deputados. Foi lá que construímos juntos.

Os dois continuam jovens, estou vendo daqui. Eu envelheci, estou de cabelos brancos e meio careca, mas ambos estão jovens. Eles foram os mentores do projeto que o já falecido Eduardo Mascarenhas apresentou e que eu tive a alegria de relatar.

Peço que um dos assessores do plenário – deve ter algum aqui no plenário, não é possível que não tenha nenhum – pegue ali os cartões e os entregue para o nosso Presidente da sessão.

Sr. Presidente, quero dizer que, além dessa sessão brilhante de hoje pela manhã, como o Senador Alvaro Dias, também quero fortalecer o ensino técnico.

Quero lembrar aqui que a Presidenta Dilma, mediante portaria interministerial dos Ministérios da Educação e do Planejamento, confirmou uma notícia que eu sabia que havia saído no Diário Oficial de hoje. Essa medida vai permitir que as instituições contratem, via concurso público, pelo menos 2,8 mil professores e 1,8 mil técnicos administrativos para avançar na formação técnica da nossa juventude. Eu sei que o projeto final do Pronatec será apresentado ainda esta semana pela Presidenta Dilma.

Por fim, Sr. Presidente, gostaria também de destacar a importância de termos na próxima segunda-feira – em seguida darei o aparte ao Senador Cristovam – uma sessão especial aqui para lembrar o dia 1º de Maio, que é o dia do Trabalhador.

Com a palavra, o Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Senador Paulo Paim, fico satisfeito ao vê-lo trazer um tema tão importante e falar sobre ele como quem conhece – de dentro, por dentro – o assunto, por ter sido aluno de uma escola técnica. O senhor é um exemplo do que uma escola técnica pode fazer. O senhor já pensou como seria a sua vida se não tivesse passado por ela? Muito dificilmente estaria nesta Casa neste momento. Então é um tema que o senhor traz e do qual fala com conhecimento. Ao mesmo tempo, eu fico muito feliz com todo esse trabalho que, durante o Governo Lula, foi feito para aumentar o número de escolas técnicas, mas eu creio que ficaram faltando duas coisas fundamentais. Uma é perceber que, a partir de alguns anos atrás para cá, uma escola técnica não vai funcionar bem se os seus alunos não tiverem um bom ensino fundamental. Até alguns anos atrás, para fazer um curso técnico, não precisava saber nada de inglês, não precisava saber nada de computação. Agora precisa. Então, sem uma boa escola fundamental, nós não vamos ter, Sr. Presidente, uma boa escola técnica. Um segundo ponto, no qual eu insisto, é que devemos ter as escolas técnicas, mas, além disso, o segundo grau, o ensino médio, em vez de ser de três anos, deveria ser de quatro e todo mundo sair dele com um ofício, não com o preparo de alguém que seguiu uma escola técnica. Não. Não tanto preparo, mas com uma habilidade que lhe permita ter um emprego depois de terminar o ensino médio. Eu insisto que o ensino técnico tem que estar dentro de uma mudança mais avançada do conjunto da educação de base, mas, mesmo assim, o que a gente está fazendo com a escola técnica é um bom esforço, um bom exemplo que pode trazer bons resultados. O Senador Paulo Paim é um exemplo.

O SR. SENADOR PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a sempre contribui, eu diria com certeza absoluta, para melhorar o discurso de qualquer Parlamentar na tribuna. Com uma diplomacia muito grande, V. Ex^a elogia o orador, mas sempre apresenta sugestões para avançarmos no tema tratado.

Quero dizer que concordo integralmente com V. Ex^a acerca da importância de investirmos cada vez mais na educação para que o profissional técnico saiba com profundidade. V. Ex^a dá um exemplo de que tem que conhecer inglês. É um fato. É real devido à alta tecnologia, robótica e cibernética. Concordo com V. Ex^a na íntegra.

Queria também dizer que eu tive o seu apoio quando apresentei aqui a PEC do Fundep, que visa destinar uma parte do dinheiro do FAT para o ensino técnico.

Essa PEC, uma vez aprovada, vai garantir algo em torno de R\$8 bilhões para essa área, fortalecendo, com certeza, o ensino técnico. Quando o Presidente Lula assumiu, havia em torno de cento e poucas escolas; hoje, nós caminhamos para mais de 400 escolas técnicas no Brasil. E se depender da Presidenta Dilma – tenho certeza –, nós, no mínimo, ainda vamos multiplicar por quatro o número de escolas técnicas no Brasil, para atender à demanda da própria sociedade.

Como foi dito hoje pela manhã por todos que falam lá: hoje não temos falta de emprego para quem é técnico. Mas quem não tiver o mínimo de conhecimento terá dificuldade. Agora, quem tem conhecimento técnico inverte a história. Em vez de o trabalhador ficar na fila disputando uma vaga, é a empresa que fica na fila disputando um profissional técnico ou mesmo um engenheiro.

Hoje, há uma falta enorme desse pessoal. Um dado que foi dado lá e eu achei interessante é que de cada 100 formados no nível superior, somente cinco são engenheiros. De cada 100, somente cinco. Há uma falta enorme de engenheiros para tocar as demandas do País no dia a dia. E de técnicos, então... Como alguém disse lá, se houvesse 500 mil, todos estariam colocados de imediato devido à falta que temos aqui no Brasil.

Termino, Sr. Presidente, cumprimentando a todos. Mas gostaria de dizer que hoje de manhã, no trabalho que estávamos realizando na Subcomissão, estiveram presentes o Senador Wellington Dias; o Senador Casildo Maldaner; o ex-Senador Eurípedes; o Senador Cristovam Buarque, que lá justificou a sua não-presença porque estava em outra atividade; fez questão de dizer; a Senadora Ana Amelia; o Senador Inácio Arruda; a Senadora Lídice da Mata; o Senador Clesio Andrade; o Senador Eduardo Amorim; o Senador Wilson Santiago; o Senador Paulo Bauer, enfim, estiveram lá em torno de 12 Senadores.

E embora eu não estivesse na Comissão de Educação, levaram-me o resultado de que, naquela Comissão, um projeto sobre o qual eu havia feito a relatoria foi aprovado por unanimidade. É um projeto da Deputada Fátima Bezerra, que garante que o Patrono da Educação Profissional e Tecnológica seja Nilo Peçanha, ou seja, declara Nilo Peçanha como Patrono da Educação Profissional e Tecnológica – data da apresentação: 30/06/10 –, aprovado por unanimidade.

Vejam como é a vida: eu, ainda menino, com 12 anos, fui aluno da Escola Senai Nilo Peçanha e, hoje, com 61 anos, sou Relator de um projeto que garante a Nilo Peçanha... E por que não lembrar que Nilo Peçanha, o primeiro negro a chegar à Presidência do

Brasil, foi quem criou as primeiras 19 escolas técnicas no Brasil. Foi um momento importante.

Por fim, aproveitando ainda a tolerância de V. Ex^a, eu não poderia deixar de fazer um registro aqui, desta tribuna, neste momento, se V. Ex^a me permitir, sobre um fato que para mim é de suma importância.

Sr. Presidente, quando eu era Presidente do Grêmio Estudantil Ginásio Noturno para Trabalhadores, em Caxias do Sul, havia um jovem mais novo que eu.

Eu devia ter uns 16 ou 17 anos e esse jovem era quatro anos mais novo do que eu, devia ter uns 13 anos no máximo, de 12 a 13 anos.

Airton Frigeri, esse jovem, Sr. Presidente, na época, depois que eu saí da Presidência do Grêmio, infelizmente, foi perseguido pela ditadura, preso e torturado. Eu, que continuei sempre olhando para o horizonte, pergunto: onde é que está o Airton Frigeri, aquele jovem militante do Grêmio Estudantil.

Hoje, recebi a notícia – e faço questão de frisar aqui – e espero que V. Ex^a me dê mais dois minutos, de que a 5^a Câmara Cível do Tribunal de Justiça, a quem cumprimento, condenou o Estado do Rio Grande do Sul a pagar uma indenização de R\$200 mil ao Sr. Airton Joel Frigeri, preso e torturado durante o regime militar (1964–1985).

Na época, ela tinha em torno de 16 anos. Airton Joel Frigeri foi detido em Caxias do Sul, em 9 abril de 1970, acusado de ter ligações com o grupo VAR-Palmares.

Levado algemado para a Delegacia Regional da Polícia Civil de Caxias e, depois, para o Palácio da Polícia, em Porto Alegre, Frigeri – que era um menino, devia ter entre 14 e 16 anos, ficou na Ilha do Presídio até agosto daquele ano, quando foi libertado.

Segundo a advogada de Frigeri, Caroline Sambauquy Giacomet, o Estado foi processado porque a prisão e tortura foram praticados por agentes da Polícia Civil e soldados.

Enquanto esteve preso, Frigeri foi submetido a sessões que incluíam choques elétricos nas orelhas, mãos e pés e golpes com pedaços e golpes com pedaços de madeira. Preso a uma tira de borracha de pneu, ficou longos períodos imobilizado, que deixaram sequelas permanentes.

Mesmo depois de solto, Frigeri continuou sendo perseguido. O último contato com agentes ocorreu ainda em 1978, mais de um ano depois de ser sido absolvido pelo Superior Tribunal Militar.

Frigeri passou os anos seguintes tratando-se de gastrite de fundo emocional, com crises de depressão e insônia.

Segundo Jair Krischke, conselheiro do Movimento de Justiça e Direitos Humanos – do qual me lembro

porque fui inclusive para fora do País numa missão com ele: a busca da liberdade de dois militantes que também haviam sido sequestrados no Rio Grande do Sul –, trata-se de um caso inédito de indenização por tortura no Brasil.

Sr. Presidente, eu e Airton Frigeri fomos companheiros de militância na década de 70, lá em Caxias do Sul, no Ginásio Noturno Alberto Pasqualini, mais conhecido como Ginásio Noturno para Trabalhadores.

Lembro aqui, numa homenagem a ele, que ele era um jovem mais novo que eu que acreditava muito em um País com direitos e oportunidades iguais, um país democrático, livre e soberano.

Fica aqui a minha homenagem ao Airton Frigeri. Depois de tantos anos se fez o mínimo de justiça.

No momento em que formos discutir aqui – e sei que vamos discutir a Comissão da Verdade –, tenho certeza de que o Airton fará um belo depoimento.

Era isso o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Peço que considere na íntegra os meus pronunciamentos e ainda peço, se puder, que se registre o nome dos dois professores aqui presentes. Assim, eu sentiria que o meu pronunciamento ficou completo.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, todos aqui sabem que quando eu tenho convicção sobre determinado assunto ou causa que acredito e entendo ser justa, que me deixa emocionado, que me faz chorar, me faz rir, eu não meço esforços para defendê-la.

É o meu jeito, é um fio condutor da minha vida, um sentimento que eu trago e que começou a ser formatado lá na minha infância, nos meus dias de calças curtas, com os ensinamentos dos meus pais, com o convívio com os meus irmãos.

Durante o meu primeiro mandato de Senador da República, de 2003 até 2008, conseguimos, e aí faço o reconhecimento, com o apoio de outros senadores, colocarmos aqui nesta Casa pautas que, praticamente, nunca tinham sido discutidas e merecedoras de audiências públicas com um foco nos direitos das pessoas.

Digo isso porque caminhei ao longo dos anos na busca incansável do que achava certo, e do que acho certo, ou seja, dos meus ideais, dos meus princípios, e dos desejos, anseios, por não dizer sonhos da nossa gente.

Estamos iniciando um segundo mandato que tem a responsabilidade de aprofundar ainda mais as questões sociais do nosso país, bem como apresentar propostas e soluções para os problemas do cotidiano dos trabalhadores, trabalhadoras, do nosso povo.

Vejam a questão do Fator Previdenciário. Em 2003 apresentamos aqui nesta Casa um projeto com a finalidade de extinguir essa fórmula matemática, que, diga-se de passagem, é uma espécie de "armagedon" dos trabalhadores brasileiros.

Por que eu afirmo isso, Sras e Srs. Senadores. Na hora da aposentadoria a perda salarial pode chegar até 50% para as mulheres, e 40% para os homens. Em 2008, o Senado aprovou, por unanimidade, o projeto. Atualmente, ele está tramitando na Câmara dos Deputados pronto para votação no plenário.

Eu disse várias vezes aqui nesta tribuna que a presidente Dilma Rousseff já demonstrou disposição para o debate, para achar uma solução para esse problema.

O próprio ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, tem dito publicamente que uma de suas metas é a busca de uma alternativa para o Fator Previdenciário.

Técnicos do meu gabinete e do Senado Federal já estão realizando reuniões semanais com os técnicos do Ministério da Previdência, e, dessas conversas, muito em breve teremos notícias alvissareiras.

Lembro que no início do ano, em reunião com o ministro Garibaldi Alves, ficou acordado a criação de um grupo de trabalho com o objetivo de uma proposta alternativa ao fim do Fator Previdenciário.

Desse encontro resultaram duas Propostas de Emenda Constitucional e uma minuta de projeto de lei ordinária, apresentados pela Previdência a nossa assessoria no dia 12 de abril.

Estamos estudando arduamente as propostas e alternativas. A intenção é apresentar uma contraproposta até o final deste mês.

Importante frisar que nestas reuniões com o Ministério da Previdência temos como objetivo encontrar uma saída comum a favor dos trabalhadores e seu futuro.

Entendo que este é um marco nas relações entre os poderes Executivo e Legislativo no que diz respeitos as questões previdenciárias.

Esperamos encontrar também um caminho justo que garanta aumentos reais para os aposentados e pensionistas que recebem mais que um salário mínimo, porque a eles não está garantido nenhum centavo de reajuste real para 1º de janeiro.

Sr Presidente, na esteira da pauta trabalhista do nosso mandato, não só como Senador da República,

mas também como nos quatro mandatos de deputado federal, iniciados em 1987, como Constituinte, estão outros temas que são incisivos para a melhoria de vida dos trabalhadores brasileiros e de seus familiares. Esses assuntos foram amplamente discutidos com os movimentos sociais e viraram projetos de lei. Uns havia apresentado na Câmara, outros iniciaram nesta Casa.

A redução da jornada de trabalho, das atuais 44 horas semanais, para 40 horas, sem redução salarial, é uma antiga reivindicação dos trabalhadores e trabalhadoras, do movimento sindical. Se isso ocorresse hoje, segundo estudos do DIEESE, seriam criados de imediato cerca de 2,5 milhões de empregos.

Apresentamos essa proposta, ou seja, a PEC 231 em 1995, em parceria com o então deputado, e agora senador da República pelo PC do B, do Ceará, Inácio Arruda. O texto também foi apresentado aqui no Senado.

Por solicitação do movimento sindical, das centrais sindicais, das confederações, federações de trabalhadores, sindicatos de base, estamos ajustando uma data específica para discutirmos esse tema em uma audiência pública aqui nesta Casa.

Para finalizar, Sras e Srs., que aqui estão, nesta véspera de 21 de Abril, Dia de Tiradentes, um dos líderes da Inconfidência Mineira, um herói popular que sonhou e acreditou na possibilidade de um Brasil livre e soberano...

Gostaria de deixar umas poucas palavras sobre perseverança e que foram tão bem ditas por Dom Hélder Câmara... "É graça divina começar bem. Graça maior persistir na caminhada certa. Mas graça das graças é não desistir nunca".

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, uma camada da nossa população que tem me preocupado bastante são os jovens.

Para a minha felicidade, como cidadão e parlamentar, na quarta-feira da semana passada, dia 20, tomei conhecimento pelos veículos de comunicação social, que os institutos federais de educação, ciência e tecnologia estão autorizados a contratar docentes e técnicos administrativos para as escolas federais de educação profissional em funcionamento no país.

A portaria interministerial dos Ministérios da Educação e do Planejamento confirmaram a notícia com a divulgação no dia de ontem no Diário Oficial da União.

Essa medida permite que as instituições contratem, via concurso público, pelos menos 2.800 profes-

sores e 1.800 técnicos administrativos. E aqueles institutos que possuam concurso válido poderão convocar e nomear o candidato aprovado de imediato.

Sr. Presidente, entendo que o fortalecimento da educação profissional e tecnológica tem como eixo central, a própria redefinição do papel do Estado na expansão da oferta de educação profissional para os jovens neste país.

Espero que assim fique garantido o acesso a uma educação de qualidade, quanto no que diz respeito ao direcionamento adequado dos recursos públicos.

Como parlamentar preocupado com as questões sociais penso que tal processo deva necessariamente tratar a política de educação profissional e tecnológica como uma política pública que, como tal, precisa contar com recursos próprios.

Precisa, ao mesmo tempo, ter garantia de continuidade e atender as características e necessidades dos nossos jovens.

Esses jovens além de receberam a educação profissionalizante devem receber também formação de cidadania ativa.

A Educação Profissionalizante e Tecnológica se apresenta como um instrumento extremamente importante dentro do objetivo governamental de se colocar em prática uma nova política de crescimento do país, comprometida com a justiça social e com a distribuição de renda.

Parto do pressuposto de que o Estado tem papel decisivo na indução do desenvolvimento econômico e social, com destaque para a sua atuação na área de educação, ciência e tecnologia.

E a educação profissional e tecnológica assume papel estratégico nesse processo de desenvolvimento.

Além disso, a educação profissional reduz custos de adaptação dos novos trabalhadores, aumenta a motivação para o trabalho e leva à fidelidade do profissional para com a Empresa onde foi aprendiz.

Quero registrar ainda, Sr^{as}s e Srs. Senadores, que pedi o desarquivamento da **PEC 24/05, FUNDEP**, de minha autoria.

Essa proposta destinará 9 bilhões para o ensino técnico, segundo uma prioridade de valorização, desenvolvimento e aperfeiçoamento do ensino técnico.

Bem, quero novamente louvar a iniciativa do Governo federal que lançou o Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica (Pronatec).

Como já disse em outra ocasião, esse programa busca ampliar o caminho de acesso à educação profissional para jovens do ensino médio e para trabalhadores sem formação.

Para finalizar deixo minhas congratulações para os futuros profissionais da área do ensino tecnológico no país.

Obrigado!

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, uma decisão da 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça, condenou o Estado do Rio Grande do Sul, a pagar uma indenização de R\$ 200 mil ao senhor Airton Joel Frigeri, preso e torturado por policiais civis e militares durante o regime militar (1964-1985).

Então com 16 anos, Airton Joel Frigeri foi detido em Caxias do Sul, em 9 de abril de 1970, acusado de ter ligação com o grupo VAR-Palmares.

Levado algemado para a Delegacia Regional da Polícia Civil de Caxias e depois para o Palácio da Polícia, em Porto Alegre, Frigeri ficou na Ilha do Presídio até agosto daquele ano, quando foi libertado.

Segundo a advogada de Frigeri, Caroline Sambaquy Giacomet, o Estado foi processado porque a prisão e tortura foram praticadas por agentes da Polícia Civil e soldados da BM.

Enquanto esteve preso, Frigeri foi submetido a sessões que incluíam choques elétricos nas orelhas, mãos e pés e golpes com pedaços de madeira.

Preso a uma tira de borracha de pneu, ficou longos períodos imobilizado, que deixaram sequelas permanentes.

Mesmo depois de solto, Frigeri continuou sendo perseguido pela polícia. O último contato com os agentes ocorreu no final de 1978, mais de um ano depois de já ter sido absolvido pelo Superior Tribunal Militar.

Frigeri passou os anos seguintes tratando-se de gastrite de fundo emocional, com crises de depressão e insônia.

Segundo Jair Krischke, conselheiro do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, trata-se de um caso inédito de indenização por tortura no Brasil.

Sr. Presidente, eu e Airton Frigeri fomos companheiros de militância estudantil no final dos anos 70, em Caxias do Sul, no Ginásio Noturno Alberto Pasqualini.

Lembro-me que era uma jovem que acreditava em um país com direitos e oportunidades iguais para todos. Um país democrático, livre e soberano.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs.

Senadores, foi trazida à pauta hoje a História da regulamentação da profissão de Educação Física no Brasil.

Eu me sinto gratificado por fazer parte dessa história.

Num primeiro momento ela nasceu de profissionais que escreviam sobre a necessidade da regulamentação, mas não tomavam medidas concretas a respeito.

No início dos anos oitenta foi resgatada a Federação Brasileira das Associações dos Professores de Educação Física – FBAPEF. Mediante uma atuação dinâmica e democrática motiva o surgimento de Associações de Professores de Educação Física – APEFs, em praticamente todos os Estados da União.

Nos Estados: Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Minas Gerais, São Paulo dentre outros, ao longo da década de oitenta, as APEFs promoveram diversos Congressos para discutir os rumos da disciplina e da profissão.

Em novembro de 1983 ocorreu uma reunião entre os diretores, professores e estudantes de Escolas de Educação Física para criar um órgão orientador, disciplinador e fiscalizador do exercício profissional.

Nesta reunião, coordenada pelo Prof. Benno Becker, à época, membro da Comissão de Pesquisa em Educação Física e Desportos do MEC-COPED, diretor das escolas de Educação Física da FEEVALE, Novo Hamburgo, RS, e secretariada pelo Prof. Laércio Pereira, o Prof. Benno apresentou um projeto elaborado, tendo como base os projetos de conselho regionais e federais da psicologia e medicina.

O projeto foi debatido largamente e aperfeiçoado.

Em 1984 foi apresentado o Projeto de Lei 4559/84, pelo Deputado Federal Darcy Pozza à Câmara dos Deputados. O projeto dispunha sobre o Conselho Federal e os Regionais dos Profissionais de Educação Física, Desporto e Recreação.

Infelizmente foi vetado pelo Presidente da República.

Em 1995 foi lançado o “Movimento nacional pela regulamentação do Profissional de Educação Física”.

Então veio o terceiro momento, que aconteceu em 01/09/98 quando o projeto 330/95 foi apresentado pelo Deputado Federal Eduardo Mascarenhas.

Em novembro de 1995, substitutivo ao projeto de lei, é aprovado na Comissão de Educação, Cultura e Desporto.

No início do ano de 1996, na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, coube a mim, enquanto Deputado Federal, a relatoria do projeto.

Em 17 de outubro de 1996 aconteceu audiência pública em que consultei as Instituições formadoras de profissionais de Educação Física, entidades, órgãos públicos, profissionais e estudantes de Educação Física.

O Movimento Nacional pela Regulamentação do Profissional de Educação Física cresceu e se fortaleceu. A categoria foi convocada a enviar para a Comissão, correspondências, relativas a abaixo assinados favoráveis à regulamentação e eu atendi o pleito.

Ao final da Audiência, apresentei uma caixa com milhares de correspondências que recebera informando serem 99% favoráveis à regulamentação. Em virtude de relatos dos presentes e votos favoráveis, estava claramente definido que a categoria profissional era favorável à regulamentação.

Havia somente reticências em relação ao texto. Assim, minha decisão era favorável à questão. Instituí grupo de trabalho para que no prazo de 20 dias, fosse apresentado o texto com as propostas apresentadas.

Exigi que os presentes enviassem suas sugestões. O Grupo de Trabalho apresentou novo texto e eu o apresentei como substitutivo.

Infelizmente, Sr. Presidente, não houve tempo hábil para que o meu substitutivo fosse apreciado na Comissão em 1996, tendo em vista o recesso de final de ano.

Em 1997, fui galgado à mesa Diretora da Câmara, retirando-me da Comissão e iniciei o processo de negociação para que o novo relator absorvesse todo o processo democrático que havíamos levado a efeito.

Acordamos com o Deputado Federal Paulo Rocha (PT/PA), em apresentar o substitutivo construído das propostas oriundas da categoria profissional.

Na sessão plenária de 30 de junho de 1998 da Câmara dos Deputados, o projeto de lei 330/95 é debatido, apreciado e aprovado com parecer favorável de todos os oradores.

Na ocasião foi feita uma homenagem ao Deputado Eduardo Mascarenhas, que havia falecido.

No dia seguinte, 13 de agosto de 1998, o projeto é aprovado por unanimidade no Senado, tendo sido sancionado em 1º de Setembro de 1998 quando torna-se a Lei 9696/98.

Quero aqui render minhas homenagens pelo trabalho incessante do presidente do Conselho Federal de Educação Física/Sistema Concef, Professor Jorge Steinhilber e também do professor Lucio Rogério.

Sr. Presidente, faço questão de destacar aqui, o empenho do nosso querido Deputado Eduardo Mascarenhas na aprovação desse projeto. Ele acreditou na causa desses profissionais e levou sua luta adiante.

Parabéns à categoria e aos professores que tanto suaram a camisa para transformar um sonho em realidade!

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Eu convido V. Ex^a a presidir a sessão, já que usarei o tempo da Liderança.

Aproveito a oportunidade para registrar a presença, na tribuna de honra, do Professor Jorge Steinhilber, Presidente do Conselho Federal de Educação, e do Professor Lúcio Rogério Gomes dos Santos.

Sejam bem vindos à nossa Casa.

O Sr. Paulo Davim deixa a cadeira da Presidência, que ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Convidamos, neste momento, o Senador Paulo Davim para que use da palavra em nome da Liderança do PV.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras Senadoras e Srs. Senadores, na semana passada, fiz um pronunciamento nesta tribuna fazendo uma avaliação da saúde no Brasil. Toquei em alguns pontos que, a meu ver, são importantes para que o sistema de saúde no Brasil flua satisfatoriamente. Ative-me ao tópico do financiamento, que é o grande gargalo na saúde pública do Brasil. Citei sete pontos que, na minha avaliação, garantiriam o financiamento satisfatório do nosso SUS. Falei sobre a contribuição das loterias esportivas, falei sobre as multas de trânsito, falei sobre os grandes eventos públicos, falei sobre um possível incentivo do Governo às empresas para que adotem a saúde suplementar para seus funcionários e servidores, falei da Emenda nº 29 e falei do pré-sal, da possibilidade de que já neste momento o Governo estabeleça um percentual na produção do pré-sal destinado à saúde. Mas também falei sobre o tabagismo, sobre a necessidade de um realinhamento dos tributos desse produto e sua destinação para a saúde, pois atualmente isso não existe.

E volto a tocar nesse assunto, dando ênfase exatamente à questão do cigarro, do fumo, porque o Brasil vende o cigarro mais barato do mundo. Na Europa, o preço médio de um maço de cigarro, já convertido em real, é da ordem de R\$10,70; nos Estados Unidos da América, R\$11,60; e o preço médio do Brasil, dados de 2009, é de R\$4,00.

Então, Sr. Presidente, sabendo dos malefícios que o fumo causa, não só ao Erário, mas sobretudo à saúde de quem faz uso do cigarro ou de quem não faz uso mas é fumante passivo...E sabemos que o fumo é

responsável diretamente por 30% dos cânceres, 90% do câncer de pulmão, 25% das doenças coronárias. Então, sabemos dos malefícios incontestes, comprovados por estudos científicos, de que o fumo é extremamente deletério à saúde e também ao Erário público.

Daí eu não conseguir aceitar a ideia de que o Brasil não só venda esse produto e seja o maior exportador de fumo do mundo, mas que venda para o mercado interno sendo considerado o mercado mais barato, o fumo mais barato do mundo, e que nenhum centavo da tributação sobre esse produto seja destinado à saúde, a despeito, como falei há pouco, dos malefícios que traz para a saúde de quem dele faz uso.

Então, qual é a minha proposta? A minha proposta, dentro desse pacote de medidas que possibilitem o maior aporte de recursos para a saúde, é que realmente o Governo estabeleça um realinhamento desses valores e que destine um percentual para a saúde pública. Da mesma forma que propus e proponho que o percentual das loterias também seja destinado à saúde pública, sem nenhum comprometimento da destinação social dos recursos hoje já destinados a essa área.

Sr. Presidente, voltarei a abordar esse tema em outras ocasiões, porque o considero importantíssimo.

Não teremos um sistema de saúde pública universal, do jeito que é a proposta do SUS, resolutivo, satisfatório, que atenda à demanda da sociedade, se não tivermos: primeiro, um financiamento adequado; segundo, uma gestão profissionalizada; terceiro, uma política de recursos humanos capaz de atender aos anseios dos profissionais que trabalham na saúde, mas, sobretudo, às necessidades da sociedade.

Pinço dessa questão de política de recursos humanos a carreira de estado para o servidor da saúde. Não teremos uma saúde eficaz, se não tivermos a coragem de implantar a carreira de estado para o servidor público de saúde no Brasil.

Sr. Presidente, sem querer abusar de sua tolerância, quero registrar que hoje é o Dia Nacional de Combate à Hipertensão. A hipertensão, todos nós sabemos, é uma entidade nosológica, uma doença, uma patologia grave, que acomete a sociedade de uma forma até democrática, abrange pobre ou rico, independe de gênero e idade, até porque 3% das crianças e adolescentes de 3 a 18 anos são hipertensos. Portanto, tem uma característica por demais democrática.

E hoje, no Dia Nacional de Combate à Hipertensão, quero fazer o registro do esforço da Sociedade Brasileira de Cardiologia, das entidades médicas nacionais, Conselho Federal de Medicina, Associação Médica Brasileira, Federação Nacional dos Médicos, enfim,

todas as entidades médicas imbuídas no compromisso de combater e enfrentar a hipertensão no Brasil.

Por último, Sr. Presidente, gostaria de, daqui desta tribuna, tecer homenagem a três pesquisadoras do meu Estado, que hoje receberão o Prêmio de Mulher Cientista lá no Rio Grande do Norte, através da Fapern, Fundação de Apoio à Pesquisa no Estado do Rio Grande do Norte. São elas a Drª Tercia Maria de Oliveira Maranhão, pesquisadora sênior, a Drª Tirzah Braz Petta Lazus, Prêmio de Jovem Cientista, e o título de Menção Honrosa para a Drª Selma Bezerra Maria Jerônimo.

Essas três professoras receberão hoje à noite, no Rio Grande do Norte, o Prêmio Mulher Cientista pelas pesquisas desenvolvidas em vários ramos da ciência e em vários segmentos. Portanto, vão aqui os meus votos de congratulação a essas três grandes profissionais, três grandes pesquisadoras e três grandes mulheres.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento o Senador Paulo Davim pelo pronunciamento defendendo a saúde e mostrando sua preocupação com o cigarro.

Senador Mário Couto, pela ordem.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como sempre, fui eu que cheguei primeiro aqui a este plenário no dia de hoje.

Estavam chamando as pessoas para uma sessão especial, que não sei se foi realizada. Deixei o microfone levantado e fui para a Comissão de Infraestrutura. Sei que não posso questionar, visto que, é lógico, eu não estava presente porque tive de me ausentar para ir a uma reunião.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A sessão aconteceu, realmente.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Só estou chamando a atenção de V. Exª no bom sentido para ver se V. Exª, com isso, se sensibiliza e inscreve-me para eu falar pela Liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Exª pode ficar tranquilo, porque nunca me chama a atenção. Pelo contrário. V. Exª me chama à razão.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Com certeza. Mas é pelo respeito que tenho a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Exª está inscrito aqui. Como Líder, falará ainda o Senador Mozarildo Cavalcanti e, depois, falará V. Exª.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Obrigado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Sr. Presidente, eu gostaria de pedir para V. Exª fazer a minha inscrição depois da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Certo, depois da Ordem do Dia.

Agora, como orador inscrito, fala o Senador Cristovam e, depois, a Senadora Vanessa Grazziotin, para uma comunicação parlamentar.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF)

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, hoje faz 25 anos da grande tragédia de Chernobyl. Eu poderia falar sobre esse assunto, até lembrando a minha visita a Chernobyl dois anos atrás, em que, para conseguir entrar lá, foi preciso obter uma autorização especial e, para sair de lá, foi preciso passar diante de um medidor de radioatividade para ver se eu iria para um hotel ou para um hospital. Eu poderia falar sobre isso e ligar ao que hoje acontece no Japão, na central nuclear de Fukushima, e sobre os riscos no Brasil de umas três centrais nucleares.

Eu poderia também falar que hoje começamos os trabalhos da Subcomissão da Comissão de Relações Exteriores na qual vamos acompanhar o que acontece até junho de 2012, no trabalho para organizar essa grande reunião de chefes de Estado e de chefes de Governo, para pensar o futuro da humanidade. Poderia falar de matéria recente sobre o atraso do ensino superior brasileiro comparado com os outros países, mas vou falar de um assunto mais importante que todos esses, que é a inflação, sobre o que a Presidenta Dilma ontem falou com tanta ênfase.

Vou falar sobre inflação, porque não adianta nenhum desses assuntos se a inflação voltar. Se a inflação voltar, nós não teremos outro assunto a não ser o problema dos preços e dos salários, Senador Pimentel.

Por isso, neste momento, não há nada mais importante – falei sobre isso na semana passada com o Senador Paim na Presidência e volto a insistir –, nada mais inquietante e preocupante do que o risco da volta da inflação em nível alto. Isso é mais importante do que saber se os estádios de futebol vão estar prontos ou não; isso é mais importante do que saber se os aeroportos vão conseguir receber todos os turistas da Copa do Mundo, das Olimpíadas ou não.

Nós, nestes últimos cinco meses, já tivemos, por cinco vezes, o IPCC 1 acima de 6,5%. Quero chamar atenção, primeiro, para o que é o IPCC 1 e chamar atenção para o que significa o número 6,5. A meta de inflação definida pelo Banco Central, desejada por todos, é 4,5, mas sempre se coloca a possibilidade de dois pontos acima ou dois pontos abaixo. Nós, por cinco vezes, ultrapassamos o limite superior do 4,5 mais dois.

Ultrapassamos isso – preciso explicar – no IPCC 1. E o que é o IPCC 1? É o indicador que mede a inflação dos mais pobres, de um a dois e meio salários.

Portanto, Senador Paim, volto a dizer o mesmo que disse ao senhor. Não adianta toda a luta para aumentar 5% no salário mínimo se a inflação é de 7,41%, ou se passa de 6,5%. Não adianta toda essa luta pelo salário mínimo se a inflação volta. Não adianta toda a luta pelo aumento de salários se a inflação volta.

Por isso, creio que esse é o tema fundamental do dia de hoje, dos dias de hoje, dessas semanas. A Presidenta, para mim, falou com muita ênfase e firmeza que, para ela, a luta contra a inflação é um ponto fundamental do seu Governo. E, de fato, por mais que ela faça, se a inflação voltar, o seu Governo fracassou.

Eu às vezes acho, Senador Paim, que não dá para entender o desperdício de colocar um homem como o Meirelles para dirigir olímpiadas, em vez de tê-lo aqui em Brasília ajudando a enfrentar o problema da inflação. Não interessa em que cargo, não interessa se é como assessor da Presidenta, mas é impossível não termos uma figura como Meirelles nesse momento ajudando a enfrentar o problema da inflação, porque inflação se combate também com credibilidade dos que conduzem a economia. Inflação se combate com controle de gastos públicos, inflação se combate com taxa de juros, mas inflação se combate também com credibilidade daqueles que estiverem comandando o processo.

De nada adianta dizer que se vão reduzir gastos públicos se não houver confiança em que os gastos públicos serão reduzidos. De nada adianta dizer que a taxa de juros definida na próxima reunião no Banco Central vai ser de meio ponto se não houver confiança de que esse meio ponto foi chegado, acertado com base em análises frias do mercado.

Nós Senadores temos de continuar lutando cada um por aquele tema que considera sua bandeira. Não vou deixar de lutar aqui pela revolução que o Brasil precisa fazer e que, a meu ver, está na educação de base. Mas, neste momento, cada Senador deve dizer que suas bandeiras fundamentais têm de estar recuadas enquanto não tivermos a plena convicção de que os preços dos produtos vendidos neste País vão manter a estabilidade que conseguimos, a partir de 1994, com tanto esforço.

Quem tem a minha idade sabe que viveu quase toda sua vida sem saber quanto ia custar um produto na semana seguinte, depois de ter ganho o salário. Nós não podemos deixar que isso volte. E não podemos deixar que isso volte não só porque fere o bolso, fere o bem-estar, mas porque fere a cabeça das pessoas, porque, à medida que os preços deixam de ser uma

referência, a gente perde as outras referências. Na hora que entra na agenda a inflação, a agenda muda, e os outros itens desaparecem completamente do cenário nacional.

O Brasil já avançou muito e em grande parte pela estabilidade monetária que nós conquistamos e que virou um pacto nacional. Basta dizer que já mudamos do Presidente Itamar para o Presidente Fernando Henrique, para o Presidente Lula, para a Presidenta Dilma, mantendo a mesma coerência de compromisso com a estabilidade monetária.

Deixar que isso morra, deixar que volte aquele tempo em que a gente não tinha padrão de referência de quanto as coisas custavam, de quanto valia uma ou outra. Deixar que volte esse tempo da maquininha infernal de remarcação de preços é a destruição de uma agenda de transformação nacional que eu e outros aqui defendemos.

Por isso, Senador, eu quero deixar aqui esse meu recado, mais uma vez, repetitivo. Disseram que eu sou repetitivo, porque só falo de educação. Eu agora só vou ser repetitivo porque só vou falar de inflação, para poder voltar a falar de educação e sensibilizar as outras pessoas. Senão, ninguém vai ser sensibilizado, tendo em vista que os preços ficam enlouquecidos como já foi neste País.

Era isso, Sr. Presidente, que eu tinha a falar. Essa preocupação como Senador, essa preocupação como brasileiro, essa preocupação como cidadão e como defensor da revolução que o Brasil precisa na educação. Vamos dar todo apoio que a Presidenta quiser na luta contra a inflação.

Agora, para isso, o Governo tem de fazer alguns gestos que nos convençam de que a fala dela é, de fato, para valer; de que a fala dela é, de fato, comprometida; de que, de fato, ela está disposta a fazer o que for preciso para que este País continue com a estabilidade monetária que nós temos.

Agradeço pelo tempo, Sr. Presidente. Era esse o recado de um brasileiro que, tão angustiado com a saúde, com a educação, com a pobreza, não quer voltar a se angustiar com um problema tão menor como o problema dos preços.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Com a palavra, neste momento, a Senadora Vanessa Grazziotin, para uma comunicação inadiável.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Fora do microfone.) – Depois sou eu?

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Depois, é o orador inscrito, Senador Roberto Requião, e, em seguida, V. Ex^a.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, Sr^ss Senadoras, Srs. Senadores, companheiras e companheiros, há duas semanas, aproximadamente, nós tivemos, na Comissão de Infraestrutura, uma reunião que sabatinou o Diretor da Agência Nacional da Aviação Civil, Anac, o Sr. Cláudio Passos. Foi uma reunião longa e com muitos questionamentos das Sr^ss Senadoras e dos Srs. Senadores.

Entre esses questionamentos, eu quero citar as questões relacionadas à organização do sistema aerooviário brasileiro, a respeito do que foi muito questionado, pelas Senadoras e Senadores, o Dr. Cláudio Passos.

Um desses questionamentos, que eu tive oportunidade de fazer, foi relativo ao fechamento, Senador Blairo Maggi, por aquela agência, de todos os escritórios, pelo menos de grande parte dos escritórios da Anac localizados nos Estados e nos maiores aeroportos brasileiros, entre eles o escritório localizado no Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, na cidade de Manaus. Mas eu repito: a Anac havia tomado uma decisão de fechar não apenas os postos de atendimento, Senador Mozarildo, mas todos os escritórios. Essa decisão foi tomada no mês de fevereiro deste ano, por meio da Portaria nº 310, de fevereiro deste ano de 2011.

Feitos os questionamentos, o Dr. Cláudio Passos tentou justificar o porquê dessa ação. Agora, a justificativa não convenceu nenhuma das Sr^ss Senadoras e nenhum dos Srs. Senadores presentes.

O fato é, Sr. Presidente, que o *Diário Oficial* publicou, recentemente, na véspera do feriado, uma nova portaria da Anac. Dessa vez, a Portaria nº 788, do dia 20 deste mês de abril. A Portaria nº 788 revoga a Portaria nº 310, ou seja, faz retornar o funcionamento, no Brasil inteiro, de todos os escritórios da Anac.

Eu, aqui, Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, quero cumprimentar a Diretoria da Anac pela nobreza desse gesto, porque todo ser humano é passível de tomar medidas equivocadas, de cometer os seus erros. No setor público, as coisas não são diferentes.

Nós dissemos que era um erro significativo o fechamento desses escritórios e, agora, a Anac reconhece isso. Reconhece e publicou a Portaria nº 788, repito, tornando sem efeito a Portaria nº 310, o que significa, na prática, o retorno de todos os escritórios da Agência Nacional de Aviação Civil. Isso é um passo importante, muito importante. Mais uma vez, aqui, cumprimento.

Tenho certeza de que a Presidente Dilma deve ter discutido esse assunto com a diretoria da Anac, de que Ministérios e setores do Governo Federal devem ter discutido isso com a agência, no sentido de que talvez não fosse essa a melhor medida adotada para aprimorar os serviços da Agência Nacional de Aviação Civil em nosso País.

Ainda, Sr. Presidente, falando sobre aviação civil, quero relatar, em poucas palavras, o que foi também uma audiência pública da qual eu acabei de participar, uma audiência pública organizada e realizada no âmbito da Comissão de Infraestrutura desta Casa, que debateu sobre a situação dos aeroportos.

Recentemente, o Ipea, o Instituto de Política Econômica Aplicada, ligado ao Governo Federal, divulgou uma nota técnica, um trabalho, um estudo, uma pesquisa mostrando uma grave e grande preocupação quanto à possibilidade do atraso na recuperação e reforma dos aeroportos brasileiros, principalmente para a Copa do Mundo de 2014.

Hoje, nós tivemos uma audiência pública com a participação do Dr. Carlos Campos, o pesquisador responsável pelo trabalho junto ao Ipea; do Presidente do Sindicato das Empresas Aeroviárias Brasileiras; e de um representante do grupo de trabalho da Copa no Estado do Amazonas.

Foi uma audiência extremamente profícua, apesar da ausência da Anac, da ausência da Infraero e da Secretaria Nacional da Aviação Civil, que nos procurou e pediu à comissão um prazo maior, de uma ou duas semanas, para que possam vir ao Senado Federal dar todas as explicações de que necessitam os Senadores e as Senadoras da República.

Compreendemos, Sr. Presidente, a ausência dos órgãos públicos, mesmo porque a criação da Secretaria Nacional da Aviação Civil é recente. É uma secretaria que tem *status* de Ministério e que foi criada pela Presidência da República agora, no mês de março. É muito recente. A própria Infraero teve a sua direção modificada também recentemente.

Então, comprehendo que temos de dar um tempo maior para que as coisas aconteçam. Entretanto, quero dizer que a audiência de hoje nos remeteu uma preocupação ainda maior. Acho que todos os esforços têm de ser demandados pelo Governo Federal: mudança de procedimentos e tratamento do assunto como de urgência e emergência, para que a gente possa ver todos os aeroportos brasileiros reformados, com capacidade de receber os turistas no ano de 2014.

Quero dizer que volto a esta tribuna, Senador Mozarildo, para falar especialmente sobre o aeroporto de Manaus – especialmente –, mas nós temos a expectativa, e sei que esse é o desejo do Senado, dos

Senadores e Senadoras, de ajudar o Governo para que as obras sejam concluídas a tempo da Copa.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR.) – Concedo a palavra, como orador inscrito, ao Senador Roberto Requião, por permuta com o Senador Cícero Lucena.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mozarildo Cavalcanti, Srs. Senadores, ontem, perdi a paciência. Reconheço que, ontem, perdi a paciência. Por quê? Pelas razões que passo a relatar.

No plenário, fui procurado por um repórter da Rádio Bandeirantes. Assunto: os riscos da alta da inflação. Respondi a perguntas sobre o tema e, na sequência, o repórter busca vincular a inflação à pensão que eu recebo por ter sido três vezes governador do Paraná. Também respondi às perguntas dele sobre o assunto.

Respondi a uma, respondi a duas e, na terceira vez, irritei-me com a insistência. Entendi que não era mais uma entrevista, que havia, nas perguntas, doses de provocação. Ao estilo CQC ou Pânico, o repórter queria como que me extorquir respostas, não para esclarecer o tema, mas para acuar o entrevistado, ao modelo desses programas que citei.

Foi quando perdi a paciência e peguei o gravador do repórter.

Por que o fiz? Para que ele não editasse a entrevista, não a picotasse, não a desfigurasse.

Peguei o gravador, copiei a entrevista e a publiquei, na íntegra, em minha página na Internet. Quem quiser saber como foi a entrevista, acesse a página e a ouça: Robertorequião.com.br.

Pois bem, o que ouvi e vi ontem à noite na mídia, o que li nos jornais? Duas informações absolutamente equivocadas. Primeira, que me recusei a responder perguntas sobre pensão que recebo como ex-Governador do Paraná. Não é verdade. A prova está na íntegra da entrevista que coloquei na Internet.

Segunda distorção: tirei o gravador do repórter em uma tentativa de censurar a entrevista. Também não é verdade. A entrevista está toda ela na Internet, postada por mim. Quis evitar que a entrevista fosse editada. Não confiando no repórter, por ver nas perguntas dele uma tentativa de me pôr em armadilha, quis assim eu mesmo ter o controle da entrevista, publicando-a integralmente sem trucagens.

E houve um jornalista que chegou a dizer que minha atitude, segundo ele, de “censura”, remetia aos anos da ditadura.

Oh, Deus!

Srás e Srs. Senadores, desde que o Supremo fulminou, em boa hora, a Lei de Imprensa, não se dispõe, no País, de um instrumento hábil que regule e assegure o direito de resposta.

Em meu outro mandato como Senador, apresentei, e esta Casa aprovou por unanimidade, projeto neste sentido. Foi aprovado aqui e arquivado na Câmara, como costuma acontecer com freqüência. Pois bem, estou reapresentando o projeto para garantir a parte que se julgar lesada, acesso rápido aos meios de comunicação para o restabelecimento da verdade. A falta de um instrumento como este tem me deixado, e a tantos brasileiros impossibilitados de defesa, quando vítimas de informações não verdadeiras.

Srás e Srs. Senadores, fui Deputado Estadual, Prefeito de Curitiba, três vezes Governador do Paraná e, pela segunda vez, represento o meu Estado no Senado. Tenho as mãos limpas. Não roubar, não deixar roubar, punir quem rouba, esta exortação de Ulysses Guimarães norteou a minha vida pública.

Hoje pela manhã, um velho companheiro e amigo, o nosso ex-Deputado e ex-Presidente da República, Paes de Andrade, visitava-me em meu gabinete: “Requião, você é assim mesmo – dizia-me ele –: alma forte e mãos limpas”. Mas, às vezes, perco a paciência. Ontem, eu perdi a paciência. Talvez não devesse, mas a perdi. Há momentos em que paciência é virtude. Em outros, a virtude é a paciência. Há momentos, no entanto, em que a indignação é santa, como foi santa a indignação do Cristo no conhecido episódio dos vendilhões do templo.

Srás e Srs. Senadores, o jornalismo é, antes de tudo, a busca da verdade, da verdade factual, como diz Mino Carta.

Eis a verdade dos fatos.

E a ligeireza, a rapidez é inimiga do aprofundamento e da verdade.

A Imprensa se acostuma, em determinados veículos de comunicação, plantar ruídos que se afastam completamente da verdadeira natureza dos fatos. Há momentos em que a indignação é uma virtude, em outros, a virtude é a indignação, como foi a do Cristo, ao responder com energia e firmeza aos vendilhões do templo.

Presidente, obrigado pelo espaço que me concedeu.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Quantos V. Ex^a quiser.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Se me permite, Presidente, eu gostaria de expressar ao Senador Roberto Requião que, ainda hoje, a TV Ban-

deirantes pediu-me uma entrevista e falei: "Olha, disponho-me a fazê-la, mas, antes, quero conversar com o Senador Requião, com quem sempre tive uma relação de muito respeito". Sei da sua posição tão assertiva em cada momento. Acredito que, na maior parte dos temas, temos tido afinidade de propósitos, e sinto-me, aqui, como uma pessoa que quis lhe dar as boas-vindas por estar de volta ao Senado. No primeiro tempo em que fomos Colegas, tantas vezes batalhamos aqui por propósitos comuns de realização de justiça. Sobretudo, sempre vi em V. Ex^a uma pessoa que era a favor da transparência ao dizer as coisas com muita honestidade em tudo. Vejo V. Ex^a como uma pessoa aberta que, em algumas ocasiões, pode, conforme V. Ex^a há pouco disse, até mostrar a sua indignação, o seu espírito de rebeldia com respeito a um eventual episódio, em que um jornalista quis saber de V. Ex^a opinião a respeito, conforme declarou há pouco, da verba indenizatória do tempo em que foi Governador, e que foi objeto da legislação da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Então, que V. Ex^a possa ter se indignado, mas eu avalio que, conforme o seu amigo Paes de Andrade lhe fez,...

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ...acho importante que V. Ex^a tenha vindo aqui e, inclusive, dito que a entrevista está divulgada na íntegra. Pelo que tenho notícia, V. Ex^a devolveu o gravador, porque não caberia ter sido retirado. O jornalista mencionou que gostaria de ter de volta o conteúdo da entrevista, à qual V. Ex^a disse já estar divulgada, mas eu gostaria até de afirmar que era direito do jornalista lhe perguntar a respeito de assuntos que, como tantas vezes nos são perguntados aqui, sobre tudo o que acontece em nossas vidas, sobretudo àquilo que diz respeito à vida pública. Então, a pergunta relativa ao que se tem passado com a verba indenizatória de governadores é algo, obviamente, de interesse público. É natural que o jornalista pudesse, portanto, perguntar-lhe a respeito. Levando em conta isso, eu, como uma pessoa que se considera seu companheiro aqui no Senado, mas, mais do que isso, uma pessoa que tem tido muita afinidade com propósitos comuns, acho que cabe uma atitude – não sei exatamente como foi que o jornalista fez-lhe a pergunta – para que V. Ex^a possa recompor a sua relação com esse jornalista da melhor forma possível. Isso é o que eu aqui espero que possa acontecer. Falo como um amigo que aprendeu a respeitá-lo durante os anos de nossa convivência, inclusive quando V. Ex^a aqui, por vezes, tem reiterado críticas, de maneira construtiva, a eventuais divergências com respeito, por exemplo, à própria Presidenta Dilma, ao próprio ex-Presidente

Lula, mas V. Ex^a sempre o faz com a atitude de quem quer o melhor para o Brasil e o melhor para a Presidenta Dilma, para o Presidente Lula.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)

– Senador Suplicy, eu agradeço o aparte, mas gostaria de informar-lhe que, quando assumi o governo do Paraná, o governo que me havia antecedido tinha gastado, em números corrigidos, nos oito anos, pois ele completou também dois períodos, R\$2 bilhões com a imprensa. E eu simplesmente retirei os valores do orçamento do Estado, para que sequer pudesse ser pressionado por esses gastos.

O regime no Paraná era o regime de chantagem. Assumi e logo veio o recado: apanha o governo se não abrir as burras. A minha reação foi retirar da Proposta Orçamentária todos os recursos de publicidade. Eu fiquei sete anos e três meses sem dar uma entrevista ao vivo à Bandeirantes, à Globo, ao SBT ou a qualquer veículo de comunicação importante do Paraná.

Eu recomendaria a V. Ex^a acessar o meu site e ouvir a entrevista. Foi uma entrevista de provocação. Inicialmente, provocação em relação ao Governo. Queriam tirar de mim críticas à política econômica da Presidenta Dilma. Insistiam em que eu devia concordar com que os investimentos públicos tinham de ser cerceados, porque eles estavam causando o processo inflacionário e o déficit do Brasil.

Posteriormente, inseriram essa pergunta sobre a pensão. Essa pensão existe no Paraná há quarenta anos. Todos os ex-governadores a recebem. A única exceção chamava-se Roberto Requião, porque eu terminei o meu primeiro mandato constitucionalmente, podendo receber a pensão em 2004. E, como vim ao Senado, abri mão dela por dezesseis anos.

Quando saí do Governo agora, cheguei a uma situação em que tinha dificuldade de receita pessoal para os gastos familiares comuns. Mas, mais do que isso, durante o Governo, denunciei falcatruas: um roubo da Copel de R\$144 milhões; vendas de florestas de R\$60 milhões por R\$1,6 milhão. E denunciei ao Ministério Público todos os responsáveis. Ora, a Justiça é extremamente lenta e, no processo da lentidão da Justiça, andaram rapidamente ações por dano moral contra a minha pessoa, baseadas no fato de que os personagens que comprovadamente haviam metido a mão no Erário ainda não haviam sido condenados em instância final. Então, eu não poderia chamá-los de ladrão.

É como se V. Ex^a, Senador Suplicy, encontrasse na Praça da Sé um cidadão roubando a bolsa de uma senhora e gritasse "Pega ladrão" e logo depois fosse processado por ter chamado de ladrão um indivíduo que ainda não havia sido condenado. Surgiram n hi-

póteses. Afinal, a bolsa podia ser dele, da esposa dele, de uma amiga. Mas, na verdade, ele era o ladrão da bolsa, e V. Ex^a seria condenado por isso.

Então, com danos pesados à minha economia pessoal e familiar, eu resolvi que utilizaria essa pensão, que é paga a todos os outros ex-Governadores: José Richa, por intermédio da mãe do atual Governador, Beto Richa; Jayme Canet, Paulo Pimentel, Jaime Lerner, o meu próprio Vice desta e de outras ocasiões, todos recebendo. E aqui mesmo no plenário devemos ter aí uma boa dúzia de parlamentares, ex-governadores, que recebem a pensão. Mas, não, a Bandeirantes veio com uma encomenda para uma provocação, para conseguir o que afinal conseguiu: irritar-me. Talvez esse tipo de irritação me atinja uma vez por ano, mas essa vez foi ontem. E eu achei que não iria ser depreciado, gozado e provocado impunemente por um estilo CQC de desmoralização dos políticos. Já basta a desmoralização em cima dos salários que recebem os senadores, que é, na verdade, inferior ao salário dos funcionários do Senado, estatutários em fim de carreira, e é inferior ao salário dos juízes, milhares de juízes.

O Senador Pedro Simon foi constrangido até o desespero porque recebia R\$11 mil por mês, enquanto os funcionários do seu gabinete recebiam duas ou três vezes esse valor. A pensão veio como uma compensação para ele que, como eu, não havia, por mais de uma dezena de anos, recebido isso.

Então, quero dizer a V. Ex^a que se nesse momento recebi foi porque achei que não era imoral. Defendi o Erário por muitos anos, livrei o Estado de ladrões e de roubos monumentais. E essa tese do pagamento pelo serviço público se relaciona ao fato de que um governador aplica bilhões de reais num Estado como o Paraná a cada ano, e ele precisa ter uma segurança financeira que lhe garanta tranquilidade do período no momento em que ele deixa o cargo.

Isso tudo se iniciou na Grécia Antiga, na Atenas de Péricles, quando Péricles estabelece a remuneração para os titulares de cargos públicos para que os mais pobres pudesssem exercê-los e não, como antes, apenas os ricos. Ele abre para os metecos a possibilidade da assunção de um cargo na administração pública da Grécia.

Então, Senador, a minha indignação foi muito grande. Fui alvo de uma provocação programada e reagi com irritação. Algumas vezes, Senador Suplicy, a indignação é santa, e nós temos de pôr um fim a esse *bullying* público que todos sofremos pelo simples fato de, ganhando uma eleição, assumirmos um mandato público.

Senador Lobão, com todo o prazer, cedo-lhe a palavra.

O Sr. Lobão Filho (Bloco/PMDB – MA) – Senador Requião, acredo – permita-me a liberdade – que V. Ex^a pode ter errado, conforme seu próprio discurso, ao tirar o gravador da mão do repórter, mas quero registrar aqui um posicionamento. Pode até ter errado, como também acho que errou, mas a sua história política, a sua história de vida, a sua biografia há de falar mais alto do que esses pequenos episódios. V. Ex^a já vem sendo julgado há muitos anos. A cada eleição V. Ex^a é julgado, no seu Estado, pelo seu povo, o povo do Paraná, e sempre julgado com sucesso. E não tenho como não dizer aqui, sendo do partido de V. Ex^a, que tenho uma grande admiração pelo posicionamento contundente em relação aos grandes temas brasileiros, em relação à sua defesa intransigente de todos os cidadãos do seu Estado. Venho acompanhando isso permanentemente. Portanto, esse é um episódio menor, que é pertinente, no meu entendimento, ao erro humano que todos nós cometemos. Não há ninguém, neste plenário ou fora dele, que possa dizer que, em algum momento de raiva ou descontrole, não tenha cometido um ato impensado. Esse ato, portanto, no meu entendimento, é muito pequeno para se contrapor à sua própria história de vida. Registro mais uma vez: sou profundo admirador de V. Ex^a pelas suas atitudes em defesa do nosso País, do povo do seu Estado e de todo o povo brasileiro. É o que eu tinha a dizer.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Que fique claro, Senador Lobão, que eu apenas me apossei do gravador para evitar a edição, para evitar o que se pretendia fazer naquele momento, uma edição de desmoralização de um parlamentar sério. Há coisas que eu faço, há coisas que eu não faço. Sou um Senador de atitude. Praticamente, não gasto dinheiro em processo eleitoral. Tomo posição diante de todas as coisas.

Seria maravilhoso, para mim e para todos os cidadãos brasileiros, que esse episódio me ajudasse a, mais uma vez, aprovar a rapidez do direito de resposta para todas as pessoas agredidas. Já a aprovei quando fui Senador aqui, no plenário, por unanimidade, mas esse projeto acabou sendo engavetado na Câmara Federal.

Agora, o STJ acabou com a famigerada lei de imprensa. Acho que é um momento correto para resolvemos esse problema e acabarmos com o abuso, com esse verdadeiro *bullying* que sofremos, nós, os brasileiros, parlamentares ou não, nas mãos de uma imprensa, muitas vezes, absolutamente provocadora e irresponsável.

Sr. Presidente, pela sua tolerância, o meu muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Roberto Requião, o Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Ribeiro, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. Bloco/PR – TO) – Com a palavra o ilustre Senador Mário Couto pela Liderança da Minoria, dando o tempo da Liderança da Minoria.

Dispõe V. Ex^a, Senador Mário Couto, do tempo regimental de cinco minutos.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) Como Líder. Sem revisão do orador.) – Entendo V. Ex^a, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, quero hoje falar ao meu Estado.

Senador Mozarildo, nós, políticos, temos um constante contato com prefeitos, não é verdade, Senador? Prefeitos municipais. A Senadora Vânia, lá no Goiás, deve conhecer centenas de prefeitos; o Senador Mozarildo deve conhecer centenas de prefeitos; o Senador Flexa Ribeiro, do Pará, que teve, no Estado do Pará, agora, 1,8 milhão de votos, deve conhecer centenas de prefeitos. E eu, Presidente, trago, hoje, a esta tribuna, um fato que parece muito pequeno. Parece, mas não é. Tenho essa obrigação.

Senador Jayme Campos, de Mato Grosso, quantos prefeitos V. Ex^a conhece? V. Ex^a conhece prefeitos bons, com certeza; V. Ex^a conhece prefeitos ilibados, com certeza; V. Ex^a conhece prefeitos honestos, com certeza; mas eu vou mostrar-lhe uma raça de prefeitos, vamos chamar assim – eu prefiro já chamar de raça –, uma raça de prefeitos que eu tenho certeza absoluta de que nenhum Senador neste plenário deve ter conhecido igual. Corrupto, conheço. Trabalhador, conheço.

Conheci, na minha vida inteira... Militei, Senador Mozarildo, a minha vida inteira no interior do Estado do Pará. Passei vinte anos no interior do Estado do Pará sempre fazendo trabalho comunitário. Acabei de vir de um trabalho comunitário. A minha ausência aqui neste plenário se deu por ter recebido um convite de uma associação de moradores da Vila de Cuiaraná, Município de Salinópolis, para fazer um trabalho onde tenho uma residência, um trabalho comunitário.

Lá, participei pegando na enxada, fazendo massa e passei estes nove dias de licença do Senado fazendo este trabalho comunitário. Lá, conheci e observei esse fato e não poderia deixar, Senador Mozarildo, em hipótese nenhuma, de trazer o povo do Estado do Pará, que começa a despontar fortemente, o paraense, para o turismo.

Depois do governo de Almir Gabriel e do governo de Simão Jatene, o Pará mudou. Vivemos quatro anos muito ruins daquela que não gosto de falar nem de me

lembra, mas agora voltamos novamente a crescer. O turismo no Pará cresce assustadoramente, e a cidade mais relevante nesse item turismo chama-se Salinópolis. É desse prefeito que quero hoje falar à Nação brasileira e ao meu querido Estado do Pará.

Volto a falar, meu caro amigo Jayme, que conheço toda espécie de prefeito. V. Ex^a conhece, o Senador Mozarildo conhece, a Senadora Vânia, o Senador Flexa Ribeiro e muitos Senadores conhecem. Mas V. Ex^a não conhecia o caráter que vou lhe mostrar agora de um prefeito.

V. Ex^a já conheceu prefeitos que concorriam com V. Ex^a. V. Ex^a já teve adversários próximos, prefeitos que concorreram com V. Ex^a. De um lado, apoiava alguém; de outro lado, V. Ex^a. contra esse prefeito. Isso, nos nossos Estados, Senador Mozarildo, ainda fica por muito tempo.

(O Sr. Presidente faz soar campainha.)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Já vou descer. Deixe-me terminar de contar esse episódio, aí V. Ex^a me tira desta tribuna.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. Bloco/PR – TO) – Ilustre Senador, não sou eu. Quando falta um minuto, a campainha toca por conta própria. Não é o Presidente. V. Ex^a pode continuar.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Obrigado. Tenho certeza de que não precisamos aqui buscar fundamentos, vamos terminar.

Mas V. Ex^a, Senador Mozarildo, quando o prefeito olha o trabalho de V. Ex^a, mesmo sendo adversário, o que o prefeito diz, Senador? “Não, ele é meu adversário, mas se ele está fazendo bem para minha cidade, deixe-o trabalhar”. Não é isso? Qualquer prefeito diz isso, Senador, qualquer um.

Salinópolis, paraenses, é o ponto turístico mais importante do nosso Estado. E lá estava a comunidade da Vila de Cuiaraná trabalhando. Calcule V. Ex^a, Presidente, que este prefeito maluco... Vou repetir, Presidente: este prefeito maluco.

Mandem fazer o exame médico nesse prefeito, que, com certeza absoluta, vai dar positivo para a maluquice. Esse homem não pode continuar no poder dessa prefeitura. Esse homem é doido, além de corrupto. Corrupto, não, ladrão! É ladrão!

Presidente, mandou parar a obra que a comunidade fazia. Ameaçou na rádio, disse que ia prender todo mundo e não queria que se fizesse a obra naquela localidade turística. Quem no Brasil já assistiu a essa cena? Quantos senadores, deputados já assistiram a esta cena de um prefeito maluco não querer o bem da sua própria terra, o bem da sua própria cidade, em que ele absolutamente não ia gastar um tostão? A comuni-

dade própria se reuniu e decidiu trabalhar, convidou o Senador e decidiu trabalhar. Como é que esse prefeito ameaça a paralisação, fazendo com que a comunidade toda se unisse e fosse à Câmara de Vereadores?

O Pará, como ainda tem prefeito assim no nosso Estado. Como ainda tem prefeito assim no nosso Estado.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco/PSDB – PA) – Permite-me um aparte, Senador Mário Couto?

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Um prefeito que não quer o bem da sua própria terra. Tivemos de ir à Câmara Municipal para que os vereadores permitissem a obra que nós estávamos fazendo, porque o maluco do prefeito não queria que nós fizéssemos a obra.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco/PSDB – PA) – Permite-me um aparte, nobre Senador Mário Couto?

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Isso é importante. Vou permitir. Isso é importante que a Nação brasileira tome conhecimento. É importante que o Estado do Pará tome conhecimento. É importante que os senadores denunciem os prefeitos maus, os prefeitos corruptos, os prefeitos ladrões.

É importante que nós estejamos atentos às verbas públicas que esses prefeitos desviam, não na sua maioria, na sua minoria. E é importante que se venha à tribuna do Senado falar.

Pois não, Senador Flexa.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco/PSDB – PA) – Senador Mário Couto, só para que os nossos Pares tornem conhecimento, e o Brasil por inteiro, porque o Pará conhece. De que partido é esse prefeito lá da querida Salinópolis? De que partido é o prefeito lá de Salinópolis?

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Só podia ser, Senador, só podia ser...

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco/PSDB – PA) – Mas diga!

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Do PT, Senador.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco/PSDB – PA) – Ah, sim. Problema de DNA. V. Ex^a está apontando para quem?

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Para ninguém, Senador. Prossiga.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco/PSDB – PA) – Ah, bom. Eu quero parabenizá-lo, Senador Mário Couto. O Senador João Ribeiro fazia sinal de que V. Ex^a falava pela liderança, para que eu fosse breve no aparte que estava lhe solicitando. Mas eu não poderia deixar de, primeiro, identificar o prefeito para o Brasil inteiro. Ainda ontem, conversando com o Governador Simão

Jatene, ele esteve agora lá com V. Ex^a, em Salinópolis, eu, lamentavelmente, não pude ir...

(*Interrupção do som.*)

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco/PSDB – PA) – Ele voltou de lá dizendo da necessidade de uma ação emergencial do Estado para que Salinas volte a ter dias melhores e a receber não só os paraenses, mas os brasileiros que lá vão buscar aquela cidade de veraneio. E, agora, parece que, de uma vez por todas, acharam petróleo no Pará. Graças a Deus que nós sabemos que Pará tem petróleo, tem tudo, só faltava encontrar também na cidade de Salinópolis – na costa do Pará, não só em Salinópolis. Mas, Senador Mário Couto, eu queria parabenizá-lo e dizer a todos que V. Ex^a faz um trabalho da maior importância no distrito de Cuiarana, lá no Município de Salinópolis. Aquele povo o adora. V. Ex^a coloca a mão na massa mesmo, vai junto com a população, como V. Ex^a diz, e trabalha com a enxada, fazendo o trabalho manual, ajudado pela população, e está levando benefícios para a população. E o prefeito é contra. É contra porque V. Ex^a mostra que, com a população, pode fazer obras com custo baixíssimo, praticamente só o custo de material, e muitos deles doados até pelos amigos de V. Ex^a. Quero parabenizá-lo por isso. Proximamente, irei visitar e dar um abraço nos nossos amigos lá em Cuiarana, para ele ver tudo aquilo que V. Ex^a já fez por aquela região lá de Salinas.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Obrigado.

Presidente, já vou descer. Presidente, só quero fazer mais um adendo a esta minha fala, dizendo ao povo da minha terra que jamais um prefeito irá parar um trabalho deste Senador. Jamais. Eu vim aqui para representar o meu Estado. Quando vou ao Pará, vou trabalhar pelo povo e, quando venho para cá, trabalho pelo povo. Eu quero estar sempre do lado do povo. Eu não quero estar do lado da ignorância, da estupidez. Eu não quero estar desse lado. Eu quero estar sempre do lado do povo.

Eu respeito o povo. Por isso, a minha vida inteira, até o fim do meu mandato, vai ser estar do lado do povo. Nós vamos terminar o trabalho que iniciamos.

Muito obrigado pela sua postura digna.

Eu podia chegar a V. Ex^a e questionar algumas coisas em relação a tempo, mas a virtude de V. Ex^a me faz descer desta tribuna.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. Bloco/PR – TO) – Obrigado, Senador Mário Couto.

A Presidência comunica às Srs e aos Srs. Congressistas que está convocada a sessão solene con-

junta do Congresso Nacional, a realizar-se no dia 9 de junho do corrente, quinta-feira, às dez horas, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada a comemorar o 146º aniversário da Batalha Naval do Riachuelo, data magna da Marinha.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. Bloco/PR – TO) – Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Senador Francisco Dornelles.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. Bloco/PR – TO) – Pela ordem, Senadora Marta Suplicy.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu gostaria de parabenizar a mineira Cármem Lúcia Antunes Rocha, do STF, e a gaúcha Fátima Nancy Andrichi, do STJ, que vão comandar as eleições municipais do próximo ano, quando serão escolhidos os novos prefeitos, prefeitas, vereadores e vereadoras.

Primeira mulher a presidir o Tribunal Superior Eleitoral, a Ministra Cármem Lúcia, assumirá o cargo em abril de 2012.

Já Fátima Nancy também será pioneira ao assumir, em maio, a Corregedoria-Geral do TSE.

Isso nos estimula muito porque, assim como a Câmara, o Senado tem Vice-Presidenta. Agora teremos também a presença de duas mulheres bastante competentes e fortes assumindo as próximas eleições.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. Bloco/PR – TO) – Esta Presidência assume a Senadora Marta Suplicy no sentido do cumprimento à Ministra Cármem Lúcia e à outra Ministra que também fará parte do TSE e que comandarão as eleições municipais do próximo ano, muito importante para o Brasil e para o municipalismo brasileiro.

Com a palavra o Senador Francisco Dornelles. (Pausa.)

Não estando presente, com a palavra o Senador Vital do Rêgo. (Pausa.)

Não estando presente, à Senadora Marta Suplicy.

Tem V. Ex^a a palavra pelo tempo regimental de cinco minutos.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Boa-tarde, Senadores e Senadoras e vocês que estão em casa.

Venho a esta tribuna com muita preocupação hoje. É uma preocupação como brasileira, como cidadã que sempre lutou pelos direitos humanos em relação à questão do aumento das agressões às pessoas pela sua orientação sexual. Isso tem... não é piorado,

é um agravamento gigantesco que temos observado em nosso País.

Nos dados de agressões homofóbicas, no Brasil todo, tem vitimado indistintamente... Agora, em São Paulo e no Rio de Janeiro, foram assassinadas, em 2010, 23 pessoas no Rio e 23 pessoas em São Paulo.

Recentemente, alguns casos também têm sido apontados pela crueldade que se tem visto, além da homofobia. Esse caso que aconteceu em Itarumã, no Estado de Goiás, onde pai e filho se associaram para dar fim à vida de um adolescente de apenas 16 anos, porque supostamente havia uma relação afetiva com a filha e a irmã.

O delegado responsável pelo inquérito policial colocou: "Trata-se de um crime homofóbico, pois há relatos de testemunhas sobre a família não aprovar o namoro delas".

O segundo ocorreu na cidade de Campina Grande, Paraíba, e impressiona pela brutalidade e selvageria com que três elementos assinaram um travesti. Foi um crime bárbaro, brutal, gravado pelas câmeras de trânsito da cidade. As imagens do terror mostram quando os jovens descem de um carro e perseguem o travesti, que, na calçada, é agredido e morto com mais de trinta facadas. Com o rapaz morto na calçada, um carro dá marcha a ré e os três agressores fogem como se nada tivesse acontecido.

O terceiro aconteceu durante a Virada Cultural, há quinze dias, na cidade de São Paulo. Dois skinheads foram presos suspeitos de esfaquear duas pessoas na região do Jabaquara, na zona sul da capital. De acordo com a Polícia Militar, dois jovens estavam com amigos a caminho da Virada Cultural quando foram abordados pelos agressores. Segundo a PM, as vítimas foram socorridas no Pronto-Socorro Saboya e as informações que temos é que foram internadas em estado grave. Os policiais afirmaram que os crimes foram, sim, praticados por ódio e intolerância.

Um outro episódio aconteceu agora em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul. Um estudante de 21 anos foi agredido a chutes e socos depois que saiu de uma boate gay. Antes do crime, os agressores passaram de carro por ele, chamaram de nomes, segundo o registro policial feito pela vítima, chamaram de veado e xingamentos variados. O caso também configura como um caso homofóbico e foi registrado como lesão corporal dolosa.

Esses não podem ser considerados crimes comuns. Existem, segundo relatos da Polícia, algumas características que estão sendo muito próprias desses crimes que eu diria de homofobia, como: primeiro, de covardia, excesso de violência, requinte de crueldade,

de, conhecimento anterior da vítima pelos agressores, ausência dos delitos pelos quais as vítimas são acusadas e utilização da vítima como álibi do agressor para encobrir envolvimento sexual ou orientação homoafetiva.

O Estado brasileiro é signatário de vários tratados e convenções internacionais em que, ratificada a sua adesão, ele defende a garantia dos valores dos direitos humanos.

Precisamos dar uma resposta rápida, eficiente, eficaz contra essa onda de violência sistemática gratuita. E o pior, tem aumentado no País o preconceito contra os direitos das pessoas LGBT, e agora realmente o País tem que fazer essa reflexão, porque tem aumentado. Está muito mais sério. Não sei se porque o projeto entrou na pauta novamente e reitera agressões e preconceitos ou o que quer que seja. Mas a violação do direito chegou a tal ponto que a Ordem dos Advogados do Brasil, num gesto à altura da grandeza que caracteriza essa instituição secular, prestadora dos mais relevantes serviços à vida nacional, acaba de criar e nomear renomados juristas como membros da Comissão de Adversidade Sexual, cujo objetivo é estudar, debater e propor um anteprojeto de lei ao Congresso Nacional que contemple, nas mais diferentes áreas do Direito Público e Privado, a condição de vida e cidadania de gays, lésbicas, travestis, transexuais e outros grupos sociais vulnerabilizados.

Devemos unir todos os esforços. Não podemos permitir retrocesso em direitos humanos. Essa preocupação não deve ser uma preocupação só das comunidades gays. Essa é uma preocupação de todos nós brasileiros. Não vivemos num país de ódio, num país do preconceito, num país onde pessoas possam ter medo de sair à rua porque vão ser esfaqueadas por causa da sua orientação sexual.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. Bloco/PR – TO.) – Com a palavra o Senador Cícero Lucena, em permuta com o Senador Requião. O Senador Requião já usou o seu tempo e, agora, seria a sua vez de falar. (Pausa.)

Não estando presente o Senador Cícero Lucena, Senador Wilson Santiago, como orador inscrito. (Pausa.)

Senador Blairo Maggi. (Pausa.)

V. Ex^a também abriu mão do uso da palavra.

Senador Eduardo Suplicy, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Fora do microfone.) – Peço a gentileza de inverter com o próximo.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. Bloco/PR – TO) – Com o próximo? Então, Senadora Ana Amélia. (Pausa.)

Não está presente.

Senador Lindbergh Farias. (Pausa.)

Perdão. O Presidente Sarney pediu que abrissemos a Ordem do Dia. Então, vou transferir a Presidência ao Presidente... Pode dar a palavra?

Então, Senador Lindbergh, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. LINDBERGH FARIAZ (Bloco/PT – RJ. Fora do microfone.) – Após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. Bloco/PR – TO.) – Após a Ordem do Dia? Então, vamos abrir a Ordem do Dia. Vou passar a Presidência ao Presidente Sarney.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Fora do microfone.) – Prefiro falar após a Ordem do Dia.

O Sr. João Ribeiro, 2º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Presidência recebeu das diversas lideranças da Casa as indicações para a formação do Conselho de Ética, de maneira que temos que submetê-las à aprovação do Plenário.

Todos os Líderes indicaram, e vou pedir ao 1º Secretário que proceda à leitura das indicações.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Membros titulares, pelo PMDB: Lobão Filho, João Alberto, Renan Calheiros e Romero Jucá; como suplentes: Wilson Santiago, Valdir Raupp e Eunício Oliveira.

Pelo PT: Senador Humberto Costa, Wellington Dias e José Pimentel, como titulares; como suplentes: Aníbal Diniz, Walter Pinheiro e Angela Portela.

Pelo PSDB: Senador Mário Couto, como titular, e Cyro Miranda; como suplentes: Paulo Bauer e Marisa Serrano.

Pelo PTB: Senador Gim Argello, como titular; como suplente: Senador João Vicente Claudino.

Pelo DEM: Senador Jayme Campos, como titular; e como suplente: Senadora Maria do Carmo Alves.

Pelo PR: Senador Vicentinho Alves, como titular; o suplente ainda não foi indicado.

Pelo PP: Senador Ciro Nogueira; o suplente também ainda não foi indicado.

Pelo PDT: Acir Gurgacz, titular, e suplente também ainda não foi indicado.

Pelo PSB, Senador Antonio Carlos Valadares, como titular.

É a relação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – O Plenário acaba de ouvir a leitura das indicações feitas pelos diversos Partidos.

Submeto à votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovarem permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o Conselho de Ética.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE) – Contra o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Contra o voto do Senador Jarbas Vasconcelos.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Comunico ao Plenário que se procederá, durante esta sessão legislativa, também à eleição do Corregedor Parlamentar, de acordo com a Resolução nº 17, de 1993.

É candidato ao mencionado cargo o Senador Vital do Rêgo.

Também consultei as lideranças a esse respeito e fiz várias consultas entre os Partidos.

Se todos os Senadores estiverem de acordo com a indicação, também considero aprovado. (Pausa.)

Aprovado.

Declaro eleito para o cargo de Corregedor o Senador Vital do Rêgo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) –

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 8, DE 2011

(Proveniente da Medida Provisória nº 512, de 2010)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2011, que altera a Lei nº 9.440, de 14 de março de 1997, que estabelece incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e da indústria automotiva, a Lei nº 9.826, de 23 de agosto de 1999, e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001 (proveniente da Medida Provisória nº 512, de 2010).

O Relator Revisor, Senador Humberto Costa, entregou hoje na Secretaria-Geral da Mesa seu relatório. Conforme o entendimento de lideranças, no sentido de ter ciência do relatório com 24 horas de antecedência, a apreciação da matéria fica transferida para a sessão de amanhã e a pauta continua sobreposta. Entretanto, poderão ser apreciados os Itens 4, 5 e 6.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Passamos à apreciação do Item 4.

É um requerimento do Senador Wellington Dias, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 4 e do Projeto de Lei do Senado nº 94.

Item 4:

REQUERIMENTO Nº 298, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 298, de 2011, de autoria do Senador Wellington Dias, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2009, com o Projeto de Lei do Senado nº 94, de 2011, por regularem a mesma matéria (institui o dia 13 de março, dia da Batalha do Jenipapo, no calendário das efemérides nacionais).

Com a aprovação do requerimento, o Projeto de Lei do Senado nº 94, de 2011, perde o caráter terminativo. Também comunico à Casa.

Votação do requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que aprovarem permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – **Item 5:**

REQUERIMENTO Nº 385, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 385, de 2011, do Senador Armando Monteiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 495, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (limites máximos de sódio nos produtos alimentícios).

Votação do requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem, para falar sobre esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Tem V. Ex^a a palavra sobre o requerimento, embora o Regimento...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, essa proposição é uma daquelas que foram objetos de discussão na reunião da Mesa com os líderes. É a matéria que trata da redução do sal de cozinha nas indústrias alimentícias. Aliás, há uma campanha de âmbito nacional, Sr. Presidente. Na realidade, não estamos fixando nenhum índice de uso de sal. Apenas atribuímos essa competência ao órgão do Ministério da Saúde que é a Anvisa.

O Ministério da Saúde, a esse respeito, está lançando a campanha “Viver bem é viver com saúde” e inclui entre as preocupações do Ministério da Saúde o

uso do sal, do cloreto de sódio, que provoca hipertensão, que provoca doenças degenerativas, que fazem mal à saúde e, consequentemente, contribuem para o aumento da despesa do setor saúde no Brasil. Portanto, seria de bom alvitre...

É uma pena que o autor do requerimento não esteja aqui presente, o Senador Armando Monteiro, porque eu solicitaria a ele a retirada desse requerimento. Não tem sentido. Nós não estamos fixando nenhum percentual do uso de sal; estamos apenas manifestando uma preocupação. E não sei a razão, Sr. Presidente, para que a Comissão do Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle venha a discutir esta matéria, uma vez que esta matéria veio ao encontro da defesa do consumidor. Não sei o que poderíamos fazer, se V. Ex^a poderia sobrestrar esse requerimento para uma votação posterior, quando o autor estivesse presente. V. Ex^a poderia sobrestrar?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – A Mesa aceita a sugestão de V. Ex^a. O autor do requerimento não estando presente, vou adiar a matéria para votação na sessão de amanhã, constando na pauta.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço. Vou falar com o autor. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – **Item 6:**

REQUERIMENTO Nº 414, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 414, de 2011, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 100, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (isenta instituições da arrecadação de direitos autorais).

Em votação o requerimento.

Senadoras e Senadores que aprovarem permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem, Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Rapidamente, Sr. Presidente.

Eu gostaria de pedir a V. Ex^a que incluísse na votação da Ordem do Dia o Requerimento nº 410, de

minha autoria, para comemorarmos o 120º aniversário do *Jornal do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Mesa está providenciando a vinda do requerimento de V. Ex^a para submetê-lo a votos.

Consulto as Lideranças – atenção, Plenário, Senador Humberto Costa; Senador Renan Calheiros; Líder da Maioria e da Minoria – se podíamos submeter ao Plenário a votação de alguns embaixadores, cujos processos estão sobre a mesa. (*Pausa.*)

Pergunto se posso submeter ao Plenário, se as Lideranças estão de acordo com a votação de alguns embaixadores nesta sessão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Da minha parte, não há problema, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Não havendo contestação do Plenário, vamos proceder à votação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – **Item extrapauta:**

MENSAGEM Nº 3, DE 2011 (Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

Mensagem nº 3, de 2011 (nº 793/2010, na origem), pela qual a Presidência da República submete à apreciação do Senado a indicação do Senhor *Raymundo Santos Rocha Magno*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Romênia.

O parecer da comissão é favorável e está sobre a mesa, de autoria do Senador Vital do Rêgo. (**Parecer nº 136, de 2011 – CRE.**)

Em discussão. (*Pausa.*)

Sem oradores, a discussão está encerrada.

Vamos proceder à votação.

Como a matéria exige votação nominal e secreta, na abertura do painel, os Srs. Senadores e as Senadoras já podem votar.

(Procede-se à votação nominal.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Peço aos Senadores que se encontram noutras dependências da Casa, em seus gabinetes ou gabinetes de Comissões que compareçam ao plenário. Estamos procedendo à uma votação nominal, de caráter secreto, na forma da Constituição da República.

Os Srs. Líderes também encareçam aos seus liderados a presença no plenário para procedermos à votação.

Senador Lindbergh, a V. Ex^a, que está inscrito para falar, pergunto – como estamos esperando a vinda

dos Senadores – se V. Ex^a desejaria usar da palavra agora, neste instante.

O SR. LINDBERGH FARIAZ (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, se pudesse me passar um pouco para trás e chamar outros oradores, eu agradeceria. Estou esperando alguns detalhes para fechar o discurso.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– V. Ex^a será atendido.

Senador João Pedro, V. Ex^a está inscrito como orador. Se desejar usar da palavra neste instante, poderia concedê-la, ou depois que terminar a votação da Ordem do Dia...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Como estamos esperando quórum, a sessão ainda deve demorar uns quinze minutos, se V. Ex^a desejar, poderia fazê-lo. Se não...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Eu gostaria, Sr. Presidente, de falar como Líder pelo partido.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Tem a palavra V. Ex^a como Líder do partido.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ).

Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, senhores telespectadores da TV Senado, senhores ouvintes da Rádio Senado, ilustres cidadãos que abrilhantam esta sessão com suas presenças, senhores jornalistas, membros da Mesa, as notícias do Rio de Janeiro nesse final de semana foram trágicas. As chuvas caíram torrencialmente e inundaram vários locais na nossa cidade. Um senhor morreu afogado – pasmem – na Praça da Bandeira, no centro da cidade, cercada de hospitais. Uma coisa que atenta contra a nossa civilidade, atenta contra os processos da nossa cidadania.

Sr. Presidente, ao mesmo tempo em que quero parabenizar o Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, por ter mandado mensagem e mobilizado sua base na Câmara Municipal parda aprovar a meia passagem para os estudantes das cotas e do ProUni, medida de alto alcance social, de extraordinária relevância em benefício a talvez a nossa maior dívida, que é a dívida com a educação, eu gostaria de chamar a atenção do Prefeito. Nós precisamos ter um sistema de aproveitamento de água de chuva. É um projeto que já apresentei no Senado, já foi aprovado, mas tramita na Câmara dos Deputados. E até faço um apelo aos colegas da Câmara: cidades, capitais altamente impermeabilizadas, nas áreas tropicais, e sujeitas ao fenômeno do El Niño precisam adotar com urgência o sistema de aproveitamento de água de chuva. Na própria Praça da Bandeira, debaixo da praça, debaixo

da bandeira, debaixo dos jardins, é preciso haver um grande reservatório para onde possa escoar a água da chuva no momento de precipitações volumosas como as que ocorreram nesse último fim de semana. Cada edifício, cada instalação comercial, cada igreja, cada clube, que impermeabiliza seu solo deve cuidar da água pluvial.

Ela tem de ser armazenada. No dia seguinte ela vai ser usada para regar os jardins, para limpar as calçadas e lavar os carros. É assim que nós temos de fazer. E nós estamos clamando aqui, meu Deus, como João Batista clamava no deserto da Judéia. Nós estamos vivendo um tempo novo. Nós estamos vivendo o tempo do aquecimento global. E todos sabem que a cada ano que passa as precipitações são cada vez mais curtas e mais intensas. Nós precisamos adotar isso.

Então, Sr. Prefeito Eduardo Paes, V. Ex^a que já montou um sistema de monitoramento, que merece todo o nosso aplauso, antes da aprovação desse projeto pelo Congresso, adote isso, sobretudo nessas áreas que todos nós sabemos são mais baixas, são áreas em depressão na nossa cidade e são confluências de rios que foram mal canalizados no passado.

Nós não temos como esgotar essas águas no nosso sistema pluvial, até porque há momentos em que a Baía da Guanabara sobe de nível e em vez de as nossas redes pluviais lançarem água no mar, é a água do mar que entra no continente, para dentro da nossa cidade.

Eu quero prestar toda a minha solidariedade à família desse brasileiro. Os jornais não disseram se é carioca, se é fluminense, mas é uma agonia, parte o nosso coração. Eu quero expressar aqui o sentimento de dor, e mais, o sentimento de vergonha, como autoridade, como um dos responsáveis pela políticas públicas do Brasil e da minha terra, de ver alguém morrer afogado na Praça da Bandeira.

Isso é algo que realmente estraçalha o coração e mancha a nossa cidadania. Para que nós não vejamos pessoas morrendo no ano que vem, em vez de uma, duas ou três, nós precisamos, repito, adotar o programa de aproveitamento de água de chuva. As águas pluviais não podem ser mais catástrofe. Elas têm que ser para nós uma dádiva, uma bênção de Deus, desde que saibamos cada um de nós ter a responsabilidade de armazená-las. As chuvas são inversamente proporcionais a sua intensidade: quanto mais intensas, mais curtas. O problema ocorre de maneira repentina, mas ele é curto, é um episódio curto, e é nesse momento que precisamos abrir os reservatórios de cada prédio, de cada clube, de cada igreja e até públicos, sobretudo na Praça da Bandeira. Nós precisamos construir ali um grande reservatório para um milhão, dois

milhões, dez milhões de litros e, na época da chuva, enchê-lo e certamente no dia seguinte usá-lo para limpar a cidade, tirar lama das ruas, lavar os carros, molhar o jardim. Essas são o que hoje na engenharia se chama de águas cinza. Em muitos países hoje as pessoas já estão utilizando água de pia, água de chuveiro, não vaso sanitário, mas de pia, de chuveiro, pia do tanque, da cozinha e do banheiro. Estão tratando essas águas que chamam de águas cinza. Elas não são para fazer comida, mas ficam armazenadas junto com a caixa d'água no teto, no telhado do edifício, para serem usadas no vaso sanitário, para serem usadas para molhar jardins ou limpar as áreas comuns do condomínio: as garagens, as entradas do edifício, as calçadas dos prédios.

Nós estamos permitindo que as chuvas matem afogado um cidadão da nossa cidade que teve a infelicidade de estar a caminho de casa num domingo na hora da chuva e teve a sua vida ceifada.

Daqui a pouco nós vamos ter de adotar salva-vidas na Praça da Bandeira.

Nós vamos precisar de ter salva-vidas na Praia de Copacabana, na Barra da Tijuca.

Vai chover? Aí vai mandar dois rapazes fortes, jovens, para serem salva-vidas na Praça da Bandeira. É o fim do mundo!

Então faço aqui o meu apelo.

Minha parte já fiz: apresentei o projeto, que foi debatido, foi pautado, foi relatado, foi discutido, foi emendado em quatro comissões e aprovado.

Foi para a Câmara dos Deputados.

Que lá S. Ex^{as}s se debrucem sobre o tema, melhorem o projeto. Ele cria um fundo de financiamento e dá possibilidade aos gestores públicos dessas áreas onde as águas sobem até os tetos das casas, para ali criarem um sistema de reservatório de águas pluviais.

Já vou terminar, Sr. Presidente.

Ainda que a Câmara não debata o tema – e o processo legislativo no Brasil é muito lento – faço esse apelo ao Sr. Prefeito do Rio de Janeiro, que tantos benefícios tem trazido à nossa cidade.

Mais uma vez eu o aplaudo por ter adotado a meia passagem nos ônibus. Em todos os ônibus do Rio de Janeiro hoje estudantes do ProUni e estudantes cotistas vão pagar meia passagem.

Parabéns, Prefeito, mas, por favor, lembre-se: sistema de armazenamento de água de chuva.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Vou proceder à apuração. (Pausa)

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO SECRETA

MENSAGEM N° 3, DE 2011 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. RAYMUNDO SANTOS ROCHA MAGNO, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À ROMÉNIA.

Num. Sessão:	1	Num. Votação:	1
Data Sessão:	26/4/2011	Hora Sessão:	14:00:00
		Abertura:	26/4/2011 17:05:40
		Encerramento:	26/4/2011 17:17:41

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	Votou				
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	Votou				
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou				
PT	AC	ANIBAL DINIZ	Votou				
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou				
PF	AL	BENEDITO DE LIRA	Votou				
PR	MT	BLAIRO MAGGI	Votou				
PMDB	SC	CASILDO MILDANER	Votou				
PSDB	PB	CICERO LUCENA	Votou				
PP	PI	CIRIO NOGUEIRA	Votou				
PR	MG	CLESIO ANDRADE	Votou				
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	Votou				
PT	MS	DELCIÓDIO AMARAL	Votou				
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	Votou				
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou				
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou				
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	Votou				
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	Votou				
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou				
PTB	DF	GIM ARGELO	Votou				
PT	PE	HUMBERTO COSTA	Votou				
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou				
PPS	MG	ITAMAR FRANCO	Votou				
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou				
DEM	MT	JAYME CAMPOS	Votou				
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	Votou				
PT	AM	JOÃO PEDRO	Votou				
PR	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou				
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDIO	Votou				
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	Votou				
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou				
DEM	TO	KATIA ABREU	Votou				
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	Votou				
PT	RJ	LINDBERGH FARIA	Votou				
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou				
PMDB	SC	LUÍZ HENRIQUE	Votou				
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou				
PSDB	MS	MARISA SERRANO	Votou				
PT	SP	MARTA SUPLICY	Votou				
PSDB	SC	PAULO BAUER	Votou				
PV	RN	PAULO DAVIM	Votou				
PT	RS	PAULO PAIM	Votou				
PDT	MT	PEDRO TAQUES	Votou				
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou				
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	Votou				
PMN	AC	SÉRGIO PETECÃO	Votou				
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou				
PMDB	PB	VITAL DO REGO	Votou				
PMDB	MS	WALDEMAR MOKA	Votou				
PT	BA	WALTER PINHEIRO	Votou				
PT	PI	WELLINGTON DIAS	Votou				

Presidente: JOSÉ SARNEY

Votos SIM : 48
Votos NÃO : 03 Total : 51

Emissão: 26/4/2011 17:17:43

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB

– AP) – Votaram SIM 48 Srs. Senadores; e NÃO, 3.

Não houve abstenção.

Total: 51 votos.

O nome foi aprovado.

Será feita comunicação à Senhora Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB

– AP) – Item extrapauta:

MENSAGEM Nº 30, DE 2011

Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Mensagem nº 30, de 2011 (nº 711/2010, na origem), pela qual a Presidência da República submete à apreciação do Senado a indicação do Senhor *José Maurício de Figueiredo Bustani*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Francesa, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Principado de Mônaco.

O parecer é favorável. (**Parecer nº 137, de 2011**

– CRE.)

Não havendo quem queira discutir...

A SRA. ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Queria votar, Sr. Presidente, na indicação do embaixador. Cheguei agora.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB
– AP) – A senhora vota agora e Ata fará constar...

A SRA. ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB
– AP) – Vamos proceder, então, à votação.

Os Srs. Senadores já podem votar. (*Pausa*)

(Procede-se à votação.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL)

– Só uma informação. O senhor está pretendendo colocar em votação outros nomes ou apenas esses nomes, porque está havendo uma reunião na Comissão de Constituição e Justiça...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB

– AP) – Desde que as Lideranças achem... Consultei... quantos nomes devamos... Temos aqui sete indicações de embaixador. Podemos votar três indicações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL)

– Se pudermos fazer isso rapidamente, será melhor.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB
– AP) – Pois é, depende de os Senadores votarem. Já está aberta a votação.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB
– AP) – Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu queria pedir a V. Ex^a que fizesse um apelo aos nobres Senadores. Há um quórum razoável na Casa... Nós estamos na Comissão de Orçamento com a presença da Ministra Miriam Belchior. Então, esse processo de ida e vinda, apesar da nossa juventude, é uma boa caminhada! Portanto, peço que V. Ex^a faça um apelo para os Srs. Senadores para que pudessem votar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB
– AP) – Eu já o fiz.

Eu gostaria de apelar aos Srs. Senadores para comparecer ao plenário. Tivemos um quórum alto na votação passada e agora já alcançamos o quórum de 41, quórum para decisão.

Peço aos Srs. Senadores que votem.

Como a votação é por maioria simples, alcançado o quórum regimental, vou proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO SECRETA

MENSAGEM N° 30, DE 2011 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. JOSÉ MAURÍCIO DE FIGUEIREDO BUSTANI, PARA, CUMULATIVAMENTE COM O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA FRANCESA, EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO AO PRINCIPADO DE MÔNACO.

Num. Sessão:	1	Num. Votação:	2	Abertura:	26/4/2011 17:18:44
Data Sessão:	26/4/2011	Hora Sessão:	14:00:00	Encerramento:	26/4/2011 17:21:04

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
PP	RS	ANA AMÉLIA	Votou
PT	AC	ANIBAL DINIZ	Votou
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PR	MT	BLAIRIO MAGGI	Votou
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	Votou
PR	MG	CLÉSIO ANDRADE	Votou
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	Votou
PT	MS	DELcíDIO AMARAL	Votou
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	Votou
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	Votou
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou
PTB	DF	GIM ARGELLO	Votou
PT	PE	HUMBERTO COSTA	Votou
DEM	MT	JAYMÉ CAMPOS	Votou
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	Votou
PT	AM	JOÃO PEDRO	Votou
PR	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
DEM	TO	KÁTIA ABREU	Votou
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	Votou
PT	RJ	LINDBERGH FARIA	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	Votou
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou
PSDB	MS	MARISA SERRANO	Votou
PT	SP	MARTA SUPLICY	Votou
PSDB	SC	PAULO BAUER	Votou
PV	RN	PAULO DAVIM	Votou
PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PDT	MT	PEDRO TAQUES	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou
PMN	AC	SÉRGIO PETECÃO	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PT	BA	WALTER PINHEIRO	Votou

Primeiro-Secretário

[Assinatura]

Presidente: JOSÉ SARNEY

Votos SIM : 40
Votos NÃO : 02 Total : 42
Votos ABST. : 00

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB

– AP) – Votaram SIM 40 Srs. Senadores; e NÃO, 2.

Não houve abstenção.

Total: 42 votos.

A indicação foi aprovada.

Será feita comunicação à Senhora Presidente da República.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a considerasse o meu voto conforme a Liderança da Base do Governo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– A Ata vai registrar o voto de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB

– AP) – Item extrapauta:

MENSAGEM Nº 34, DE 2011

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

Mensagem nº 34, de 2011 (nº 715/2010, na origem), pela qual a Presidência da República submete à apreciação do Senado a indicação da Senhora *Eliana da Costa e Silva Puglia*, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Guiné Equatorial.

O parecer é favorável. (**Parecer nº 138, de 2011 – CRE.**)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Vamos passar à votação.

O Plenário já pode votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu não votei na anterior, mas voto com o meu Partido.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Ata registrará o seu voto, Senador Benedito de Lira. (Pausa.)

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, apenas para registrar também o meu voto na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Tem mais, mas as lideranças... Mais um só. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Vou proceder à apuração.

(Procede-se à apuração.)

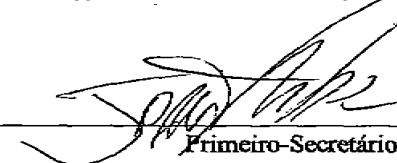
VOTAÇÃO SECRETA

MENSAGEM N° 34, DE 2011 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sra. ELIANA DA COSTA E SILVA PUGLIA, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIAXADORA DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DA GUINÉ EQUATORIAL.

Num.Sessão:	1	Num.Votação:	3	Abertura:	26/4/2011 17:21:52
Data Sessão:	26/4/2011	Hora Sessão:	14:00:00	Encerramento:	26/4/2011 17:24:52

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
PP	RS	ANA AMÉLIA	Votou
PT	RR	ANGELA PORTELA	Votou
PT	AC	ANIBAL DINIZ	Votou
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	Votou
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	Votou
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	Votou
PR	MG	CLÉSIO ANDRADE	Votou
PT	MS	DELCIÓDIO AMARAL	Votou
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	Votou
PT	SP	EDUARDO SUPlicY	Votou
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	Votou
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	Votou
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou
PTB	DF	GIM ARGELLO	Votou
PT	PE	HUMBERTO COSTA	Votou
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou
DEM	MT	JAYME CAMPOS	Votou
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	Votou
PT	AM	JOÃO PEDRO	Votou
PR	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDIO	Votou
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
DEM	TO	KÁTIA ABREU	Votou
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	Votou
PT	RJ	LINDBERGH FARIA	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNDIA	Votou
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	Votou
PR	ES	MAGNO MALTA	Votou
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou
PSDB	MS	MARISA SERRANO	Votou
PT	SP	MARTA SUPlicY	Votou
PSDB	SC	PAULO BAUER	Votou
PV	RN	PAULO DAVIM	Votou
PT	RS	PAULO PAIM	Votou
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou
PMN	AC	SÉRGIO PETECÃO	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MS	WALDEMAR MOKA	Votou
PT	BA	WALTER PINHEIRO	Votou
PT	PI	WELLINGTON DIAS	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
			Primeiro-Secretário

Presidente: JOSÉ SARNEY

Votos SIM : 46
Votos NÃO : 03 Total : 49
Votos ABST. : 00

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB

– AP) – Votaram SIM 46, Srs. Senadores; e NÃO, 3.
Não houve abstenção.

Total: 49 votos.

A indicação foi aprovada.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB

– AP) – Vamos proceder, agora, à ultima votação.

Item extrapauta:

MENSAGEM Nº 35, DE 2011

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

Mensagem nº 35, de 2011 (nº 716/2010, na origem), pela qual a Presidência da República submete à apreciação do Senado a indicação da Senhora *Ana Maria Pinto Morales*, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Zâmbia.

O parecer é favorável. (**Parecer nº 139, de 2011**

– CRE.)

Sem nenhum orador inscrito para discutir a matéria, encerro a discussão.

Os Senadores já podem votar. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) –

Sr. Presidente, pela ordem.

Eu queria só que registrasse, nas duas últimas votações anteriores, que voto pela orientação do Partido. Eu estava na Comissão Mista de Orçamento.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB

– AP) – Senadora Gleisi Hoffmann, a Ata registrará a manifestação de V. Ex^a.

Peço aos Srs. Senadores que votem nas suas devidas bancadas.

Alcançado o quórum para decisão, vou proclamar o resultado. (Pausa.)

Kátia Abreu; Senador Suplicy quer votar?; Senador Valadares...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, enquanto se processa a votação, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB

– AP) – Vou proclamar o resultado e, em seguida, darei a palavra a V. Ex^a.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO SECRETA

MENSAGEM N° 35, DE 2011 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sra. ANA MARIA PINTO MORALES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADORA DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DA ZÂMBIA.

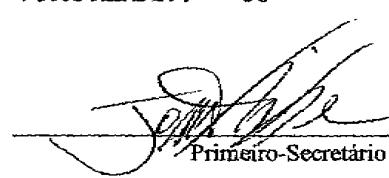
Num. Sessão:	1	Num. Votação:	4
Data Sessão:	26/4/2011	Hora Sessão:	14:00:00
			Abertura: 26/4/2011 17:25:26
			Encerramento: 26/4/2011 17:28:17

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	Votou
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
PP	RS	ANA AMÉLIA	Votou
PT	RR	ANGELA PORTELA	Votou
PT	AC	ANIBAL DINIZ	Votou
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	Votou
PR	MT	BLAIRO MAGGI	Votou
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	Votou
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	Votou
PR	MG	CLÉSIO ANDRADE	Votou
PT	MS	DELGÍDIO AMARAL	Votou
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	Votou
PT	SP	EDUARDO SUPlicY	Votou
PTB	MA	EPITACIO CAFETEIRA	Votou
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	Votou
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	Votou
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou
PTB	DF	GIM ARGELLO	Votou
PT	PR	GLEISI HOPFmann	Votou
PCdoB	CE	INACIO ARRUDA	Votou
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	Votou
PT	AM	JOÃO PEDRO	Votou
PR	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
DEM	TO	KÁTIA ABREU	Votou
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	Votou
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	Votou
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
PMDB	SC	LUÍZ HENRIQUE	Votou
PR	ES	MAGNO MALTA	Votou
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou
PSDB	MS	MARISA SERRANO	Votou
PT	SP	MARTA SUPlicY	Votou
PSDB	SC	PAULO BAUDER	Votou
PV	RN	PAULO DAVIM	Votou
PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PDT	MT	PEDRO TAQUES	Votou
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	Votou
PSB	DF	RODRIGO ROLLENBERG	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUÇÁ	Votou
PMN	AC	SÉRGIO PETECÃO	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MS	WALDEMAR MOKA	Votou
PT	BA	WALTER PINHEIRO	Votou
PT	PI	WELLINGTON DIAS	Votou

Presidente: JOSÉ SARNEY

Votos SIM : 47
 Votos NÃO : 04 Total : 51

Votos ABST. : 00



Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Votaram SIM 47, Srs. Senadores; e NÃO, 4
Não houve abstenção.

O nome foi aprovado pelo Senado Federal.

Será feita a devida comunicação a Excelentíssima Senhora Presidente da República.

São as seguintes as demais matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 166, DE 2008

(Adiada para esta data em virtude da aprovação do Requerimento nº 219, de 2011).

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 166, de 2008 (nº 696/2003, na Casa de origem, do Deputado Zezéu Ribeiro), que dispõe sobre o acesso à informação de valor didático por alunos e professores nas áreas de engenharia e arquitetura e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 1.599 e 1.600, de 2010, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável; e

– de Educação, Cultura e Esporte, Relatora ad hoc: Senadora Marisa Serrano, favorável, nos termos da Emenda no 1-CE (Substitutivo), que oferece.

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2010

(Adiada para esta data em virtude da aprovação do Requerimento nº 258, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2010 (nº 2.057/2007, na Casa de origem), que dispõe sobre o processo e julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas; altera os Decretos-Leis nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997, e 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências.

Parecer sob nº 1.685, de 2010, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “ad hoc”: Senador Alvaro Dias, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Por solicitação do Senador Marcelo Crivella, vou submeter a votos o requerimento que ele acaba

de enviar à Mesa, destinado a comemorar o 120º aniversário do *Jornal do Brasil*. (**Requerimento nº 410, de 2011**)

Em votação.

Não havendo manifestação contrária, dou-o como aprovado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer um registro, um comunicado, um convite. Amanhã, às 18 horas, no Petrônio Portella, teremos o lançamento da Frente da Família.

Imagino, Sr. Presidente, que será um lançamento muito concorrido por autoridades em todos os segmentos da sociedade, dos três Poderes: autoridades do Judiciário, do Legislativo, do Executivo. Teremos aí a presença de alguns Ministros, presença de autoridades religiosas de todo o País... De uma forma específica, falo de autoridades judicárias do meu Estado e de outros Estados e Governadores que estarão conosco aqui, figuras, atletas, Sr. Presidente, de todas as modalidades esportivas, músicos de expressão deste País, porque todos nós temos interesse na família. Se temos uma família sadia, teremos uma sociedade sadia. A família é a primeira instituição que Deus criou. Deus não criou nem Conselho Tutelar, nem Senado. Não criou polícia. Criou a família. Se a família vai bem, a sociedade vai bem. A violência que grassa na sociedade brasileira é advinda do desmoronamento dos valores de família.

Essa frente parlamentar, Sr. Presidente, visa ser propositiva para os poderes constituídos no Brasil, a fim de que possamos cumprir a nossa parte como legisladores, de uma forma propositiva. E também essa frente vai defender valores de família. Aqueles que se arvorarem a entender que é preciso matar valores de família certamente vão encontrar nessa frente...

Eu agradeço muito, porque a maioria absoluta deste Senado faz parte, assim como a maioria absoluta da Câmara dos Deputados está engajada nessa frente. Amanhã, teremos um evento absolutamente concorrido e significativo para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra, o Senador Humberto Costa, pela ordem.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Na verdade, eu gostaria de fazer a V. Ex^a um apelo. Nós temos constatado que a Casa, dado talvez o processo de renovação que teve, se encontra extremamente dedicada ao trabalho. As comissões têm funcionado de maneira plena, e tem sido muito grande, inclusive, o número de subcomis-

sões que estão sendo criadas para tratar dos mais diversos assuntos. Se por um lado, Sr. Presidente, isso é uma coisa positiva; por outro lado, acarreta alguns problemas. Só para que V. Ex^a tenha uma ideia, nós temos três subcomissões tratando do tema “infraestrutura para a Copa do Mundo”. Temos mais de uma subcomissão tratando do tema “pessoas com deficiência”, e temos, às vezes, como amanhã, várias comissões e subcomissões que estão realizando apenas audiências públicas.

Então, o que eu gostaria de demandar a V. Ex^a seria a convocação de uma reunião de Líderes com os presidentes das comissões para que pudéssemos tratar desse assunto e encontrar uma maneira de racionalizar o problema. Por exemplo, amanhã pela manhã, há quatro comissões e subcomissões cujas reuniões eu gostaria muito de poder acompanhar, mas se torna humanamente possível, porque nenhum de nós tem o dom da onipresença.

Então, eu gostaria de pedir a V. Ex^a que fizesse essa convocação. Por exemplo, subcomissões da Copa, por que precisa haver três? Não poderia haver uma única?

Audiências, às vezes, a mesma pessoa vem duas vezes por semana aqui para participar de uma audiência. Enquanto isso, amanhã, só duas ou três comissões vão deliberar sobre projetos, porque nós temos muitas audiências.

Então, sem o desejo de cercear esse furor laborativo de todos os nossos companheiros e companheiras, que nós pudéssemos ter o mínimo de lógica nesse trabalho de racionalidade. Antecipo, inclusive, pedindo a V. Ex^a que nós pudéssemos refazer a discussão sobre o Regimento de modo até que nós pensássemos se esse número de comissões que temos aqui no Senado é adequado para a quantidade de membros que nós temos aqui.

Então, era, na verdade, esse apelo que eu gostaria de fazer a V. Ex^a.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

Presidente.

Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – V. Ex^a toca num assunto que tem preocupado todos nós. Realmente, com o nosso tempo, é impossível a presença de todos os Srs. Senadores, haja vista a criação de tantas comissões e, ao mesmo tempo, a necessidade que têm de comparecer a outros trabalhos da Casa. Mas acho que V. Ex^a mesmo sugeriu a solução que nós temos que adotar.

Quero fazer um apelo ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça que mande para o Plenário

a reforma do Regimento, que, há anos, está tramitando sem que haja uma solução.

Então, nós resolveríamos de uma vez por todas se ele incluisse essa sugestão de V. Ex^a.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Presidente Sarney.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – É um apelo que eu faço. Eu também pediria que V. Ex^a, assim como os demais Líderes, transmitisse aos seus Senadores e correligionários junto à Comissão de Constituição e Justiça que nós procedêssemos a essa votação da reforma do Regimento Interno, que se faz absolutamente necessária.

Senador Blairo Maggi, orador inscrito, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para colaborar com esse tema das subcomissões e das comissões.

Tenho observado, nesses últimos dias, que estamos num descompasso bastante grande aqui na Casa com respeito a esse assunto. Inclusive, penso que nós estamos passando uma mensagem para fora de estamos batendo um pouco a cabeça aqui internamente.

Muitas comissões e subcomissões estão funcionando ao mesmo tempo, assunto a que o Líder já se referiu. Nós não temos tido tempo para participar das comissões, e o que mais me chama a atenção – acho que temos que fazer uma reflexão – é o fato de que, quando convidamos uma autoridade, alguém para vir aqui prestar um depoimento, fazer uma exposição, acabamos não tendo ninguém nas comissões para ouvir essa pessoa. Acho que é uma falta de respeito para com a pessoa que foi convidada pelo Senado Federal a estar aqui.

Então, o senhor tem razão. Há uma reforma correndo. Vou procurar também me informar dessa reforma e propor alguma emenda, alguma coisa, se ainda houver tempo. Penso que deveríamos ter na Casa uma espécie de central por onde todos os requerimentos e convites passassem para, depois, quando a pessoa se dispusesse a vir ao Senado e a falar, que todos os outros pudesssem participar de uma única reunião, de uma única audiência para prestigiar aquele convidado para estar conosco.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente José Sarney, eu pediria a V. Ex^a que fizesse constar em Ata, pois

eu estava ausente com o Senador Mário Couto numa reunião no CNJ com o Conselheiro Milton Nobre, o voto favorável às indicações do Embaixador Raymundo Magno, para a Embaixada do Brasil na Romênia; do Embaixador José Maurício de Figueiredo Bustani, para a Embaixada do Brasil junto ao Principado de Mônaco; da Embaixadora Eliana da Costa e Silva Puglia, para a Embaixada do Brasil junto à República da Guiné Equatorial; e da Embaixadora Ana Maria Pinto Morales, para a Embaixada do Brasil junto à República da Zâmbia. Todos favoráveis, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Ata registrará a manifestação de V. Ex^a.

Com a palavra, o Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Sem revisão do orador.) – Na mesma direção do que falou o Senador Flexa Ribeiro, gostaria que V. Ex^a registrasse em ata os nossos votos favoráveis também às quatro votações.

Apenas o registro em ata, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Ata vai registrar a manifestação de V. Ex^a.

E V. Ex^a traz, justamente com o Senador Flexa Ribeiro, mais um testemunho de que é impossível a presença em todos os lugares diante da quantidade de trabalhos que os Senadores têm nesta Casa.

Senador Wilson Santiago, orador inscrito.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem, Senador Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO).

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Vicentinho Alves.

Na última votação, votei com o meu Partido, Partido da República, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Ata registrará.

Eduardo Suplicy, orador inscrito.

Em seguida, Senadora Ana Amélia. Em terceiro lugar, Senador Lindbergh Farias.

O SR. EDUARDO SUPLYC (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador José Sarney, Srs e Srs. Senadores, semana passada, tendo em conta entrevista publicada da Sr^a Jorgina Freitas pela revista *IstoÉ*, liguei para o nosso Ministro da Previdência, Senador Garibaldi Alves, para obter esclarecimentos. De pronto, ele atendeu e solicitou ao Presidente Mauro Luciano Hauschild, do INSS, assim como também ao Sr. Alessandro Stefanuto... Ambos escreveram uma nota, esclarecendo os cuidados que a Previdência e

a Justiça estão tendo com os imóveis que foram arrecadados em favor do INSS, tendo em conta os prejuízos que haviam sido causados por ações de um grupo de pessoas, entre as quais a Sr^a Jorgina Freitas; e esclarecendo que os cuidados seriam tomados pela Justiça, para que os leilões de imóveis arrecadados, sequestrados em favor do INSS, fossem bem realizados.

Hoje, a Sr^a Jorgina Freitas transmitiu-me sua preocupação, pois, está anunciado que, amanhã, 27 de abril, irá a leilão, pela segunda praça, parte dos bens sequestrados em favor do INSS, inclusive uma casa que pertenceu ao General Eurico Gaspar Dutra, segundo ela, avaliada, em 2003, por R\$800 mil, quando o imóvel, no que diz respeito só ao terreno, estaria avaliado em R\$5 milhões. No entanto, o imóvel acha-se tombado pelo Patrimônio Histórico.

Segundo ela, essa será a segunda praça em que um imóvel, no valor de R\$5 milhões, poderá sair por R\$480 mil, levando-se em consideração a avaliação de R\$\$800 mil. Poderia ainda o arrematante dar uma entrada de 30% do lance e pagar o restante depois, e isso não contribuiria devidamente para o resgate dos propalados prejuízos em campanhas institucionais em defesa da Previdência.

Bem, eu, em virtude dessa comunicação da Sr^a Jorgina Freitas, resolvi telefonar para o Presidente do INSS, Mauro Luciano Hauschild, que se encontra em viagem, mas a Sr^a Lilian Coelho, chefe de gabinete, transmitiu-me a informação de que, com certeza, tudo estará sendo feito de acordo com a legislação e que a justiça estará tomando os devidos cuidados com respeito ao assunto.

Eu, então, telefonei, há pouco, para o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. No exercício da Presidência, porque o Presidente está viajando, está o Sr. Nametala Machado Jorge, e o Vice-Presidente Nametala Machado Jorge informou-me, autorizou-me a aqui expor que o leilão a ser realizado amanhã está sendo feito de acordo com tudo o que diz a lei, procurando-se assegurar a devida informação a todos os potenciais interessados. Inclusive, transmiti à Sr^a Jorgina Freitas que faria a comunicação da tribuna do Senado para que, então, mais pessoas, ou empresas, potenciais interessados no mercado imobiliário, fiquem sabendo que será realizado o leilão desse imóvel na região serrana do Estado do Rio de Janeiro; imóvel este que, portanto, poderá ser objeto de interesse por parte de todos aqueles que, normalmente, fazem investimentos ou compras no mercado imobiliário.

Dessa maneira, fica atendido o interesse de todos os aposentados e pensionistas e daqueles que têm interesse em que seja preservado o valor do patrimô-

nio de todos aqueles que lutam pelo devido direito às pensões por parte dos aposentados.

Ainda ontem, presidida pelo Senador Paulo Paim, houve aqui uma importante sessão, em que estiveram presentes os representantes da Cobap, quando o Senado Federal procurou atender a conclave de todos os pensionistas e aposentados. Nessa ocasião, esteve presente o Ministro Garibaldi Alves, da Previdência Social, que anunciou que, amanhã, às 14h, estará recebendo todos os representantes dos aposentados e pensionistas para melhor dialogarem a respeito de uma possível solução para os diversos temas, tanto relativos ao fator previdenciário quanto ao ajuste adequado das pensões e aposentadorias para todos aqueles que contribuíram com seu trabalho no Brasil.

Portanto, fica aqui divulgado que, amanhã, haverá leilão desse imóvel, que pertenceu ao General Eurico Gaspar Dutra, na região serrana do Rio de Janeiro; imóvel tombado pelo patrimônio histórico, mas que, certamente, deverá ter um valor muito significativo, seja pelo seu terreno, seja pelo seu edifício.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cícero Lucena, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Agradeço ao Senador Eduardo Suplicy.

Pela ordem dos inscritos, concedo a palavra à Senador Ana Amélia.

A SRA. ANA AMELIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente Cícero Lucena, Sras Senadoras, Srs. Senadores, nossos telespectadores da TV Senado e da Rádio Senado que nos acompanham, meu pronunciamento, hoje, é um pouco um desabafo e um desalento, porque cheguei a esta Casa com o objetivo de exercer um mandato transparente, responsável e comprometido com os interesses da sociedade do meu Estado, o Rio Grande do Sul, que represento.

Quando leo que um Senador custa R\$33 milhões, fico alarmada, porque, como uso Twitter, como acompanho as notícias pela rede social, de onde chega este valor, de um Senador custar R\$33 milhões, Sr. Presidente?

É uma manipulação muito grande, por maior respeito que eu tenha por uma ONG chamada Transparéncia Brasil, cujos dirigentes entrevistei várias vezes quando era jornalista. Trata-se de manipulação tão primária pegar todo o Orçamento do Senado e dividir por 81 Senadores! É uma manipulação com objetivo

claro de provocar a reação negativa da opinião pública contra esta Casa, contra o Parlamento.

A responsabilidade é de cada um, e, por isso, sinto muito, pela responsabilidade que tenho. Ontem, cheguei aqui às 8h30 e saí às 21h30.

Precisamos defender esta instituição, e falo com autoridade moral, Presidente José Sarney, porque fui jornalista durante 40 anos e sempre que critiquei o Parlamento o fiz com base em fundamentos. Nunca fui uma crítica irresponsável. Nunca fui uma crítica sem razão de ser, mas uma crítica com o senso da justiça.

É muito triste para quem chega aqui pela primeira vez – chego com a alegria de ter 3.401.241 eleitores do meu Estado que me consagraram este mandato. E estou aqui cumprindo rigorosamente com a minha obrigação.

Quando digo que trabalho doze, quatorze horas, não estou querendo ser referência para ninguém, apenas para o meu compromisso e a minha consciência profissional.

Fico muito impressionada que essa manipulação seja usada por veículos comunicação que têm a responsabilidade de mostrar ao País o lado ruim mas também o lado bom do que estamos fazendo.

Hoje estamos com nove comissões especiais. Saímos agora de uma subcomissão que estava debatendo o crack, o qual assola o País. Mas há pouca mídia para isso, a não ser a nossa mídia, aqui da TV Senado, da nossa Agência Senado, da Rádio Senado.

Dizem que o Senador não deve ter um iPhone. Eu uso um BlackBerry, porque dei o meu iPhone ao chefe de gabinete, a pessoa que tem a minha confiança porque me acompanha no trabalho e tem de atender centenas e centenas de prefeitos, de líderes comunitários, de lideranças políticas.

Um telefone hoje, os carroceiros que andam por aqui – que a gente respeita tanto –, com seu burrinho e a sua carrocinha, trazem nela escrito “Faço frete. Celular número tal”.

O celular é democrático, o celular é algo que está ao alcance de todas as pessoas. Como um Senador, que tem de atender tantas demandas, não pode ter um iPhone? Eu tenho um BlackBerry, cuja conta eu pago.

Aqui foram adotadas medidas de controle de gastos de telefone. Foram pedidos mais ramais, mas não foram dados. Fez muito bem a Mesa. O telefone só o Senador tem. Não são dados telefones nem franquias de telefone para os assessores principais.

O chefe de gabinete de um Senador ganha mais – porque está no quadro dos funcionários – do que um Senador que tem mandato parlamentar. Eu não estou reclamando disso. É só para que a sociedade

entenda a função e a natureza da atividade que nós exercemos.

Falar de um automóvel que tem oito anos: o carro da Senadora Vanessa Grazziotin incendiou outro dia, não tem peças de reposição! Carros velhos, com oito anos de uso. É um problema até de segurança. Não me faz falta, eu posso usar o meu veículo, mas nós temos um mandato, nós temos algumas prerrogativas. E a nossa prerrogativa é a da responsabilidade. Todos aqui têm igual responsabilidade, todos estão empenhadíssimos em exercer um bom mandato. E é muito triste, ao longo dia, termos essas informações, que são, para mim, uma grande dor, uma grande dor porque não é dessa forma que vamos construir a democracia, nem é dessa forma que vamos fazer o nosso País melhor.

A imprensa tem uma responsabilidade muito grande nesse particular, uma responsabilidade de colocar os pingos nos “is”, de tratar as coisas como são. Ataquem os outros Poderes como atacam este Poder. Cobrem dos outros Poderes da mesma forma e com o mesmo rigor!

É claro que eu lamento o que aconteceu ontem aqui com um colega jornalista. Lamento muito. E tenho certeza de que, embora o Senador tenha usado a tribuna – não vi –, ele, no fundo, no fundo, sentiu-se desconfortável. Nós temos que ter respeito, sim, pela instituição. Eu, como Senadora, tenho o direito de não responder às perguntas que me fizerem, porque dei essa liberdade, e a obrigação de um jornalista é fazer o mesmo. Mas também temos que respeitar o exercício profissional dos jornalistas nesta Casa, assim como os jornalistas também têm que entender as posições que nós aqui tomamos, nesta Casa. Ninguém pode impor-nos a vontade de quem quer que seja. Nós temos o arbítrio sobre as nossas decisões, o julgamento sobre elas!

Por isso, Presidente, eu tenho hoje, Presidente Itamar Franco, como o senhor, muita responsabilidade, muito zelo pelo que significa ocupar um mandato, ter um mandato parlamentar nesta Casa, Casa que está envolvida com tantas questões relevantes: com a reforma eleitoral, com a reforma política, com a reforma tributária, com decisões relevantes para tudo isso. Mas é preciso que haja respeito das instituições, nosso respeito.

Eu tenho, no meu gabinete, controle de ponto eletrônico para todos os funcionários. Só quatro funcionários estão dispensados do ponto eletrônico no meu gabinete: o motorista, o assessor de imprensa, o chefe de gabinete e o assessor político do meu gabinete. Tenho 21 pessoas que trabalham aqui e trabalham em Porto Alegre. E faço economia, sim: controlo a quilo-

metragem do motorista, controlo o gasto do telefone, controlo o gasto de viagem. E, da verba que eu tenho para receber, eu não uso a verba disponível, uso no limite necessário.

Talvez seja muito pouca coisa que eu esteja fazendo aqui. Muito pouca coisa! Porque o mais importante são as nossas decisões, que se refletem no cotidiano dos brasileiros, todos. Porque tomamos aqui decisões para reduzir taxa de juros – taxa de juros é o Banco Central –, decisões para reduzir os impostos, como foi hoje na Comissão de Assuntos Econômicos, como foi a questão do *crack*, como é a questão dos direitos humanos. Tantas questões!

Outro dia, alguém disse que só eu posso falar dessas coisas porque sou jornalista. Eu não tenho medo da imprensa porque eu fui jornalista. Não tenho medo de desagradar os colegas. Por isso, eu já disse: lamentei profundamente o que aconteceu aqui. Sou muito amiga do Senador Roberto Requião. Repito: ele deve estar desconfortável. O jornalista que está trabalhando aqui também está a serviço de uma missão, a de informar. E nós devemos, então, ter igual responsabilidade de todos com as instituições que formam essa democracia, ainda flor jovem, nascendo ainda, Presidente. Fizemos muito, da redemocratização até agora, e muito há por fazer. Mas só será essa construção melhor e maior, quanto maior a maturidade e maior a responsabilidade que as instituições tiverem aqui.

Eu havia preparado umas palavras para falar a respeito dos restos a pagar. Milhares e milhares de prefeitos vêm aqui, aos gabinetes de todos os Senadores. A Ministra Miriam Belchior está lá na Câmara, dando explicações, o que já pode reduzir e aliviar as dificuldades financeiras dos prefeitos que contrataram recursos e não têm a pagar. Nós estamos aqui cobrando, empurrando o Governo, fazendo críticas necessárias para o Governo, pedindo. Precisamos fazer e impor respeito, Presidente.

Eu liguei, na quarta-feira, véspera da Semana Santa, para uma Secretaria do MDIC, para uma informação relevante de um acordo binacional com a Argentina. Não recebi retorno, Presidente, de uma ligação telefônica a uma secretaria do MDIC, secretaria responsável pela área de comércio exterior.

Temos que ter nessa relação civilidade antes de tudo, mas sobretudo respeito, porque estamos aqui a serviço do interesse nacional, estamos aqui a serviço da população brasileira. E queremos fazê-lo da melhor forma: de maneira transparente, de maneira responsável, de maneira que todos nós saímos desta Casa com a sensação e a consciência do dever cumprido. Todos fazem isso quando termina uma sessão longa, às vezes demorada, como foi a da votação do salário

mínimo, em que chegamos aqui muito cedo e terminamos perto da meia-noite.

Mas eu hoje não pude calar-me diante desta questão: usar e manipular um dado, pegar o orçamento do Senado, que é para pagar a luz, para a limpeza do Senado, para todo o funcionamento desta Casa. Essa estrutura toda não é só para 81 Senadores. Os visitantes estão acostumados a visitar aqui, o Senado, e cada vez batem recordes de visita. E se vêm aqui é porque estão interessados na democracia.

Nós precisamos agir com esse zelo, porque é com esse zelo, essa responsabilidade e essa coragem de enfrentar aqueles que atacam esta Casa que vamos torná-la respeitada, amada e desejada. Não há democracia sem um Congresso que tenha compromisso com a Nação. Por isso, hoje, em vez de falar sobre essas questões, eu não pude resistir em relação a esse desabafo.

Concedo, com muito prazer, o aparte ao Senador Demóstenes Torres.

O Sr. Demóstenes Torres (Bloco/DEM – GO) – Senadora Ana Amélia, V. Ex^a faz um pronunciamento que é muito correto, um pronunciamento que muitos aqui têm pouquíssima coragem de fazer. Os congressistas se calam quando aparece uma crítica, um argumento irresponsável acerca do funcionamento da Casa. A democracia é isso mesmo, a democracia é cara. Como bem observa V. Ex^a, quantas vezes eu não recebo a cobrança de um eleitor que me diz: “Mas como? Está no jornal, todo dia, que o senhor recebe tanto.”? Alguns têm a impressão de que eu recebo R\$ 100 mil, R\$ 150 mil, R\$ 200 mil por mês, quando, na realidade, recebemos, líquido, valor... Eu ainda pago pensão de alimentos, então...

A SRA. ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – R\$ 16 mil, Senador Demóstenes.

O Sr. Demóstenes Torres (Bloco/DEM – GO) – Exatamente. Aí, fica com essa situação. Muito bem. Mas, realmente, o Senador tem uma cota de celular, que não deve ser criticada – o que não pode haver é o abuso, como já aconteceu na Casa – e tem uma cota de passagem, que, da mesma forma, deve ser seguida com responsabilidade. Creia V. Ex^a que, em relação a esta questão dos automóveis que V. Ex^a aborda, para muitos, é uma irresponsabilidade o Senado trocar a frota ou fazer a locação de automóveis. No entanto, é um desperdício total ter uma frota com oito anos de uso, alguns com mais de 200 mil quilômetros rodados, colocando em risco a vida de várias pessoas, não só a do Senador, a do condutor, a de quem está dentro do automóvel, mas a de quem está na rua também. Não é verdade? Mas, em homenagem, digamos assim, a uma certa hipocrisia, ninguém ousa tocar nes-

se assunto, é um assunto tabu, porque “Ah, o Senado tem tantas mordomias e vamos partir para mais essa mordomia? Por que o Senador não usa o seu próprio carro”, quando nós usamos nosso próprio carro. E tudo isso feito com muito sacrifício. V. Ex^a também fala, inclusive, de algo que outro dia eu reclamava: a desconsideração de muitas autoridades pelo trabalho do Senador. Eu mesmo, tem dois Ministros com quem tento falar há muito tempo. Não sei por que não consigo. O Ministro Palocci, por exemplo, na época do caseiro Francenildo, era uma simpatia total. Esteve aí, andou visitando, batendo nas portas do inferno, mas hoje, está ali de novo, junto – adjunto, melhor dizendo – de uma potestade, e não fala mais com os Senadores, especialmente os da oposição. Agora, eu vou lá pedir ao Senador Palocci qualquer coisa de irresponsável? É um homem de articulação política. No meu Estado, por exemplo, nós temos um caso em que a empresa de energia elétrica está em uma situação bastante deplorável – não vamos discutir as razões. O Ministro de Minas e Energia, Senador Lobão, favorável a uma solução. Quero falar com o Ministro sobre esse assunto. Não posso porque o Ministro, há mais de um mês, não dá um retorno. Eu vou ligar insistentemente para o Ministro, quer ele queira, quer ele não queira. Não me interessa se ele me acha simpático ou se não acha. Eu tenho um assunto de interesse do meu Estado para falar com ele, e ele tem obrigação de me receber como Ministro. O Ministro José Eduardo Cardozo, que até outro dia, dava palestra junto comigo e tal, outro dia, encontrei com ele, muito simpático, “olha, não precisa nem marcar audiência” e tal. Da mesma forma, há mais de mês que ligo. Por quê? Sou crítico contundente ao tipo de segurança pública que ele está implantando no País e quero dizer isso a ele. Quero ter a oportunidade de dizer, porque parece deslealdade escrever pelos jornais. Quero dizer o que eu acho. Alguns pensam que está certo. Ele tem o direito de ter o pensamento dele, mas eu gostaria de dizer isso a ele. Então, é verdade tudo o que V. Ex^a diz. Sofremos com isso. Não vamos parar de sofrer com isso, infelizmente. Não será o pronunciamento de V. Ex^a, lamentavelmente, que vai mudar esse estado de coisas. No Rio Grande do Sul, eles vão continuar achando que V. Ex^a e os outros dois Senadores ganham R\$ 300 mil, R\$ 400 mil, R\$ 500 mil por mês. Esse, infelizmente, é um trabalho que é feito dessa forma. É claro que muitos dão azo a esse tipo de interpretação. Agora, o pior de tudo: muitas vezes, nós não podemos levar a efeito nosso trabalho grandioso como Senador, porque o Executivo, hoje, é um superpoder, não é verdade? Da mesma forma que nos atropela com essas medidas provisórias, que não dão nenhuma margem de inter-

interpretação para o que estamos dizendo, também agora os ministros adquiriram um novo hábito: esnobar os Senadores. Parabéns a V. Ex^a! Republicanamente, V. Ex^a faz um discurso não corporativista, mas um discurso que mostra por que o Rio Grande do Sul lhe deu quase quatro milhões de votos.

A SRA. ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Demóstenes Torres.

De fato, também não é republicano o comportamento dos Ministros que não reconhecem a legitimidade que temos nesta Casa para representar os interesses dos nossos respectivos Estados. Então, o Governo deveria repensar o comportamento no relacionamento que tem com o Congresso Nacional.

A Presidenta da República, no dia em que veio a esta Casa, alegrou-me muito quando disse que não haveria discriminação à oposição e que trataria a todos com igual isenção. Alegrei-me muito, mas lamentavelmente os subordinados da Senhora Presidenta não estão seguindo a palavra que ela havia empenhado quando veio trazer a mensagem.

Concedo com muito prazer o aparte ao Senador Wellington Dias.

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – Senadora, eu quero só me somar a V. Ex^a em relação a essa forma, que já se fez outras vezes... Já estive no Parlamento e considero uma má-fé. Primeiramente, reconheço a importância da transparência e da cobrança das entidades, elogio e busco inclusive contribuir. No meu Estado, criamos o Portal da Transparência, que muitas vezes era um espaço de crítica; e eu considerava positivo, porque era uma forma de a gente inclusive saber o que estava acontecendo. Mas dividirmos o valor aplicado em um Parlamento pelo número de Senadores e, a partir de então, passarmos uma ideia de que é isso o que custa, é isso o que se gasta e isso muitas vezes ser entendido até como o que tem cada Senador, considero realmente um ato desonesto. Com todo o respeito que tenho a todas as entidades que trabalham pela transparência, isso presta um grande desserviço e termina desmoralizando um lado importante que existe no trabalho da busca pela transparência. E apenas para ilustrar, citarei um exemplo em relação a veículo. Logo que tomei posse, recebi aqui um grupo de prefeitos do meu Estado e de lideranças. Deslocamo-nos daqui para uma audiência em um dos ministérios. Um deles me fez uma pergunta: “E o Senado, é mesmo o céu?”. Há uma famosa frase do Darcy Ribeiro, espalhada por todo o Brasil, que diz que o Senado é o céu e não é preciso morrer para chegar lá. E quando saímos da audiência, eles tiveram que empurrar o carro comigo. Eu disse: “Pelo menos, para chegar ao céu tem um sacrifício, vou voltar para lá, mas

tem que empurrar o carro”. Então, eu queria citar esse caso pitoresco para dizer que sim, precisamos de uma condição melhor nessa área. E se a Mesa for fazer, tem todo o meu apoio. Era isso. Muito obrigada.

A SRA. ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Wellington Dias. Temos trabalhado intensamente na subcomissão temporária que está examinando a questão do crack. O senhor, que é ex-governador do Piauí, tem uma grande experiência nessa relação com a mídia.

Eu até não poderia reclamar porque tenho uma cobertura muito grande do jornalismo, mas não é a imprensa, é a questão do trato dessas instituições, como a Transparência Brasil, de fazer a manipulação desse dado, pegar o orçamento do Senado inteiro e dividir por 81 Senadores. É uma conta realmente muito primária, mas com um objetivo, parece, absolutamente ilegítimo nessa questão.

Com alegria, dou aparte ao Senador Waldemir Moka.

O Sr. Waldemir Moka (Bloco/PMDB – MS) – Senadora Ana Amelia, quero dizer a V. Ex^a do meu respeito. Realmente é um discurso corajoso. V. Ex^a, que veio, ou melhor, que vem exatamente da grande imprensa, quantas vezes fui entrevistado por V. Ex^a? Então, eu quero dizer que é importante que V. Ex^a dê esse depoimento, até pela credibilidade que V. Ex^a angariou ao longo de tantos e tantos anos à frente de um jornalismo sério, que cobrava, crítico. E V. Ex^a hoje traz um depoimento daquilo que é, sem dúvida, uma manipulação. E eu quero, num aparte muito objetivo, dizer a V. Ex^a que eu tenho certeza de que vários, senão todos, Senadores aqui hoje gostariam de aplaudir V. Ex^a pela coragem e pela defesa que V. Ex^a faz do Senado, de um Parlamento que tem realmente como compromisso maior defender os interesses da população. E isso, quando V. Ex^a se insurge contra essa manipulação, V. Ex^a sai em defesa daquilo que é o mais sagrado, que é a democracia no País. Parabéns a V. Ex^a.

A SRA. ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Waldemir Moka.

Eu penso que a contribuição que o Transparência Brasil pode dar é avaliando os casos de corrupção, os casos de desvio do recurso público, a má aplicação do dinheiro do povo, o problema da situação em que estão alguns setores fundamentais, como a saúde pública em nosso País.

Isso seria um bom trabalho, uma boa colaboração exatamente para ver para onde vai o dinheiro, para onde é desviado o dinheiro, para onde está indo o dinheiro público. Exatamente esse é o papel que tem a imprensa responsável e também as organizações não-governamentais que fazem esses controles.

Com alegria também, concedo um aparte ao Senador Jayme Campos.

O Sr. Jayme Campos (Bloco/DEM – MT) – Senadora Ana Amelia, a minha intervenção é muito rápida, mas eu não poderia deixar de cumprimentar V. Ex^a nesta tarde pelo belo e oportuno pronunciamento, quando aqui sai em defesa dos interesses desta Casa. Na verdade, alguém tinha que fazer algo, tendo em vista, parece-me, uma campanha insidiosa para detonar ou destruir a imagem do Congresso Nacional brasileiro, na medida em que o que se vê todos os dias, pelos veículos de comunicação, são campanhas que, lamentavelmente, só vêm prejudicar a imagem da classe política, do próprio Congresso Nacional. E V. Ex^a é muito feliz e corajosa, tem o respeito e a admiração de todos nós, Senadores e Senadoras, na medida em que a senhora aponta – não só faz a sua fala, mas aponta – as soluções. Conversando com o Senador Pedro Taques aqui, ele disse: “Acho que é normal, natural, que os Poderes comprem até um carro. É normal. Até por problemas de trânsito, corre-se risco de acidentes.” Todos os poderes compram, o Supremo Tribunal Federal, que é o Poder Judiciário, o Poder Executivo. E aqui, não, nós temos que andar de carro velho. Não significa que nós dependemos exclusivamente do carro. Não. Eu tenho capacidade, condições de ter um carro próprio, mas é um prerrogativa que os Senadores têm aqui. Acho que nós estamos cobrando aquilo que é de direito nosso aqui. Verba indenizatória. Eu confesso a V. Ex^a e aos demais Pares aqui que eu fico constrangido muitas vezes em oferecer um almoço a um grupo de prefeitos ou lideranças comunitárias que vêm aqui a Brasília, oferecer um almoço e gastar R\$500,00, R\$600,00. Daqui a pouco vão dizer: Olha, o Senador gastou R\$500,00, tinha condições de, com esses R\$500,00, comprar 50, 60, 100 marmiteix, e ele gastou num almoço. As passagens, Senadora Ana Amélia, eu quero inclusive aqui fazer até um apelo à Mesa Diretora desta Casa. Não adianta me dar passagem. Por exemplo, em Mato Grosso, nós, Senadores, temos R\$17 a R\$18 mil de passagem. Eu devolvi, no ano passado, R\$202 mil. Gastei R\$14 mil somente. Entretanto, a imprensa não noticiou, nenhum veículo de comunicação, que devolvi R\$200 mil, que ocupei apenas R\$14 mil. Faço uma proposta aqui, Senador João, que é da Mesa Diretora, que transforme isso aí em dinheiro em espécie. Em vez de me dar R\$17 mil, R\$5 mil seriam suficientes para atender não só o Senador, como todo o gabinete, e eventualmente um assessor meu que tiver que se deslocar de Cuiabá para Brasília, ou vice-versa, de Brasília a Cuiabá. Então, nós temos que deixar de ver, e tudo isso aí eu acho uma hipocrisia que está acontecendo. Lamentavelmente, quando

a imprensa divulga que “o Senador recebeu R\$33 milhões”, você imagina o absurdo. E muitas pessoas acham, interpretam que, de fato, aquilo é verdadeiro. Gente, eu, particularmente, ganho R\$15 mil, 16 mil reais. Da verba indenizatória de quatro meses, eu recebi duas até agora, porque eu fico constrangido, porque a imprensa expõe de tal forma que você não sabe como é que se pode fazer. Se você vai a um restaurante, não pode. Se você paga um voo de avião, falam: “Olha, que voo caro de avião esse aqui”. Sobretudo num Estado como o nosso, Senadora Ana Amélia, de dimensão continental. Num voo para Cuiabá, em determinadas cidades do Estado, são gastos de R\$12 mil a R\$15 mil, são 1.600 quilômetros, às vezes, quando se tem de se deslocar de Cuiabá a Vila Rica, de Cuiabá a Aripuanã. Eu acho V. Ex^a foi muito feliz, muito corajosa, e eu acho que todos os Senadores aqui em coro têm que sair em defesa do Senado Federal, para que, lamentavelmente, não ocorram fatos de leviandade. Eu digo que a imprensa, muitas vezes, é mal-intencionada. Isso tem que mudar, mas só com pessoas corajosas como V. Ex^a, que tem autoridade, que tem moral para vir aqui sair em socorro do Senado Federal. Parabéns a V. Ex^a, Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Jayme Campos pelo seu aparte, pela gentileza e pelo estímulo.

Na verdade, a responsabilidade deve ser compartilhada por todos.

E a imprensa, que tanto fez para a redemocratização do País, que tanta cobertura deu à marcha das diretas, a tantas campanhas pela redemocratização, deveria também pensar e repensar exatamente a força que tem para consolidar essa democracia conquistada a duras penas.

Então, é muito importante que as instituições, a imprensa como instituição, nós, parlamentares, como instituição, o Poder Judiciário e o Poder Executivo da mesma maneira, tenham um relacionamento respeitoso, que é isso o que a sociedade brasileira espera de todos nós.

Ainda, voltando ao caso, porque reclamei da forma como uma Secretaria do Mdic não respondeu ao telefonema de uma Senadora na quarta-feira. A assessoria da Secretaria do Mdic ligou hoje pela manhã e solicitou que o gabinete encaminhasse a demanda por e-mail, para o envio posterior de resposta a respeito de um acordo bilateral Brasil-Argentina na área de lácteos, como a assessoria mandou.

Tudo bem, mas é preciso lembrar que nem as moscas se atraem com vinagre. A boa relação, e nós estamos tratando não de seres extraterrestres, nós estamos tratando de pessoas que têm aqui uma res-

ponsabilidade muito grande, aumentada cada dia mais, quanto maiores forem os problemas que nós estamos vivendo.

Agora, por exemplo, com inflação batendo à porta, nós aqui, no Congresso, nós, no Senado, estamos debruçados também sobre isso.

Então, foi preciso esse desabafo, Sr. Presidente.

Eu agradeço muito o tempo que me foi concedido, agradeço todos os apartes que me foram feitos nessa forma de manifestação, de forma espontânea, sincera e muito pessoal, de uma experiência que estou vivendo agora e de que eu tenho muito orgulho. E vou continuar representando o Rio Grande do Sul de maneira muito responsável e comprometida com os interesses da coletividade.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Ana Amélia, o Sr. Cícero Lucena, 1º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Ribeiro, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. Bloco/PR – TO) – Parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Pela ordem.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. Bloco/PR – TO) – Pela ordem, primeiro pediu o Senador Itamar Franco. Depois, V. Ex^a.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria levantar uma questão de ordem. Antes de mais nada, quero dar meu abraço à Senadora Ana Amélia. Não quis interferir porque o tempo já havia esgotado, mas ela sabe o carinho e o respeito que tenho por sua vida pública.

Mas, Sr. Presidente, o que me traz aqui a esta questão de ordem... Tenho vindo reiteradamente a este plenário para denunciar o desrespeito do Executivo para com o Legislativo, especialmente no que diz respeito à edição de medidas provisórias, e hoje não será diferente.

O Diário Oficial da União traz, na primeira página de sua edição de hoje, mais dois exemplares do ímpeto legiferante presidencial, as Medidas Provisórias nºs 530 e 531.

Não pretendo entrar no mérito das proposições, mesmo porque não posso sequer analisar os chamados pressupostos de urgência e relevância, a que se refere o art. 62 da Constituição. E a razão para não poder fazê-lo é simples: ninguém, além de Sua Excelência a Presidente e alguns poucos Ministros, conhece as

respectivas exposições de motivos das duas medidas provisórias.

Sr. Presidente, sigo na minha análise para dizer que gostaria de ver a Presidência do Senado – já ouvimos aqui hoje a defesa intransigente da nossa querida Ana Amélia sobre o Legislativo –, que essa medida fosse devolvida ao Executivo. Por que falamos isso, Sr. Presidente? Porque essa medida publicada hoje não trouxe, como já disse, a exposição de motivos. Ela vem sem a exposição de motivos.

Eu pergunto: como vamos examinar uma medida provisória sem a sua exposição de motivos? Pelo menos até a hora em que eu cheguei aqui ao Senado, essa exposição de motivos não havia chegado ao Congresso Nacional.

O que é mais grave, Sr. Presidente, e V. Ex^a sabe tão bem quanto eu, a partir da publicação da medida provisória no Congresso Nacional, o nosso período de emendas já está sendo examinado. Então, já perdemos um dia para essas emendas.

Sabemos que essas medidas provisórias sequer vão ser analisadas pela comissão provisória que deve analisá-las.

Sr. Presidente, razão pela qual que, amanhã – Sr. Presidente, peço apenas que conste todo o meu pronunciamento, por favor –, quando a Comissão Mista que deveria apreciar preliminarmente as medidas provisórias já deverá ter sido indicada, segundo o dito do Regimento Interno, penso que essa demora em publicar a exposição de motivos é mais uma clara demonstração de desrespeito, do desprezo que o Executivo nutre pelo Parlamento em nosso País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, lembrando que não é possível que o Senado da República continue aceitando as medidas provisórias sem a exposição de motivos.

Eu gostaria, Sr. Presidente, já baseado no que diz a nossa querida Senadora Ana Amélia, que o Legislativo se afirmasse. E na primeira coisa que ele tem que se afirmar não é só perante a opinião pública, ele tem que se afirmar perante o Executivo, que abusa, abusa, abusa, abusa do Senado da República com essas medidas provisórias e, em suma, abusa do Congresso Nacional.

Eu gostaria, Sr. Presidente, que, não recebendo a exposição de motivos, V. Ex^a devolvesse à Presidência da República essa medida provisória.

Era o que eu tinha a fazer, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ITAMAR FRANCO.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs.

Senadores, tenho vindo reiteradamente a este Plenário para denunciar o desrespeito do Executivo para com o Legislativo, especialmente no que diz respeito à edição de medidas provisórias. E hoje não será diferente.

O Diário Oficial da União traz, na primeira página de sua edição de hoje, mais dois exemplares do ímpeto legiferante presidencial, as medidas provisórias números 530 e 531.

Não pretendo entrar no mérito das proposições, Sr. Presidente. Mesmo porque não posso sequer analisar os chamados “pressupostos de urgência e relevância”, a que se refere o art. 62 da Constituição. E a razão para não poder fazê-lo é muito simples: ninguém, além de sua Excelência a Presidente e alguns poucos ministros conhecem as respectivas Exposições de Motivos das duas medidas provisórias.

As medidas provisórias foram editadas com a data de ontem e publicadas hoje, como de praxe, sem as exposições de motivos. Recorremos, então, ao sítio da Casa Civil da Presidência da República, onde podemos encontrar, desde o início do dia, os textos das duas proposições, mas não suas exposições de motivos. No sítio do Senado, nem mesmo ao texto podemos ter acesso.

A informação que obtivemos junto aos setores competentes do Congresso Nacional é que as mensagens devem chegar ainda hoje, o dia da publicação, como acontece na quase totalidade dos casos. Mas por volta das 16 horas ainda não havia notícia das MPs. E, da mesma forma, não havia referência às exposições de motivos no sítio da Casa Civil.

Pode-se alegar que, chegando hoje, data da publicação, aparentemente estaria tudo legal, de acordo com a Constituição. Ou será que não?

Vejamos, Sras e Srs. Senadores, o que diz, literalmente, a Constituição, no “caput” de seu artigo 62:

Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.

Repto, Sr. Presidente: “devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional”.

Estaremos sendo rigorosos demais? Não, Sras e Srs. Senadores, não estamos. Ainda que a mensagem chegue hoje, o avulso somente estará disponível amanhã.

Somente amanhã teremos acesso oficial às razões de nossa Presidente para editar mais duas medidas provisórias.

Somente a partir de amanhã poderemos estudar o conteúdo a fim de apresentar uma emenda, lembrando que o prazo para fazê-lo é de seis dias corridos, contados a partir da publicação.

Amanhã, Sr. Presidente, quando a Comissão Mista, que deveria apreciar preliminarmente as medidas provisórias, já deverá ter sido indicada, segundo dita o Regimento Interno.

Penso que essa demora em publicar a exposição de motivos é mais uma clara demonstração de desrespeito, do desprezo que o Executivo nutre pelo Parlamento, em nosso país.

Em breve apresentaremos uma proposição com o intuito de corrigir essa situação.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. Bloco/PR – TO) – Senador Itamar Franco, V. Ex^a será atendido na forma do Regimento, mas eu encaminharei a questão ao Presidente Sarney, já que ele é o Presidente da Casa e do Congresso Nacional e a Mesa tomará as providências e comunicará ao Presidente Sarney para que responda em tempo hábil a V. Ex^a.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. Bloco/PR – TO) – Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin, ainda pela questão de ordem, Senadora?

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Sem revisão da oradora.) – Só gostaria de justificar, porque nós estávamos ausentes, estávamos em uma atividade fora da Casa, uma atividade parlamentar fora da Casa, portanto perdi as votações secretas.

Então, quero apresentar essa justificativa perante a Mesa.

Não vou declarar o meu voto porque todas as votações foram votos secretos, Sr. Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. Bloco/PR – TO) – A Ata registrará a manifestação de V. Ex^a.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. Bloco/PR – TO) – Senador Wellington Dias e logo depois Senador Mozarildo Cavalcanti, que está escrito para falar depois, Senador Mozarildo. V. Ex^a será chamado a falar como Líder.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é só para registrar e pedir um requerimento que sejam apresentadas condolências à família do Pastor José Martins, da Assembléia de Deus, de Oeiras, no Piauí, falecido no último dia 23. Era uma pessoa muito querida no meu Estado e deixa um legado de bons serviços prestados ao Estado do Piauí. Queria que aqui, por intermédio da Mesa, fosse encaminhado esse requerimento de condolências à família.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. Bloco/PR – TO) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 444, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 221 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam apresentadas condolências à família do pastor José Martins, da Assembléia de Deus de Oeiras, no Piauí, falecido no último dia 23 de abril.

Justificação

Zé Martins, como era carinhosamente chamado, converteu-se ao evangelho aos 22 anos de idade, em Floriano-PI, decisão que lhe custou a expulsão de sua própria casa e do meio de sua família. Dedicou-se por mais de 40 anos ao pastorado das Assembleias de Deus.

Deixa 14 filhos, sendo 11 biológicos e 3 adotivos, e 14 netos. Foi condecorado com a medalha “Mérito Renascença Piauiense”, a mais alta honraria concedida pelo Governo do Estado do Piauí, assim como o título de doutor **honoris causa** da Faculdade Assembleia – FASSEM. Ocupou o cargo de 1º Secretário da Convenção Estadual da Assembleia de Deus no Piauí – CEADEP, além de Secretário Executivo de Missões da mesma Convenção.

Sala das Sessões, 26 de março de 2011. – Senador **Wellington Dias**.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. Bloco/PR – TO) – A Presidência encaminhará o voto de condolências solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. Bloco/PR – TO) – Com a palavra, o nobre Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Sem revisão do orador.) – Eu pedi a palavra a V. Ex^a no mesmo sentido da Senadora Vanessa, que eu não estive presente nas votações porque estávamos fora em uma audiência...

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. Bloco/PR – TO) – A Ata registrará, Senador Mozarildo, o voto de V. Ex^a assim como também do Senador Acir, que sei que fará a mesma solicitação.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO. Sem revisão do orador.) – Exatamente, Presidente, só para registrar a nossa ausência na votação, pois nós estávamos em audiência no Sarah Kubitschek em função de estarmos pleiteando uma unidade do Sarah nos nossos Estados, na Amazônia, no Estado de Rondônia, no Estado do Amazonas e no Estado de Roraima.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. Bloco/PR – TO) – A Ata registrará.

Senador Mozarildo, pela Liderança do seu Partido. Logo em seguida, o Senador João Pedro, que falará por permuta com o Senador Lindbergh Farias. V. Ex^a dispõe do tempo regimental.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, que o meu Estado está sendo vítima de um governo realmente catastrófico, isso já não é mais nem novidade para os Srs. Senadores e, muito menos, para as pessoas do meu Estado.

Eu não estava presente no dia em que a Senadora Angela fez um pronunciamento, em que ela disse claramente, numa frase, tudo: “Existem problemas graves na saúde, na segurança, na infraestrutura, no fomento ao setor produtivo e na gestão do funcionalismo”.

Eu diria que não encontro um setor no meu Estado, um sequer, onde não haja corrupção, má gestão, descalabro total.

O Governador que está lá, que já foi cassado por uma decisão do TRE, está preocupado só com uma coisa, só com uma coisa: procurar se defender, usando a estrutura do Governo. Aliás, já comentei aqui que é lamentável que uma pessoa seja cassada, obtenha uma liminar, o que é legal, e, cassado, continue no cargo, usando, portanto, o poder de nomear, de demitir, de contratar, de pagar, de deixar de pagar. Quer dizer, usando todo o poder da máquina e o poder financeiro, para, digamos assim, tentar resolver o seu problema político de ter sido cassado. Mas, se não bastasse o descalabro administrativo do Governador atual, Governador José Júnior, quero aqui fazer um registro triste.

O jornal de hoje, *Folha de Boa Vista*, do meu Estado, traz uma matéria que é preocupante. No momento em que estamos assistindo às nossas fronteiras, já desguarnecidas, serem totalmente violadas com a entrada de drogas, com contrabando de armas, com a saída de minérios e de outros produtos da nossa imensa Região Amazônica, Senador Randolfe, o que o jornal de hoje traz? “Sem verba, PF suspende operação em Jundiá”. Jundiá é uma localidade que fica na fronteira do Estado de Roraima com o Estado do Amazonas, isto é, por onde entra tudo para o nosso Estado e por onde, infelizmente, também já entra droga e outras substâncias.

Vou ler a matéria, pedindo que ela seja considerada parte do meu pronunciamento. Diz a matéria, de autoria da jornalista Vanessa Lima:

Há mais de quinze dias o posto de fiscalização da operação Sentinela fixado no Jundiá, em Rorainópolis, foi desativado.

Esse seria um dos reflexos para Roraima do corte que o orçamento da Polícia Federal sofreu este ano e que afetou diretamente a fiscalização em regiões de fronteiras e ações de combate ao narcotráfico e contrabando de armas.

A falta de contingente seria o motivo do encerramento dos trabalhos de fiscalização no principal ponto de entrada e saída de pessoas em Roraima. Agentes federais que atuavam em Jundiá, a maioria de fora do Estado, não teriam tido o período de permanência renovado.

O Departamento de Polícia Federal também não teria sinalizado em mandar outros policiais para atuar em substituição aos que foram embora do Estado. Com o corte no orçamento, houve suspensão dos gastos com diárias para delegados e agentes, segundo os policiais [federais].

Em Roraima, a operação Sentinela teve início em abril de 2010 e, em conjunto com a Força Nacional de Segurança e a Polícia Militar, diminuiu significativamente os índices de criminalidade na Segurança Pública.

Somente em Jundiá foram cumpridos 68 mandados de prisão, 27 flagrantes e três deportações. Houve ainda a apreensão de remédios, vindos do Amazonas, que seriam enviados ao exterior e de anabolizantes que abasteciam a capital, também vindos do Amazonas e de São Paulo.

Quer dizer, até medicamentos contrabandeados, medicamentos ilegais, vindos do Amazonas, vindos de São Paulo, para abastecer o Estado de Roraima e para seguir para outros países.

No posto também ocorreu a maior recaptura de foragidos, uma vez que é a porta de entrada de Roraima para outros estados brasileiros. Os foragidos realizavam furtos e sequestros relâmpagos no Estado.

O posto de Jundiá parou justamente por falta de gente. Aquele ponto é estratégico, era o funil. Tudo o que entra e sai de Roraima passa por lá, não tem como desviar, por isso, a fiscalização naquele ponto é tão importante", lamentou um policial federal que prefere o anonimato.

Além de Jundiá, por meio da operação foram fixados postos de fiscalização também

em Pacaraima, na fronteira com a Venezuela, e em Bonfim, na fronteira com a Guiana. Nesses postos, os trabalhos ainda continuam normalmente.

Os trabalhos da Operação Sentinela, que tem como principais ações combate de crimes como tráfico internacional de drogas, entrada de armas, contrabando e imigração ilegal, teriam sido prejudicados em todos os Estados onde é desenvolvida.

Procurada, a Superintendência da Polícia Federal em Roraima informou que não se manifestaria sobre o caso. A instituição está sem superintendente desde o início do ano. A previsão é que o novo titular do cargo seja nomeado em maio.

Conforme matéria divulgada recentemente pelo jornal Folha de S.Paulo, a redução veio na esteira do contingenciamento do Orçamento da União, determinado pelo decreto assinado em fevereiro pela Presidente Dilma Rousseff.

No Ministério da Justiça, com orçamento previsto de R\$4,2 bilhões para 2011, o corte foi de R\$1,5 bilhão. Houve redução do efetivo desde a Amazônia até o Rio Grande do Sul. No Brasil, a atuação da Polícia Federal nas fronteiras abrange uma linha de 16.399 km.

Sr. Presidente, fiz questão de ler a matéria do jornal para realmente mostrar que esse não é simplesmente o pensamento do Senador Mozarildo, é um sentimento de toda a população do Estado. Eu diria que é de interesse nacional, porque somos uma fronteira, repito, estratégica. Nós fazemos fronteira com a Venezuela, com a Guiana e somos a porta de entrada ou saída para os outros Estados brasileiros através do Amazonas.

Quero aqui fazer um apelo ao novo Diretor Geral da Polícia Federal, ao Ministro da Justiça, à Presidente Dilma Rousseff para que olhem com carinho essa questão da Polícia Federal no meu Estado. Também, na mesma esteira, a Polícia Rodoviária Federal, que está com um contingente escasso, insuficiente, com equipamentos sucateados e com os mesmos problemas operacionais da Polícia Federal. Então, o Estado de Roraima vai ficar, será possível, entre a cruz e a espada? Porque, se de um lado temos um governador corrupto, inoperante, despreparado, do outro lado temos esta consequência do corte de verbas para Polícia Federal.

Eu gostaria mesmo de dizer – eu repito, não sou adversário da Presidente Dilma –, eu quero que a Presidente Dilma tenha êxito e quero principalmente que o meu Estado seja mais bem assistido, até porque,

Senador João Pedro, eu conversei há poucos dias com um policial federal lá para procurar me informar de uma penca de processos, de inquéritos que estão lá, desde a época da eleição, processos eleitorais, portanto, inquéritos eleitorais que não são concluídos. E não são concluídos por quê? Porque não há pessoal suficiente para procedimentos necessários: nem perícias, nem investigações, nem procedimentos técnicos necessários.

Então, eu gostaria de dizer uma coisa: como roraimense, eu me sinto realmente angustiado por ver um governador que não está nem um pouquinho preocupado com as pessoas de lá.

A operação que a Polícia Federal fez na saúde, decorrente de investigação do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado, constatou um roubo de R\$30 milhões, dinheiro federal e dinheiro estadual. Mas isso ocorre em todos os setores.

Agora, eu vejo esse quadro da Polícia Federal que, para o meu Estado, é crucial em todas as áreas. É uma região de fronteira; todo o Estado está na faixa de fronteira. Não é possível que nós possamos ficar...

Eu acho que é preciso fazer ajuste. É preciso fazer cortes? Sim, mas vamos fazer cortes como faz uma família. Quando o dinheiro é curto, corta-se festa, corta-se passeio, menos com alimentação, com saúde, com segurança. Então, não é possível que possamos botar no mesmo saco a segurança, como é o caso da Polícia Federal, e, por exemplo, uma viagem de tecnocratas para lá e para cá; não podemos botar no mesmo saco a saúde e, por exemplo, eventos festivos ou datas comemorativas. Temos que, de fato, estabelecer prioridades.

É este o apelo que quero deixar. Eu poderia fazer este apelo, digamos, por meio de ofício ou de outros caminhos, mas como o povo do meu Estado ficaria

sabendo que eu fiz isso? Eu tenho que dar uma satisfação à população que, hoje, se sente desamparada dos dois lados: desamparada por um governo estadual corrupto e despreparado, e agora, de outro lado, desamparada numa questão fundamental que é a segurança por uma questão que pode ser momentânea. Mas quem está adorando isso são os bandidos, os contraventores. A população é que paga o preço dessa insegurança.

Então, Senador Acir, quero pedir a V. Ex^a a transcrição na íntegra desta matéria que li e que foi publicada no jornal *Folha de Boa Vista* e que reflete muito bem um quadro dramático e, aqui, de exclusiva responsabilidade do Governo Federal.

Quero, portanto, deixar meu apelo à Presidente Dilma – repito –, ao Ministro da Justiça e ao Diretor-Geral da Polícia Federal para que nomeie o Superintendente, para que coloque gente suficiente para tomar conta das nossas fronteiras, que a equipe... Ora, não estamos falando aqui de um Estado central, não. Estamos falando aqui de um Estado fronteiriço que tem todos os problemas – inclusive a ver, por exemplo, com a entrada de armas para abastecer o narcotráfico no Rio de Janeiro, com a entrada de drogas. Já se fez inclusive a apreensão de medicamentos como LSD no meu Estado.

Então, quero finalizar, esperando que haja pronta providência por parte da Presidente Dilma, em quem confio que de fato vai tomar providências, porque não é possível que isso persista.

Muito obrigado pela atenção.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

SENTINELA**Sem verba, PF suspende operação em Jundiá****VANESSA LIMA**

Há mais de quinze dias o posto de fiscalização da operação Sentinel fixado no Jundiá, em Rorainópolis, foi desativado. Esse seria um dos reflexos para Roraima do corte que o orçamento da Polícia Federal (PF) sofreu este ano e que afetou diretamente a fiscalização em regiões de fronteiras e as ações de combate ao narcotráfico e contrabando de armas.

A falta de contingente seria o motivo do encerramento dos trabalhos de fiscalização no principal ponto de entrada e saída de Roraima. Agentes federais que atuavam em Jundiá, a maioria de fora do Estado, não teriam tido o período de permanência

O Departamento de Polícia Federal também não teria sinalizado em mandar outros policiais para atuar em substituição aos que foram embora do Estado. Com o corte no orçamento, houve suspensão dos gastos com diárias para delegados e agentes, segundo os policiais.

Em Roraima, a operação Sentinel teve início em abril de 2010 e, em conjunto com a Força Nacional de Segurança (FNS) e a Polícia Militar, diminuiu significativamente os índices de criminalidade na Segurança Pública.

Somente em Jundiá foram cumpridos 68 mandados de prisão, 27 flagrantes e três deportações. Houve ainda a apreensão de remédios, vindos do Amazonas, que seriam enviados ao exterior e de anabolizantes que abasteceriam a capital, também vindos do Amazonas e de São Paulo.

No posto também ocorreu a maior recaptura de foragidos, uma vez que é a porta de entrada de Roraima para os outros estados brasileiros. Os foragidos realizavam furtos e sequestros relâmpagos no Estado.

“O posto de Jundiá parou justamente por falta de gente. Aquele ponto é estratégico, era o funil. Tudo o que entra e sai de Roraima passa por lá, não tem como desviar, por isso a fiscalização naquele ponto é tão importante”, lamentou um policial federal que prefere anônimo.

Além de Jundiá, por meio da operação foram fixados postos de fiscalização também em Pacaraima, na fronteira com a Venezuela, e em Bonfim, na fronteira com a Guiana. Nesses postos os trabalhos continuam normalmente.

Os trabalhos da operação Sentinel, que tem como principais ações combate de crimes como tráfico internacional de drogas, entrada de armas, contrabando e imigração ilegal, teriam sido prejudicados em todos os estados onde é desenvolvida.

Procurada, a Superintendência da Polícia Federal em Roraima informou que não se manifestaria sobre o caso. A instituição está sem superintendente desde o início do ano. A previsão é que o novo titular do cargo seja nomeado em maio.

CORTE – Conforme matéria divulgada recentemente pelo jornal Folha de São Paulo, a redução vem na esteira do contingenciamento no Orçamento da União, determinado por decreto assinado em fevereiro pela presidente Dilma Rousseff.

No Ministério da Justiça, com orçamento previsto de R\$ 4,2 bilhões para 2011, o corte foi de R\$ 1,5 bilhão. Houve redução do efetivo desde a Amazônia até o Rio Grande do Sul. No Brasil, a atuação da PF nas fronteiras abrange uma linha de 16.399 km.

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. João Ribeiro, 2º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senador Mozarildo, V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Com a palavra...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, permita-me uma breve adição à comunicação que há pouco fiz aqui. Conversei agora com o Procurador-Geral da Advocacia-Geral da União a respeito do leilão que será efetuado amanhã da casa em Petrópolis que pertenceu ao ex-Presidente General Eurico Gaspar Dutra. Conforme edital de leilão, o Desembargador Manuel Alberto Rebelo dos Santos, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, definiu ser realizado amanhã em segunda praça, segunda ocasião, dia 27 de abril. O leilão será realizado no Átrio do Fórum, na Av. Erasmo Braga, nº 115. Está no site da leiloeira Norma Machado, na Internet, com fotos do imóvel, que fica na rua Alberto Torres 221, na Vila Imperial, em Petrópolis, entrada pela Av. Dom Pedro I, 610. Isso para assegurar que está, inclusive, na Internet, para todo e qualquer potencial interessado nesse leilão. Esta comunicação é feita em defesa do patrimônio de todos os aposentados e pensionistas do Brasil.

Muito obrigado, Presidente Acir Gurgacz.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, gostaria de pedir a palavra pela liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Está inscrito, Senador Romero Jucá.

Com a palavra, o Senador João Pedro em permuta com o Senador Lindbergh Farias.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, volto mais uma vez, Sr. Presidente, a externar minha opinião sobre a importância da definição do Código Florestal brasileiro em discussão no Congresso Nacional.

É bom lembrar que o substitutivo, que tem como Relator o Deputado Aldo Rebelo, encontra-se na Câmara dos Deputados. É evidente que aguardamos com muita expectativa a chegada do Código ao Senado. E são muitas as contribuições, Sr. Presidente.

O Deputado Aldo Rebelo tem um mérito nessa discussão porque o Código passou a ser discutido em

todo o País, em todo o País – repito. Há poucos dias, uma semana atrás, no Amazonas, aconteceu um evento com dezenas de entidades da sociedade civil, populares, construindo a sua proposta para o Código.

Quero nesta fala, Sr. Presidente, chamar a atenção para duas grandes contribuições.

Quero trazer isso para cá, porque vai dando um formato da importância do Código Florestal. V. Ex^a, que preside a Comissão de Agricultura do Senado, sabe que nós já fizemos esse debate no âmbito da Comissão, e continuamos fazendo.

Mas me chama a atenção, Sr. Presidente, porque recebi no meu gabinete a proposta dessa grande instituição brasileira que é a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Eu a tenho aqui, Sr. Presidente. É uma proposta que traz a contribuição de pesquisadores, de estudiosos do assunto em pauta, do assunto em tela, de um assunto tão palpitante.

Por que ganha dimensão esse debate? Por conta da liderança do Brasil em esfera internacional, por conta das propostas que o Brasil tem feito em fóruns internacionais. Ora, já existem aqui no Senado duas subcomissões para tratar do evento de 2012 sobre a questão ambiental, com foco na economia verde. Nós estamos falando do Rio+20.

Hoje, na Comissão de Meio Ambiente, houve um debate importante, inclusive com o subsecretário para assuntos ambientais da ONU, incluindo a discussão da economia verde. Agora, Rio+20, Senador Randolfe... Nós estamos discutindo, e esse fórum internacional se dá dentro dessa discussão do Código Florestal. Como é que nós vamos tratar de assuntos em âmbito internacional, local, regional, municipal, sem tratarmos, com a profundidade que ele merece, do Código Florestal?

Então, Sr. Presidente, esse material, essa proposta da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, tem que ser olhada pelo Deputado Aldo Rebelo e por todos nós que estamos travando esse debate, além da Academia Brasileira de Ciências (ABC), que traz também essa contribuição. Mas nós recebemos – eu recebi, digo nós Senadores –, com certeza, a proposta, Senador Pimentel, da Agência Nacional de Águas, também uma instituição importante. Nesse debate em que eu considero um dos pontos bem aguçados aquele que trata da área de proteção permanente, eu quero repercutir aqui o que diz a ANA sobre área de proteção permanente.

No item 10 do seu documento a equipe técnica da ANA, em estudo realizado anteriormente sobre essa matéria, elaborou uma nota informativa conjunta, a de nº 1/2009, a qual identifica que entre os benefícios das APPs, das Áreas de Proteção Ambiental, diretamente relacionadas aos cursos hídricos, encontram-se:

SENTINELA**Sem verba, PF suspende operação em Jundiá****Fonte: a A A A****VANESSA LIMA**

Há mais de quinze dias o posto de fiscalização da operação Sentinel fixado no Jundiá, em Rorainópolis, foi desativado. Esse seria um dos reflexos para Roraima do corte que o orçamento da Polícia Federal (PF) sofreu este ano e que afetou diretamente a fiscalização em regiões de fronteiras e as ações de combate ao narcotráfico e contrabando de armas.

A falta de contingente seria o motivo do encerramento dos trabalhos de fiscalização no principal ponto de entrada e saída de Roraima. Agentes federais que atuavam em Jundiá, a maioria de fora do Estado, não teriam tido o período de permanência

O Departamento de Polícia Federal também não teria sinalizado em mandar outros policiais para atuar em substituição aos que foram embora do Estado. Com o corte no orçamento, houve suspensão dos gastos com diárias para delegados e agentes, segundo os policiais.

Em Roraima, a operação Sentinel teve início em abril de 2010 e, em conjunto com a Força Nacional de Segurança (FNS) e a Polícia Militar, diminuiu significativamente os índices de criminalidade na Segurança Pública.

Somente em Jundiá foram cumpridos 68 mandados de prisão, 27 flagrantes e três deportações. Houve ainda a apreensão de remédios, vindos do Amazonas, que seriam enviados ao exterior e de anabolizantes que abasteceriam a capital, também vindos do Amazonas e de São Paulo.

No posto também ocorreu a maior recaptura de foragidos, uma vez que é a porta de entrada de Roraima para os outros estados brasileiros. Os foragidos realizavam furtos e sequestros relâmpagos no Estado.

“O posto de Jundiá parou justamente por falta de gente. Aquele ponto é estratégico, era o funil. Tudo o que entra e sai de Roraima passa por lá, não tem como desviar, por isso a fiscalização naquele ponto é tão importante”, lamentou um policial federal que prefere anônimo.

Além de Jundiá, por meio da operação foram fixados postos de fiscalização também em Pacaraima, na fronteira com a Venezuela, e em Bonfim, na fronteira com a Guiana. Nesses postos os trabalhos continuam normalmente.

Os trabalhos da operação Sentinel, que tem como principais ações combate de crimes como tráfico internacional de drogas, entrada de armas, contrabando e imigração ilegal, teriam sido prejudicados em todos os estados onde é desenvolvida.

Procurada, a Superintendência da Polícia Federal em Roraima informou que não se manifestaria sobre o caso. A instituição está sem superintendente desde o início do ano. A previsão é que o novo titular do cargo seja nomeado em maio.

CORTE – Conforme matéria divulgada recentemente pelo jornal Folha de São Paulo, a redução vem na esteira do contingenciamento no Orçamento da União, determinado por decreto assinado em fevereiro pela presidente Dilma Rousseff.

No Ministério da Justiça, com orçamento previsto de R\$ 4,2 bilhões para 2011, o corte foi de R\$ 1,5 bilhão. Houve redução do efetivo desde a Amazônia até o Rio Grande do Sul. No Brasil, a atuação da PF nas fronteiras abrange uma linha de 16.399 km.

Embrapa também atua fortemente em alguns países em apoio a suas tecnologias, a exemplo da França, da Inglaterra, da Coreia do Sul, da China, dos Estados Unidos, entre outros países.

Exatamente, Sr. Presidente, ao completar os seus 38 anos de existência, todo o Brasil tem clareza do papel que a nossa Embrapa já prestou a nossa Nação, mas tem muito mais ainda por fazer, principalmente quando o Brasil se prepara para ser o maior produtor de alimentos do mundo, ao mesmo tempo preservando o meio ambiente. As duas Casas, Câmara e Senado, e toda a sociedade brasileira estão discutindo, agora, o Código Florestal, a que o nosso Senador João Pedro fazia referência há pouco, neste grande debate nacional que está sendo feito, sendo que a nossa Embrapa é também uma forte parceira nessas discussões.

Essas 47 unidades que a Embrapa já instalou no Brasil, cobrindo todas as regiões, têm como objetivo exatamente aumentar a produtividade da pequena, da média e da grande propriedade rural. Se nós analisarmos o que ela tem feito em benefício da agricultura familiar hoje, o grande salto de qualidade que a nossa agricultura familiar tem tido tem nas pesquisas da Embrapa exatamente o seu grande parceiro, e as entidades do campo têm um carinho muito grande para com essa empresa que completa hoje os seus 38 anos de existência,...

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) –... uma idade ainda bastante pequena para a realidade de um país que tem outras instituições que já ultrapassaram seus 220 anos, a exemplo do Banco do Brasil, mas uma entidade que, nesses 38 anos, tem marcado uma presença muito forte na inovação tecnológica, na qualificação e na capacitação dos seus servidores e no retorno que tem dado à nossa sociedade.

No nosso Estado do Ceará, a Embrapa tem também uma presença com duas grandes unidades. Uma delas, sediada em Fortaleza, é voltada exatamente para a agroindústria tropical e ali tem feito inovação muito forte no setor do caju, uma das principais pautas de produção de exportação do semiárido nordestino e, no Estado do Ceará, uma das principais pautas de exportação. Tem aumentado sua produtividade...

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Pois não, Senador João Pedro.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Claro.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Quero me associar à manifestação de V. Ex^a sobre o aniversário da Embrapa. Também, como no Nordeste, lá na nossa Amazônia a Embrapa tem feito trabalhos relevantes no campo da pesquisa, do conhecimento, da dominação de técnicas, como, por exemplo, o dendê na Amazônia. É da Embrapa esse estudo sobre o dendê. O nosso guaraná é um produto da região, mas a Embrapa tem o domínio desse ciclo, do estudo, da pesquisa de espécies resistentes às doenças. Enfim, quero me associar e dizer da importância do pronunciamento que V. Ex^a faz refletindo sobre essa empresa brasileira que tem uma atuação em nível internacional. Parabéns pelo pronunciamento. Quero também parabenizar os quase dois mil pesquisadores, salvo engano, que a Embrapa tem em todo o Brasil, presentes na África, na América Central, nos Estados Unidos. Espero que essa Empresa continue com compromissos nacionais, com a ciência, com o conhecimento, servindo ao povo brasileiro principalmente. A Embrapa merece esse registro da forma como V. Ex^a está fazendo. É o reconhecimento a uma empresa que carrega o esforço abnegado de centenas e centenas de servidores públicos, de pesquisadores. O Brasil seria um outro país, pior, se não houvesse a Embrapa. Então, é uma contribuição importante para a ciência, para o Brasil, para o dia a dia do povo brasileiro, porque a Embrapa estuda o feijão, o milho, o arroz. Então, quero me associar e desejar muitos e muitos anos para a Embrapa, felicitar os seus técnicos, que, às vezes, dão continuidade aos estudos, às pesquisas, com muita abnegação, com muito denodo. Parabéns à Empresa e parabéns aos seu técnicos, familiares, que acompanham a lida, o dia a dia de uma empresa que não faz outra coisa senão a pesquisa pelo bem da produção, dos produtos e da qualidade de vida do povo brasileiro. Parabéns pelo pronunciamento.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Obrigado, Senador João Pedro.

O Sr. Inácio Arruda (Bloco/PCdoB – CE) – Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Eu quero registrar que a nossa Embrapa, no Estado do Ceará, com a sua inovação com o caju – e o nosso Senador Inácio Arruda é um parceiro muito forte nessa caminhada –, ali, desenvolveu uma tecnologia de podas das grandes árvores de cajueiros e, por meio desse mecanismo, conseguiu triplicar a produção de caju por hectare. É exatamente essa pauta que tem contribuído muito com o nosso desenvolvimento.

Eu também queria passar a palavra ao nosso Senador Inácio Arruda, lá do nosso Estado, do Estado do Ceará.

O Sr. Inácio Arruda (Bloco/PCdoB – CE) – Senador Pimentel, é uma grande alegria poder aparteá-lo quando fala de um tema tão caro para nós brasileiros, porque se trata de uma empresa especialíssima do nosso País; e caro para nós cearenses, porque houve a renovação daquela floresta natural de cajueiro, que é da nossa região, do Nordeste brasileiro, e que se espalhou pelo mundo. Isso aconteceu graças ao trabalho generoso dos técnicos, pesquisadores, cientistas dedicados à pesquisa do caju na nossa região, o Nordeste brasileiro. Isso avançou para outras culturas, pesquisando ali, no Estado do Ceará, ali mesmo na área de caprinos e ovinos, associando tecnologia, ciência, categoria à produção. É produção de alimentos. Caju é vitamina C, é o ferro, são os sais minerais, em vários formatos. Mais: agora, a Embrapa, juntamente com os Cenpes da Petrobras, pesquisa o uso do caju como aditivo biodegradável na combustão, para adicionar à gasolina. Então, o avanço da ciência nessa área, graças à Embrapa, é extraordinário. Há ainda o fato de você ter a Embrapa pesquisando também uma das outras culturas mais significativas do povo brasileiro nativo, que é a nossa mandioca, lá em Cruz das Almas, na Bahia. Ali você tem uma pesquisa extraordinária, que permite que você utilize essa leguminosa, que vem das tradições das nossas tribos, em qualquer tipo de produto na área de pães, de bolos. Já é usada em larga escala, inclusive na área da siderurgia, pois ninguém, às vezes, conhece a utilização do amido da mandioca exatamente nessa área da produção siderúrgica no nosso País. Por isso, quero louvar o pronunciamento de V. Ex^a. A Embrapa é excelência, a Embrapa é alimento, é baratear alimentos, com a sua pesquisa. E a Embrapa é o Brasil também na África. Um fato extraordinário: nós temos ali nos países mais pobres do mundo a presença da Embrapa, ajudando aqueles povos a se desenvolver e a mostrar o seu potencial e a sua força também na produção desse grande continente irmão nosso que é a África. Então, parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento. É o registro que eu gostaria de fazer em aparte. Obrigado, Senador.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Senador Inácio Arruda, V. Ex^a fazia referência à nossa segunda Embrapa no Ceará, à segunda unidade, que é a Caprinos e Ovinos lá da nossa Sobral. Essa unidade tem desenvolvido uma tecnologia de melhoria do nosso plantel, de ampliação da quantidade de proprietários, de pequenos proprietários, criando os caprinos e ovinos, desenvolvendo uma tecnologia de aproveitamento tanto da carne, do leite, dos derivados desses animais. Grande parte da nossa culinária hoje tem, exatamente nos produtos da Embrapa, grandes

parceiros para enriquecerem, cada vez mais, a nossa alimentação.

Lembro-me muito bem de um evento que V. Ex^a promoveu em parceria com a Embrapa e com os produtores de caju aqui no Congresso Nacional, no Senado Federal, em que trouxe mais de 15 produtos resultados exatamente do nosso caju, desde a castanha, o pedúnculo à produção de uma série de derivados que contribuem em muito com a nossa alimentação, com a alimentação escolar.

Portanto, todo o Brasil hoje é beneficiado com o trabalho dessa grande empresa, que completa 38 anos e que nós precisamos, cada vez mais, apoiar.

Queria também, Sr. Presidente, fazer referência ao aniversário dos nossos contabilistas.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB – AM) – Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Pois não.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB – AM) – Antes que V. Ex^a passe para os cumprimentos aos contabilistas, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – É claro, nossa Senadora Vanessa.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB – AM) – Apenas para cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento e pela homenagem que V. Ex^a faz à Embrapa. Não apenas o conteúdo do seu pronunciamento, mas também dos apartes que V. Ex^a recebeu dos Senadores João Pedro, Inácio Arruda e de outros tantos quantos Senadores que estivessem no plenário, mostra a importância da Embrapa para as nossas regiões e para o Brasil. Há pouco tempo, aprovamos aqui uma medida provisória que garante à Embrapa melhores condições de atuar no exterior. Hoje, se o Brasil é muito respeitado fora, em grande parte é pelo desenvolvimento que nós alcançamos graças ao trabalho desenvolvido pela Embrapa. Então, a Embrapa do Brasil inteiro, inclusive a nossa Embrapa Amazônia Ocidental, merece, da parte de V. Ex^a e da nossa parte, não apenas as congratulações, mas também o reconhecimento pelo belo trabalho que faz em prol da ciência e principalmente em prol do Brasil e daquela população mais desassistida. Parabéns, Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Obrigado, ilustre Senadora Vanessa.

Eu queria registrar que o Brasil vai se transformar no maior produtor de alimentos e de grãos do mundo, porque tem exatamente uma empresa como a Embrapa produzindo tecnologia e conhecimento para que possamos produzir mais, utilizar menos terreno e, com isso, proteger o meio ambiente. Portanto, estamos de parabéns todos nós.

Sr. Presidente, eu queria também fazer referência a mais um aniversário dos nossos contabilistas, que aconteceu ontem, 25 de abril. Essa categoria profissional é uma das primeiras do Brasil, que, já em 1940, tinha sua lei de regências. De lá para cá, tem contribuído muito com o fortalecimento do empreendedorismo. Quando nós aprovamos o Simples Nacional, tivemos nas entidades os contabilistas, seja o Conselho Federal de Contabilidade, sejam os seus conselhos regionais, sejam suas entidades, seja a Fenacor, contribuindo para que pudéssemos cada vez mais fortalecer o mundo do empreendedorismo, em especial a micro e a pequena empresa.

Ultimamente, já em 2010, esse setor fez uma parceria com o Estado nacional para prestar assessoria de contabilidade aos empreendedores individuais sem cobrar nenhum centavo nesse serviço exatamente para que pudéssemos chegar a um milhão de empreendedores individuais. Isso só foi possível porque, de um lado, tínhamos os contabilistas e, de outro, o nosso Sebrae. Essa junção das nossas entidades é que permite também àqueles que atuam na área urbana dizer e ter clareza de que a nossa economia é cada vez mais forte, mais consistente e mais segura, porque temos, no campo, a Embrapa e, na cidade, os nossos contabilistas.

Portanto, Sr. Presidente, muito obrigado.

Quero dar como lido o restante dos nossos dois pronunciamentos.

SEGUIM, NA ÍNTegra, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR JOSÉ PIMENTEL

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. Sem apanhamento taquigráfico – Sr. Presidente, Srs senadoras e Srs. Senadores, hoje, dia 26 de abril de 2011, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a nossa Embrapa completa 38 anos de existência.

Criada em 1973, a Embrapa vem aumentando a sua área de atuação ao longo dos anos e hoje conta com 47 unidades em todas as regiões do país. Nos biomas Amazônia, Caatinga, Cerrado, Pantanal, Mata Atlântica ou Pampa, a instituição está presente com três grandes linhas de pesquisa e desenvolvimento: ordenamento, monitoramento e gestão em territórios; manejo e valorização do bioma; produção agropecuária e florestal sustentável.

A expansão internacional da empresa também é fortalecida constantemente. Hoje, a Embrapa mantém laboratórios virtuais nos Estados Unidos, na França, na Inglaterra, na Coréia do Sul e na China.

Na vertente da cooperação técnica, o destaque é para os projetos em países africanos (Gana, Moçam-

bique, Mali e Senegal), realizados em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), com a missão de transferir tecnologias e prospectar negócios.

Sr. Presidente, permitir o avanço contínuo da agricultura brasileira é o desafio permanente da nossa Embrapa. O conhecimento dessa empresa, sedimentado ao longo desses anos, viabilizou sua atual estrutura.

Hoje, 47 Unidades marcam presença em todas as Regiões do País, pois é preciso aumentar a produção e a produtividade, sem necessariamente expansão de novas áreas, com sustentabilidade e menor custo, de modo a gerar maiores benefícios à sociedade brasileira.

Para tanto, a Embrapa busca assegurar a entrega de tecnologias aos agricultores tanto empresariais como os voltados para a agricultura familiar e de menor porte. Ao manejar os recursos naturais de cada bioma nacional, fortalece o País como um todo.

Gostaria aqui de ressaltar, Sr. Presidente, a presença da Embrapa no estado do Ceará.

Temos em Fortaleza, a Embrapa Agroindústria Tropical que é uma das unidades descentralizadas, criada em abril de 1993, com a missão de gerar, promover e difundir conhecimentos científicos e tecnológicos para o desenvolvimento sustentado da agroindústria tropical. Teve sua origem no Centro Nacional de Pesquisa de Caju, instituído em abril de 1987 para atender as demandas da produção do caju, fruta típica da nossa região. Entretanto, percebendo sinais e aspirações da sociedade, promoveu a ampliação da sua missão para atuar com produtos e processos demandados pela agroindústria tropical. A partir daí, passou de 'Centro de Produto' para "Embrapa Agroindústria Tropical".

Temos ainda a Embrapa Caprinos e Ovinos que é também uma das unidades descentralizadas nossa Embrapa e que tem a missão de viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da caprinocultura e da ovinocultura em benefício da sociedade.

Criada em junho de 1975 e localizada em Sobral, a unidade da Embrapa conta com uma base física, equipada com vários laboratórios que integram o Núcleo de Biotecnologia de Sobral (NUBIS), que reúne ainda os laboratórios da Universidade Federal do Ceará, os da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e os do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará situados na cidade. A Embrapa Caprinos e Ovinos dispõe ainda de uma unidade piloto para processamento de leite de cabra e derivados.

A biblioteca da Embrapa Caprinos e Ovinos possui um amplo acervo de publicações relacionadas à

ovinocultura, à caprinocultura e áreas afins, composto por livros, folhetos, periódicos, monografias, teses, dissertações, obras raras, mapas, fitas de vídeo e CDs. Além do acesso ao acervo físico existente na biblioteca, os usuários também têm acesso virtual a outros sistemas e bases de dados públicos ou restritos à Embrapa.

Essas duas unidades cearenses promovem o desenvolvimento sustentável auxiliando de maneira muito especial a população mais carente do nosso estado.

Sr^as Senadoras e Srs. Senadores, seja na Amazônia, Caatinga, Cerrado, Pantanal, Mata Atlântica ou Pampa, a Embrapa está presente com três grandes linhas de pesquisa e desenvolvimento: Ordenamento, Monitoramento e Gestão em Territórios; Manejo e Valorização do Bioma; Produção Agropecuária e Florestal Sustentável.

Em sintonia com o momento global de valorização dos capitais social e natural, a Empresa hoje persegue garantias para o futuro, ou seja, busca o uso responsável dos recursos naturais. Vê, portanto, as questões relacionadas à chamada “economia verde” surgirem, cada vez mais, como uma necessidade de todos os segmentos produtivos.

Assim, para dar condições de ganho ao produtor – grande ou pequeno – e à sociedade em geral, desenvolve hoje tecnologias sustentáveis, com a chancela do nome que construiu e é mundialmente associado aos avanços tecnológicos na agricultura tropical.

A responsabilidade da Embrapa aumentou, ainda mais, a partir da 15^a Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 15), realizada em Copenhagen (Dinamarca), no segundo semestre de 2009, e do Seminário de Difusão do Programa ABC (Agricultura de Baixo Carbono), no final de 2010, quando o governo lançou uma política de grande complexidade, para a qual a Empresa já possui um cabedal de conhecimento.

Por tudo isso, Sr^as e Srs. Senadores, devemos externar o nosso orgulho pelo trabalho desenvolvido pela Embrapa. Que o trabalho desses 38 anos possibilitem mais desenvolvimento para a agricultura e a pecuária brasileira.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^as senadoras e Srs. Senadores, nesta segunda-feira, dia 25 de abril, celebraremos o dia do contabilista, esse importante profissional que apóia o empreendedorismo, que está presente no dia-a-dia das organizações, ajudando na abertura de novas empresas, contribuindo para a boa contabilidade do crescimento do país.

Quero aqui registrar o papel desempenhado pelos contabilistas na formalização de quase um milhão e cem mil empreendedores individuais. Esse trabalho, realizado de forma gratuita, vem ajudando a retirar esses brasileiros e brasileiras da informalidade, permitindo-lhes a geração de novas oportunidades de negócio e um futuro cada vez melhor.

Os contabilistas são fundamentais no auxílio das 4,8 milhões micro e pequenas empresas inscritas no Simples Nacional. Eles exercem a função de consultor e orientador das decisões estratégicas, demonstrando aos pequenos empresários as melhores formas de ação para o crescimento de seus negócios.

Curiosamente, a contabilidade foi a primeira profissão regulamentada no Brasil. Segundo o site *brasilprofissoes.com.br*, ela surgiu com a criação do ensino comercial, em 1931, viabilizando os negócios e acelerando o desenvolvimento econômico. Porém, como não existia o curso superior de ciências contábeis naquela época, muitos profissionais não tinham conhecimentos teóricos e técnicos suficientes para detectar os problemas de uma empresa e recomendar suas soluções.

O mercado de trabalho dos contadores também é bastante amplo, principalmente agora onde atuam também junto às micro e pequenas empresas. O trabalho desses profissionais vem angariando cada vez mais respeito e reconhecimento da sociedade. Prova é o crescimento do número de jovens que optam pelos cursos de contabilidade nas universidades brasileiras e escolas técnicas.

Sr. Presidente, Sr^as senadoras e Srs. Senadores, gostaria de saudar todos os contabilistas brasileiros, em especial do Ceará, por meio do presidente da Fenacon, Valdir Pietrobon; e do presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Ceará, Cassius Regis Antunes Coelho.

Saibam, as Sr^as e Srs. Senadores, que exercem uma profissão das mais importantes para os trabalhadores brasileiros.

Que Deus os ilumine para que continuem trabalhando de forma ética e correta para o desenvolvimento de nosso país.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senador José Pimentel, V. Ex^a será atendido conforme o Regimento.

Meus cumprimentos pelo seu pronunciamento em comemoração à nossa Embrapa.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, por uma breve questão de ordem ,se V. Ex^a permite.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Vanessa.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Sem revisão da oradora.) – Eu gostaria de fazer um registro em nome do Grupo Parlamentar Brasil Cuba a respeito de uma matéria publicada hoje, com muito destaque, na imprensa nacional.

Tenho aqui o jornal *Estado de S. Paulo*, que publicou manchete de capa dizendo: “Guantánamo manteve 150 inocentes presos, revelam documentos”. Cento e cinquenta presos inocentes mantidos na prisão de Guantánamo por anos e anos. E os documentos divulgados pelo site WikiLeaks mostram que isso tudo, Senador Walter Pinheiro, era de conhecimento do governo norte-americano. São documentos que mostram que o governo dos Estados Unidos da América do Norte sabia da inocência desses presos, mas os manteve presos, inclusive sob tortura.

É por essa e outras razões que o governo dos Estados Unidos pede a condenação do WikiLeaks pela divulgação de documentos secretos.

Então, eu quero aqui reforçar aquilo que todos nós pleiteamos há muito tempo: a necessidade do fechamento da prisão de Guantánamo. Não pode uma das maiores economias do mundo, os Estados Unidos da América do Norte, manter presos muitos inocentes, como fica comprovado agora, com o seu conhecimento, sob tortura.

Um país que defende os direitos humanos não pratica isso. Os Estados Unidos, longe de defenderem os direitos humanos, o que defendem são seus próprios interesses, interesses econômicos.

Então, fica aqui, mais uma vez, o nosso repúdio ao governo norte-americano pela manutenção dessa prisão, que é condenada pelo mundo inteiro, inclusive pelas Nações Unidas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Com a palavra, o nobre Senador Inácio Arruda, como Líder do PCdoB.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, quero fazer uma saudação especial à passagem, amanhã, do centenário de nascimento de um grande lutador pela liberdade e pelo socialismo, de um grande intelectual e historiador marxista, o General Nelson Werneck Sodré.

Para comemorar a data, um grupo de historiadores e intelectuais começou um movimento sediado, simbolicamente, na cidade paulista de Itu, considerada o berço da nossa República. Nessa cidade, Nelson está sepultado. Foi no Quartel do Regimento de Artilharia, o Regimento Deodoro, em Itu, para onde foi, no início da

década de 1930, como aspirante a oficial, que ele teve seus primeiros postos no Exército. Foi também em Itu que conheceu Yolanda Frugoli, com quem se casou.

Werneck se destacou como militar nacionalista, ligado depois ao Partido Comunista. Intelectual e historiador, foi um dos fundadores do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), na década de 1950. Foi desligado das funções de instrutor de história militar da Escola de Comando e Estado Maior do Exército devido às suas posições nacionalistas, à participação na campanha O Petróleo é Nosso e à publicação de um artigo, sob pseudônimo, em que se opunha à participação do Brasil na Guerra da Coreia. Seu último posto na ativa foi a promoção a coronel, em 1961. Assim, passou para reserva no posto de general de brigada.

Nelson é um dos pioneiros da historiografia marxista no Brasil. Muitos de nós tivemos oportunidade de ter nossa curiosidade aguçada por obras como **História da Literatura Brasileira**. Esse livro não é apenas a resenha e a valorização dos nossos grandes autores, mas também uma busca de entender a produção artística do nosso País, levando-se em conta a situação econômica vivida nos vários períodos da nossa formação. Aprofundou a visão marxista do nosso passado com **Formação da Sociedade Brasileira**. É de 1945 a primeira edição de um guia fundamental para os estudiosos, o livro **O Que se Deve Ler para Conhecer o Brasil**, que mereceu sucessivas reedições, revistas e atualizadas.

Faço este registro, Sr. Presidente, e peço que V. Exª acolha na íntegra o pronunciamento em homenagem a esse grande personagem da vida política, econômica e social do Brasil. Um homem que buscou vascularizar nosso País, conhecer nossa realidade. E liga-o diretamente aos acontecimentos atuais do nosso mundo, do que está a ocorrer com as guerras patrocinadas pelas chamadas nações mais desenvolvidas, conhecidas como guerras humanitárias, para levar a civilização a alguns pontos do planeta. São tidas como humanitárias e defendidas como algo que faz parte dos direitos humanos.

Associo os acontecimentos atuais ao general que homenageamos pela passagem do seu centenário no dia de amanhã. Ele foi o nacionalista que defendeu que nosso País tinha que ter seu próprio projeto, que nosso País tinha que se colocar de cabeça erguida, de pé. E precisou um metalúrgico chegar para começar a colocar o País efetivamente de pé, a fazer um programa de distribuição de riqueza mais adequado, ainda muito longe da necessidade, mas, pela primeira vez, foi realizado o crescimento com a distribuição da riqueza.

E ligo este pronunciamento de homenagem ao centenário de Nelson Werneck a uma entrevista concedida pelo ex-Secretário Adjunto do Tesouro dos Estados Unidos da América, Paul Robert Craig, em entrevista à Press TV, no Panamá. Ele fala sobre os verdadeiros objetivos dos Estados Unidos na Líbia e por que Barack Obama precisa derrubar Kadafi, quando nenhum outro Presidente dos Estados Unidos o fez.

É interessante a gente examinar esse tema, porque vai virando senso comum: "Vamos derrubar o Presidente da Síria, vamos derrubar o Presidente da Líbia, vamos derrubar o Presidente do Irã". Vamos derrubar, principalmente, aqueles que interessam aos americanos que caiam, porque realizam um governo que, por alguma razão, cria obstáculos para o domínio completo, especialmente naquela área do Mediterrâneo.

Vejam a pergunta da Press TV:

"A Rússia criticou a OTAN por ir muito além do mandato da ONU."

Uma outra notícia fala de um artigo de opinião que terá sido escrito por Obama, Cameron e Sarkozy, que disseram que deixar Kadafi no poder seria uma traição irresponsável ao povo Líbio.

Sabemos que mandato não exige mudança de regime, e a administração Obama diz que não estão lá para mudar o regime, mas as coisas parecem agora um pouco diferentes, não é verdade?

Então, responde Robert Craig:

Pois parecem. Antes de mais nada, note-se que os protestos na Líbia são diferentes dos do Egito, do Iêmen, do Bahrein, ou da Tunísia e a diferença é que aqui se trata de uma rebelião armada.

Há mais diferenças: outra é que estes protestos têm origem no leste da Líbia, onde há petróleo, não na capital. E temos ouvido desde o início relatos fidedignos de acordo com os quais a CIA está envolvida nos protestos, e tem havido um grande número de relatos da imprensa segundo os quais a CIA enviou para a Líbia os seus agentes líbios para comandar rebelião.

Na minha opinião [dele, do norte-americano; o homem é ex-Secretário Adjunto do Tesouro, então, deve ser uma figura importante, porque cuidar do Tesouro dos Estados Unidos não é coisa pequena], trata-se de afastar a China do Mediterrâneo. A China tem grandes investimentos em energia e em construção na Líbia. Os chineses apontam para a África como uma futura fonte de energia.

Os EUA estão a combater isso organizando o Comando Africano dos EUA (USAC),

a que Kadafi recusou juntar-se. Essa é a segunda razão por que os americanos querem mandar Kadafi embora.

E a terceira razão é que a Líbia controla parte da costa mediterrânea, e não está em mãos norte-americanas.

Pergunta da Press TV:

Quem são os revolucionários? Os EUA dizem que não sabem com quem estão a lidar, mas considerando que a CIA está no terreno, em contato com os revolucionários, quem são as pessoas que vão governar a Líbia em uma eventual era pós-Kadafi?

Responde Robert Craig:

O fato de a Líbia ser ou não governada por revolucionários depende da CIA ganhar; ainda não sabemos. Como você disse anteriormente, a resolução da ONU impõe restrições sobre o que as forças europeias e norte-americanas podem alcançar na Líbia. Eles podem impor uma zona de exclusão aérea, mas não deveriam estar lá, lutando ao lado dos rebeldes.

Mas é claro que a CIA está a fazer isso. Então, estão a violar a resolução da ONU. Se a Otan, que agora representa a 'comunidade internacional', conseguir derrubar Kadafi, o próximo alvo será a Síria, que já foi diabolizada [pela mídia ocidental, controlada por eles.]

Porque é que a Síria é um alvo? Porque os russos têm uma grande base naval na Síria. E esta dá à marinha russa uma presença no Mediterrâneo; os EUA e a Otan não querem isso. Se forem bem sucedidos contra Kadafi, a Síria virá a seguir.

Já estão a responsabilizar o Irão pelo que se passa na Síria e na Líbia. O Irão é um alvo fundamental, porque é um Estado independente que não é um fantoche dos coloniais ocidentais.

São as palavras do norte-americano até agora. Nossa querida Senadora Vanessa Grazziotin.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB – AM)

– Eu quero, Senador Inácio Arruda, somente cumprimentá-lo pelo pronunciamento, sobretudo pelo conteúdo do pronunciamento. Aquilo que a gente ouve, aquilo que a gente sabe V. Exª traz com dados concretos. Na realidade, o que existe nessas ações coordenadas pelo governo norte-americano contra países árabes, como a Líbia agora, por exemplo, são ações que não buscam – e eu falei há pouco sobre Guantanamo –

o respeito aos direitos humanos ou a construção de sociedades – entre aspas – livres e democráticas; buscam apenas o atendimento dos seus interesses. V. Ex^a hoje, com muita propriedade – mas com muita propriedade mesmo – expõe o assunto da tribuna. Então, cumprimento-o, porque V. Ex^a contribui não só com o Brasil, mas também com a humanidade, com as informações que traz ao Plenário desta Casa. Parabéns, Senador Inácio!

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Eu é que agradeço o aparte de V. Ex^a. Não é um debate fácil em lugar nenhum. É um tema em que uma parte da mídia praticamente congela as pessoas: “Você só pode pensar se for assim”. A opinião contrária, antigamente, chamava-se xiita; atualmente, não dá mais para chamar. É como se antigamente se dissesse “vai para a China!”. Atualmente, também não dá mais para mandar ir para a China.

Então, a ideia que se forma é que o pensamento é este: um pensamento uniformizado, que não aceita nenhuma contradição em relação ao que está sendo dito pela grande mídia, principalmente a controlada diretamente de Washington.

Em relação à agenda expansionista do Ocidente [pergunta a Press TV], quando o mandato da ONU na Líbia foi debatido no Conselho de Segurança da ONU, a Rússia não o vetou. Certamente que a Rússia deve ter a atenção à política expansionista dos EUA, França e Grã-Bretanha.

[Responde Robert Craig]: Sim, têm de perceber isso, e o mesmo se aplica à China. É uma ameaça maior para a China, porque ela tem 50 grandes projetos de investimento no leste da Líbia. Então a questão é por que é que a Rússia e a China se abstêm em vez de vetar e bloquear? Não sabemos a resposta.

Possivelmente, estarão a pensar deixar os americanos avançar até o limite, ou talvez não tenham tido a intenção de confrontar os EUA com uma tomada de posição militar ou diplomática e ter uma avalanche de propaganda ocidental contra eles. Não sabemos as razões, mas sabemos que se abstiveram porque não concordavam com a política e continuam a criticá-la.

[Vem a Press TV em uma próxima pergunta]: Uma parcela considerável dos ativos de Kadhafi nos EUA foi congelada, assim como em alguns outros países. Sabemos também que os revolucionários da Líbia criaram um banco central, que iniciaram a produção limitada de petróleo e que estão a negociar com empresas

dos Estados Unidos e doutros países do Ocidente. Temos que colocar aqui uma questão, nunca vimos uma coisa assim acontecer no meio de uma revolução. Não acha estranho?

[Responde Robert Craig]: Sim, é muito estranho e muito sugestivo. Torna a colocar na ordem do dia os relatórios segundo os quais a CIA está na origem da designada revolta e dos protestos e de que está a fomentá-los e a controlá-los de uma maneira que exclui a China dos seus investimentos em petróleo líbio.

Na minha opinião, o que está acontecendo é comparável ao que os EUA e a Grã-Bretanha fizeram ao Japão nos anos 1930.

Quando impediram o acesso do Japão ao petróleo, à borracha, aos minerais; foi essa a origem [ou uma das origens, digo eu] da II Guerra Mundial no Pacífico. E agora norte-americanos e britânicos estão a fazer a mesma coisa à China. A diferença é que a China tem armas nucleares e também tem uma economia mais forte que os norte-americanos. E assim, estes estão a correr um risco muito elevado, não apenas consigo próprios, mas com o resto do mundo. O mundo inteiro está em jogo com a ganância norte-americana, a arrogância norte-americana; o impulso para a hegemonia norte-americana no mundo está a levá-lo para uma [grande] guerra mundial.

E quero, Sr. Presidente, pedir também a V. Ex^a, porque a entrevista continua e é uma entrevista com um norte-americano que foi chefe adjunto do Tesouro dos Estados Unidos. Por isso, dei relevância a esse texto muito significativo sobre aonde essas intervenções americanas no Oriente Médio podem levar.

Mais à frente, Robert Craig dá opinião sobre a posição norte-americana na Europa e diz que, até hoje, a Europa continua ocupada pelas forças norte-americanas. Esses países que levantam a voz, parecendo ter alguma autonomia, como Alemanha, Inglaterra, Espanha, todos têm bases militares norte-americanas, e alguns têm várias bases militares norte-americanas cuidando da segurança – entre aspas – da Europa. Esses países, praticamente, têm os seus exércitos controlados pelas forças norte-americanas.

E o que Robert Craig anuncia é a possibilidade concreta de que a agressividade, o tom belicoso permanente, de guerra permanente, praticado pelos Estados Unidos pode envolver o mundo inteiro em um conflito mais largo. É uma ameaça objetiva à paz mundial. E quero concluir os lutadores da paz. Não é fácil. É em meio a um conflito. Decide-se depor che-

fes de Estados, de governos, indica-se como deve ser feito pelo mundo afora.

Peço, então, a V. Ex^a que acolha o conjunto da entrevista oferecida à Press TV, panamenha, pelo ex-chefe do Tesouro dos Estados Unidos, Paul Robert Graig, que fala sobre os verdadeiros interesses dos Estados Unidos na Líbia e no Mediterrâneo.

É muito importante, é muito significativo que possamos ter essas coisas bemclareadas. Talvez não seja possível para a maioria do povo, porque a maioria do povo acompanha os conflitos por órgãos de comunicação que, normalmente, ou estão censurados, ou estão a anunciar aquilo que interessa para o grande império norte-americano.

Então, Sr. Presidente, é significativo porque o Brasil é um país com grande potencial de crescimento, um potencial de desenvolvimento extraordinário. Nós podemos alcançar a posição destacada, do ponto de vista econômico, de ser a quinta ou a quarta maior potência econômica do mundo. E isso, evidentemente, coloca os interesses do Brasil também em risco. Esse tipo de política confronta os interesses do nosso País.

É muito importante a opinião dos americanos sobre esse conflito. E aqui nós temos a opinião exatamente de um ex-dirigente do governo dos Estados Unidos, que dá uma opinião muito clara sobre esses interesses. Mais objetivamente, Sr. Presidente, os americanos não escondem os seus interesses. Estão absolutamente abertos, claros, dizendo o que querem. Quem esconde os interesses dos norte-americanos são outros. E deveríamos perguntar: qual é o interesse de não deixar claras essas opiniões? Aqui é a opinião de um norte-americano. É o Sr. Robert Craig que está falando. Ele sabe de dentro, conhece de dentro as ações da empresa de inteligência norte-americana.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco/PSDB – PA) – Permite-me um aparte, Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Claro, com grande prazer, Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco/PSDB – PA) – Senador Inácio Arruda, hoje pela manhã, ao desembarcar logo cedo em Brasília, tive a alegria de cumprimentar V. Ex^a no cafezinho do aeroporto.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É verdade.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco/PSDB – PA) – Saudação ao nobre Senador do PCdoB! Estou ouvindo o pronunciamento de V. Ex^a e gostaria de ter um esclarecimento. V. Ex^a está se referindo à intervenção do Conselho das Nações Unidas nos conflitos da Líbia e da Síria? V. Ex^a faz referência a esse assunto?

(Interrupção do som.)

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco/PSDB – PA) – V. Ex^a usou a expressão “imperialismo norte-americano”. Eu fico a estranhar, Senador Inácio Arruda, porque o que o mundo, estarrado, acompanha na Líbia é uma ditadura que já demanda décadas e, eu diria, uma guerra civil comandada por essa ditadura. Aqui, no Brasil, quando havia um regime de exceção, todos nós, inclusive V. Ex^a, combatemos. Fomos às ruas combatendo o regime de exceção, porque queríamos uma democracia. Lamentavelmente, parece-me que agora as coisas estão sendo invertidas. O que existe e o que o mundo todo está a assistir é não só os Estados Unidos se colocando nessa posição, mas outros países, como França e Inglaterra, que colocam suas forças militares na tentativa de libertar a população civil desses países – e aqui referimo-nos à Líbia – e evitar genocídios que estão sendo cometidos naqueles países. A força militar do ditador Kadafi matando inocentes, crianças, mulheres, civis, com seu potencial bélico. E V. Ex^a vem à tribuna para fazer a defesa do regime. Parece-me que, se for isso que V. Ex^a está fazendo, eu não gostaria de estar ouvindo. Mas o Presidente Lula, quando, recentemente, no seu governo, foi à Líbia, chamou o Presidente Kadafi de meu amigo, meu companheiro, meu tutor, e, em seguida, o mundo está vendo. Acho que ele está arrependido. Ele deveria fazer um mea-culpa, agora, para a Nação brasileira e dizer que está arrependido de ter prestado as homenagens ou de ter recebido as homenagens desse lamentável ditador, que expôs as suas entradas bárbaras para o mundo. Peço a V. Ex^a que faça uma correção de raciocínio e fique com aqueles que querem a liberdade para todos e não só para alguns.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Eu fico com Lula. Eu fico com Lula.

O Sr. Randolfe Rodrigues (PSOL – AP) – Senador Inácio, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Meu nobre... É um esclarecimento apenas. Eu não preciso fazer defesa do Kadafi porque, lá, ele está fazendo a defesa dele diretamente. Não está com necessidade da nossa defesa.

Apenas estou lendo aqui uma entrevista de um norte-americano, ex-subchefe adjunto do Tesouro norte-americano, para ficar bem claro. Quer dizer, é um americano dando a opinião do que estão fazendo e mostrando a diferença: por que não houve o mesmo tratamento no Egito? Por que não há no Iêmen? Por que não há no Bahrein? Por que não há na Arábia Saudita, onde se mata à vontade e se faz o que quer? Por quê? É ele que está perguntando, está perguntando e respondendo, meu caro Senador Randolfe.

V. Ex^a tem todo o nosso apreço. Quero congratular-me e também solidarizar-me com V. Ex^a, que é de uma região onde tem havido muita chuva. Por outras razões, é um conflito entre a natureza e o homem, digamos assim.

V. Ex^a tem a palavra.

O Sr. Randolfe Rodrigues (PSOL – AP) – Senador Inácio Arruda, eu queria cumprimentar V. Ex^a pelo seu pronunciamento. V. Ex^a não precisa fazer nenhum mea-culpa no seu pronunciamento, porque V. Ex^a destaca algo que é fundamental para as relações internacionais atuais no mundo, que é o multilateralismo. Claramente, V. Ex^a não está defendendo ditaduras. Nós, juntos, condenamos quaisquer ditaduras em qualquer parte do mundo, inclusive a do Sr. Kadafi. Nós, juntos aqui, nos manifestamos, em primeiro lugar, por uma posição firme do Governo brasileiro em relação ao que estava acontecendo na Líbia. Só que também nós não podemos fechar os olhos a pesos e medidas diferentes. O que está acontecendo no Oriente Médio é um conjunto de revoluções de uma primavera que por lá está passando e que não tem explicações nos marcos teóricos contemporâneos. Isso tem deixado, inclusive, em saia justa o governo americano, porque ele fica no dilema de intervir na Líbia, mas não intervém no Egito, quando a ditadura egípcia já matou centenas milhares.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – E continua, porque a ditadura egípcia é o...

O Sr. Randolfe Rodrigues (PSOL – AP) – E continuou a ditadura. Exatamente. Não intervém na Arábia, quando houve uma ação da ditadura árabe feroz contra seu povo, impedindo qualquer tentativa de manifestação. Vi uma manifestação interessante da OEA (Organização dos Estados Americanos) em relação a Belo Monte, e sou favorável àquela manifestação, embora seja uma interferência estrangeira. Mas por que a OEA também não se manifestou agora, quando – como a Senadora Vanessa em questão de ordem apresentou – foi comprovada a existência de 153 presos políticos, muitos torturados ilegalmente, em Guantánamo? É necessária uma manifestação da OEA a esse respeito.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Que, além disso, é uma invasão do território cubano.

O Sr. Randolfe Rodrigues (PSOL – AP) – Que é uma indevida invasão do território cubano. Então, a questão não é defender uma ditadura ou outra. A questão é ter um mundo mais multilateral. A questão é exatamente a que estamos apresentando. Não podemos ter uma ótica voltada apenas para os interesses de uma grande potência internacional, seja ela qual for. Hoje, são os Estados Unidos. outrora, foi Roma,

que não foi eterna. O império atual pode não ser eterno. Qualquer que sejam as potências internacionais, elas não podem ditar, pela sua perspectiva unilateral, a ordem internacional, a ordem política internacional. É nesse sentido que cumprimento a abordagem que V. Ex^a está fazendo.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Agradeço a análise muito ajustada de V. Ex^a. Não vamos estar aqui a defender nenhuma ditadura, seja egípcia, seja síria, seja na Líbia, mas não somos inocentes úteis. Não podemos ser, temos que enxergar o que ocorre.

Encerro, Sr. Presidente, pedindo que V. Ex^a acolha a entrevista oferecida à Press TV do Panamá pelo Sr. Paul Robert Craig, ex-secretário adjunto do Tesouro dos Estados Unidos, porque é ilustrativa, diz o que se quer atingir, quer dizer, por que aquelas peças estão sendo mexidas e onde se quer chegar. Quer se asfixiar a possibilidade de crescimento e de acesso a fontes de energia de outras nações que não estão diretamente envolvidas no conflito, mas que são atingidas. E, por esse meio, atinge-se a China, atinge-se a Rússia e se atinge também o Brasil, porque o Brasil é parte do encontro chamado Brics, que é Brasil, Rússia, Índia, China e, agora, África do Sul. Quer dizer, por meios transversos, também somos atingidos de alguma forma.

Não quero, Sr. Presidente, abusar – e já abusei bastante – da paciência de V. Ex^a. Fui além do tempo, mas peço para V. Ex^a acolher esta entrevista de Paul Robert Craig e também essa homenagem singela, que se junta, que fazemos a uma figura absolutamente ilustre, um general brasileiro, um homem avançado, progressista, General Nelson Werneck Sodré.

Um abraço, muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR INÁCIO ARRUDA EM SEU
PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

EUA querem afastar a China do jogo do petróleo na Líbia

Em entrevista à Press TV, o ex-secretário-adjunto do Tesouro dos EUA, Paul Robert Craig, fala sobre os verdadeiros objetivos dos EUA na Líbia e por que Barack Obama precisa derrubar Kadafi, quando nenhum outro presidente dos EUA o fez.

Segundo Craig, a lei já não significa nada para o poder executivo dos EUA. Os governantes já não obedecem às próprias leis, não obedecem ao direito internacional, violam as liberdades civis e enterraram o fundamental do **habeas corpus**, de que não há

crime sem dolo, e o direito do réu a estar legalmente representado. Leia a íntegra da entrevista, concedida no Panamá.

Press TV: A Rússia criticou a Otan por ir muito para além do mandato da ONU. Uma outra notícia fala de um artigo de opinião que terá sido escrito por Obama, Cameron e Sarkozy, que disseram que “deixar Kadafi no poder seria uma traição irresponsável ao povo líbio”.

Nós sabemos que o mandato não exige mudança de regime e a Administração Obama diz que não estão lá para mudar o regime, mas as coisas parecem agora um pouco diferentes, não é verdade?

Roberts Craig: Pois parecem. Antes de mais nada, note-se que os protestos na Líbia são diferentes dos do Egito, do Iêmen, do Bahrein, ou da Tunísia e a diferença é que aqui se trata de uma rebelião armada.

Há mais diferenças: outra é que estes protestos têm origem no leste da Líbia, onde há petróleo, não na capital. E temos ouvido desde o início relatos fidedignos de acordo com os quais a CIA está envolvida nos protestos, e tem havido um grande número de relatos da imprensa segundo os quais a CIA enviou para a Líbia os seus agentes líbios para comandar a rebelião.

Na minha opinião, trata-se de afastar a China do Mediterrâneo. A China tem grandes investimentos em energia e em construção na Líbia. Os chineses apontam para a África como uma futura fonte de energia.

Os EUA estão a combater isto organizando o Comando Africano dos EUA (USAC), que Kadafi recusou juntar-se. Essa é a segunda razão por que os americanos querem mandar Kadafi embora.

E a terceira razão é que a Líbia controla parte da costa mediterrânea, e não está em mãos norte-americanas.

Press TV: Quem são os revolucionários? Os EUA dizem que não sabem com quem estão a lidar, mas considerando que a CIA está no terreno, em contacto com os revolucionários, quem são as pessoas que vão governar a Líbia numa eventual era pós-Kadafi?

RC: O fato de a Líbia ser ou não governada por “revolucionários” depende da CIA ganhar; ainda não sabemos. Como você disse anteriormente, a resolução da ONU impõe restrições sobre o que as forças europeias e norte-americanas podem alcançar na Líbia. Eles podem impor uma zona de exclusão área, mas não deveriam estar lá, lutando ao lado dos rebeldes.

Mas é claro que a CIA está a fazer isso. Então, estão a violar a resolução da ONU. Se a Otan, que agora representa a “comunidade internacional”, conseguir derrubar Kadafi, o próximo alvo será a Síria, que foi já diabolizada.

Porque é que a Síria é um alvo? Porque os russos tem uma grande base naval na Síria. E esta dá à marinha russa uma presença no Mediterrâneo; os EUA e a Otan não querem isso. Se forem bem sucedidos contra Kadafi, a Síria virá a seguir.

Já estão a responsabilizar o Irão pelo que se passa na Síria e na Líbia. O Irão é um alvo fundamental, porque é um Estado independente que não é um fantoche dos colonialistas ocidentais.

Press TV: Em relação à agenda expansionista do Ocidente, quando o mandato da ONU na Líbia foi debatido no Conselho de Segurança da ONU, a Rússia não o vetou. Certamente que a Rússia deve ter atenção à política expansionista dos EUA, França e Grã-Bretanha.

RC: Sim, tem de perceber isso, e o mesmo se aplica a China. E uma ameaça maior para a China, porque ela tem 50 grandes projetos de investimento no leste da Líbia. Então a questão é, porque a que a Rússia e a China se abstêm em vez de vetar e bloquear? Não sabemos a resposta.

Possivelmente, estarão a pensar deixar os americanos avançar até ao ou talvez não tenham tido a intenção de confrontar os EUA com uma tomada de posição militar ou diplomática e ter uma avalanche de propaganda ocidental contra eles. Não sabemos as razões, mas sabemos que se abstiveram porque não concordavam com a política e continuam a criticá-la.

Press TV: Uma parcela considerável dos ativos de Kadafi nos EUA foi congelada, assim como em alguns outros países. Sabemos também que os revolucionários da Líbia criaram um banco central, que iniciaram a produção limitada de petróleo e que estão a negociar com empresas dos EUA e doutros países do Ocidente. Temos que colocar aqui uma questão, nunca vimos uma coisa assim acontecer no meio de uma revolução. Não acha estranho?

RC: Sim, é muito estranho e muito sugestivo. Torna a colocar na ordem do dia os relatórios segundo os quais a CIA está na origem da designada revolta e dos protestos e de que esta a fomentá-los e a controlá-los de uma maneira que exclui a China dos seus investimentos em petróleo líbio.

Na minha opinião, o que esta acontecendo é comparável ao que os EUA e a Grã-Bretanha fizeram ao Japão nos anos 1930. Quando impediram o acesso do Japão ao petróleo, à borracha, aos minerais; foi essa a origem da II Guerra Mundial no Pacífico. E agora norte-americanos e britânicos estão a fazer a mesma coisa a China.

A diferença é que a China tem armas nucleares e também tem uma economia mais forte que os norte-americanos. E assim, estes estão a correr um risco

muito elevado, não apenas consigo próprios, mas com o resto do mundo. O mundo inteiro está em jogo com a ganância norte-americana, a arrogância norte-americana; o impulso para a hegemonia norte-americana no mundo está a levá-lo para uma guerra mundial.

Press TV: No contexto da política expansionista dos EUA, até que ponto considera que estes ultrapassarão o mandato da ONU? Iremos ver o exército dos EUA no terreno?

RC: É o mais provável; a menos que consigam encontrar uma maneira de derrotar Kadafi sem chegar a esse ponto. Desde Bill Clinton, George W. Bush e agora Obama, que aprendemos que a lei não significa nada para o poder executivo dos EUA. Eles não obedecem às próprias leis, não obedecem ao direito internacional, violam as liberdades civis e enterraram o fundamental do **habeas corpus**, de que não há crime sem dolo, e o direito do réu a estar legalmente representado.

Não respeitam a lei, portanto não vão dar atenção à ONU. A ONU é uma organização-fantoche dos EUA e Washington irá usá-la como cobertura. Portanto, sim, se não conseguirem correr com Kadafi, irão colocar tropas no terreno; é por isso que temos os franceses e os britânicos envolvidos. Estamos a usar os franceses também noutro ponto de África; usamos os britânicos no Afeganistão. São marionetes.

Estes países não são independentes. Sarkozy não responde perante o povo francês; responde perante Washington. O Primeiro-ministro britânico não responde perante o povo Inglês, mas perante Washington. Estes são os governantes-marionetes de um império, nada têm a ver com seu próprio povo, somos nós quem os põe no poder.

Press TV: Então esses países gostariam de ter as tropas da Otan no terreno?

RC: Claro. Eles estão no bolso da CIA. É uma operação da CIA, não um protesto legítimo do povo líbio. É uma rebelião armada que não tem apoio na capital. Está a acontecer no leste, onde está o petróleo, e está apontada à China.

Press TV: Qual o rumo da situação? Parece haver um desacordo entre os países da Otan, com a Grã-Bretanha e França a quererem reforçar a dinâmica destes ataques aéreos, enquanto os EUA dizem que não, que não há necessidade.

RC: O desacordo não é real. É apenas parte do jogo, parte da propaganda. Kadafi governa há 40 anos; vem do tempo de Gamal Abdel Nasser (antes de Anwar Sadat), que queria dar a independência ao Egito.

Nunca antes Kadafi foi chamado de ditador brutal que tem de ser deposto. Nenhum outro presidente afirmou que Kadafi tinha que sair. Nem mesmo Ronald

Reagan, que chegou a bombardear o seu complexo militar. Mas, de repente, tem que se ir embora. Porquê?

Porque está a bloquear o Comando Africano dos EUA, controla parte do Mediterrâneo e deixou a China procurar aí a satisfação das suas necessidades de energia para o futuro. Washington está a tentar enfraquecer o seu principal rival, a China, negando-lhe o acesso à energia. É disso que estamos a falar, uma reação dos EUA à penetração da China na África.

Se os EUA estivessem preocupados com ações humanitárias, não estariam a matar tanta gente no Afeganistão e no Paquistão com os seus drones [n. do. t e do Vermelho.: aviões militares não tripulados, agora usados na Líbia] e ofensivas militares. Os mortos são quase sempre civis. E os EUA estão relutantes em emitir pedidos de desculpas sobre qualquer coisa. Dizem que pensavam que estavam a atingir talibãs ou qualquer outro inimigo fabricado.

Press TV: Quem irá se beneficiar de tudo isto além dos EUA? O que tem os outros países que cumprirem os desejos dos EUA a ganhar com isso?

RC: Estamos a falar apenas dos países da Otan, os estados-fantoche dos EUA. Grã-Bretanha, França, Itália, Alemanha, todos pertencem ao império norte-americano. Temos tropas na Alemanha desde 1945. Estamos a falar de 66 anos de ocupação norte-americana na Alemanha. Os americanos tem bases militares em Itália. Como se pode ser um país independente deste modo? A França foi relativamente independente até Washington por Sarkozy no poder. Todos eles fazem o que lhes dissermos.

Washington quer mandar na Rússia, na China, no Irã, em África, e em toda a América do Sul. Washington quer a hegemonia sobre o mundo. É isso que a palavra hegemonia significa. E Washington vai perseguir-a a todo custo.

Fonte: *Odiario*, info. Tradução de André Rodrigues P. Silva

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Com a palavra o Senador Walter Pinheiro, do PT da Bahia.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, quero, primeiro, dizer da nossa alegria nessa comemoração do aniversário da Embrapa, e aqui muito bem discorreu sobre a matéria o nosso Senador José Pimentel, portanto, numa demonstração clara de que a nossa Embrapa não só desempenha um grande trabalho, como também a Embrapa tem podido desafiar, de forma cada vez mais empolgante para todos nós, com inovação, com o envolvimento permanente das diversas bases onde ela atua. É o caso específico, por exemplo, da Embrapa na

cidade de Cruz das Almas, no interior da Bahia, onde a gente tem experimentado sucessos importantes. A parceria da Embrapa com a nossa Universidade, com a EBDA, no caso específico da cidade de Cruz das Almas, com a nossa gestão municipal, tocada pelo Prefeito Orlandinho, e a Embrapa tem sido uma grande parceira nessa caminhada.

Então, portanto, quero me solidarizar. E também o nosso abraço a todos os servidores da Embrapa, a todos os servidores dessa importante organização, que é a Embrapa, um organismo que, na realidade, eu diria até, orgulha todos nós, pelo seu trabalho, pelo seu desempenho, pela forma como a Embrapa conduz os processos de pesquisa neste País, a assistência técnica, o acompanhamento bem amiúde, com um grau de intensidade e criteriosamente bem trabalhado, cada movimento, cada forma de orientar o agricultor.

Quero aqui parabenizar esse nossos companheiros, técnicos, pesquisadores, servidores, todo o corpo da Embrapa, que tem feito um grande trabalho.

Aqui, no Senado, assim que começamos esta legislatura, meu caro Senador Paulo Paim, tivemos oportunidade de aprovar uma iniciativa, permitindo que a Embrapa, com esse legado, tenha oportunidade de ajudar diversos países mundo afora, principalmente em regiões do mundo onde há carência desse trabalho tão bem desenvolvido pela Embrapa no Brasil.

Sr. Presidente, antes de firmar o pronunciamento que quero fazer na noite de hoje, quero dizer da nossa preocupação no que diz respeito à questão das universidades estaduais.

Falo isso depois de, certa maneira, ter compartilhado essa preocupação com a minha companheira Lídice da Mata. Estamos, em conjunto, buscando uma interlocução, tanto com as entidades dos professores, dos servidores, dos estudantes, como com a própria Secretaria de Educação.

Esta semana, buscaremos empreender uma caminhada no sentido de discutir o papel dessas universidades, ajudar na elaboração de políticas para além da própria negociação, que é natural, entre servidores, professores e universidades, no que diz respeito às melhorias de condições, às melhorias salariais.

Então, nós estamos aqui, inclusive, comunicando ao Governo do Estado a necessidade da abertura deste canal para que nós, aqui no Senado – hoje nós conversamos, eu e a Senadora Lídice, vamos envolver o Senador João Durval nisso –, possamos contribuir com mais do que as emendas que já fizemos. Hoje, passamos a tarde inteira ali na Comissão de Orçamento com a Ministra Miriam Belchior, e uma das buscas vai ser exatamente esta: os recursos para as nossas universidades estaduais. Mas nós queremos mais do que

isso. Queremos discutir a política para as universidades estaduais da Bahia. Nós queremos discutir a melhoria na qualidade do ensino. Sei que o professor Osvaldo Barreto, nosso secretário de educação, tem mais do que sensibilidade para isso. Então, é importante que a gente busque aí contribuir, a partir daqui, do Senado, com a Secretaria de Educação, mas, principalmente, a contribuição para as nossas universidades estaduais, para seus servidores, professores, estudantes e, principalmente, para a Bahia.

Orgulha-me muito falar do papel que essas universidades cumprem no Estado da Bahia, na medida em que elas estão interiorizadas, capilarizadas. Muito antes do processo de interiorização das universidades federais, foram as nossas estaduais que chegaram, levando oportunidade, e hoje nós temos, inclusive, desenvolvimento, pesquisa, extensão, trabalhos importantes feitos pelas nossas universidades, tanto a Universidade do Sudoeste da Bahia, a Universidade Estadual de Feira de Santana, a nossa UEFS, a Universidade de Santa Cruz e a Ueb, que, até pela dimensão que ocupa, tenha também, numa relação direta, nessa proporção, uma quantidade maior de dificuldades e problemas a serem enfrentados.

Portanto, estamos aqui firmando o nosso compromisso em intermediar, digamos assim, uma relação entre as universidades e a nossa Secretaria de Educação, o nosso Governo do Estado da Bahia.

Mas, Sr Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, eu quero aqui hoje falar exatamente desse esforço que vem sendo empreendido pela nossa equipe econômica no que diz respeito à condução da macroeconomia e às atitudes para que tenhamos um casamento perfeito entre o que acontece com a macroeconomia, os investimentos, as aplicações, o desenvolvimento econômico local e a expectativa de crescimento em nosso País.

Eu quero começar dizendo da minha satisfação, da forma como o Banco Central tem atuado.

Ao fixar em 0,25% o reajuste da taxa básica de juros em sua reunião, na semana próxima passada, o Copom, Conselho de Política Monetária, surpreendeu o mercado, que contava com uma taxa maior, principalmente para engordar as motivações especulativas e, portanto, eu diria até, ainda que acusando esse golpe, que o mercado recolheu-se ao silêncio na esperança de dias melhores para o ganho fácil do chamado “investimento financeiro”.

Eu diria que as suas dores foram em parte tomadas pela mídia. Em uníssono, editoriais e comentaristas carimbados como a serviço dos interesses dos especuladores dedicaram-se a criticar o Banco Central, apontando o reajuste de 0,25 da Selic como

sinal de frouxidão, meu caro Líder Romero Jucá, dizendo que havia frouxidão da autoridade monetária no combate à inflação.

Pretendendo-se mais realistas do que o rei, esses setores, a imprensa, clamam por uma taxa de juros ainda maior do que a vigente hoje de 12%, isso depois de um discurso histórico sobre a prática no Brasil de maior taxa de juros do mundo civilizado. Ao que parece, estamos diante de uma conspiração em marcha para minar as conquistas econômicas que o nosso País alcançou.

A quem interessa, Sr. Presidente, paralisar o País, forçar uma recessão econômica que jogue talvez pelo ralo 15 milhões de empregos formais criados nos últimos anos, empregos que geraram renda, construíram uma nova classe média capaz de sustentar um novo mercado interno, pujante, responsável, nesse particular responsável por livrar o Brasil dos efeitos da maior crise financeira de todos os tempos e da qual ainda padecem as maiores economias do mundo? É bom frisar isso aqui.

Nos próximos dias, a ata da reunião do Copom vai expor os motivos da decisão da pequena correção da Selic. Ao contrário, ao anunciar a nova taxa, o Banco Central já alertou para a instabilidade vigente no cenário mundial a produzir inflação que estamos importando. O Banco Central não nega isso. Poderia até chamar, como disse muito bem hoje a nossa Ministra do Planejamento, Miriam Belchior, uma inflação de *commodities*.

A desenfreada emissão de dólares pelo governo dos Estados Unidos, resultando em uma imensa liquidez que provocou a elevação de preços além das nossas fronteiras; uma fragilidade já à beira da quebra de importantes economias européias; as guerras no Oriente Médio e no norte da África estão a pressionar os preços do petróleo. Nada disso é levado em consideração por aqueles que combatem a condução da política econômica adotada pela Presidenta Dilma Rousseff.

Eu diria, Sr. Presidente, que não se pode acusar a equipe econômica de leniência. No atual Governo, esta é a terceira vez consecutiva que o Banco Central aumentou a taxa básica de juros. O que os críticos insistem em não enxergar é que este não é o único remédio, não é o único instrumento, meu caro Senador, a ser utilizado por um governo, principalmente, nessa questão do combate ou no ataque a uma expectativa inflacionária. Não é o único instrumento ao qual o Governo tem recorrido para exercitar principalmente a sua política monetária.

Nesse sentido, explorou-se até a divisão ou a suposta divisão do Banco Central na fixação da nova

taxa de juros. Dos sete diretores, dois penderam por uma taxa maior. Normal para um colegiado, justo! Eu diria que isso é salutar. Indica que houve debate e, ao contrário do que se apregoou, nega taxativamente uma suposta influência da Presidenta Dilma, na medida em que essa revelação do debate, o posicionamento de uma parte do Copom, nega peremptoriamente a influência da Presidenta Dilma para enquadrar o Copom na taxa menor. Ou a decisão, neste sentido, poderia ter sido por unanimidade se tivesse essa pressão, se efetivamente isso pudesse ser levado em consideração. Isso não faz parte do nosso receituário de condução de política econômica, muito menos na relação política.

Reportaram-se, inclusive, a Maquiavel, afirmando que a equipe econômica contrariou os ensinamentos do ilustre mestre Florentino para produzir mal aos poucos, no lugar de fazê-lo de uma vez só. Observe-se que eles mesmos consideram a elevação da taxa de juros um mal necessário, mas advogam uma taxa maior desse remédio amargo, na medida em que, em vez de curar, esse remédio pode levá-lo até a morte.

A lógica do mercado não é, e nem poderia ser, a mesma lógica que deveria ser adotada pelo Governo ou a lógica que está sendo adotada pelo Governo. Isso explica as razões do Banco Central ter tomado a atitude que eu poderia chamar até de uma macro precaução.

O foco do mercado são alguns milhares de clientes que até vivem da especulação financeira. Já a nossa autoridade monetária é responsável pelo equilíbrio de uma economia que envolve a segurança econômica de toda a população.

Portanto, sob a presidência de Alexandre Tombini, o Banco Central em pouco tempo deu mostras de que a condução da economia e principalmente o combate à inflação será feita por meio de diferentes mecanismos macroeconômicos e não apenas com a surrada, a tão propalada e conhecida elevada taxa de juros que leva à estagnação econômica e ao desemprego.

Ao associar miniajustes da taxa básica de juros com uma série de medidas macroprudenciais às quais eu já me referi, o Banco Central, a um só tempo,segura a expansão do crédito, mantém a economia em crescimento e, nesse sentido. Não para a produção nem dá margem à volta ao desemprego. E de quebra, ainda, a possibilidade de uma ação para conter a valorização do real, evitando o ingresso de uma enxurada de dólares em busca de remuneração a taxas de agiotagem.

O Banco Central, Sras e Srs. Senadores, já deu mostras de que tem alternativas à elevação da taxa Selic, essa taxa básica de juros, principalmente nessa perspectiva de conter uma ameaça inflacionária.

Utilizou-se recentemente do aumento do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) para os financiamentos superiores a um ano e nas compras com cartões de crédito no exterior. Tem, ainda, um arsenal de medidas que podem ser utilizadas se a situação assim exigir. Por exemplo, o aumento do depósito compulsório ou a redução do número de parcelas nos financiamentos. Isso permitiria enxugar a liquidez de mercado e retrair o consumo exasperado.

Mas tudo isso virá a seu tempo. Acho que essa é a agonia de alguns. É essa a capacidade do Banco Central, mediando, exatamente com a nossa equipe econômica, ações que possam enxergar o tempo, a dose e o momento exato para as atitudes. Não se pode tirar o direito das populações mais pobres, por exemplo, que, diante de um aumento de sua renda, sejam obrigadas a voltar a um período de privacidade do consumo de bens que sonharam a vida inteira e que podem realizar hoje. Imaginem uma família que passou a ter energia em sua casa e agora, além da energia, além de poder ligar uma lâmpada, tem a oportunidade de ter a geladeira, um aparelho televisor, um computador. Para isso, inclusive, a própria Presidente tem feito a campanha e a exigência para que as operadoras possam fornecer o serviço de banda larga em todos esses lugares do País a preços acessíveis para essa camada da população. Quem sabe, substituir o velho fogão a lenha por um fogão a gás, ou até mesmo ter o seu próprio meio de transporte.

A variação dos preços no Brasil medida nos últimos doze anos ainda não atingiu o teto da meta, que é de 6,5%. Portanto, eu poderia dizer que, tecnicamente, não se pode afirmar que houve um recrudescimento da inflação. Estamos, é verdade, diante de uma expectativa de aumento da inflação que não se concretizou. Há mais especulação do que variação de preço. E é aí onde reside o risco, porque essa especulação, essa campanha, essa forma, eu diria, insidiosa de trabalhar a possibilidade do aspecto inflacionário pode nos criar um ambiente desfavorável para o combate e o controle da inflação.

Vou dar um exemplo bem claro: o caso dos combustíveis. Além do aumento do preço do barril de petróleo no mercado internacional por motivos já elencados aqui, no Brasil o preço da gasolina está sendo pressionado pelo inexplicável aumento do preço do álcool. Quero chamar a atenção: "inexplicável", porque, misturado à gasolina, o álcool está presente no tanque de todos os veículos. Ora ele ocupa 25%, um quarto desses tanques, ora a sua totalidade. Agora mesmo, em plena abertura da safra, os usineiros aproveitaram a pressão pela demanda maior de gasolina, que está saindo mais em conta do que o álcool, para aumentar

em 16% o preço do álcool anidro, aquele que é misturado à gasolina.

De acordo com a ANP, Agência Nacional de Petróleo, Sr. Presidente, o litro do álcool encerrou março com alta de 11% frente a fevereiro e de 14,56% na comparação com março do ano passado. Portanto, Sr. Presidente, eu poderia afirmar aqui peremptoriamente que subiu três vezes mais que a inflação do período.

O litro do etanol, na média nacional, ficou em torno 2,1 contra 1,89 em fevereiro.

Já a gasolina, que, no mês passado, estava em R\$2,615, fechou este mês agora em R\$2,661, registrando um aumento de 1,76%.

O preço do álcool subiu porque foi reduzida a oferta no mercado interno, Sr. Presidente. É importante que nós percebemos isso. Com o preço do açúcar nas alturas no mercado internacional, os usineiros fizeram das suas moendas o momento para produzir muito mais açúcar do que álcool: deixaram de produzir três bilhões de litros de álcool. Isso pressiona o preço do álcool e, consequentemente, pressiona o preço da gasolina, uma vez que, nela, agora misturado, está exatamente esse álcool completamente majorado. A variação do preço do açúcar no mercado internacional tem provocado insegurança no abastecimento de combustível no Brasil devido exatamente à participação do álcool na matriz energética que move nossa frota nacional.

Ora, Sr. Presidente, quando o preço do açúcar sobe, a produção do álcool cai. Quando ocorre o contrário, a produção do álcool aumenta. Mas, para salvar os usineiros da superprodução, o Governo aumenta o percentual na mistura de gasolina. Eu diria que uma política de segurança de abastecimento poderia exigir dos usineiros a produção de álcool necessário para abastecer os doze milhões de carros *flex* que circulam no País. Só depois de suprida essa necessidade, é que seriam liberadas as cotas para a produção de açúcar destinado principalmente à exportação.

Esse balanço é importante, e é fundamental uma ação de Governo. E alguns diziam: mas o Governo tem instrumento para isso? Tem. O Governo poderia usar instrumentos para fazer valer essa exigência. Vou dar exemplos claros. Tanto pode restringir o acesso ao crédito no BNDES e Banco do Brasil em relação às usinas que estejam produzindo mais açúcar do que álcool, como, por exemplo, reduzir a participação da mistura desse álcool na gasolina. Portanto, duas medidas: uma de caráter restritivo de acesso ao crédito, outra de ação efetiva, diminuindo a quantidade de álcool ou o percentual de álcool que deveria ser misturado à gasolina. Isso pode ajudar consideravelmente na lei da oferta e da procura – que esse mercado tanto preza – e, certamente, poderia contribuir com essa ação de

uma vez por todas para aumentar a oferta de álcool e, assim, estabilizar o fornecimento, puxando para baixo o preço da gasolina no mercado.

Essa especulação com o preço do álcool, Sr. Presidente, e os seus efeitos, principalmente sobre o preço da gasolina, exerce sobre o mercado uma expectativa inflacionária até porque muitos preços são corrigidos preventivamente. Mercadorias circulam por veículos neste País. Então há, em torno do reajuste da gasolina, toda uma mobilização que vai desde a circulação de mercadoria até o próprio transporte que cada cidadão utiliza para se locomover. Está claro que a pressão inflacionária é mais política do que econômica.

Outra prova disso, Sr. Presidente – quero tocar neste assunto aqui para encerrar –, é que, quando a Ministra toma a atitude no Planejamento ou quando o Presidente do Banco Central mais o Copom adotam posições firmes no combate ou quando a nossa equipe econômica se mobiliza, as ações desses atores, combinadas com o que aconteceu recentemente...

Aqui quero usar a expressão que a própria Presidenta da República utilizou recentemente em relação a essa atitude que o Governo toma do ponto de vista da sua preocupação com o combate a essa especulação ou a essa expectativa. A declaração feita ontem pela Presidente Dilma de que o Governo tem “imensa preocupação” com esse tema foi para os editoriais de jornais; isso ganhou os editoriais dos jornais; isso ganhou as páginas dos jornais. Saiu da redação para as primeiras páginas. Portanto, essa declaração, meu caro Presidente, não foi para o caderno de economia. Essa declaração foi estampada nos editoriais e, principalmente, na página de política.

Sr. Presidente, é preciso conter urgentemente esse movimento. Não quero aqui satanizar e dizer que há algo sendo criado. Portanto, não quero aqui também estabelecer um ambiente de leviandade, acusando esse ou aquele. Não posso fazer isso. Mas diria que é necessário conter urgentemente esse movimento para evitar que as expectativas de aumento que geram os reajustes, que geram uma série de coisas acabem, efetivamente, produzindo algo que não nos interessa e venham a alimentar uma espiral inflacionária.

Isso é brincar com fogo. E pode-se iniciar um incêndio de proporções incontroláveis, Sr. Presidente.

Por isso, creio que a responsabilidade é, sim, da nossa equipe econômica. A responsabilidade é da Presidenta Dilma, que tem assumido isso de forma enfática. Mas é necessário que também diversos setores da mídia e da economia possam compreender a tarefa que eles têm nesse momento. Mais do que ampliar a especulação, é fundamental que nós, de forma muito clara, apoiemos e trabalhemos na perspectiva de que

medidas, ainda que possam ser consideradas razoavelmente tímidas na concepção daqueles que querem especulação, sejam de macroprudência por parte da nossa equipe econômica, Sr. Presidente.

Estamos diante de um cenário de equilíbrio, de buscar aumentar a taxa de juros, mas, ao mesmo tempo, não perder a capacidade daquilo que ganhamos no mercado interno. A pequena cidade do interior precisa do estímulo, Paulo Paim, para que a economia role. Precisamos continuar gerando empregos como geramos neste País. Foi assim que atravessamos a fase mais difícil. Portanto, a dose do remédio tem de ser bem mensurada para evitar que esse mal se apresente. Mas não podemos, de forma nenhuma, cair nesse canto – ou nesse encanto – de algo extremamente duro e perverso porque, de repente, poderemos, de forma muito enfática, matar alguém que ainda não está com essa doença. Então, esse é o esforço.

Quero aqui, mais uma vez, parabenizar a equipe econômica. Tivemos a oportunidade de ver ali a Ministra do Planejamento, Miriam Belchior, fazer boa exposição, trazendo a LDO para esta Casa; e o esforço feito pela nossa equipe econômica e o trabalho diuturno da nossa Presidenta da República no sentido de continuar na linha de que este País pode crescer cinco por cento ao ano, na linha do enfrentamento a esta expectativa inflacionária. Mas, ao mesmo tempo, manter o nível de crescimento e desenvolvimento econômico em nosso País, continuar esta política de distribuição de renda e espalhar para todos os cantos a oportunidade de viver bem e viver melhor.

Era isso, Sr. Presidente, muito obrigado.

Durante o Discurso do Sr. Walter Pinheiro, o Sr. Acir Gurgacz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento-o, Senador Walter Pinheiro, pelo seu pronunciamento preciso, claro para todo o País.

Vou passar a palavra, como Líder do PDT, ao Senador Acir, mas permito que o Senador Jayme Campos pronuncie-se pela ordem, enquanto o Senador Acir desloca-se para a tribuna.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Vou pedir para V. Ex^a pela ordem para fazer o comunicado de que temos a confirmação para o dia quatro de maio a presença do Ministro Alexandre Padilha na Comissão de Assuntos Sociais, numa audiência em que discutiremos assuntos pertinentes naturalmente à sua pasta, sobretudo o financiamento para a saúde pública do Brasil, e assuntos importantes para a discussão de uma boa saúde pública no País.

E, para o dia 18, recebemos a confirmação do Ministro da Previdência Social, Senador e querido amigo Garibaldi Alves, que estará conosco discutindo o futuro da Previdência Social do Brasil.

A V. Ex^a, que é um entendido da matéria, competente nessa área, faço um apelo para que V. Ex^a coloque na sua agenda, como membro daquela comissão, que, no dia 18, também debateremos com o Ministro da Previdência assuntos pertinentes à sua pasta.

Portanto, era essa a minha participação para comunicar as duas datas: dia 4, o Ministro Alexandre Padilha, na Comissão de Assuntos Sociais, Ministro da Saúde, e no dia 18, o Ministro Garibaldi Alves.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado, Senador Acir, orador inscrito para esta noite.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento V. Ex^a, Senador Jayme Campos, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, que informa ao País dois grandes eventos: saúde, no dia 4, e Previdência, no dia 18, com a presença dos Ministros respectivos em cada momento.

V. Ex^a tem presidido aquela Comissão com muita diplomacia, dando oportunidade a todos. Isso é muito bom.

Parabéns a V. Ex^a!

Por favor, Senador Acir, com a palavra.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, nossos amigos de Rondônia, que nos acompanham pela TV Senado. Inicialmente, me dirijo ao nosso servidores públicos do Estado de Rondônia, que estão aguardando com muita ansiedade a transposição, a transposição dos quadros do Estado para o quadro da União.

Hoje pela manhã conversei com o Dr. Duvanier, e ele me disse que o decreto que a nossa Presidenta Dilma deverá assinar está pronto, está com a nossa Ministra do Planejamento e ela vai levá-lo pessoalmente à Presidenta Dilma para que ela possa assinar esse decreto e acabar por fim com essa novela que tem deixado muita gente preocupada lá no Estado de Rondônia, principalmente os servidores públicos, o nosso Governador, Confúcio Moura, que tem sempre atuado, preocupado, pedindo para que a gente atue no sentido de resolver de uma vez por todas esse problema da transposição.

Portanto o Dr. Duvani nos coloca que está tudo resolvido, tudo pronto, o decreto está já definido e a Ministra deve levá-lo à Presidenta Dilma para que ela possa assiná-lo. Só depende de uma agenda com a Presidenta para que esse assunto seja, enfim, resolvido.

Sr. Presidente, a história do nosso Estado, Rondônia, está fundamentalmente ligada à agricultura. O processo de ocupação humana de Rondônia relacionado com o ciclo da agricultura foi executado essencialmente pelo Incra, com o apoio de instituições como a Embrapa, a Emater e a Ceplac, em atuação conjunta com os governos federal, estadual e municipais, além, é claro, da determinação e do trabalho incansável dos nossos pioneiros.

Inicialmente, o processo de colonização se deu mediante os Projetos Integrados de Colonização e dos Projetos de Assentamentos Dirigidos, estrategicamente criados para cumprir a política destinada à ocupação da Amazônia rondoniense.

Essa política de colonização transformou o Incra, na época, no maior investidor oficial do nosso Estado de Rondônia. Para se ter uma ideia, até 1977, o orçamento desse órgão para o Estado era superior ao do próprio Estado, então Território de Rondônia.

Nesse mesmo período, a Embrapa, que foi instalada em Rondônia no ano de 1976, apenas um ano após sua criação em 26 de abril de 1975, contribuiu decisivamente para o crescimento da agricultura em nosso Estado de Rondônia.

Foi a Embrapa que, por meio do seu campo experimental em Vilhena, no cone sul de Rondônia, desenvolveu as primeiras sementes de soja adaptadas para as condições ambientais da região e, posteriormente, foram disseminadas, não só no Estado de Rondônia, mas também no Estado de Mato Grosso, hoje o maior produtor de soja do nosso País.

Por isso, hoje, quando a Embrapa comemora 38 anos de fundação, destaco o papel dessa empresa no desenvolvimento agrícola de todo o nosso País.

O atual estágio de desenvolvimento da nossa agricultura se deve, sem sombra de dúvida, ao esforço e investimentos feitos pela Embrapa brasileira.

Parabenizo o seu atual Presidente, o engenheiro agrônomo Pedro Antonio Arrais Pereira e em seu nome parabenizo todo o quadro de pesquisadores e servidores que fazem da Embrapa um verdadeiro patrimônio da agricultura brasileira.

Aproveito para lembrar também o aniversário de 40 anos da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, a Ceplac, comemorado no último dia 19 de abril.

A Ceplac é outra importante instituição vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que também nos enche de orgulho pelo seu trabalho e pela sua dedicação voltada para a agricultura do nosso País.

Desde a sua criação, à época em que a economia cacaueira atravessava uma grave crise, a Ceplac

vem acumulando inúmeras conquistas, graças ao seu modelo de atuação integrada, desenvolvendo atividades de pesquisa, extensão rural e ensino agrícola em seis Estados do Brasil: Bahia, Espírito Santo, Pará, Amazonas, Rondônia e Mato Grosso.

Por conta do trabalho da Ceplac, o nosso Estado de Rondônia, conta hoje com uma área de aproximadamente 40 mil hectares de plantações de cacaueiros, com uma produção anual de cerca de 17.500 toneladas de amêndoas de cacau seco, o que proporciona uma receita de quase US\$49 milhões.

Esse patrimônio agrícola traz benefícios diretos para cerca de 8.700 produtores rurais, dos quais 95% são pequenos produtores familiares, em áreas de cerca de 4,5 hectares.

Sr. Presidente, reforço ainda que a atuação integrada da Embrapa, da Emater, da Ceplac e do Governo, no passado, foi fundamental para a consolidação da agricultura rondoniense, que ainda tem muito espaço para crescer.

Hoje o Estado de Rondônia participa com 3% da exportação mundial da carne bovina e é o segundo produtor brasileiro do café conilon, com mais de 2 milhões de sacas beneficiadas anualmente. Rondônia é ainda o maior produtor de leite do Norte e Nordeste brasileiro, com mais de 2 milhões de litros entregues diariamente em nossos laticínios.

Srs. Senadores, meus amigos de Rondônia, nosso Estado já poderia ser o maior produtor do Brasil em muitas outras culturas, mas faltou continuidade nos investimentos feitos nas primeiras três décadas do seu ciclo de colonização agropecuária. Faltou continuidade no processo de regularização fundiária das terras de nossos agricultores, o que até hoje impede a concessão de crédito para os produtores, e, principalmente, faltou continuidade no aprimoramento tecnológico em nossas culturas.

Essa retração estrutural na agricultura rondoniense ocorreu nos anos 2000 a 2010, quando também foram reduzidos os investimentos em pesquisa e no desenvolvimento de novas tecnologias no campo.

Apesar da grandeza da agricultura rondoniense, o baixo patamar tecnológico em seu setor primário, principalmente na agricultura familiar, nos preocupa, pois ele determina o atual quadro de esvaziamento rural do Estado. Rondônia perde 1,7% de sua população rural para as cidades do Estado de Rondônia, e isso todos os anos, uma das taxas mais elevadas entre todas as unidades federativas do Brasil. Isso é reflexo da falta de integração das políticas públicas voltadas para o setor rural e de um alinhamento político entre os governos federal, estadual e municipais.

Para recuperar o tempo perdido, resgatar a juventude de nossa agricultura e promover uma integração maior nas ações voltadas para a agricultura de Rondônia é que promovemos na segunda-feira passada, em Porto Velho, uma reunião com as lideranças dos diversos segmentos envolvidos na agricultura. Várias pessoas estiveram conosco nessa importante reunião em Porto Velho, onde discutimos e debatemos não só o presente, mas também e principalmente o futuro da pecuária e do desenvolvimento do Estado de Rondônia.

Apresentamos nossas propostas e coletamos contribuições para realizar um trabalho integrado e alinhado com o Governo do Estado, com o Governo Federal e todas as instituições do setor. Foi um momento importante de retomada e alinhamento de nossas ações.

Já conversamos com o Governador de Rondônia, Dr. Confúcio Moura, que adotou a cooperação como lema de seu governo, e ele nos disse que, além de ampliar o serviço de extensão rural por meio da Emater, também fará parcerias com a Embrapa e a Ceplac para oferecer tecnologia de ponta para os nossos agricultores.

Sr. Presidente, eu tenho o lema, em minha atuação política, de que a união é sempre o melhor caminho para que todos cresçam, para que o nosso Estado possa se desenvolver. Portanto, a união do setor agrícola junto com os municípios, junto com o Governo do Estado, junto com o Congresso e também o Governo Federal é o caminho para nós desenvolvermos o nosso Estado. E foi por isso que nós realizamos essa reunião com os agricultores e as lideranças do setor. O nosso pensamento, as nossas idéias somadas com as reivindicações dos agricultores foram transformadas em uma carta de princípios que vai balizar a nossa atuação no segmento da agricultura no Estado de Rondônia.

Portanto, meus amigos de Rondônia, está na hora de juntarmos as forças em favor da agricultura do nosso Estado de Rondônia implantando um modelo de agricultura integrada e sustentável como inclusão social e maior geração de trabalho e renda.

Esta é a nossa grande preocupação: desenvolver o nosso Estado, fazer com que a população que lá vive tenha emprego, tenha uma renda que possa dar conforto a sua família lá no campo, através do seu esforço, através do seu trabalho. É neste sentido que nós estamos trabalhando hoje, aqui, no Senado, na Comissão de Agricultura, junto com as lideranças dos partidos, no sentido de levar a tecnologia ao campo, de fazer com que o nosso produtor rural tenha acesso não somente a financiamentos, mas também a tecnologia, para que ele possa aumentar a produção

agrícola, fazendo com que nosso País possa ser, nos próximos dez anos, o maior produtor de alimentos do Planeta, isto sempre tendo uma consciência com relação ao meio ambiente.

Esta é uma preocupação que nós, junto com os produtores rurais do Estado de Rondônia, temos: plantar, desenvolver, mas com consciência ambiental.

Eram estas as nossas colocações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento o Senador Acir, que falou pela Liderança do PDT.

Agora, como oradora inscrita, a Senadora Lídice da Mata.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Enquanto a Senadora Lídice da Mata chega à tribuna, pela ordem o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Prezado Presidente Senador Paulo Paim, eu gostaria de informar que a reunião que teríamos hoje com a Secretária Geral da Mesa, Drª Cláudia Lyra, na Subcomissão de Reforma Administrativa, em virtude de se encontrar em viagem o Relator, Senador Ricardo Ferraço, foi transferida para amanhã. Então, amanhã, às 18 horas e 30 minutos, lá na sala da Comissão de Constituição e Justiça, desde que concluída a Ordem do Dia.

Todos os Senadores estão convidados para assistir ao depoimento, a contribuição da Secretária Geral da Mesa, Drª Cláudia Lyra, especialmente os membros da Subcomissão de Reforma Administrativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Suplicy.

Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria de registrar, na noite de hoje, a passagem, ontem, do aniversário do Bloco Afro Olodum e, portanto, dar meus parabéns ao seu presidente, o João Jorge, que é um líder do movimento negro no Brasil e também, agora, companheiro do PSB, pela passagem dos 32 anos de fundação do bloco, comemorados ontem, data que marca uma trajetória vitoriosa de afirmação da cultura afro-brasileira em nosso Estado.

Criado em 25 de abril de 1979, num momento de grande mobilização do movimento negro, o Olodum, ao longo de sua existência, projetou-se nacional e internacionalmente, consolidando-se como um dos mais significativos grupos culturais brasileiros.

Àquela época, o Olodum, ainda em plena ditadura militar, enfrentava, ao mesmo tempo, de um lado, o preconceito racial e, de outro lado, as ações de um movimento dirigido por um jovem operário petroquímico no sentido de afirmar a cultura afro-brasileira na cidade de Salvador, sendo um dos responsáveis pela reanimação do Centro Histórico de Salvador quando adotou os seus ensaios na terça-feira da benção, realizando-se sempre no Pelourinho, que vivia, naquele momento, um abandono grande de sua infraestrutura e mesmo de sua atividade comercial e domiciliar.

Os ensaios do bloco Olodum, realizados, todas as terças, no Centro Histórico do Pelourinho, foram um elemento essencial na reativação, na reanimação e até mesmo um estimulador da reurbanização daquele bairro do nosso Estado, que até hoje é um dos principais equipamentos turísticos do Estado da Bahia, o Parque do Pelourinho.

Além das atividades culturais desenvolvidas pelo Olodum, que atualmente abrangem diversas linguagens artísticas, a exemplo da música, da dança, do teatro, o Olodum atua como poderoso instrumento de afirmação dos valores afro-brasileiros e de luta contra o preconceito racial e outras formas de discriminação.

De grande relevância também é a Escola Olodum, mantida pelo Bloco no Centro Histórico de Salvador. Um espaço de participação e expressão da comunidade negra, uma referência nacional e internacional. Trabalho inovador com arte, educação e pluralidade cultural, que vem estimulando a profissionalização de novos músicos e contribuindo para dar um novo rumo à vida de muitas crianças e adolescentes.

Sem dúvida, é inestimável a contribuição do Olodum para o enriquecimento da produção artístico-cultural baiana e sua divulgação do Brasil e no exterior. Sua firme determinação no combate ao racismo e fortalecimento da cidadania é a razão pela qual reiteramos, com entusiasmo, as nossas congratulações pelos seus 32 anos de fundação.

Quero aqui também me associar a todos aqueles que hoje se referiram ao aniversário da Embrapa, organização que tanto tem contribuído para o desenvolvimento do nosso País, da nossa agricultura, em particular do Recôncavo Baiano, de nossa Cruz das Almas, de Santo Antônio, de Conceição do Almeida e de toda a região do Recôncavo Baiano que recebe e recebeu da Embrapa, esses anos todos, uma enorme contribuição para o desenvolvimento da nossa agricultura e da agricultura familiar em nosso Estado.

Quero ressaltar também, Sr. Presidente, a passagem, no último dia 24 de abril, da data em que se comemora o Dia do Agente de Viagem, que foi hoje comemorado em sessão especial na Câmara dos Depu-

tados. Infelizmente, eu não pude comparecer por estar participando da Comissão de Assuntos Econômicos, que hoje iniciou a discussão da reforma tributária, com a participação da representação do Confaz e de tantas outras representações, de Secretários de Estado, como os de São Paulo e do Espírito Santo, discutindo um projeto do Senador Romero Jucá. Não pude participar desse importante evento que a Câmara realizou, comemorando a data do agente de viagem, que é um profissional da área do turismo, das agências de viagem, essencial para o desenvolvimento dessa atividade e essencial, portanto, para o desenvolvimento da atividade econômica do turismo. Eu tive oportunidade, na Câmara dos Deputados, na Comissão de Turismo e Desporto, de dar parecer favorável ao reconhecimento da profissão do agente de viagem e creio que essa data, para ser comemorada em sua plenitude, deveria se dar com a aprovação do PL nº 5.120, que reconhece e regulamenta a atividade desse segmento.

Não só a atividade do segmento do agente de viagem como a regulamentação das atividades das agências de viagem dependem de aprovação da Câmara dos Deputados. Aqui no Senado, já foi votado, semana passada, em comissão – já foi aprovado também –, a regulamentação do agente de viagens, e voltou para a Câmara dos Deputados o projeto.

Isso é extremamente importante para a regulamentação de todo o setor da atividade turística em nosso País, que hoje é um grande gerador de emprego e renda, principalmente quando nos preparamos para a realização de tão importantes eventos desportivos, que marcarão a atividade turística no nosso País.

Portanto, eu não quero deixar de registrar aqui nesta Casa também, no Senado, a passagem do Dia do Agente de Viagens, que é fundamental para a organização das agências e da atividade turística em nosso País.

Finalmente, Sr. Presidente, quero registrar também, em reunião da Comissão Mista de Orçamento em conjunto com a Comissão de Finanças e Controle da Câmara dos Deputados e com a Comissão de Desenvolvimento Urbano, a passagem da Ministra Miriam Belchior, que fez uma análise da situação econômica do Brasil e apresentou a nova LDO. Um momento importante, fundamental para o debate no Congresso Nacional, que se prepara para apreciar a nova LDO, num esforço do Governo de fazer com que os investimentos estejam previstos pelo Governo, estejam todos na LDO, num esforço de reforçar e fortalecer o planejamento em nosso País.

Há algum tempo, o planejamento havia perdido a sua importância, mas foi retomada, com o governo do Presidente Lula, a importância da ação de plane-

jamento econômico para o desenvolvimento do País, para a organização das finanças nacionais.

A afirmação de pontos, de aspectos importantes da LDO foi feita pela Ministra Miriam Belchior. Além de tudo, é um orgulho para nós mulheres que, além de termos uma mulher presidindo o Brasil, tenhamos mulheres em postos importantes, em Ministérios tão importantes como temos hoje, particularmente no Ministério de Planejamento.

E foi muito alvissareiro poder sentir a esperança com que a Ministra se posicionou para resolver essa questão que vem mobilizando os prefeitos do Brasil inteiro. Trata-se da possibilidade de ampliarmos o prazo do decreto presidencial que definiu as emendas, o aproveitamento, a realização das emendas de 2007, 2008 e 2009 e a sua execução, estabelecendo o prazo de 30 de abril para encerrar a validade dessas emendas, daquelas cujas obras não se iniciaram.

Nós sabemos o quanto isso será prejudicial aos Municípios brasileiros, especialmente aos pequenos Municípios, que dependem, muitas vezes, desse orçamento extra que vem da Câmara dos Deputados e do Senado Federal em forma de emenda parlamentar individual e que é tão substancial à vida desses Municípios, muitos Municípios que têm compromisso já feito de licitações já iniciadas com obras que não foram realizadas em razão dos atrasos da própria Caixa Econômica, que enfrentou uma greve de quase três meses. Enfrentamos mais três meses de dificuldade – por estarmos no ano eleitoral – antes da eleição e três meses depois da eleição, sem podermos executar essas emendas, que são, como disse antes, tão necessárias ao desenvolvimento e ao aporte orçamentário desses Municípios.

Portanto, foi muito importante a presença da Ministra Miriam Belchior hoje, assegurando ao Congresso a continuidade dos investimentos governamentais e, inclusive, a sua ampliação na área de educação, na área de saúde e na área social, garantindo que o Governo busque o controle dos gastos governamentais, mas sem perder o rumo no sentido daquilo que é essencial para o povo brasileiro e para os compromissos assumidos pela Presidente da República em centrar-se na educação, em garantir a melhoria da saúde do nosso País e a superação da pobreza do nosso povo.

Creio que a exposição da Ministra Miriam deixou a Câmara e o Senado com mais segurança para poder aprovar a LDO, com a clareza e a confiança de que estamos caminhando num sentido correto, num momento em que o País se encontra numa nova situação, em que é preciso conter a inflação, em que é preciso diminuir o consumo de maneira seletiva, mas sem perder a ideia de que precisamos manter o nível de

investimento do nosso País para que ele possa resolver os grandes gargalos do desenvolvimento nacional, de investimento na infraestrutura, de investimento na habitação, de investimento na educação, de investimento na saúde e de investimento na superação essencial da situação de pobreza do nosso povo.

Finalmente, Presidente, finalmente mesmo, quero abordar um tema já tratado hoje aqui neste plenário. Trata-se da questão – e uma sugestão de V. Ex^a também – da realização de uma reunião entre os presidentes de comissões e o Presidente da Casa, o que hoje foi reafirmado pelo Líder do nosso bloco, para que pudéssemos organizar a vida das comissões.

Esta semana saiu uma matéria de uma agência nacional de comunicação dizendo que o Senador Walter Pinheiro, meu companheiro de campanha e de todas as horas aqui na defesa dos interesses do nosso Estado, tinha um projeto buscando moralizar ou normatizar a vida do Senado Federal no sentido de diminuir as subcomissões e que eu, em contrapartida, ia no sentido inverso, instalando uma subcomissão que sequer tinha razão de existir porque já existia...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita que eu diga que eu sou testemunha de que V. Ex^a propôs, lá na Comissão de Turismo, que fosse feito exatamente isto: diminuisse o número de subcomissões.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Além de ter sido uma das Senadoras que primeiro levantou essa questão na nossa subcomissão, na época inclusive quando aprovamos a Subcomissão do Nordeste, do Norte e do Sul, apenas coloquei a proposta da Subcomissão da Copa naquela comissão porque acho que essas subcomissões nesse formato esvaziam o conteúdo geral da comissão principal, que deve tratar de todos os temas. Também não comprehendo por que uma Comissão de Desenvolvimento e Turismo possa passar ao largo de uma discussão fundamental para o turismo nacional: a realização da Copa do Mundo em 2014.

Aqueles que já foram Deputados nesta Casa sabem que, há dois anos, existe um fórum legislativo envolvendo inclusive as assembleias estaduais em nosso País, um fórum legislativo que envolve todas as cidades-sedes, que tem a articulação e a iniciativa da Comissão de Turismo da Câmara e do Senado.

Foi nessa condição apenas que propus essa subcomissão, cuja pauta estaria aberta para discussão com a subcomissão existente na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, percebendo que nós não poderíamos ficar fora de um debate tão importante. A Comissão de Turismo tem a obrigação de colocar uma pauta positiva em re-

lação à Copa do Mundo, que não se reduz a fazermos a fiscalização das obras físicas, seja dos estádios, seja das chamadas obras de mobilidade urbana, seja dos recursos investidos nessa área.

Para o turismo, outra pauta está colocada. Está colocada a pauta de nós termos uma política de qualificação profissional imediata para incorporar todos os Estados que são sede e subsedes da Copa do Mundo, nessa preparação para que o País se torne uma potência no turismo internacional. Está a pauta de nós preparamos receptivos turísticos em cada Estado; está a pauta de nós preparamos a promoção turística do Brasil fora, no exterior; está a pauta de nós colocarmos a promoção de cada cidade-sede no conjunto do País, para que possamos realmente absorver toda a contribuição ao turismo nacional neste momento.

A Copa do Mundo se relaciona com diversas áreas das nossas comissões. A Subcomissão de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano pode e deve discutir essa questão. Aqui, na Casa, a Subcomissão da Amazônia existe em, pelo menos, duas outras comissões.

Sou adepta e defensora da realização de uma reunião dos presidentes de comissão com as lideranças partidárias, para encontrarmos um ponto comum de atuação, já que restará muito pouco a fazer ao Presidente da Casa, uma vez que o Regimento Interno permite a existência dessas comissões num modelo diferente do que existe na Câmara dos Deputados, onde as subcomissões exercem um papel de praticamente grupo de trabalho, que se volta, a todo instante, para dentro da própria comissão.

Portanto, quero apenas esclarecer essa questão, no que diz respeito à minha posição no debate que a Casa vem travando sobre suas atividades, o que, aliás, é muito positivo, porque o debate não está sendo travado, Senador Randolfe, com Senadores que são omissos em suas atividades, mas com aqueles que estão querendo intensificar seu trabalho, dividindo-se em subcomissões para participar e aprofundar ainda mais essa tarefa.

Infelizmente, o número criado de subcomissões nos traz um novo problema: o fato de não termos quórum que justifique a realização de tantas atividades.

Portanto, quero agradecer sua tolerância, Presidente, que me deu tempo suficiente para esclarecer essa questão e reafirmar que tenho com o companheiro Walter Pinheiro uma articulação permanente de ações conjuntas em defesa do Estado da Bahia e uma enorme unidade em relação àquilo que pensamos sobre o funcionamento desta Casa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senadora Lídice da Mata.

Sou testemunha do trabalho articulado de V. Ex^a com o Senador Walter Pinheiro.

Segundo a sequência de um Líder e um inscrito, o Senador Petecão falará como Líder e, em seguida, V. Ex^a. V. Ex^a, como inscrito, e, depois, falará, então, o Senador... Não, o Suplicy já pediu pela ordem. Depois falaremos nós dois aqui.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC). Como Líder. Sem revisão do orador.) – Presidente Senador Paim, primeiramente eu queria parabenizá-lo pela condução dos trabalhos nesta tarde/noite de hoje e saudar os Srs. Senadores e Senadoras que não estão presentes no plenário desta Casa.

Há dois assuntos que me trazem à tribuna, e eu não poderia deixar de abordá-los, porque entendemos que são da maior importância. O primeiro é a respeito dessa expectativa; outros Estados também estão na expectativa, reconhecemos, mas eu não poderia deixar de encaminhar expediente à nossa Presidenta da República e também ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; encaminhamos também expediente ao Ministério de Ciência e Tecnologia, solicitando que coloque o Estado do Acre na discussão sobre a implantação dessa empresa, a Foxconn. Essa empresa está disposta a investir em torno de doze bilhões de dólares no nosso País, e entendemos que esse momento é oportuno, quando o Estado do Acre discute a criação das ZPEs em Rio Branco.

É um projeto para o qual o Governo do Estado, o Governador Tião Viana tem dado muita divulgação. Entendemos que a Bancada Federal, nossos Deputados Federais e os três Senadores deveriam fazer uma mobilização, mas uma grande mobilização, porque se trata de um montante muito alto de recursos que, com certeza, se essa empresa for levada ao nosso Estado, ela vai gerar riqueza; vai gerar uma grande quantidade de empregos, principalmente porque estamos numa região, a região amazônica, que precisa de investimentos nessa linha, para que possamos, cada vez mais, fortalecer o debate da preservação do meio ambiente. Entendo que, através desse tipo de investimento, poderemos criar alternativas, principalmente para nossa juventude.

Então, encaminhamos, hoje, expedientes. Estamos também encaminhando expediente ao Governador do Estado, para que possamos unir forças. Se é verdade que o Estado está criando esse parque industrial no nosso Estado, acho que não existe momento mais oportuno do que esse agora. E que possamos estar todos juntos, até porque criou-se essa expectativa na população, criou-se essa expectativa nos empresários.

Acabamos de inaugurar a BR-317, que é ligada ao Pacífico. E, ali, há um grande mercado consumidor, o mercado boliviano, o mercado peruano; e também a abertura com os portos do Oceano Pacífico.

Então, estou pedindo aqui o apelo de toda a Bancada Federal para que possamos estar juntos nessa empreitada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Sérgio Petecão, Senador Randolfe Rodrigues, permitam-me só que eu registre que o Senador Randolfe vai ter que sair, porque vai ter um encontro, agora, com os Deputados franceses aqui, em Brasília.

Só esse registro.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Na verdade, Senador Paulo Paim, o Acre, hoje, vive essa expectativa. Estamos abordando esse assunto aqui porque somos um Estado pequeno, um Estado pobre, que precisa, e muito, do capital estrangeiro. E quando se cria expectativa de investimentos desse porte – até porque, no Acre, estamos com um governo novo, que criou essa expectativa na população –, nada mais justo que estarmos todos juntos no sentido de tentarmos sensibilizar a Presidente Dilma e as Pastas que estão envolvidas na vinda dessa empresa chinesa para o nosso País e colocarmos o Acre nesse debate, por entendermos que ele é de fundamental importância para a nossa região.

O outro assunto que me traz à tribuna nesta tarde/noite de hoje é um assunto que me deixou muito preocupado. Hoje, tivemos a presença, na Câmara Federal, da Ministra do Planejamento, Miriam Belchior. S. Ex^a esteve na Comissão de Orçamento. E, hoje, eu conversava com alguns Senadores nesta Casa, e existe uma insegurança generalizada. Digo isso porque todos os Senadores estão recebendo a visita de prefeitos; prefeitos que, segundo eles, não têm alternativas, porque essas emendas de 2007, 2008 e 2009 – e eu comentava isso com o Presidente Paim –, eu pensava que eram problema do Acre, mas o Rio Grande do Sul, “tchê”, também sente. E é um Estado rico.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Há um desespero dos prefeitos.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – No Rio Grande! Agora imagine como é que está o prefeito do Acre, um prefeito como o prefeito de Santa Rosa, do Jordão.

Semana passada, eu estive em Cruzeiro do Sul, o segundo município mais importante do nosso Estado, o segundo maior município. Inauguramos uma obra que era uma emenda do Deputado Henrique Afonso e do Deputado Federal Fernando Melo. Era a inauguração da sede da APAE lá no Rio Grande do

Sul. E aquela inauguração reuniu ali centenas e centenas de pessoas, de jovens que vão ser atendidos ali pela APAE. Agora, imaginem se aquela emenda que vai beneficiar aquelas mães daqueles alunos, aqueles jovens que serão beneficiados, mais de 100 pessoas que precisam do trabalho da APAE do Rio Grande do Sul, se aquela emenda tivesse sido cancelada, Presidente Paulo Paim.

Eu conversava hoje com o Prefeito Wagner Sales, que me dizia: "Senador Petecão, nós, os prefeitos do Brasil todo, estamos criando um movimento para sensibilizar o Executivo, e vamos entregar as chaves das prefeituras, porque é melhor que possamos sair pela porta da frente do que daqui a um ano ou seis meses termos que sair corridos, porque as prefeituras vão ficar em uma situação muito difícil".

Administrar uma prefeitura na Amazônia... E o colega, Senador João Vicente, do Piauí, dizia-me que a situação dele também não é diferente. Ora, se querem cortar as emendas, se o problema é cortar emenda parlamentar, que cortem as emendas de 2011, porque as emendas de 2011 sequer foram empenhadas. Nós, parlamentares, não tivemos ainda, lá nos municípios, não tivemos ainda, nas comunidades, assumido nosso compromisso, colocando a nossa cara. O que é que os prefeitos vão dizer com algumas emendas? Que a obra está 50% já feita – 50%! E aí, de repente, não sei...

Sinceramente, quero acreditar que o bom senso vai prevalecer. Eu não participei da reunião com a Ministra do Planejamento, que foi lá na Câmara, por conta de uma agenda aqui no Senado, mas alguns parlamentares, colegas Deputados Estaduais e Senadores que participaram, saíram preocupados, porque não tiveram a segurança de que esse prazo do dia 30 de abril para o cancelamento das emendas que não foram liberadas ainda vai ser mudado, vai ser prorrogado.

Eu tenho recebido no meu gabinete vários prefeitos, tanto de municípios menores lá do meu Estado como dos maiores, e confesso aos Srs. Senadores e Senadoras que estou preocupado. Creio que um município do Estado de São Paulo, do Rio Grande do Sul, que eu achava que era diferente, que está lá, que tem recurso, que arrecada, que produz, que tem indústria, está numa situação menos ruim – eu não diria numa situação boa, mas menos ruim. Agora, no meu Estado é diferente. Se não liberarem as emendas parlamentares, as prefeituras ficam inviabilizadas, as prefeituras não têm como trabalhar.

E eu estou falando de alguns municípios que têm uma relação com o Governo do Estado, porque o Governo do Estado lá, quando tem uma relação, vai lá e libera um convênio. E eu vi agora que liberou para o Município de Sena Madureira R\$ 20 milhões. No Acre,

isso é muito dinheiro. Para o Município de Santa Rosa, R\$ 5 milhões. É muito dinheiro no meu Estado. E estou feliz porque o Governador fez essa liberação de recursos. Agora, os municípios que não têm relação com o Governo, que estão em partidos diferentes, não têm o privilégio dessas assinaturas desses convênios. Como é que esses municípios vão viver? Como é que esses municípios vão administrar sua folha de pagamento? Na verdade, só vão administrar a folha de pagamento. Investimento, zero.

Então, Sr@s e Srs. Senadores, deixo aqui o nosso apelo para que nós possamos fazer uma mobilização. Eu ouvi hoje de alguns Senadores que a marcha dos prefeitos vai ser uma marcha muito dura. Os prefeitos estão... A insatisfação é generalizada. Existe uma insatisfação muito grande por conta da situação que aí está.

Deixo aqui o nosso apelo para que a nossa Presidenta possa ter sensibilidade. Está começando um governo agora, acho que não é bom para o Governo da Presidenta Dilma, não é bom para nós, Senadores que alocamos essas emendas, nem para os Deputados Federais, não é bom para os prefeitos, não é bom para ninguém.

Eu não estou aqui falando dessas emendas que alguns parlamentares alocam ali, um milhão para fazer show; dois milhões para levar artistas. Estou falando em emendas como lá no Município de Cruzeiro do Sul.

Eu aloquei uma emenda lá e, graças a Deus, consegui liberar uma emenda para construção de barcos. São barcos que vão atender aos ribeirinhos, trazer a produção para aquelas pessoas que estão às margens dos rios, que dependem desse meio de transporte. São os nossos ônibus da Amazônia.

Estou falando de emendas que vão melhorar as condições dos ramais. Não é asfaltar ramal, não. É dar as mínimas condições para que o nosso produtor rural possa escoar a sua produção.

Então fica o nosso apelo daqui da tribuna do Senado. A data estabelecida foi a do dia 30. Temos esse decreto aí que está deixando todo mundo aterrorizado. Eu reforço o apelo em meu nome – tenho certeza de que esse é o sentimento de muitos Senadores desta Casa – para que possamos discutir. Sei lá. Vamos ver as emendas que já estão em andamento, as emendas que já estão com 50% construídas. O que você vai dizer ao empreiteiro que tocou uma obra e está lá, prestes a terminar a obra? Vai dizer: "Não, agora você vai ter que parar, porque nós não temos mais recursos."?

Quantas mil obras neste País ficarão inacabadas? Quem ganha com isso? Ninguém ganha. É o dinheiro público que vai ficar ali parado, jogado. Com certeza, quem vai perder mais uma vez é a população do nos-

so País, e, com certeza, a população do meu Estado vai ser muito prejudicada.

O meu discurso na noite de hoje é para expressar um pouco da minha preocupação porque tenho recebido prefeitos, no nosso gabinete, de vários partidos.

Estou falando sem ideologia, porque são todos os partidos, o PT, o PMDB. Todos que vão ao meu gabinete expressam esse sentimento e essa preocupação, porque também está em jogo o nome do prefeito. É aquela obra do meio-fio em que ele assumiu o compromisso com a comunidade, quando ele disse que a obra ia sair daqui a seis meses; outro disse que uma obra ia sair daqui a um ano; agora, o dinheiro sumiu. O que a população vai dizer? "O prefeito roubou o dinheiro. Ele fez um complô com o Deputado Federal dele, com o Senador dele e sumiram com o dinheiro".

Então, temos de ter muita calma com essa situação, porque a responsabilidade dessa decisão que vai ser tomada é muito grande. Esse cancelamento das emendas parlamentares, com certeza, prejudica todos nós, prejudica a imagem do Parlamento, prejudica a imagem dos prefeitos. Consequentemente, tenho certeza de que a Presidente Dilma vai fazer uma reflexão para que possa encontrar a melhor saída. Tenho certeza de que ela não tem interesse em prejudicar as prefeituras, em inviabilizar as prefeituras.

Por isso, fica aqui o nosso apelo e o nosso agradecimento ao Senador Paulo Paim, que, no adiantado das horas, já quase às 21 horas, está aqui, pacientemente, dando-nos esta oportunidade para que possamos estar conversando com o meu Estado, o Estado do Acre, e também com o País como um todo. Essa preocupação não é só do Acre. Confesso a vocês que achava que esse era um problema nosso, mas, quando converso com os Senadores do Rio Grande do Sul, de São Paulo, de Santa Catarina, vejo que está todo mundo preocupado.

Presidente, mais uma vez, meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Sérgio Petecão, meus cumprimentos pelo pronunciamento, e o apelo que V. Ex^a faz quero repetir aqui, desta cadeira, agora, presidindo a sessão. Por favor, prorroguem esse prazo, no mínimo, até o fim do ano. É um desespero generalizado – V. Ex^a tem razão – em todos os Estados. Inclusive alguns empresários já anunciando que vão começar a recolher tratores e outras máquinas que as prefeituras compraram, cientes de que o dinheiro ia chegar. E outros parando de construir estradas, obras e lá o material acumulado. Há um desespero e, de fato, a marcha vai ser uma grande marcha e o bom senso manda que a gente siga o seu conselho e que se prorogue o prazo e as emendas

sejam atualizadas para que não se estabeleça o caos na maioria das prefeituras deste País.

Passamos a palavra ao Senador João Vicente Claudino, do PTB do Piauí.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Paulo Paim, Srs. Senadores, quero hoje fazer um pronunciamento sobre os investimentos no País em ciência e tecnologia. E, depois, fazer dois registros em relação ao nosso querido Piauí.

Tem sido divulgado pela imprensa nacional, durante a visita da Presidente Dilma à China, a notícia de que a empresa taiwanesa Foxconn irá investir US\$12 bilhões no Brasil.

A Foxconn, que já possui cinco fábricas instaladas em nosso País, é mundialmente conhecida como fabricante de produtos da Apple. A intenção da empresa é montar o tablet da Apple aqui, com a utilização de peças importadas, e começar a produzir parte destas peças nos próximos cinco anos.

Essa notícia trouxe grande alvoroço aos brasileiros – acabamos de escutar aqui o Senador Sérgio Petecão, pedindo que essa fábrica vá para o Acre. Também eu quero que o Piauí entre nessa luta, nessa briga, como o Rio Grande do Sul também deve entrar –, principalmente, Presidente Paim, aos entusiastas de tecnologia, grupo no qual me incluo, juntamente com a nossa Presidente Dilma.

Compartilhei essa informação, porque o tema que pretendo abordar nesta noite diz respeito à inovação tecnológica e ao desenvolvimento econômico. E não será com a mesma alegria que continuarei este pronunciamento.

Ao passo em que são anunciados investimentos da ordem de US\$12 bilhões para o nosso País, também é informado corte de R\$1,7 bilhão do orçamento do Ministério de Ciência e Tecnologia. Segundo o Diretor-Geral da Sociedade Brasileira Pró-Inovação, o Sr. Roberto Nicolsky, esse corte reflete o que vem sendo dito há muito tempo: a política de desenvolvimento tecnológico não é vista com a devida atenção.

Todos sabemos que a inovação tecnológica representa uma grande ferramenta para o crescimento econômico. Para se ter uma ideia sobre a importância da inovação tecnológica, podemos citar um dado estarrecedor.

Entre 2005 e 2009, o Brasil requereu o registro de 16.878 patentes, e, no mesmo período, a China requereu mais de trezentas mil patentes.

Quer dizer, quase 20 vezes mais do que o Brasil. E a China já tem como objetivo requerer até 2015, nos próximos cinco anos, um milhão ou mais de patentes, em torno de 200 mil patentes por ano.

Qual é o reflexo disso? Em 2010, o PIB chinês foi de US\$5,9 trilhões, acima dos US\$5,5 trilhões referentes à soma das economias de todos os outros países que formam os chamados Brics. Agora, se já corremos risco com a ameaça de produtos chineses em nosso mercado, imaginem como será num futuro próximo.

O Brasil tem-se consolidado como fornecedor de matérias primas para a China e como grande comprador de produtos beneficiados, que agregam maior valor de mercado. O Brasil não deve ser apenas exportador de *commodities*, já que esse tipo de relação resulta em um déficit na nossa balança comercial.

Um grande problema a ser enfrentado pelo Brasil é o fato de que grande parte das indústrias de tecnologia instaladas em nosso País é constituída de empresas que não conseguem agregar valor tecnológico, apenas montando produtos de origem estrangeira, seja sob licença ou sob parceria comercial, justamente o caso apresentado no início da minha fala.

Sr. Presidente, o Brasil já é mundialmente reconhecido em alguns setores de inovação tecnológica. Somos referência na área de produção de *commodities* no setor agrícola, com a forte atuação da Embrapa – que hoje completa mais um ano de sua existência e que tem contribuído muito com o desenvolvimento do setor agrícola brasileira –, também na competitiva indústria aeronáutica, com a Embraer, e, mais recentemente, na área petrolífera, com as ferramentas desenvolvidas pela Petrobras para a descoberta e exploração do pré-sal, que concentram a maior parte da produção tecnológica brasileira.

Contudo, no Brasil, ainda impera uma realidade onde os cientistas, técnicos e engenheiros envolvidos com o desenvolvimento tecnológico trabalham, em sua grande maioria, em ambientes universitários ou em institutos de pesquisa. Poucos desses profissionais estão atuando nas indústrias brasileiras, e com isso reforçou-se a divergência entre a pesquisa acadêmica e o desenvolvimento industrial. Nos Estados Unidos, em contrapartida, este número é inverso. Lá, chega a 80% dos profissionais trabalhando nas empresas.

O Sr. Glauco Arrix, juntamente com o Professor da USP, João Alberto de Nigri, e membros do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia publicaram um artigo no jornal *Estado de S.Paulo*, onde expressavam a preocupação com a falta de tecnologia no Brasil. Segundo eles, o Brasil tem dificuldades para transformar conhecimentos em tecnologia, com impacto real na atividade econômica.

Vivemos um momento delicado, onde as nossas indústrias não produzem inovações tecnológicas porque estão priorizando a montagem de tecnologia estrangeira, e, por outro lado, nossas universidades

e centros de pesquisa produzem resultados científicos e tecnológicos de excelente qualidade, mas que são destinados apenas para publicação nos melhores periódicos internacionais. Precisamos mudar este paradigma. Temos que estabelecer um novo marco regulatório que incentive de forma efetiva a inovação tecnológica no Brasil.

Precisamos criar um elo de comunicação entre dois polos importantes: de um lado, as universidades e os institutos de pesquisas e, na outra vertente, as empresas, principalmente as indústrias de transformação, para que o produto do desenvolvimento e da inovação tecnológica tenham resultados efetivos na economia nacional.

Sr. Presidente Paim, o Brasil deve firmar posicionamento em prol dos investimentos no desenvolvimento de tecnologia e adotar políticas de inovação tecnológicas planejando o Brasil para o futuro. Um exemplo de política para o futuro é a lei que obriga que 1% das receitas dos campos de petróleo seja destinado para a produção de pesquisas e desenvolvimento. Como disse na semana passada, não podemos nos dar ao luxo de não preparar os nossos jovens para o futuro. Não podemos repetir os erros do passado e perder mais uma década, como nos anos 80, quando houve pouquíssimo investimento em ciência e tecnologia e, por essa razão, o Brasil praticamente não cresceu e não produziu.

Todavia, um importante passo está sendo dado. O Banco Central concedeu autorização prévia para que a Finep se transforme em um banco público, um processo, Presidente Paim, que deve demorar ainda em torno de dois anos para ser concluído. A Financiadora de Estudos e Projetos teria por objetivo financiar projetos de inovação tecnológica, com prioridade em projetos de energia, saúde, tecnologia da informação e comunicação, tecnologia aeroespacial, defesa, produção de novos materiais, sustentabilidade ambiental e biodiversidade.

Precisamos de iniciativas continuadas ao longo do tempo e de investimentos permanentes. O País somente conseguirá se tornar competitivo se a política de desenvolvimento tecnológico for tratada como uma política de Estado efetivo.

Devemos lembrar que todos os países que se destacam mundialmente pelos altos níveis de inovação e produção tecnológica fizeram grandes investimentos em educação, ciência e tecnologia, e que esses investimentos tiveram reflexos positivos na economia desses países.

Esse é o caminho que o Brasil tem que seguir, Presidente Paim.

E queria aproveitar este momento para fazer dois registros em relação ao Piauí: um positivo e outro negativo.

Hoje recebi um convite do professor Francisco Santana, Reitor do IFPI do Estado do Piauí, para, no dia 9 de maio, no Município de São João do Piauí, presenciar a solenidade de assinatura da ordem de serviço da construção do **campus** do IFPI em São João do Piauí.

Fico feliz porque também fui autor de um projeto autorizativo que pedia a instalação de um IFPI para São João do Piauí, que é uma região promissora, de desenvolvimento. Próximo a São João, na cidade de Capitão Gervásio Oliveira, está instalada uma indústria mineradora da Vale que explora o níquel e outros minérios naquela região, e esse IFPI vem, dentro da sua grade curricular, formar essa mão de obra, para que aquela região se desenvolva mais ainda com essa mão de obra cada vez mais qualificada.

Então, fico feliz e farei o possível para estar presente nesse momento tão importante de São João do Piauí e da região que congrega nove Municípios, onde São João é referência econômica.

Então, fico feliz e farei o possível para estar presente neste momento tão importante de São João do Piauí e da região que congrega nove Municípios, onde São João é referência econômica.

O outro é que eu recebi da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Piauí, da Adufpi, todo um resumo e uma cobrança muito grande para que nós pudéssemos registrar, aqui da tribuna do Senado, as condições que tem hoje o **campus** da Paraíba, que é o **campus** da Universidade Federal Ministro Reis Velloso. E queremos aqui, no registro desses fatos, pedir até que o reitor da Universidade nos informe a real situação daquele **campus**, que o presidente da Adufpi, o professor Mário Ângelo de Menezes Sousa, o professor Magnus Martins Pinheiro, o professor Kilpatrick Campelo, o vice-presidente da Adufpi, o Ricardo, a Eugênia Figueiredo, diretora cultural da Adufpi no **campus** Ministro Reis Velloso, o Mário Ângelo, que é o presidente da Adufpi, o Glauco, o segundo vice-presidente, e o professor Anderson Guza. Relatam a situação do **campus** da Universidade Federal de Paraíba, como falta de sala para professores; laboratórios meramente improvisados ou inexistentes; constantes faltas e oscilações de energia – isso aqui não ocorre só no **campus**, isso ocorre em diversas regiões do Estado do Piauí.

Eu acredito que agora, como a nossa companhia de energia está federalizada, ela estava sendo administrada, Presidente Paim, do Rio de Janeiro e parece que tinha sido um entendimento do Governo adminis-

trar sete empresas de energia elétrica federalizadas, mas agora vai colocar um diretor direto no Piauí, com poder de decisão, para que se dê encaminhamento aos investimentos necessários, principalmente num Estado em que se projeta cinco hidroelétricas para o rio Parnaíba, três já estão com audiências públicas, licença ambiental, tudo aprovado. E o Ministro Edison Lobão esteve no Piauí e garantiu que será licitado. Este ano ainda deverá resolver esse problema, não só do **campus** de Parnaíba, mas de outras regiões do Estado do Piauí.

A ausência de prestação regular de serviço de acesso à Internet; obras recém-construídas que já carecem de reformas; biblioteca com acervo anacrônico e insuficiente; ausência de transporte para atividades de campo; excessiva carga horária – em relação a essa excessiva carga horária em que a maioria dos docentes recém-contratados ministra mais do que o número de disciplinas a eles determinadas; alguns com cinco ou mais disciplinas, disciplinas as quais eles não foram nem habilitados ou aprovados em concurso público; ausência de serviço de perícia médica; a não-realização de concurso público para a imediata contratação de docentes para as disciplinas ofertadas, e muitas delas descobertas.

Aqui eles relatam uma quantidade de inúmeras disciplinas: quatro no curso de Biologia; quatro no curso de Biomedicina; dez no curso de Ciências Contábeis; 28 disciplinas no curso de Fisioterapia, quer dizer um número elevadíssimo; duas no curso de Matemática; nove no curso de Psicologia, que eu já relatei também sobre o CA de Psicologia que já mandou um relatório falando da situação do curso; duas de Pedagogia; cinco do curso de Turismo; sete no curso de Engenharia de Pesca. São 71 disciplinas no total. É uma situação lamentável que queremos deixar registrada.

Nós nos associamos à luta dos docentes do **campus**, à cobrança dos estudantes. Parnaíba, hoje, cresce. É a segunda cidade do Estado, tem uma força econômica muito forte e é um centro universitário pujante. Não poderíamos deixar de registrar.

Amanhã, Presidente Paim, já comentava com V. Ex^a, vamos falar mais uma vez sobre restos pagar. Esse é um ato que... Se a marcha dos Prefeitos agora no início de maio, convocada pela Confederação Nacional do Município... Não podemos esperar lá, porque o decreto é dia 30 de abril, que é sábado que vem, na véspera do nosso Dia do Trabalhador, Dia do Trabalho. É um aceno que a Presidente Dilma... Apesar de hoje a Ministra Miriam Belchior ter ido à Comissão de Orçamento, da qual faço parte, e a lamentação maior que ela escutou foi esta: foi a preocupação que está levando alguns gestores públicos realmente ao deses-

pero, como V. Ex^a colocou muito bem, de Municípios em que não há investimento, até pelo engessamento das contas públicos e situações que comprometem a capacidade de investimento dos Municípios. São as emendas parlamentares que dão um alento e que modificam a realidade das cidades do nosso Brasil de Norte a Sul, principalmente no Piauí, onde a maioria dos Municípios não tem receita própria que possa fazer com que o gestor público realmente realize obras que venham ao encontro da vontade de homens e mulheres que ali vivem na cidade.

É imprescindível que a Presidente Dilma tome, nesta semana, antes do dia 30, essa iniciativa para que esse momento não seja criado nessa marcha dos Prefeitos que, tenho certeza, em vez de ser um muro das lamentações, pode se transformar em um grande momento de fortalecimento do seu Governo, com a parceria ainda maior dos Prefeitos municipais; tenho a convicção de que ela fará um grande Governo, olhando se vamos acabar – e esse é o lema do seu Governo – com a miséria e com a falta de perspectiva em determinadas regiões deste País. É com investimentos dessa natureza, que têm uma dimensão imensa, por menor que seja o volume de recursos, têm uma dimensão de transformação imensa na vida das pessoas do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador João Vicente Claudino.

Eu também reafirmo, mais uma vez, o apelo para que o prazo seja prorrogado até o fim do ano e que as Prefeituras tenham o direito a receber os restos a pagar.

Mas, Senador João Vicente Claudino, eu havia me comprometido ainda hoje com aqueles professores e jovens que estiveram aqui, realizando uma sessão de homenagem aos professores de educação física sem fronteiras, que eu faria um rápido registro sobre esse momento. E aqui o faço agora, rapidamente. Primeiro, dizendo que me sinto gratificado, porque fiz parte desta história, da regulamentação da profissão de professor de educação física. Lembro-me de que, em um primeiro momento, ela nasceu de um debate entre os profissionais da área que queriam a regulamentação, mas percebiam que nada de concreto acontecia.

Então, no início dos anos 80, foi resgatada a Federação Brasileira da Associação dos Professores de Educação Física. Mediante a atuação dinâmica, lembro-me aqui, naturalmente representativa e democrática, surgiu a Associação dos Professores de Educação Física, as chamadas APEFs.

Isso em todos os Estados da União. Eu me lembro de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais, São Paulo, entre outros.

Em novembro de 1983, ocorreu reunião entre diretores, professores e estudantes de Escolas de Educação Física para criar um órgão que orientaria, disciplinaria e fiscalizaria o exercício profissional. Eu me lembro que, naquela reunião, a coordenação foi do professor Benno Becker, à época, membro da Comissão de Pesquisa em Educação Física e Desportos do MEC-Coped, diretor das Escolas de Educação Física da Feevale, Novo Hamburgo, no meu Rio Grande do Sul, secretariada pelo professor Laércio Pereira.

O professor Benno apresentou um projeto muito bem elaborado que foi discutido amplamente, apresentado aqui no Congresso pelo ex-prefeito de Bento Gonçalves, ex-Deputado Federal meu colega de Parlamento, o Darcy Pozza, à Câmara dos Deputados. O Darcy Pozza apresenta o projeto na Câmara. Infelizmente, foi vetado, depois de ter sido aprovado na Câmara e no Senado.

Em 1995, foi lançado o movimento nacional pela regulamentação do profissional de educação física. Aí veio o terceiro momento, em 1^a de setembro de 1998, quando o Projeto 330/95 foi apresentado pelo Deputado Federal Eduardo Mascarenhas.

Eu registrei isso. O Eduardo Mascarenhas, grande Deputado, se não me engano, era psicanalista, pediu que eu assumisse a relatoria do projeto. Eu assumi a relatoria do projeto, apresentei parecer favorável.

Em 17 de outubro de 1996, houve audiências públicas, a partir das quais realizei audiências uma na Câmara e outra nos Estados.

O movimento nacional pela regulamentação da profissão cresce e se fortalece. A categoria é convocada a enviar correspondência a todos os parlamentares. Eu me lembro de que, num final de uma audiência pública, apresentei uma caixa com milhares de correspondências que recebi, informando serem os estudantes e professores do Brasil 99% favoráveis à regulamentação. Em virtude de relato dos presentes e votos favoráveis, estava claramente definido que tínhamos que regulamentar a profissão. Havia somente a resistência em relação a uma parte do texto. Assim, como relator, tomei a decisão favorável à questão. Instituí um grupo de trabalho para que, no prazo de vinte dias, fosse feito um grande acordo. E isso foi feito.

Infelizmente, eu poderia dizer, esse meu texto estava pronto para ser votado, mas – aí eu diria – infelizmente não houve tempo hábil para que o meu projeto fosse apresentado, porque eu assumi uma aposição na

diretoria da Câmara dos Deputados, em 1997, como Secretário-Geral.

A partir desse momento, eu passei a relatoria para o Deputado Federal Paulo Rocha, do PT do Pará. Ele apresentou o substitutivo que é aprovado, então, por unanimidade.

Eu rendo aqui minhas homenagens a todos, mas principalmente ao já falecido Eduardo Mascarenhas, do Rio de Janeiro.

Lembro que, no dia 13 de agosto de 1998, o projeto é aprovado por unanimidade, sendo sancionado no dia 1º de setembro de 1998 e, aí, torna-se lei.

Por fim, eu queria só agradecer muito.

Rendo aqui as minhas homenagens pelo trabalho permanente, incessante, corajoso do Presidente do Conselho Federal de Educação Física, Sistema Confef, professor Jorge Steinhilber, e também do professor Lúcio Rogério.

Termino parabenizando a todos os professores. Esta data é histórica. Parabéns a todos os estudantes.

Vivam os professores de educação física sem fronteira de todo o Brasil e do mundo e os estudantes! Porque acho que esse é um caminho para combater a violência e buscar a paz. O esporte é saúde.

Parabéns, professores. Espero que o piso seja cumprido em todos os Estados, para todos os professores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 445, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em Ata de Voto de Congratulações e Aplauso a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que completou nesta terça-feira 26 de abril, 38 anos de existência, bem como seja encaminhado o referido voto no endereço: Parque Estação Biológica PqEB s/nº, Brasília –DF, CEP 70.770-901.

Justificação

A Embrapa é uma instituição reconhecida internacionalmente pelos avanços tecnológicos na agricultura tropical e pelo desenvolvimento contínuo da agricultura brasileira.

Criada em 1973, a Embrapa vem aumentando a sua área de atuação ao longo dos anos e hoje conta com 47 unidades em todas as regiões do País. Nos biomas Amazônia, Caatinga, Cerrado, Pantanal, Mata Atlântica ou Pampa, a instituição está presente com três grandes linhas de pesquisa e desenvolvimento: ordenamento, monitoramento e gestão em territórios; manejo e valorização do bioma; produção agropecuária e florestal sustentável.

A expansão internacional da empresa também é fortalecida constantemente. Hoje, a Embrapa mantém laboratórios virtuais nos Estados Unidos, na França, na Inglaterra, na Coreia do Sul e na China.

Na vertente da cooperação técnica, o destaque é para os projetos em países africanos (Gana, Moçambique, Mali e Senegal), realizados em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), com a missão de transferir tecnologias e prospectar negócios.

A distinção é concedida anualmente àqueles que, no campo da pesquisa agropecuária, tenham-se destacado pela realização de obra científica ou tecnológica, de reconhecido valor ou se dedicado a produzir trabalho que signifique efetiva e marcante contribuição ao desenvolvimento agropecuário nacional.

Sala das Sessões, 26 de abril de 2011. – Senadora **Vanessa Grazziotin**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência encaminhará o voto de congratulações solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 28, DE 2011

Acrescenta o § 3º ao art. 45 da Constituição Federal e revoga o § 2º do art. 4º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para assegurar correção periódica da representação dos Estados e do Distrito Federal na Câmara dos Deputados.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 45 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

"Art. 45.

§ 3º O Tribunal Superior Eleitoral procederá ao ajuste a que se refere o § 1º, um ano antes da eleição, tendo por base as informações prestadas pelo órgão responsável pelos serviços oficiais de que trata o art. 21, XV." (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se o § 2º do art. 4º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

JUSTIFICAÇÃO

Uma das principais contradições que constam da redação original da Constituição democrática de 1988 consiste naquela que opõe, de um lado, o princípio da igualdade do voto e, de outro, quando define o número de representantes das unidades federadas na Câmara dos Deputados. A igualdade do voto é consagrada no art. 14 da Carta Magna, que abre o Capítulo sobre os direitos políticos, inserido no Título

que trata dos Direitos e Garantias Fundamentais. Diz o citado artigo que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos.

A representação das unidades na Câmara dos Deputados, por seu turno, é definida no art. 45 da Constituição e, em especial, em seus §§ 1º e 2º, que estabelecem um piso – 4, no caso dos territórios – e um teto – 70 – para tal representação.

Ora, tal contexto constitucional, associado à interpretação conferida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ao disposto no § 2º do art. 4º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) – atribuindo ao dispositivo uma aplicação para além do tempo histórico em que o legislador constituinte originário, a nosso ver, pretendia vê-lo aplicado – gera desproporção na representação dos Estados e do Distrito Federal na Câmara dos Deputados.

A proposição que ora apresentamos não objetiva realizar com perfeição matemática a proporcionalidade do voto quanto à representação das unidades federadas na Câmara dos Deputados. Não o faz porque inexistem condições político-legislativas que possibilitem aumentar a representação do Estado de São Paulo para 120 deputados federais, enquanto outras unidades seriam representadas por 1 ou 2 deputados.

O nosso propósito, assim, torna-se mais modesto: apenas propomos que o Tribunal Superior Eleitoral promova, periodicamente, a atualização da representação das unidades federadas na Câmara dos Deputados, e o faça a partir dos dados fornecidos por instituição oficial competente (que, no caso, é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), de modo a que as distorções dessa representação não continuem a se agravar, em prejuízo da representação cidadã na Câmara dos Deputados, mediante a ofensa ao princípio constitucional da igualdade do voto.

Entendemos que o disposto no § 2º do art. 4º do ADCT encontra-sé exaurido pela edição da Lei Complementar nº 73, de 1993. Entretanto, como tal entendimento é objeto de polêmica no campo judicial, optamos por determinar a sua

Revogação. Tal caminho, conquanto não seja o mais preciso e rigoroso encaminha de forma clara a solução do problema.

Nos termos atuais, a inércia do Tribunal Superior Eleitoral em promover a correção quadrienal da representação das unidades da Federação na Câmara agrava especialmente a distorção dessa representação. Isso ocorre porque as unidades da Federação onde a dinâmica demográfica tem implicado um vigoroso crescimento populacional, como os Estados do Pará e do Amazonas, são especialmente prejudicados por tal inércia.

Não se pretende, aqui, promover diferenças ou disputas entre unidades federadas, mas apenas conferir ao cidadão brasileiro, onde quer que tenha seu domicílio civil e eleitoral, o direito a uma representação na Câmara dos Deputados que não ofenda os mais elementares princípios constitucionais e direitos políticos da cidadania.

Solicitamos aos eminentes pares o apoio imprescindível à aprovação da presente proposta.

Sala das Sessões, em 17 março de 2011

Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

Handwritten signatures of senators and their names written next to them:

- Paulo Paim (Signature)
- Ronaldo Jucá (Signature)
- Graça Aranha (Signature)
- Paulo Dantas (Signature)
- Renato Barroso (Signature)
- Cintovam Brumague (Signature)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° , DE 2011

Acrescenta o § 3º ao art. 45 da Constituição Federal e revoga o § 2º do art. 4º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para assegurar correção periódica da representação dos Estados e do Distrito Federal na Câmara dos Deputados.

SENADOR(A) José Bonifácio de Andrada e Silva

SENADOR(A) (Assinatura) ANA RITA ESCARÍDIO

SENADOR(A) (Assinatura) MOZART VILDO

SENADOR(A) (Assinatura) Renan Calheiros

SENADOR(A) (Assinatura) Reinaldo Azambuja

SENADOR(A) (Assinatura) José Roberto Arruda

SENADOR(A) (Assinatura) Pedro Taques

SENADOR(A) (Assinatura) Cássio Lucena

SENADOR(A) (Assinatura) Antônio Pimentel

SENADOR(A) (Assinatura) Antônio José da Costa

SENADOR(A) (Assinatura) Valdeci Sá

SENADOR(A)

Eunício Oliveira

SENADOR(A)

ANA RITA ESCÁRIDIO

SENADOR(A)

- Paulo Paim

SENADOR(A)

Inácio Arruda

SENADOR(A)

Romero Jucá

SENADOR(A)

Delcídio

SENADOR(A)

Paulo Paim

SENADOR(A)

Cristóvão

SENADOR(A)

Áureo Peterka

SENADOR(A)

Wilson Santiago

SENADOR(A)

Ciro Nogueira

SENADOR(A)

Pedro da Cunha

Senador de Minas Gerais

SENADOR(A)

*Aney**Aroldo Nunes*

SENADOR(A)

Paulo Bauer

SENADOR(A)

Eduardo Cocco

SENADOR(A)

Fábio Ribeiro

SENADOR(A)

Chico Xavier

SENADOR(A)

Eduardo Suplicy

SENADOR(A)

Jubal Vazquez

SENADOR(A)

João Goulart

SENADOR(A)

Blairo Maggi

SENADOR(A)

Walter Pinheiro

Senador filho

SENADOR(A)

*Nelson Jobim**José Dumont*

SENADOR(A)

Wellinton Dias

SENADOR(A)

*LEGISLAÇÃO CITADA***CONSTITUIÇÃO****Da República Federativa do Brasil****Título IV
Da Organização dos Poderes****Capítulo I
Do Poder Legislativo****Seção I
Do Congresso Nacional**

Art. 45. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.

§ 1º O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados.

§ 2º Cada Território elegerá quatro Deputados.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECERES

NºS 140 E 141, DE 2011

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2009, do Senador João Vicente Claudino, que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados a aparelhos de destilação e de osmose inversa, destinados a dessalinização de água.

PARECER Nº 140, DE 2011

**(Da Comissão de Meio Ambiente,
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle)**

RELATOR: Senador CÍCERO LUCENA

I – RELATÓRIO

Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 337, de 2009, de autoria do Senador João Vicente Claudino.

O art. 1º da proposição isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), até 31 de dezembro de 2014, os aparelhos de destilação, suas partes e acessórios, e os aparelhos de osmose inversa, classificados, respectivamente, nos códigos 8419.40.10, 8419.90.20 e 8421.29.20 da Tabela de Incidência do IPI (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006. O art. 2º assegura a manutenção do crédito relativo às matérias primas, embalagens e materiais secundários utilizados na fabricação dos produtos de que trata o art. 1º.

A proposição foi enviada à CMA e à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo à última a decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Compete à CMA, nos termos do art. 102-A, II, *d*, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre matérias atinentes à conservação e ao gerenciamento do uso dos recursos hídricos.

Consoante o autor da proposição, o processo de dessalinização de água vem sendo utilizado, cada vez mais, em países situados em regiões desérticas ou de clima semiárido, para a produção de água potável. Além disso, foi observado que uma parte das águas subterrâneas existentes no Nordeste possui pequeno grau de salinidade, tornando necessária, portanto, a utilização de máquinas de dessalinização de água para possibilitar o consumo humano em épocas de seca.

Desse modo, observamos que é necessário buscar formas de baratear o preço das máquinas utilizadas no processo de dessalinização para assegurar novas fontes de água potável no semiárido. Além disso, por meio desses incentivos fiscais é possível aumentar a produção desses aparelhos e promover o desenvolvimento da indústria nacional.

III – VOTO

Diante do exposto, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2009.

Sala da Comissão, 6 de julho de 2010.

, Presidente

e-  , Relator

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: PLS N° 337, DE 2009

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 06/07/2010, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:	(SEN. RENATO CASAGRANDE)
RELATOR:	(SEN. CÍCERO LUCENA)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
RENATO CASAGRANDE-PSB	FÁTIMA CLEIDE-PT
MARINA SILVA-PV	CÉSAR BORGES-PR
ALFREDO NASCIMENTO - PR	INÁCIO ARRUDA-PC DO B
JOÃO RIBEIRO-PR	DELcíDIO AMARAL-PT
Majoria (PMDB)	
GILVAM BORGES-PMDB	ROMERO JUCÁ-PMDB
HÉLIO COSTA-PMDB	VALDIR RAUPP-PMDB
VAGO	ALMEIDA LIMA-PMDB
VALTER PEREIRA-PMDB	GERALDO MESQUITA-PMDB
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
JORGE YANAI-DEM	ADELMIR SANTANA-DEM
KÁTIA ABREU-DEM	RAIMUNDO COLOMBO-DEM
HERÁCLITO FORTES-DEM	MARIA DO CARMO ALVES-DEM
ELISEU RESENDE-DEM	JAYME CAMPOS-DEM
ARTHUR VIRGÍLIO-PSDB	ALVARO DIAS-PSDB
CÍCERO LUCENA-PSDB	FLEXA RIBEIRO-PSDB
MARISA SERRANO-PSDB	MÁRIO COUTO-PSDB
PTB	
GIL ARGELLO	SÉRGIO ZAMBIAZI
PDT	
JEFFERSON PRAIA	CRISTOVAM BUARQUE

PARECER Nº 141, DE 2011
(Da Comissão de Assuntos Econômicos)

RELATOR: Senador INÁCIO ARRUDA

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 337, de 2009, do Senador João Vicente Claudino, que esta Comissão deve apreciar em caráter terminativo, determina a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), até 31 de dezembro de 2014, sobre os aparelhos de destilação, suas partes e acessórios, e os aparelhos de osmose inversa, classificados, respectivamente, nos códigos 8419.40.10, 8419.90.20 e 8421.29.20, da Tabela de Incidência do IPI.

Em seu art. 2º, o projeto assegura a manutenção do crédito relativo às matérias primas, embalagem e material secundário, utilizados na fabricação dos produtos mencionados.

A proposição foi previamente apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), que, por requerimento dos Senadores João Pedro e Renato Casagrande, realizou audiência pública à qual compareceram os seguintes convidados:

- Renato Saraiva Ferreira, coordenador Nacional do Programa Água Doce da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente;
- Gherman Garcia Leal Araújo, pesquisador da Embrapa Semi-árido;
- Walber Santana Santos, Assessor Técnico da Secretaria de Programas Regionais;
- Adriana Melo Alves, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental da Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração;
- Diogo Lousa Borba e Lissandro Will Souza, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Fazenda.

Na CMA, o projeto foi aprovado sem alterações.

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

O projeto atende aos pressupostos constitucionais de competência legiferante e de iniciativa, e está lavrado com técnica legislativa adequada, embora apresente pequena discrepância entre a ementa e o articulado, como se verá adiante.

Nos termos do art. 99 do Regimento Interno, compete a esta Comissão apreciar os aspectos econômicos e tributários da matéria.

O autor lembra, com oportunidade e razão, o fato de que regiões do semi-árido do Nordeste brasileiro contam com grandes reservas subterrâneas de água, embora essa água apresente um grau de salinidade. No entanto, a tecnologia de dessalinização tem permitido – e pode permitir muito mais –, em localidades específicas, a atenuação dos problemas causados pelas secas.

Aqui, importa destacar que dos três itens cuja isenção se pleiteia, os dois principais já são gravados com alíquota zero na Tabela de Incidência do IPI, quais sejam os aparelhos de destilação e os aparelhos de osmose inversa. Assim, apenas as partes do aparelho de destilação “colunas de destilação ou de retificação”, classificadas sob o código 8419.90.20, são taxadas a 5%.

Na verdade, isso configura uma impropriedade técnica da tabela, que registra alíquota zero para o aparelho, mas grava em 5% uma parte separada dele. Todavia, cabe ao Poder Executivo, com autorização decorrente do art. 153, § 1º, da Constituição Federal, alterar as alíquotas do IPI. Ao Poder Legislativo, no caso, compete propor a isenção, como corretamente se faz no projeto sob exame.

Este projeto teve uma iniciativa meritória, principalmente por representar a manifestação de vontade do Poder Legislativo em oposição a eventual decisão do Poder Executivo de voltar a tributar os produtos com alíquota positiva.

Como já assinalado no início desta análise, nota-se um pequeno problema de técnica legislativa, que deve ser corrigido por emenda. Sucede que a ementa condiciona a isenção à destinação dos produtos, ao firmar a expressão “destinados a dessalinização de água”. A mesma restrição não foi repetida no articulado do projeto.

Deve-se admitir, em princípio, que os aparelhos visados tenham outras aplicações além de dessalinização de água. Entretanto, as características do IPI aconselham, tanto quanto possível, que se evitem isenções condicionadas à pessoa do consumidor ou ao destino do produto, pois isso cria problemas muito grandes de controle fiscal. Por isso, a compatibilização do texto deve dar-se pela supressão da restrição, na ementa. Por outro lado, a ementa deve mencionar todos os itens objeto da isenção.

III - VOTO

Em face do exposto VOTO pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2009, com a seguinte emenda:

EMENDA N° 1 - CAE

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2009, a seguinte redação:

Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados a aparelhos de destilação e de osmose inversa, bem como a colunas de destilação ou de retificação.

Sala da Comissão, 19 de abril de 2011.

, Presidente


, Relator

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
PROJETO DE LEI DO SENADO FEDERAL Nº 337 DE 2009
TERMINATIVO

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 19 / 4 / 11, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

RELATOR(A):

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DOB, PRB)

DELcídio do Amaral (PT)	1-JOSÉ PIMENTEL (PT)
EDUARDO SUPILY (PT)	2-ANGELA PORTELA (PT)
GLEISI HOFFMANN (PT)	3-MARTA SUPILY (PT)
HUMBERTO COSTA (PT)	4-WELLINGTON DIAS (PT)
LINDBERGH FARIA (PT)	5-JORGE VIANA (PT)
CLÉSIO ANDRADE (PR)	6-BLAIR MAGGI (PR)
JOÃO RIBEIRO (PR)	7-VICENTINHO ALVES (PR)
ACIR GURGACZ (PDT)	8-PEDRO TAQUES (PDT)
LÍDICE DA MATA (PSB)	9-ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)
VANESSA GRAZZIOTIN (PC DO B)	10-INÁCIO ARRUDA (PC DO B)

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

CASILDO MALDANER (PMDB)	1-VITAL DO RÊGO (PMDB)
EDUARDO BRAGA (PMDB)	2-WILSON SANTIAGO (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3-ROMERO JUCÁ (PMDB)
ROBERTO REQUIÃO (PMDB)	4-ANA AMELIA (PP)
EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)	5-WALDEMIR MOKA (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	6-GILVAM BORGES (PMDB)
LOBÃO FILHO (PMDB)	7-BENEDITO DE LIRA (PP)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	8-CIRO NOGUEIRA (PP)
IVO CASSOL (PP)	9-RICARDO FERRAÇO (PMDB)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	1-ALVARO DIAS (PSDB)
CYRO MIRANDA (PSDB)	2-AÉCIO NEVES (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	3-PAULO BAUER (PSDB)
JOSÉ AGripino (DEM)	4-JAYME CAMPOS (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	5-MARIA DO CARMO ALVES (DEM)

PTB

ARMANDO MONTEIRO	1-FERNANDO COLLOR
JOÃO VICENTE CLAUDINO (AUTOR)	2-GIM ARGELLO

PSOL

MARINOR BRITO	1-RANDOLFE RODRIGUES
---------------	----------------------

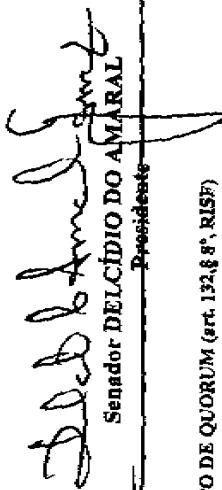
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PLS nº 337 de 2009.

	TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo (PL, PR, PDT, PSB, PC, PDB, PRB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC, PDB, PRB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DELCIÉDIO DO AMARAL (PT)						1-JOSÉ PIMENTEL (PT)				
EDUÁRDO SUPlicy (PT)	X					2-ANGELA PORTELA (PT)				
GISEL Hoffmann (PT)	X					3-MARTA SUPlicy (PT)				
HUMBERTO COSTA (PT)	X					4-WELLINGTON DIAS (PT)				
LINDBERGH PARIAS (PT)	X					5-JORGE VIANA (PT)				
CLÉSIO ANDRADE (PR)	X					6-BLAIR MAGGI (PR)	X			
JOÃO RIBEIRO (PR)						7-VICENTINHO ALVES (PR)				
ACIR GORGACZ (PDT)						8-PEDRO TAQUES (PDT)				
LÍDICE DA MATA (PSB)	X					9-ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)				
VANESSA GRAZZOTIN (PC DO B)	X					10-INACIO ARRUDA (PC DO B)	X			
TITULARES - Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	
CASILDO MALDANER (PMDB)	X				1-VITAL DO REGO (PMDB)					
EDUARDO BRAGA (PMDB)					2-WILSON SANTIAGO (PMDB)					
VALDIR RAUFF (PMDB)					3-ROMERO TUCA (PMDB)					
ROBERTO REQUOLAO (PMDB)					4-ANA AMELIA (PP)					
EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)					5-WALDEMAR MOKA (PMDB)					
LUIZ HENRIQUE (PMDB)					6-GILVAM BORGES (PMDB)					
LOBAO FILHO (PMDB)					7-BENEDITO DE LIRA (PP)					
FRANCISCO DORNELLES (PP)					8-CIRO NOGUEIRA (PP)					
IVO CLASSOL (PP)					9-RICARDO PEREIRA (PMDB)					
TITULARES - Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)					1-ALVARO DIAS (PSDB)					
CYTRONIBRANDA (PSDB)	X				2-AECIO NEVES (PSDB)					
FLEXA RIBEIRO (PSDB)					3-PAULO BAUER (PSDB)					
JOSÉ AQUINO (DEM)					4-JAYME CAMPOS (DEM)					
DEMÓSTENES TORRES (DEM)					5-MARIA DO CARMO ALVES (DEM)					
TITULARES - PTB	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PTB	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	
ARMANDO MONTEIRO					1-PERONAVDO COLOR					
JOÃO VICENTE CLAUDIO (AUTOR)					2-GIL ARGELO					
TITULAR - PSOL	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	
MARINOR BRITO					1-RANDOLFE RODRIGUES					
TOTAL	16	SIM 14	NAO 2	PRES 1	AUTOR 1	ABS 1	PRESIDENTE	1		

SALA DAS REUNIÕES, EM 19 / 4 / 11.

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF).


 Senador DELCÍDIO DO AMARAL
 Presidente

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - Emenda nº 1-CAE apresentada ao PLS nº 337 de 2009.

TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DOB, PRB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco de Apoio ao Governo (PFL, PR, PDT, PSB, PC DOB, PRB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DELCIODIO DO AMARAL (PT)					1-JOSÉ PIMENTEL (PT)				
EDUARDO SUPlicY (PT)	X				2-ANGELA PORTELA (PT)				
GLEISI HOFFMANN (PT)	X				3-MARTA SUPlicY (PT)				
HUMBERTO COSTA (PT)	X				4-WELLINGTON DIAS (PT)				
LINDBERGH FARIA (PT)	X				5-JORGE VIANA (PT)				
CLESTICANDRADE (PR)	X				6-BLAIR MAGGI (PR)	X			
JOAO RIBEIRO (PR)					7-VICENTINHO ALVES (PR)				
ACIR GURGACZ (PDT)					8-PEDRO TAQUES (PDT)				
LIDICE DA MATA (PSB)	X				9-ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)				
VANESSA GRAZZICION (PC DO B)	X				10-INACIO ARRUDA (PC DO B)	X			
TITULARES - Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CASILDO MALDANER (PMDB)	X				1-VITAL DO REGO (PMDB)				
EDUARDO BRAGA (PMDB)					2-WILSON SANTIAGO (PMDB)				
VALDIR RAUPP (PMDB)					3-ROMERO TCUCA (PMDB)	X			
ROBERTO REQUIAO (PMDB)					4-ANA AMELIA (PP)	X			
EUNICO OLIVEIRA (PMDB)					5-WALDEMAR MOKA (PMDB)	X			
LUIZ HENRIQUE (PMDB)					6-GILVAM BORGES (PMDB)	X			
LOBAO FILHO (PMDB)					7-BENEDITO DE LIRA (PP)	X			
FRANCISCO DORNelles (PP)					8-CIRO NOQUEIRA (PP)				
JVO CASSOL (PP)					9-RICARDO FERRAZO (PMDB)				
TITULARES - Bloco Parlamentar - Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar - Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)					1-ALVARO DIAS (PSDB)				
CYRIO MIRANDA (PSDB)	X				2-AECIO NEVES (PSDB)				
FLEXA RIBEIRO (PSDB)					3-PAULO BAUER (PSDB)				
JOSE AGripino (DEM)					4-JAYME CAMPOS (DEM)				
DEMONSTENES TORRES (DEM)					5-MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				
TITULARES - PTB	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PSDB	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ARMANDO MONTERO					1-FERNANDO COLLOR				
JOAO VICENTE CLAUDINO	X				2-GIL ARGELLO				
TITULAR - PSOL	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE PSOL	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARINOR BRITO					1-RANDOLFE RODRIGUES				

TOTAL 16 SIM 15 NAO — PREJ — AUTOR — ABS — PRESIDENTE —SALA DAS REUNIÕES, EM 19 / 4 / 11.
Senador DELCÍDIO DO AMARAL
Presidente

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF)

Delcio Amaro
Senador DELCÍDIO DO AMARAL
Presidente

TEXTO FINAL APRESENTADO AO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 337 DE 2009

Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados a aparelhos de destilação e de osmose inversa, bem como a colunas de destilação ou de retificação.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

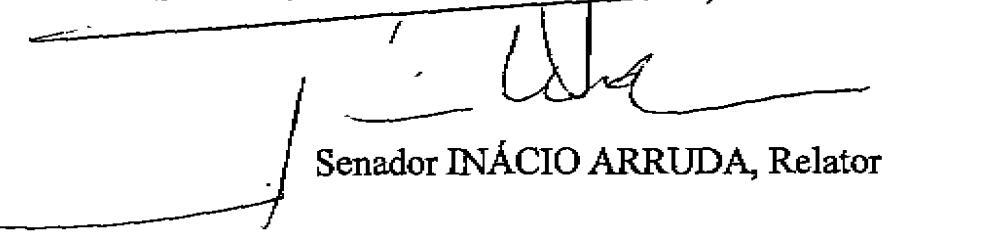
Art. 1º Ficam isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados, até 31 de dezembro de 2014, os aparelhos de destilação, suas partes e acessórios, e os aparelhos de osmose inversa, classificados, respectivamente, nos códigos 8419.40.10, 8419.90.20 e 8421.29.20 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006.

Art. 2º É assegurada a manutenção do crédito relativo às matérias primas, embalagem e material secundário utilizados na fabricação dos produtos de que trata o art. 1º.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 19 de abril de 2011.


Senador DELCÍDIO DO AMARAL, Presidente


Senador INÁCIO ARRUDA, Relator

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Seção III DOS IMPOSTOS DA UNIÃO

Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:

- I - importação de produtos estrangeiros;
- II - exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados;
- III - renda e proventos de qualquer natureza;
- IV - produtos industrializados;
- V - operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários;
- VI - propriedade territorial rural;
- VII - grandes fortunas, nos termos de lei complementar.

§ 1º - É facultado ao Poder Executivo, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas dos impostos enumerados nos incisos I, II, IV e V.

DECRETO N° 6.006, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2006.

Aprova a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI.

Art. 1º É aprovada a anexa Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI.

Art. 2º A TIPI aprovada por este Decreto tem por base a Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM) constante do Decreto nº 2.376, de 12 de novembro de 1997, com alterações posteriores.

OF. 075/2011/CAE

Brasília, 19 de abril de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada nesta data, o Projeto de Lei do Senado nº 337 de 2009, que “concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados a aparelhos de destilação e de osmose inversa, destinados a dessalinização de água”, com a Emenda nº 1-CAE.

Atenciosamente,



Senador DELCÍDIO DO AMARAL

← Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

DOCUMENTO ANEXADO NOS TERMOS DO ART. 250, DO REGIMENTO INTERNO.

RELATÓRIO

RELATOR: Senador JOÃO PEDRO

I – RELATÓRIO

Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 337, de 2009, de autoria do Senador João Vicente Claudino. O art. 1º da proposição torna isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), até 31 de dezembro de 2014, os aparelhos de destilação, suas partes e acessórios, e os aparelhos de osmose inversa, classificados, respectivamente, nos códigos 8419.40.10, 8419.90.20 e 8421.29.20 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006.

No seu art. 2º, o projeto de lei assegura a manutenção do crédito relativo às matérias primas, embalagem e material secundário utilizados na fabricação dos produtos de que trata o art. 1º.

A proposição foi enviada à CMA e à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo à última a decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Compete à CMA, nos termos do art. 102-A, II, *d*, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre matérias atinentes à conservação e gerenciamento do uso dos recursos hídricos.

Consoante o autor da proposição, o processo de dessalinização de água vem sendo utilizado, cada vez mais, nos países de regiões desérticas e clima semi-árido para a produção de água potável. Além disso, foi observado que uma parte das águas subterrâneas que existe no Nordeste possui um pequeno grau de salinidade, necessitando, portanto, a utilização de máquinas de dessalinização de água para possibilitar o consumo humano em épocas de secas.

Nesse contexto, concordamos com o mérito da proposição sob exame, que busca baratear o preço das máquinas utilizadas no processo, por meio de incentivos a sua produção, vislumbrando, com isso, assegurar novas fontes produtoras de água potável. Dessa maneira, será possível preservar os recursos hídricos de boa qualidade disponíveis em regiões onde existe escassez, como é o caso do semi-árido do Nordeste.

III – VOTO

Diante do exposto, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2009.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

PARECERES

NºS 142 A 144, de 2011

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2005, do Senador José Sarney, que *Cria o Fundo Nacional Pró-Leitura, destinado à captação de recursos para atendimento aos objetivos da Lei nº 10.753, de 2003.*

PARECER Nº 142, DE 2011

(Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

RELATOR: Senador MARCO MACIEL

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 294, de 2005, cria o Fundo Nacional Pró-Leitura (FNPL) e dispõe sobre os objetivos, as fontes e a aplicação dos recursos de que trata.

O art. 2º define, em dezenove incisos, os objetivos e o principal intento da proposição, qual seja o de propiciar aos leitores, autores, editores e livreiros as condições para que se cumpram os ditames da Lei nº 10.753, de 2003 – a chamada Lei do Livro –, de forma a garantir ao cidadão o exercício do direito de acesso ao livro, por intermédio de iniciativas que estipula. Dentre elas, destaque-se o apoio aos programas de manutenção e atualização do acervo das bibliotecas públicas, universitárias e escolares, incluídas as obras em Sistema Braille, bem como o apoio aos diversos recursos e programas que contribuem, efetivamente, para incluir o livro e a leitura no cotidiano do brasileiro. O parágrafo único do art. 2º estipula a obrigatoriedade do critério de distribuição regional equitativa dos recursos do FNPL, de forma a estimular a regionalização da produção literária, científica e técnica do País.

No art. 3º, a proposição define a forma de administração do FNPL, a ser exercida pelo Ministério da Cultura (MinC) e seus órgãos de atribuição específica, bem como o mecanismo de aprovação e de acompanhamento do desempenho, do emprego dos recursos financeiros e do resultado dos projetos aprovados pelo MinC.

A natureza, o prazo de duração e a constituição financeira do fundo são definidos no art. 4º, enquanto o art. 5º dispõe que o FNPL financiará até oitenta por cento do custo total de cada projeto, mediante as condições que indica.

O art. 6º do projeto de lei estabelece que a inserção de rubrica orçamentária destinada à modernização e à expansão da rede de bibliotecas públicas, assim como aos programas de incentivo à leitura, deverá ser efetivada, pelo Poder Executivo, por intermédio do FNPL.

A não-aplicação dos recursos financeiros do FNPL por parte dos projetos selecionados sujeitará o infrator às sanções cabíveis, conforme estabelece o art. 7º da proposição.

O art. 8º institui o Conselho de Administração do FNPL e define as suas competências. A constituição do Conselho fica explicitada no art. 9º, dando assento a representantes tanto dos órgãos setoriais do Poder Executivo relacionados ao livro e à leitura quanto dos diferentes segmentos do setor privado e da sociedade civil, que integram a cadeia produtiva do livro ou que, com ela, se relacionem de alguma forma. O § 1º do mencionado art. 9º estabelece que o regimento interno do Conselho será aprovado mediante resolução do seu colegiado.

Por fim, a proposição revoga o art. 17 da Lei nº 10.753, de 2003, que estabelece a obrigatoriedade da inserção de rubrica orçamentária pelo Poder Executivo para financiamento da modernização e expansão do sistema bibliotecário e de programas de incentivo à leitura por meio do Fundo Nacional de Cultura (FNC), mecanismo diversamente previsto no art. 6º do projeto de lei.

O PLS nº 294, de 2005, foi, inicialmente, encaminhado à análise da Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania, de onde seria enviado à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, para decisão terminativa.

Entretanto, no sentido de atender ao disposto no Requerimento nº 1.080, de 2005, subscrito pelo Senador Gerson Camata e aprovado pelo Plenário, a proposição foi preliminarmente encaminhada à Comissão de Educação, onde, atualmente, é examinada.

II – ANÁLISE

Nos termos do inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar a respeito de proposições que versem sobre normas gerais da educação, da cultura, do ensino e dos desportos.

Nesse sentido, é pertinente e oportuna a análise da Comissão de Educação sobre o PLS nº 294, de 2005, por versar sobre a constituição do Fundo Nacional Pró-Leitura, tema afeto às áreas da educação e da cultura. Embora a matéria envolva questões que demandam o exame específico das comissões para as quais foi originalmente distribuída, é indispensável que a Comissão de Educação se pronuncie sobre o mérito da proposição, em cumprimento às suas competências regimentais.

De início, é mister constatar que, atualmente, observa-se a promissora escalada do livro e da leitura ao patamar de *política de Estado*.

Nesse sentido, iniciativa governamental recente, encabeçada pelos Ministérios da Cultura e da Educação, veio acrescentar esforços aos projetos já existentes, voltados para a ampliação do acesso do estudante e do cidadão brasileiro ao livro. O programa *Viva Leitura* – nome dado, no Brasil, ao Ano Ibero-Americano da Leitura, celebrado, no decorrer de 2005, em 21 países da Europa e das Américas – tem desempenhado o importante papel de implementar a *Política Nacional do Livro, Leitura e Bibliotecas*, de alcance nacional, com calendário em andamento. A iniciativa, que constitui a primeira

ação do *Plano Nacional do Livro e da Leitura*, é viabilizada não apenas pelo Estado, mas, também, pela iniciativa privada e pelo terceiro setor. Um dos objetivos do Plano é, justamente, fomentar parcerias e criar iniciativas próprias dos órgãos setoriais dos Entes Federados.

Outra iniciativa governamental, na mesma direção, merece destaque: a recente desoneração fiscal do livro, por intermédio da Lei nº 11.033, de 2004, que deverá contribuir para a transformação da leitura em política pública.

Convém lembrar que a legítima aspiração de transformar o Brasil em um País de leitores só se tornou possível a partir da instituição da Política Nacional do Livro, por intermédio da Lei nº 10.753, de 2003, a chamada Lei do Livro.

Por fim, destaque-se que, apesar do vulto das ações mencionadas, o setor se ressente da ausência de um fundo específico que fomente os programas e as ações relacionadas à meta a ser alcançada. Assim, em boa hora, o Senado Federal, por intermédio do projeto de lei em exame, se associa às importantes iniciativas em curso, propondo a criação do Fundo Nacional Pró-Leitura.

A nosso ver, não restam dúvidas de que a instituição do FNPL virá garantir a implementação de programas e a sustentação de projetos relacionados ao fomento da leitura no País de forma mais independente e mais ágil. A importância e a vitalidade da política do livro impõem a existência de aporte financeiro específico, desatrelado do Fundo Nacional de Cultura (FNC), instituído pela Lei nº 8.313, de 1991 – a chamada Lei Rouanet –, que, apesar de sua importância, não conta com recursos suficientes para a subvenção dos inúmeros projetos provenientes do amplo leque integrado pelos diferentes setores da área cultural.

III – VOTO

Pelo exposto, pronunciamos-nos favoravelmente ao mérito do Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2005, e votamos por sua aprovação.

Sala da Comissão, 13 de dezembro de 2005.



, Presidente



, Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 294/05 NA REUNIÃO DE 13/12/105
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:

(Senador Gerson Camata)

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- (VAGO)
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
GERALDO MESQUITA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE	10- JUVÊNCIO DA FONSECA

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
ÍRIS DE ARAÚJO	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
GERSON CAMATA	4- (VAGO)
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- (VAGO)
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBiasi	8- JOÃO RIBEIRO

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------

PARECER Nº 143, DE 2011
(Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

RELATOR: Senador ALGUSTO BOTELHO

I – RELATÓRIO

Por intermédio do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 294, de 2005, o Senador José Sarney, propõe seja criado o Fundo Nacional Pró-Leitura (FNPL), para viabilizar as políticas previstas na Lei nº 10.753, de 2003 (Política Nacional do Livro).

Composto por onze artigos, o projeto define, no primeiro, o objeto da proposição; e, no segundo, enumera, em dezenove incisos, os objetivos do FNPL, todos vinculados à promoção das políticas do livro e da leitura.

Para se beneficiarem dos recursos, os interessados devem encaminhar projetos ao órgão gestor, encarregado de apreciar o mérito das propostas, acompanhar e avaliar os resultados obtidos (art. 3º), sendo que cada uma delas pode ter até 80% (oitenta por cento) de seus custos financiados pelo FNPL (art. 5º).

Pelo disposto no art. 6º do projeto, os recursos para financiamento da modernização e expansão do sistema bibliotecário e de programas de incentivo à leitura passarão para a alçada do FNPL.

As eventuais penalidades pela não-aplicação correta dos recursos do FNPL estão determinadas no art. 7º.

O FNPL é de natureza contábil, com prazo indeterminado de duração, e funciona sob as formas de apoio a fundo perdido ou de empréstimos reembolsáveis. Seus recursos provirão do Tesouro Nacional, de doações, legados, subvenções e auxílios, e outras fontes. Isso é o que dispõe o art. 4º do projeto.

A gestão do Fundo caberá ao Ministério da Cultura (MinC), por intermédio de um Conselho de Administração, com a descrição de suas atribuições (arts. 3º, 8º e 9º).

O art. 10 estipula a vigência da lei após sua publicação. Para fins de harmonização da legislação, o art. 11 propõe a revogação do art. 17 da Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, uma vez que aquele dispositivo fazia referência ao Fundo Nacional de Cultura. Tendo em vista que passa a existir um fundo próprio para a política da leitura, não faz sentido mais aquela determinação.

Com despacho inicial para a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), a matéria mereceu acatamento, em sua integralidade, sem qualquer emenda. Após a apreciação da CCJ, a proposição será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para decisão terminativa.

Nesta Comissão, não foram oferecidas emendas.

Em despacho anterior, o Senador Edison Lobão foi nomeado relator desta matéria, tendo oferecido minuta de parecer, o qual não chegou a ser apreciado em função de o parlamentar haver se afastado desta Comissão. Entretanto, dada a acuidade do documento, incorporamos aqui trechos substanciais deste.

II – ANÁLISE

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal (RJSF) compete à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria (art. 101, inciso II, alínea f).

No que respeita à constitucionalidade, a proposição atende aos requisitos estipulados pela Constituição Federal (CF), uma vez que é vedada a instituição de fundos de qualquer natureza sem prévia autorização legislativa (art. 167, IX).

Há quem defenda, com base no art. 165, § 9º, II, da CF que as leis de criação de fundo sejam de natureza “complementar”. Entretanto, até que seja editada lei complementar prevista nesse dispositivo, continuam em vigor as disposições da Lei nº 4.320, de 1964 (arts. 71 a 74), recepcionada nessa categoria. A criação de um determinado fundo, por sua vez, deve ser mesmo feita por lei ordinária, tal como veiculado pelo presente projeto.

Observe-se, ainda, que o art. 23, V, da Constituição Federal fixa a competência comum da União e dos demais entes federados de *proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência*. Já o art. 24, IX, determina a competência da União, Estados e do Distrito Federal para legislar concorrentemente sobre educação e cultura. Vê-se, portanto, que a criação do FNPL insere-se adequadamente na competência da União.

Ademais, os propósitos do projeto guardam perfeita adequação com o disposto nos arts. 215 e 216, § 3º, da Carta Magna, segundo os quais o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará a valorização e a difusão das manifestações culturais, além de estabelecer incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

Por seu inegável mérito e constitucionalidade, a matéria deve ser aprovada. Entretanto, propomos algumas emendas tanto para a maior clareza da proposição, quanto para aperfeiçoar a técnica legislativa.

As emendas que promovemos aos arts. 3º e 7º têm como objetivo deixar claro que o FNPL é instrumento de suporte à Política Nacional do Livro, razão pela qual deve ser gerido pelo mesmo órgão que dela se encarrega. Além disso, não é conveniente a atribuição a um órgão específico do Poder Executivo, como originalmente previsto, não só porque pode significar ofensa ao princípio da separação dos Poderes, mas também porque enseja um engessamento desnecessário, visto que os propósitos do fundo são permanentes, mas a estrutura do Poder Executivo pode mudar de uma hora para outra, ao sabor das reformas administrativas.

A alteração do art. 6º faz-se necessária em vista da reserva de iniciativa do Poder Executivo em matéria orçamentária (art. 165 da CF). Por isso, substitui-se o comando de inserção de rubrica orçamentária pelo Poder Executivo, pela indicação do FNPL como mecanismo mais adequado para o financiamento dos objetivos ali previstos.

Finalmente, as duas últimas emendas referem-se aos arts. 8º e 9º do projeto, pelos quais, respectivamente, se institui o Conselho de Administração do FNPL (órgão colegiado integrante da estrutura do Ministério da Cultura) e se determina sua composição. No caso, constata-se afronta à reserva de iniciativa do Presidente da República, prevista no art. 61, § 1º, II, e, combinado com o art. 84, VI, a, ambos da Constituição Federal. Por isso, a redação que oferecemos atribui ao regulamento, a ser editado, a prerrogativa de estabelecer o órgão encarregado de definir as diretrizes para aplicação dos recursos do FNPL e decidir sobre a aprovação de projetos. Para conferir maior legitimidade às decisões, propõe-se que tal órgão seja colegiado, com participação de representantes da sociedade e dos segmentos da cadeia produtiva do livro.

III – VOTO

Pelo exposto, somos pela aprovação do PLS nº 294 de 2005, com as emendas a seguir apresentadas.

EMENDA N° – CCJ

Dê-se ao *caput* e §§ 1º, 5º e 7º do art. 3º do PLS nº 294, de 2005, a seguinte redação:

“Art. 3º O FNPL será gerido pelo órgão encarregado da Política Nacional do Livro, conforme regulamento.

§ 1º Os projetos previstos nesta Lei serão apresentados ao órgão gestor, acompanhados do orçamento analítico, que o submeterá ao colegiado previsto no art. 8º, para aprovação de seu enquadramento nos objetivos do FNPL.

.....
§ 5º Os recursos do FNPL não poderão ser utilizados para despesas de manutenção administrativa do órgão gestor ou qualquer outro órgão ou entidade da administração pública, permitida a aquisição ou locação de equipamentos e bens necessários ao cumprimento das finalidades do Fundo.

.....
§ 7º As instituições públicas ou privadas recebedoras de recursos do FNPL e executoras de projetos culturais cuja avaliação final não for aprovada pelo órgão gestor, nos termos do § 6º, ficarão inabilitadas pelo prazo de três anos ao recebimento de novos recursos, ou enquanto o órgão gestor não proceder a reavaliação do parecer inicial.”

EMENDA N° – CCJ

Dê-se ao art. 6º do PLS nº 294, de 2005, a seguinte redação:

“Art. 6º O financiamento da modernização e expansão do sistema bibliotecário e de programas de incentivo à leitura será feito, preferencialmente, por meio do FNPL.”

EMENDA N° . – CCJ

Dê-se ao art. § 2º do art. 7º do PLS nº 294, de 2005, a seguinte redação:

“Art. 7º

§ 2º A existência de pendências ou irregularidades na execução de projetos do proponente junto ao órgão gestor suspenderá a análise ou concessão de novos incentivos, até a efetiva regularização.”

EMENDA N° . – CCJ

Dê-se ao art. 8º do PLS nº 294, de 2005, a seguinte redação:

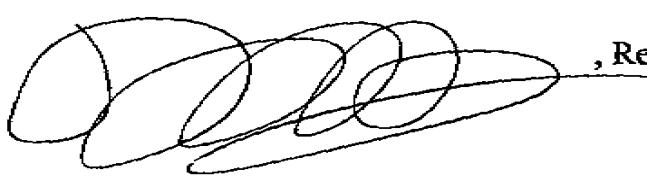
“Art. 8º O regulamento estabelecerá o órgão colegiado encarregado de definir as diretrizes para aplicação dos recursos do FNPL e decidir sobre a aprovação dos projetos, com participação de representantes dos segmentos organizados da cadeia produtiva do livro e da sociedade, especialmente os editores, distribuidores, varejistas, criadores, bibliotecários e especialistas em leitura.”

EMENDAS Nº 5 – CCJ

Suprime-se o art. 9º do PLS nº 294, de 2005, renumerando-se os demais.

Sala da Comissão, 9 de junho de 2010.

, Presidente
Sen. DEMÓSTENES TORRES



, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 294 DE 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 09/06/2010, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: SÉN. DEMÓSTENES TORRES

RELATOR: SÉN. AUGUSTO BOTELHO

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)

SERYS SLHESSARENKO	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE	2. AUGUSTO BOTELHO
EDUARDO SUPLICY	3. MARCELO CRIVELLA
ANTONIO CARLOS VALADARES	4. INÁCIO ARRUDA
IDELI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES
TIÃO VIANA	6. MARINA SILVA (PV)

MAIORIA (PMDB, PP)

PEDRO SIMON	1. ROMERO JUCÁ
ALMEIDA LIMA	2. RENAN CALHEIROS
GILVAM BORGES	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES	4. HÉLIO COSTA
VALTER PEREIRA	5. VALDIR RAUPP
EDISON LOBÃO	6. NEUTO DE CONTO

BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)

KÁTIA ABREU	1. EFRAIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES	2. ADELMIRO SANTANA
JAYMÉ CAMPOS	3. RAJMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL	4. JOSÉ AGripino
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS	6. EDUARDO AZEREDO
JARBAS VASCONCELOS	7. MARCONI PERILLO
LÚCIA VÂNIA	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI	9. FLEXA RIBEIRO

PTB

ROMEU TUMA	1. GIM ARGELLO
------------	----------------

PDT

OSMAR DIAS	1. PATRÍCIA SABOYA
------------	--------------------

PARECER Nº 144, DE 2011
(Da Comissão de Assuntos Econômicos)

RELATOR: Senador INÁCIO ARRUDA

I – RELATÓRIO

Submete-se à análise desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2005, de autoria do Senador JOSÉ SARNEY, que propõe seja criado o Fundo Nacional Pró-Leitura (FNPL), para viabilizar a Política Nacional do Livro, instituída pela Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003.

O art. 1º define que a lei dispõe sobre o fundo, seus objetivos, fontes e aplicação dos recursos.

O art. 2º enumera, em dezenove incisos, os objetivos do FNPL, todos vinculados à promoção das políticas do livro e da leitura. O seu parágrafo único estipula a obrigatoriedade do critério de distribuição regional equitativa dos recursos do fundo.

O art. 3º define que o fundo será administrado pelo Ministério da Cultura e gerido pelo órgão encarregado da Política Nacional do Livro, Leitura e Bibliotecas. Para se beneficiarem dos recursos, os interessados devem encaminhar projetos ao órgão gestor, encarregado de apreciar o mérito das propostas, acompanhar e avaliar os resultados obtidos.

O art. 4º define que o FNPL é fundo de natureza contábil, com prazo indeterminado de duração, e funcionará sob as formas de apoio a fundo perdido ou de empréstimos reembolsáveis. Seus recursos provirão do Tesouro Nacional, de doações, legados, subvenções e auxílios, reembolso das operações de empréstimo e outras fontes.

Os arts. 5º a 7º estabelecem que o fundo financiará até oitenta por cento do custo total de cada projeto, mediante as condições que indica, e consignará rubrica orçamentária destinada a modernização e expansão da rede de bibliotecas públicas, assim como a programas de incentivo à leitura. A não-aplicação dos recursos destinados a projetos, de acordo com as condições da lei, sujeitará o infrator ao ressarcimento dos recursos recebidos e às sanções legais cabíveis.

Os arts. 8º e 9º instituem o Conselho de Administração do FNPL, órgão colegiado integrante do Ministério da Cultura, e definem sua competência e sua composição.

O art. 10 estipula a vigência da lei após sua publicação. Para fins de harmonização da legislação, o art. 11 propõe a revogação do art. 17 da Lei nº 10.753, de 2003, uma vez que aquele dispositivo fazia referência ao Fundo Nacional de Cultura. Tendo em vista que passa a existir um fundo próprio para a política da leitura, não faz sentido mais aquela determinação.

O projeto foi inicialmente distribuído às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos, cabendo à última proferir decisão terminativa.

Entretanto, a proposição foi preliminarmente encaminhada à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para atender ao Requerimento nº 1.080, de 2005, do Senador GERSON CAMATA, aprovado pelo Plenário em 9 de novembro de 2005.

Nessa última Comissão, o projeto foi distribuído ao Senador MARCO MACIEL, que emitiu relatório favorável à matéria, aprovado na reunião de 13 de dezembro de 2005.

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o projeto foi distribuído ao Senador AUGUSTO BOTELHO, que emitiu relatório pela aprovação da matéria, com cinco emendas que apresentou, aprovado na reunião de 9 de junho de 2010.

Encaminhado a esta Comissão, coube a mim a honra de relatá-lo.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno, examinar a matéria sob os seus aspectos econômico e financeiro e sobre ela emitir parecer.

Em relação ao mérito, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte já se manifestou favoravelmente ao projeto em exame.

Os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria foram detidamente analisados na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que também se manifestou favoravelmente ao projeto.

Com efeito, não há empecilho de ordem constitucional no tocante à iniciativa dessa lei por membro do Senado Federal, nos termos do art. 61 da Constituição. Também não há óbice quanto à atribuição do Congresso Nacional para dispor sobre matéria de competência da União, referente a educação e cultura, nos termos do art. 24, IX, da Lei Maior.

Cabe ressaltar, em especial, que a proposição atende ao requisito estipulado pela Constituição Federal, que veda em seu art. 167, IX, a instituição de fundos de qualquer natureza sem prévia autorização legislativa.

A proposição também atende aos requisitos de regimentalidade e de técnica legislativa, em especial da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração e redação das leis.

Não obstante, o parecer aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania propõe cinco emendas ao projeto, tanto para aperfeiçoar a técnica legislativa quanto para evitar questionamentos de constitucionalidade.

Consideramos que essas emendas são apropriadas, especialmente para evitar a afronta à reserva de iniciativa do Presidente da República na criação de órgãos da administração pública, prevista no art. 61, § 1º, II, e, combinado com o art. 84, VI, a, ambos da Constituição Federal. O mesmo pode-se dizer em relação à reserva de iniciativa em matéria orçamentária, prevista no art. 165, *caput*, da Carta Magna.

Ademais, essas emendas acertadamente retiram a atribuição a um órgão específico do Poder Executivo, não só porque pode significar ofensa ao princípio da separação dos Poderes, mas também porque enseja um engessamento desnecessário do texto da lei. Cabe lembrar que os propósitos do fundo são permanentes, mas a estrutura do Poder Executivo pode ser alterada por reformas administrativas.

Em relação aos aspectos econômico e financeiro, não há problemas na lei proposta. Cabe salientar que o FNPL não institui vinculação de recursos de impostos, o que é vedado pelo art. 167, IV, da Constituição Federal. Ademais, os recursos do Tesouro Nacional que seriam destinados ao fundo já estão atualmente consignados em ações do orçamento do Ministério da Cultura.

Com efeito, a lei orçamentária para 2010 traz o programa *Livro Aberto*, ao qual estão autorizados R\$ 207 milhões, a maior parte destinados às ações *Fomento de Projetos Culturais na Área do Livro e Instalação e Modernização de Bibliotecas Públicas*.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2005, com as Emendas nºs 1- CCJ a 5-CCJ.

Sala da Comissão, 19 de abril de 2011.


, Presidente


, Relator

DECISÃO DA COMISSÃO

REUNIDA A COMISSÃO EM 19/4/11, COLOCADO EM VOTAÇÃO, A COMISSÃO APROVA O PROJETO COM AS EMENDAS N°S 01 A 05-CCJ-CAE, POR 14 (QUATORZE) VOTOS FAVORÁVEIS, NENHUM CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO.

EMENDA N° 1-CCJ-CAE

Dê-se ao *caput* e §§ 1º, 5º e 7º do art. 3º do PLS nº 294, de 2005, a seguinte redação:

“Art. 3º O FNPL será gerido pelo órgão encarregado da Política Nacional do Livro, conforme regulamento.

§ 1º Os projetos previstos nesta Lei serão apresentados ao órgão gestor, acompanhados do orçamento analítico, que o submeterá ao colegiado previsto no art. 8º, para aprovação de seu enquadramento nos objetivos do FNPL.

§ 5º Os recursos do FNPL não poderão ser utilizados para despesas de manutenção administrativa do órgão gestor ou qualquer outro órgão ou entidade da administração pública, permitida a aquisição ou locação de equipamentos e bens necessários ao cumprimento das finalidades do Fundo.

§ 7º As instituições públicas ou privadas recebedoras de recursos do FNPL e executoras de projetos culturais cuja avaliação final não for aprovada pelo órgão gestor, nos termos do § 6º, ficarão inabilitadas pelo prazo de três anos ao recebimento de novos recursos, ou enquanto o órgão gestor não proceder a reavaliação do parecer inicial.”

EMENDA N° 2-CCJ-CAE

Dê-se ao art. 6º do PLS nº 294, de 2005, a seguinte redação:

“Art. 6º O financiamento da modernização e expansão do sistema bibliotecário e de programas de incentivo à leitura será feito, preferencialmente, por meio do FNPL.”

EMENDA N° 3-CCJ-CAE

Dê-se ao art. § 2º do art. 7º do PLS nº 294, de 2005, a seguinte redação:

“Art. 7º

.....
§ 2º A existência de pendências ou irregularidades na execução de projetos do proponente junto ao órgão gestor suspenderá a análise ou concessão de novos incentivos, até a efetiva regularização.”

EMENDA N° 4-CCJ-CAE

Dê-se ao art. 8º do PLS nº 294, de 2005, a seguinte redação:

“Art. 8º O regulamento estabelecerá o órgão colegiado encarregado de definir as diretrizes para aplicação dos recursos do FNPL e decidir sobre a aprovação dos projetos, com participação de representantes dos segmentos organizados da cadeia produtiva do livro e da sociedade, especialmente os editores, distribuidores, varejistas, criadores, bibliotecários e especialistas em leitura.”

EMENDA N° 5-CCJ-CAE

Suprime-se o art. 9º do PLS nº 294, de 2005, renumerando-se os demais.

Sala das Comissões, em 19 de abril de 2011.


Senador DELCÍDIO DO AMARAL

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
PROJETO DE LEI DO SENADO FEDERAL Nº 294 DE 2005
TERMINATIVO

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 19 / 4 / 11, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: *Dilma Rousseff*

RELATOR(A): *Fábio Carneiro*

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DOB, PRB)

DELcídio do Amaral (PT)	1-JOSÉ PIMENTEL (PT)
EDUARDO SUPlicy (PT)	2-ANGELA PORTELA (PT)
GLEISI HOFFMANN (PT)	3-MARTA SUPlicy (PT)
HUMBERTO COSTA (PT)	4-WELLINGTON DIAS (PT)
LINDBERGH FARIA (PT)	5-JORGE VIANA (PT)
CLÉSIO ANDRADE (PR)	6-BLAIRO MAGGI (PR)
JOÃO RIBEIRO (PR)	7-VICENTINHO ALVES (PR)
ACIR GURGACZ (PDT)	8-PEDRO TAQUES (PDT)
LÍDICE DA MATA (PSB)	9-ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)
VANESSA GRAZZIOTIN (PC DO B)	10-INÁCIO ARRUDA (PC DO B)

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

CASILDO MALDANER (PMDB)	1-VITAL DO RÉGO (PMDB)
EDUARDO BRAGA (PMDB)	2-WILSON SANTIAGO (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3-ROMERO JUCÁ (PMDB)
ROBERTO REQUIÃO (PMDB)	4-ANA AMELIA (PP)
EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)	5-WALDEMIR MOKA (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	6-GILVAM BORGES (PMDB)
LOBÃO FILHO (PMDB)	7-BENEDITO DE LIRA (PP)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	8-CIRO NOGUEIRA (PP)
IVO CASSOL (PP)	9-RICARDO FERRAÇO (PMDB)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	1-ALVARO DIAS (PSDB)
CYRO MIRANDA (PSDB)	2-AÉCIO NEVES (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	3-PAULO BAUER (PSDB)
JOSÉ AGripino (DEM)	4-JAYME CAMPOS (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	5-MARIA DO CARMO ALVES (DEM)

PTB

ARMANDO MONTEIRO	1-FERNANDO COLLOR
JOÃO VICENTE CLAUDINO	2-GIM ARGELLO

PSOL

MARINOR BRITO	1-RANDOLFE RODRIGUES
---------------	----------------------

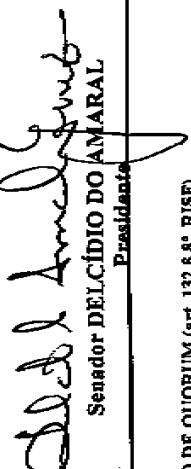
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PLS nº 294 de 2005.

	TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DOB, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DOB, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DELCIÓDO AMARAL (PT)	X					1-JOSÉ PIMENTEL (PT)				
EDUARDO SUPlicy (PT)	X					2-ANGELA PORTELA (PT)				
GLEISIHOFFMANN (PT)						3-MARTA SUPlicy (PT)				
HUMBERTO COSTA (PT)	X					4-WELLINGTON DIAS (PT)				
LINDBERGH FARIA (PT)	X					5-JORGE VIANA (PT)	X			
CLESIO ANDRADE (PR)	X					6-BLAIR O MAGGI (PR)				
JOÃO RIBEIRO (PR)						7-VICENTE ALVES (PR)				
ACIR GURGacz (PDT)	X					8-PEDRO TAQUES (PDT)				
LIDICE DA MATA (PSB)	X					9-ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	X			
VANESSA GRAZZIOTIN (PC DO B)	X					10-INACIO ARRUDA (PC DO B)	X			
TITULARES - Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO		SUPLENTES - Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CASILDO MALDANER (PMDB)	X					1-VITAL DO REGO (PMDB)				
EDUARDO BRAGA (PMDB)						2-WILSON SANTIAGO (PMDB)				
VALDIR RAUPP (PMDB)						3-ROMERO JUCA (PMDB)	X			
ROBERTO REQUIÃO (PMDB)						4-ANA AMELIA (PP)				
EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)	X					5-WALDEMAR MORA (PMDB)	X			
LUIZ HENRIQUE (PMDB)						6-GILVÂNIO BORGES (PMDB)				
LOBAO FILHO (PMDB)						7-BENEDITO DE LIRA (PP)	X			
FRANCISCO DORNELLES (PP)						8-CIRO NOGUEIRA (PP)				
IVO CASSOL (PP)						9-RICARDO FERRAZO (PMDB)				
TITULARES - Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO		SUPLENTES - Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALÓYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)						1-ALVARO DIAS (PSDB)				
CYRO MIRANDA (PSDB)	X					2-ABÉCIO NEVES (PSDB)				
FLEXA RIBEIRO (PSDB)						3-PAULO BAUER (PSDB)				
JOSE AGripIno (DEM)						4-JAYME CAMPOS (DEM)				
DEMostenes TORRES (DEM)						5-MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				
TITULARES - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO		SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ARMANDO MONTEIRO						1-FERNANDO COLLOR				
JOÃO VICENTE CLAUDINO	X					2-GIL ARGELLO				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO		SUPLENTE - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARINOR BRITO						1-RANDOLFE RODRIGUES				

TOTAL 15 SIM 11 NÃO 2 PREJ 7 AUTOR 2 ABS 1 PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 14 / 4 / 11.



Senador DELCIÓDO AMARAL
Presidente

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF)

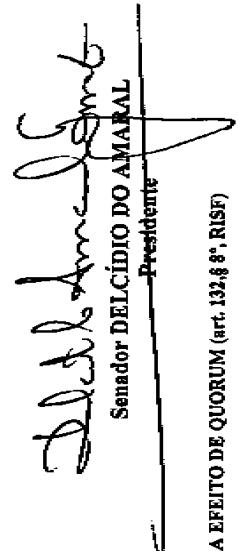
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - Emendas nº's 1 a 5-CCJ-CAE apresentadas ao PLS nº 294 de 2005.

TITULARES - Bloco do Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC, DOB, PRB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco do Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC, DOB, PRB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DELCIPIO DO AMARAL (PT)	X				1-JOSÉ PIMENTEL (PT)				
EDUARDO SUPlicy (PT)	X				2-ANGELA PORTELA (PT)				
GLEISI HOFFMANN (PT)	X				3-MARTA SUPlicy (PT)				
HUMBERTO COSTA (PT)	X				4-WELLINGTON DIAS (PT)				
LINDBERGH FARIA (PT)	X				5-JORGE VIANA (PT)				
CLESIO ANDRADE (PR)	X				6-BLAIR MAGGI (PR)	X			
JOAO RIBEIRO (PR)					7-VICENTINHO ALVES (PR)				
ACIR GURGACEZ (PDT)					8-PEDRO TAQUES (PDT)				
LIDICE DA MATA (PSB)	X				9-ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	X			
VANESSA GRAZZIOTIN (PC DO B)	X				10-INACIO ARRUDA (PC DO B)	X			
TITULARES - Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CASILDO MALDANER (PMDB)	X				1-VITAL DO REGO (PMDB)				
EDUARDO BRAGA (PMDB)					2-WILSON SANTIAGO (PMDB)				
VALDIR RAUPE (PMDB)					3-ROMERO JUCA (PMDB)	X			
ROBERTO REQUIAO (PMDB)					4-ANA AMELIA (PP)				
EUNICO OLIVEIRA (PMDB)	X				5-WALDEMAR MOKA (PMDB)	X			
LUIZ HENRIQUE (PMDB)					6-GILVAM BORGES (PMDB)				
LOBAO FILHO (PMDB)					7-BENEDITO DE LIRA (PP)	X			
FRANCISCO DORNelles (PP)					8-CIRO NOGUEIRA (PP)				
IVO CASSOL (PP)					9-RICARDO TERRACO (PMDB)				
TITULARES - Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	X				1-ALVARO DAS (PSDB)				
CYRO MIRANDA (PSDB)					2-AECIO NEVES (PSDB)				
FLEXA RIBEIRO (PSDB)					3-PAULO BAUER (PSDB)				
JOSE AGripino (DEM)					4-JAYME CAMPOS (DEM)				
DEMOSTENES TORRES (DEM)					5-MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				
TITULARES - PTB	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ARMANDO MONTEIRO					1-FERNANDO COLLOR				
JOAO VICENTE CLAUDINO	X				2-GIL ARGELLO				
TITULAR - PSOL	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARINOR BRITO					1-RANDOLFE RODRIGUES				

TOTAL _1_ SIM _14_ NAO _—_ PREL _—_ AUTOR _—_ ABS _—_ PRESIDENTE _L_

SALA DAS REUNIÕES, EM 14 / 4 / 11.



Senador DELCÍDIO DO AMARAL
Presidente

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF)

TEXTO FINAL APRESENTADO AO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 294 DE 2005

Cria o Fundo Nacional Pró-Leitura, destinado à captação de recursos para atendimento aos objetivos da Lei nº 10.753, de 2003 (Política Nacional do Livro).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o Fundo Nacional Pró-Leitura (FNPL), seus objetivos, fontes e aplicação dos respectivos recursos.

Art. 2º Fica criado o Fundo Nacional Pró-Leitura (FNPL), com o objetivo de captar e destinar recursos para projetos que tenham por objetivo:

I – propiciar aos leitores, autores, editores, distribuidores e livreiros as condições necessárias ao cumprimento do disposto na Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, que Institui a Política Nacional do Livro;

II – assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro;

III – fomentar e apoiar a produção, a edição, a difusão, a distribuição e a comercialização do livro;

IV – estimular a produção intelectual dos escritores e autores brasileiros tanto de obras científicas como culturais;

V – propiciar os meios para fazer do Brasil um grande centro editorial;

VI – ampliar a exportação de livros nacionais;

VII – apoiar programas, em bases regulares, para a exportação e venda de livros brasileiros em feiras e eventos internacionais;

VIII – apoiar a livre circulação do livro no País;

IX – instalar e ampliar no País livrarias, bibliotecas e pontos de venda do livro;

X – assegurar às pessoas com deficiência visual o acesso à leitura;

XI – apoiar os editores e o sistema de distribuição do livro;

XII – apoiar programas de ampliação do número de livrarias e pontos de venda no País.

XIII – apoiar programas para manutenção e atualização do acervo das bibliotecas públicas, universitárias e escolares, incluídas as obras em Sistema Braille;

XIV – promover e incentivar o hábito da leitura;

XV – apoiar projetos de acesso ao livro e incentivo à leitura e ampliar os já existentes;

XVI – apoiar programas de incentivo à leitura que tenham a participação de entidades públicas e privadas;

XVII – apoiar projetos de leitura de textos de literatura nas escolas;

XVIII – apoiar projetos de leitura diária nas escolas;

XIX – capacitar as pessoas que trabalham nos setores editorial, gráfico e livreiro em todo o território nacional;

Parágrafo único. Na gestão dos recursos do FNPL serão levados em conta a distribuição regional equitativa dos recursos a serem aplicados na execução de projetos e programas, como forma de estímulo à regionalização da produção literária, técnica e científica.

Art. 3º O FNPL será gerido pelo órgão encarregado da Política Nacional do Livro, conforme regulamento.

§ 1º Os projetos previstos nesta Lei serão apresentados ao órgão gestor, acompanhados do orçamento analítico, que o submeterá ao colegiado previsto no art. 8º, para aprovação de seu enquadramento nos objetivos do FNPL.

§ 2º Os recursos do FNPL somente serão aplicados em projetos culturais após aprovados, com parecer do órgão gestor.

§ 3º A aprovação somente terá eficácia após publicação de ato oficial contendo o título do projeto aprovado, a instituição por ele responsável e o valor autorizado.

§ 4º Os projetos aprovados serão acompanhados e avaliados tecnicamente pelo órgão gestor que, se necessário, utilizará peritos na análise e emissão de parecer sobre os projetos, permitida a indenização de despesas com seu deslocamento, quando houver, e o pagamento de pró-labore e ajuda de custos pela realização de tarefa, conforme definido no regulamento.

§ 5º Os recursos do FNPL não poderão ser utilizados para despesas de manutenção administrativa do órgão gestor ou qualquer outro órgão ou entidade da administração pública, permitida a aquisição ou locação de equipamentos e bens necessários ao cumprimento das finalidades do Fundo.

§ 6º Ao término de cada projeto, o órgão gestor efetuará uma avaliação final, de forma a verificar a fiel aplicação dos recursos, observadas as normas e procedimentos a serem definidos no regulamento desta Lei, bem como a legislação em vigor.

§ 7º As instituições públicas ou privadas recebedoras de recursos do FNPL e executoras de projetos culturais cuja avaliação final não for aprovada pelo órgão gestor, nos termos do § 6º, ficarão inabilitadas pelo prazo de três anos ao recebimento de novos recursos, ou enquanto o órgão gestor não proceder a reavaliação do parecer inicial.

Art. 4º O FNPL é um fundo de natureza contábil, com prazo indeterminado de duração, que funcionará sob as formas de apoio a fundo perdido ou de empréstimos reembolsáveis, conforme dispuser o regulamento, e constituído dos seguintes recursos:

I – recursos do Tesouro Nacional;

II – doações, nos termos da legislação vigente;

III – legados;

IV – subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza, inclusive de organismos internacionais;

V – reembolso das operações de empréstimo realizadas por meio do fundo, a título de financiamento reembolsável, observados critérios de remuneração que, no mínimo, lhes preserve o valor real;

VI – resultado das aplicações em títulos públicos federais, obedecida a legislação vigente sobre a matéria;

VII – saldos de exercícios anteriores;

VIII – recursos de outras fontes.

Art. 5º O FNPL financiará até oitenta por cento do custo total de cada projeto, mediante comprovação, por parte do proponente, ainda que pessoa jurídica de direito público, da circunstância de dispor do montante remanescente ou estar habilitado à obtenção do respectivo financiamento, por outra fonte devidamente identificada, exceto quanto aos recursos com destinação especificada na origem.

§ 1º Poderão ser considerados, para efeito de totalização do valor restante, bens e serviços oferecidos pelo proponente para implementação do projeto, a serem devidamente avaliados pelo órgão gestor.

§ 2º Os recursos dos projetos apoiados pelo FNPL serão depositados e movimentados em conta bancária específica, em nome do beneficiário, e a respectiva prestação de contas deverá ser feita nos termos do regulamento da presente Lei.

Art. 6º O financiamento da modernização e expansão do sistema bibliotecário e de programas de incentivo à leitura será feito, preferencialmente, por meio do FNPL.

Art. 7º A não-aplicação dos recursos do FNPL de acordo com o disposto nesta Lei, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, sujeita o(s) titular(es) do projeto apoiado ao pagamento do valor atualizado dos recursos recebidos, além das penalidades e demais acréscimos previstos na legislação que rege a espécie.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, considera-se solidariamente responsável por inadimplência ou irregularidade verificada a pessoa física ou jurídica propositora do projeto.

§ 2º A existência de pendências ou irregularidades na execução de projetos do proponente junto ao órgão gestor suspenderá a análise ou concessão de novos incentivos, até a efetiva regularização.

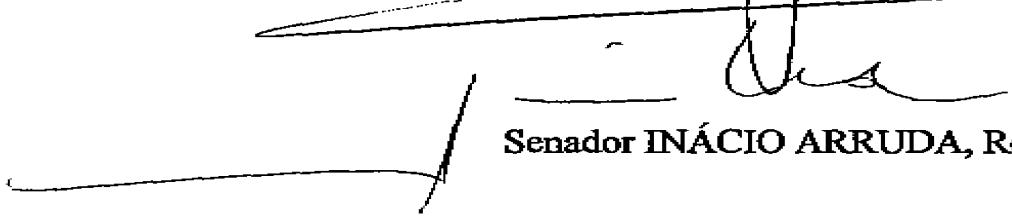
Art. 8º O regulamento estabelecerá o órgão colegiado encarregado de definir as diretrizes para aplicação dos recursos do FNPL e decidir sobre a aprovação dos projetos, com participação de representantes dos segmentos organizados da cadeia produtiva do livro e da sociedade, especialmente os editores, distribuidores, varejistas, criadores, bibliotecários e especialistas em leitura.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Fica revogado o art. 17 da Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003.

Sala das Comissões, em 19 de abril de 2011.


Senador DELCÍDIO DO AMARAL, Presidente


Senador INÁCIO ARRUDA, Relator

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

IX - educação, cultura, ensino e desporto;

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

II - disponham sobre:

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

VI - dispor, mediante decreto, sobre:

a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

§ 9º - Cabe à lei complementar:

II - estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.

Art. 167. São vedados:

IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo;

IX - a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

LEI COMPLEMENTAR N° 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI N° 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

TÍTULO VII

Dos Fundos Especiais

Art. 71. Constitui fundo especial o produto de receitas especificadas que por lei se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação.

Art. 72. A aplicação das receitas orçamentárias vinculadas a turmos especiais far-se-á através de dotação consignada na Lei de Orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 73. Salvo determinação em contrário da lei que o instituiu, o saldo positivo do fundo especial apurado em balanço será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo.

Art. 74. A lei que instituir fundo especial poderá determinar normas peculiares de controle, prestação e tomada de contas, sem de qualquer modo, elidir a competência específica do Tribunal de Contas ou órgão equivalente.

LEI N° 8.313, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1991.

Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências.

LEI N° 10.753, DE 30 DE OUTUBRO DE 2003.

Institui a Política Nacional do Livro

Art. 17. A inserção de rubrica orçamentária pelo Poder Executivo para financiamento da modernização e expansão do sistema bibliotecário e de programas de incentivo à leitura será feita por meio do Fundo Nacional de Cultura.

LEI N° 11.033, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2004.

Altera a tributação do mercado financeiro e de capitais; institui o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária – REPORTO; altera as Leis nºs 10.865, de 30 de abril de 2004, 8.850, de 28 de janeiro de 1994, 8.383, de 30 de dezembro de 1991, 10.522, de 19 de julho de 2002, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e 10.925, de 23 de julho de 2004; e dá outras providências.

OF. 076/2011/CAE

Brasília, 19 de abril de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada nesta data, o Projeto de Lei do Senado nº 294 de 2005, que “cria o Fundo Nacional Pró-Leitura, destinado à captação de recursos para atendimento aos objetivos da Lei nº 10.753, de 2003 (Política Nacional do Livro)”, com as Emendas nºs 1 a 5-CCJ-CAE.

Atenciosamente,


Senador DELCÍDIO DO AMARAL
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

DOCUMENTO ANEXADO NOS TERMOS DO ART. 250, DO REGIMENTO INTERNO.

RELATÓRIO

RELATOR: Senador EDISON LOBÃO

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 294, de 2005, de autoria do Senador José Sarney, propõe a criação do Fundo Nacional Pró-Leitura (FNPL), cujo propósito é servir de instrumento para viabilizar as políticas previstas na Lei nº 10.753, de 2003 (Política Nacional do Livro).

O projeto desdobra-se em onze artigos. O primeiro dispositivo traz o objeto da proposição. O art. 2º cria o Fundo Nacional Pró-Leitura (FNPL), com a finalidade de captar e destinar recursos para projetos que tenham os objetivos que relaciona, todos vinculados ao incentivo à leitura.

O art. 3º dispõe sobre a gestão do Fundo e apresentação dos projetos que concorrerão a seu apoio. Para se beneficiarem dos recursos, os interessados devem encaminhar projetos ao órgão gestor, encarregado de apreciar o mérito das propostas, acompanhar e avaliar os resultados obtidos. Cada projeto pode ter até 80% (oitenta por cento) de seus custos financiados pelo FNPL, em conformidade com o disposto no art. 5º do projeto. As eventuais penalidades pela não-aplicação dos recursos do FNPL estão determinadas no art. 7º.

À semelhança de outros fundos públicos, como é o caso do Fundo Nacional de Cultura (FNC), o FNPL é de natureza contábil, com prazo indeterminado de duração, e funciona sob as formas de apoio a fundo perdido ou de empréstimos reembolsáveis. Seus recursos provirão do Tesouro Nacional, de doações, legados, subvenções e auxílios, e outras fontes. Isso é o que dispõe o art. 4º do projeto.

Uma medida salutar da proposição, assentada em seu art. 6º, é carrear para o FNPL os recursos para financiamento da modernização e expansão do sistema bibliotecário e de programas de incentivo à leitura.

Em seu art. 8º, o PLS nº 294, de 2005, propõe a instituição de um Conselho de Administração do FNPL, com a descrição de suas atribuições. O art. 9º fixa a composição do Conselho.

O art. 10 estipula a vigência da Lei após sua publicação. Para fins de harmonização da legislação, o art. 11 propõe a revogação do art. 17 da Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, uma vez que aquele dispositivo fazia referência ao Fundo Nacional de Cultura. Como passa a existir um fundo próprio para a política da leitura, não faz sentido mais aquela determinação.

Encaminhada inicialmente à Comissão de Educação (CE), a matéria mereceu acatamento, em sua integralidade, sem qualquer emenda. Após a apreciação da CCJ, a proposição será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para decisão terminativa.

Nesta Comissão, não foram oferecidas emendas.

II – ANÁLISE

À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), nos termos do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) compete opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria (art. 101, inciso II, alínea f).

De início, importa observar que a proposição atende aos requisitos formais de constitucionalidade. Em primeiro lugar, a instituição de fundo por meio de lei ordinária não só é prática corrente, como está em conformidade com a Constituição Federal (CF), que veda, em seu art. 167, IX, a instituição de fundos de qualquer natureza sem prévia autorização legislativa. Por evidente, a criação do fundo demanda lei que o institua.

Há quem defende que tal lei instituidora de fundo seja de natureza complementar, em vista do art. 165, § 9º, II, da Carta Política, a qual prevê que uma norma dessa espécie estabeleça as condições para a instituição e financiamento de fundos. Entretanto, tal lei, uma vez editada, disporá sobre normas gerais de direito financeiro. Enquanto não editada essa lei complementar, continuam em vigor as disposições da Lei nº 4.320, de 1964 (arts. 71 a 74), recepcionada nessa categoria. A criação de um determinado fundo, por sua vez, deve ser mesmo feita por lei ordinária, tal como veiculado pelo presente projeto.

Observe-se, ainda, que o art. 23, V, da Constituição Federal fixa a competência comum da União e dos demais entes federados de *proporcionar os*

meios de acesso à cultura, à educação e à ciência. Já o art. 24, IX, determina a competência da União, Estados e do Distrito Federal para legislar concorrentemente sobre educação e cultura. Vê-se, portanto, que a criação do FNPL insere-se adequadamente na competência da União.

Quanto ao aspecto material, não é demais lembrar que os nobres propósitos do projeto guardam perfeita adequação com o disposto nos arts. 215 e 216, § 3º, da Carta Magna, segundo os quais o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará a valorização e a difusão das manifestações culturais, além de estabelecer incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

Ainda que a apreciação de mérito caiba à Comissão de Educação (CE) e à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), não poderíamos deixar de notar o quanto oportuna é a apresentação dessa proposição. Na esteira da Lei do Livro, também criada por iniciativa do mesmo proponente deste projeto, o FNPL vem a preencher uma condição essencial para qualquer política pública: prover recursos na quantidade e no tempo exigidos para a maturação de projetos.

Sabemos, como alega o autor, que a leitura no Brasil ainda deixa muito a desejar, quando comparamos o desempenho de nossos concidadãos com os de nações vizinhas. Essa, aliás, é uma máxima e um consenso já há muito dita, aceita e repetida: um país se faz com homens e livros, como ensinou o grande empreendedor de políticas da leitura, Monteiro Lobato.

Uma vez aprovado o Fundo Nacional Pró-Leitura, serão criadas as condições para propiciar aos leitores, autores, editores, distribuidores e livreiros as condições necessárias para incrementar a leitura no Brasil. Nunca é demais lembrar que, sem recursos, não há objetivo nobre que seja concretizado.

Assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro é, pois, o princípio norteador da criação do FNPL. Esse propósito é alcançado graças ao apoio que passa haver à produção, edição, difusão, distribuição e a comercialização do livro. Além disso, esse instrumento pode estimular a produção intelectual dos escritores e autores brasileiros, ao mesmo tempo em que propicia os meios para fazer do Brasil um grande centro editorial.

Também é beneficiada pelo FNPL a instalação e ampliação de livrarias, bibliotecas e pontos de venda do livro. Receberão recursos, por exemplo, os programas para manutenção e atualização do acervo das bibliotecas públicas, universitárias e escolares, incluídas as obras em Sistema Braille.

Na gestão dos recursos do FNPL, de acordo com o PLS nº 294, de 2005, é levada em conta a distribuição regional equitativa dos recursos, como forma de estímulo à regionalização da produção literária, técnica e científica.

Por seu inegável mérito e constitucionalidade, a matéria deve ser aprovada. Entretanto, propomos algumas emendas tanto para a maior clareza da proposição, quanto para aperfeiçoar a técnica legislativa.

No art. 2º, acrescentamos, entre os projetos elegíveis para destinação dos recursos do Fundo, aqueles que tenham por finalidade *apoiar a realização de estudos, pesquisas e análises e a elaboração de indicadores de leitura, produção editorial, registro e catalogação de obras, comercialização e criação literária*, por trazerem relevante contribuição para o setor.

As mudanças que sugerimos nos arts. 3º e 7º têm como objetivo deixar claro que o FNPL é instrumento de suporte à Política Nacional do Livro, razão pela qual deve ser gerido pelo mesmo órgão que dela se encarrega. Além disso, não é conveniente a atribuição a um órgão específico do Poder Executivo, como originalmente previsto, não só porque pode significar ofensa ao princípio da separação dos Poderes, mas também porque enseja um engessamento desnecessário, visto que os propósitos do Fundo são permanentes, mas a estrutura do Poder Executivo pode mudar de uma hora para outra, ao sabor das reformas administrativas.

A alteração do art. 6º faz-se necessária em vista da reserva de iniciativa do Poder Executivo em matéria orçamentária (art. 165 da CF). Por isso, substitui-se o comando de inserção de rubrica orçamentária pelo Poder Executivo, pela indicação do FNPL como mecanismo mais adequado para o financiamento dos objetivos ali previstos.

Finalmente, as duas últimas emendas referem-se aos arts. 8º e 9º do projeto, pelos quais, respectivamente, se institui o Conselho de Administração do FNPL (órgão colegiado integrante da estrutura do Ministério da Cultura) e se determina sua composição. No caso, constata-se afronta à reserva de iniciativa do Presidente da República, prevista no art. 61, § 1º, II, e, combinado com o art. 84, VI, a, ambos da Constituição Federal. Por isso, a redação que oferecemos atribui ao regulamento, a ser editado pelo Poder Executivo, a prerrogativa de estabelecer o órgão encarregado de definir as diretrizes para aplicação dos recursos do FNPL e decidir sobre a aprovação de projetos. Para conferir maior legitimidade às decisões, propõe-se que tal órgão seja colegiado, com participação de representantes da sociedade e dos segmentos da cadeia produtiva do livro.

III – VOTO

Pelo exposto, somos pela aprovação do PLS nº 294 de 2005, com as emendas a seguir apresentadas.

EMENDA N° – CCJ

Acrescente-se ao art. 2º do PLS nº 294, de 2005, um inciso, com a seguinte redação:

“Art. 2º
XX – apoiar a realização de estudos, pesquisas e análises e a elaboração de indicadores de leitura, produção editorial, registro e catalogação de obras, comercialização e criação literária.”

EMENDA N° – CCJ

Dê-se ao *caput* e §§ 1º, 5º e 7º do art. 3º do PLS nº 294, de 2005, a seguinte redação:

“Art. 3º O FNPL será gerido pelo órgão encarregado da Política Nacional do Livro, conforme regulamento.

§ 1º Os projetos previstos nesta Lei serão apresentados ao órgão gestor, acompanhados do orçamento analítico, que o submeterá ao colegiado previsto no art. 8º, para aprovação de seu enquadramento nos objetivos do FNPL.

.....
§ 5º Os recursos do FNPL não poderão ser utilizados para despesas de manutenção administrativa do órgão gestor ou qualquer outro órgão ou entidade da administração pública, permitida a aquisição ou locação de equipamentos e bens necessários ao cumprimento das finalidades do Fundo.

.....
§ 7º As instituições públicas ou privadas recebedoras de recursos do FNPL e executoras de projetos culturais, cuja avaliação final não for aprovada pelo órgão gestor, nos termos do § 6º, ficarão inabilitadas pelo prazo de três anos ao recebimento de novos recursos, ou enquanto o órgão gestor não proceder a reavaliação do parecer inicial.”

EMENDA N° – CCJ

Dê-se ao art. 6º do PLS nº 294, de 2005, a seguinte redação:

“Art. 6º O financiamento da modernização e expansão do sistema bibliotecário e de programas de incentivo à leitura será feito, preferencialmente, por meio do FNPL.”

EMENDA N° – CCJ

Dê-se ao art. § 2º do art. 7º do PLS nº 294, de 2005, a seguinte redação:

“Art. 7º

.....
§ 2º A existência de pendências ou irregularidades na execução de projetos do proponente junto ao órgão gestor suspenderá a análise ou concessão de novos incentivos, até a efetiva regularização.”

EMENDA N° – CCJ

Dê-se ao art. 8º do PLS nº 294, de 2005, a seguinte redação:

“Art. 8º O regulamento estabelecerá o órgão colegiado encarregado de definir as diretrizes para aplicação dos recursos do FNPL e decidir sobre a aprovação dos projetos, com participação de representantes dos segmentos organizados da cadeia produtiva do livro e da sociedade, especialmente os editores, distribuidores, varejistas, criadores, bibliotecários e especialistas em leitura.”

EMENDA N° – CCJ

Suprime-se o art. 9º do PLS nº 294, de 2005, renumerando-se os demais.

Sala da Comissão,



, Relator

, Presidente

PARECERES

NºS 145 E 146, DE 2011

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 149, de 2010 (nº 6.751/2006, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que autoriza a República Federativa do Brasil a efetuar dotações a iniciativas internacionais de auxílio ao desenvolvimento.

PARECER Nº 145, DE 2011 **(Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)**

RELATOR: Senador **EDUARDO SUPLICY**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 149, de 2010, é de autoria do Presidente da República e foi apresentado ao Congresso Nacional em 3 de março de 2006. Em conformidade com o rito previsto no art. 64 da Constituição Federal, a matéria foi encaminhada à Câmara, tendo sido aprovada na forma de substitutivo, e, em seguida, remetida à revisão do Senado.

A finalidade do projeto é autorizar o Poder Executivo a contribuir com mecanismos financeiros de diferentes instituições internacionais destinados a apoiar o desenvolvimento de países de menor renda relativa. A colaboração ocorrerá mediante doação dos valores previamente estipulados e busca auxiliar o desenvolvimento no campo da saúde.

Após ser lido nesta Casa em 16 de julho de 2010, o projeto foi distribuído às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Assuntos Econômicos (CAE). Decorrido o prazo regimental sem apresentação de emendas, a proposição foi distribuída à minha relatoria em 31 de agosto de 2010.

II – ANÁLISE

Não há óbices quanto à regimentalidade, tendo em vista que o PLC nº 149, de 2010, ao ser lido, foi despachado pelo presidente da Casa primeiramente à CRE, que tem atribuição para opinar sobre proposições referentes às relações internacionais, a teor do disposto no art. 103, I do Regimento Interno, para, em seguida, ser analisado pela CAE, nos termos do art. 49, I do referido Regimento.

Registre-se, ainda, que a matéria está em conformidade com os ditames constitucionais e, no tocante à juridicidade, a proposição se afigura irretocável, porquanto o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos é o adequado e ela é compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio. Nenhum reparo, por igual, à técnica legislativa.

No que se refere ao mérito, o projeto é, a vários títulos, digno de aprovação. Trata-se de iniciativas que objetivam proporcionar melhores condições de saúde, mediante compra e distribuição de medicamentos, para países mais carentes da comunidade internacional. Os aportes, tal como aprovado na forma de substitutivo pela Casa de origem, vinculam-se às seguintes iniciativas:

- (i) Aliança Global para Vacinas e Imunização (*Global Alliance for Vaccines and Immunization - GAVI*), no valor de US\$ 20 milhões (vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América), distribuídos em parcelas iguais e subsequentes ao longo de 20 (vinte) anos, com o objetivo de alimentar a plataforma financeira do Mecanismo de Financiamento Internacional para Imunização (*The International Finance Facility for Immunisation - IFFIm*), a qual financiará ações de vacinação e imunização em países de baixa renda; e
- (ii) Central Internacional para Compra de Medicamentos – UNITAID, na proporção de US\$ 2,00 (dois dólares dos Estados Unidos da América) por passageiro que embarque, em aeronave, no território brasileiro com destino ao exterior, à exceção dos passageiros em trânsito pelo país.

A Aliança tem como missão o elevado propósito de salvar vidas de crianças, bem como proteger a saúde da população dos países mais pobres mediante o aumento do acesso à imunização. Ela conta com dez anos de relevantes serviços prestados à parcela mais carente da comunidade internacional. O envolvimento do Brasil, por meio de contribuição financeira, representa importante iniciativa tanto do ponto de vista humanitário, quanto da perspectiva da inserção do nosso país na cena internacional pela via de proposta altamente meritória.

A Central Internacional para Compra de Medicamentos, por sua vez, foi constituída em setembro de 2006 por iniciativa conjunta dos governos do Brasil e da França. Ela foi concebida visando à aquisição de medicamentos contra a síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS), a malária e a tuberculose. A Central é financiada sobretudo por meio de mecanismo inovador que agrupa pequeno valor, aos bilhetes aéreos internacionais, a ser destinado à iniciativa.

Por fim, com o objetivo de aprimorar o texto da proposição, apresento uma emenda de redação que ajusta a ementa do PLC 149 de 2010. No texto proveniente da Câmara dos Deputados, a ementa da proposição dispõe que o PLC "Autoriza a República Federativa do Brasil a efetuar **dotações** a iniciativas internacionais de auxílio ao desenvolvimento" o que não está em harmonia com os dispositivos do projeto. Sendo assim, proponho a correção da ementa nos seguintes termos "Autoriza a República Federativa do Brasil a efetuar **doações** a iniciativas internacionais de auxílio ao desenvolvimento".

III – VOTO

Ante o exposto, opinamos pela APROVAÇÃO do PLC nº 149, de 2010, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA DE REDAÇÃO Nº – CRE
(ao Projeto de Lei da Câmara Nº 149, de 2010)

Dê-se à ementa do Projeto de Lei da Câmara Nº 149, de 2010, a seguinte redação:

"Autoriza a República Federativa do Brasil a efetuar doações a iniciativas internacionais de auxílio ao desenvolvimento" (NR)

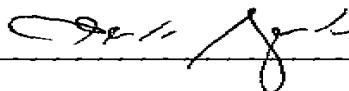
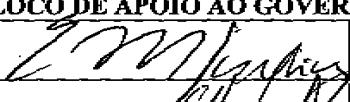
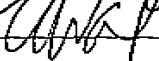
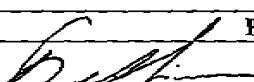
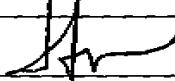
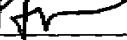
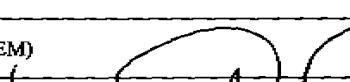
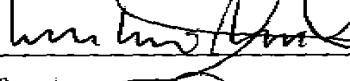
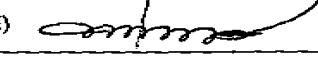
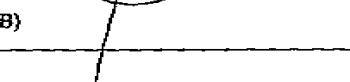
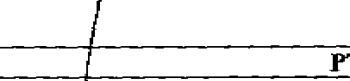
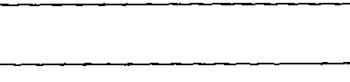
Sala da Comissão,


, Presidente


, Relator

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 149, DE 2010.
 ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 18 / 11 / 2010, AS SENHORAS SENADORAS E OS
 SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR EDUARDO AZEREDO	
RELATOR: SENADOR EDUARDO SUPLICY	
TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)	
EDUARDO SUPLICY (PT) 	1 - ALOIZIO MERCADANTE (PT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB) 	2 - MARINA SILVA (PV)
JOÃO RIBEIRO (PR) 	3 - RENATO CASAGRANDE (PSB)
PAULO PAIM (PT) 	4 - MAGNO MALTA (PR)
ROBERTO CAVALCANTI (PRB) 	5 - AUGUSTO BOTELHO 
PMDB, PP	
PEDRO SIMON (PMDB) 	1 - ALMEIDA LIMA (PMDB)
FRANCISCO DORNELLES (PP) 	2 - INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB) 	3 - HÉLIO COSTA (PMDB)
ROMERO JUCÁ (PMDB) 	4 - VALDIR RAUPP (PMDB)
REGIS FICHTNER (PMDB) 	5 - GILVAM BORGES (PMDB)
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
EFRAIM MORAIS (DEM) 	1 - ADELMIRO SANTANA (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM) 	2 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
MARCO MACIEL (DEM) 	3 - VAGO 
HERÁCLITO FORTES (DEM) 	4 - ALFREDO COTAIT (DEM) 
JOÃO TENÓRIO (PSDB) 	5 - ÁLVARO DIAS (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB) 	6 - ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB) 	7 - TASSO JEREISSATI (PSDB)
PTB	
FERNANDO COLLOR 	1 - MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
PATRÍCIA SABOYA 	1 - CRISTOVAM BUARQUE

PARECER Nº 146, DE 2011
(Da Comissão de Assuntos Econômicos)

RELATOR: Senadora LÍDICE DA MATA

I – RELATÓRIO

Submete-se à análise desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 149, de 2010, de ementa em epígrafe, de autoria do Presidente da República. O projeto autoriza o Poder Executivo a efetuar doações a instituições internacionais destinadas a apoiar o desenvolvimento, na área de saúde, de países de menor renda relativa.

O art. 1º autoriza contribuição à Aliança Global para Vacinas e Imunização (*Global Alliance for Vaccines and Immunization - GAVI*), no valor de US\$ 20 milhões, ao longo de vinte anos, com o objetivo de financiar ações de vacinação e imunização em países de baixa renda.

O art. 2º, por sua vez, autoriza contribuição à Central Internacional para Compra de Medicamentos (UNITAID), na proporção de US\$ 2,00 por passageiro que embarque, em aeronave, no território brasileiro com destino ao exterior, à exceção dos passageiros em trânsito pelo País.

O art. 3º atribui ao Ministério da Fazenda a liberação dos recursos destinados à UNITAID e o art. 4º estipula a vigência da lei após sua publicação.

A proposição foi aprovada na Câmara dos Deputados, nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), em 6 de julho de 2010.

No Senado Federal, a proposição foi distribuída às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo à última proferir decisão terminativa.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

Na primeira Comissão, o projeto foi distribuído ao Senador EDUARDO SUPLICY, que se pronunciou favoravelmente à matéria, com emenda de redação. Reunida a Comissão, em 18 de novembro de 2010, foi aprovado o Relatório.

A proposição foi então encaminhada a esta Comissão, cabendo a mim a honra de relatá-la.

II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno, examinar a matéria sob os seus aspectos econômico e financeiro e sobre ela emitir parecer.

Impende assinalar, preliminarmente, que não há óbice de ordem constitucional ou jurídica à proposição. Ademais, ela atende aos requisitos de regimentalidade e de técnica legislativa, em especial, da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração e redação das leis.

Cabe lembrar que a Constituição Federal exige a aprovação de lei específica para autorizar o Poder Executivo a efetuar tais doações aos fundos internacionais.

Em relação ao mérito, a matéria já foi devidamente apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Nos termos do Relatório do Senador EDUARDO SUPLICY:

No que se refere ao mérito, o projeto é, a vários títulos, digno de aprovação. ... O envolvimento do Brasil, por meio de contribuição financeira, representa importante iniciativa tanto do ponto de vista humanitário, quanto da perspectiva da inserção do nosso país na cena internacional pela via de proposta altamente meritória.

Em relação aos aspectos econômico e financeiro, cabe considerar que a iniciativa representa ônus ao Tesouro Nacional.

A doação à Aliança Global para Vacinas e Imunização (GAVI), no valor de US\$ 20 milhões, será distribuída em parcelas iguais e sucessivas ao longo de vinte anos. Portanto, significará um aporte anual equivalente a US\$ 1 milhão, atualmente cerca de R\$ 1,7 milhão. Trata-se de aporte financeiro a fundo perdido ao Mecanismo de Financiamento Internacional para Imunização (*The International Finance Facility for Immunisation - IFFIm*).

Já a doação à Central Internacional para Compra de Medicamentos (UNITAID) seria na proporção de US\$ 2,00 por passageiro que embarque, em aeronave, no território brasileiro com destino ao exterior. O número desses passageiros foi estimado em cerca de 6 milhões, em 2006, conforme a Exposição de Motivos nº 20/2006-MF, que acompanhou o projeto

de lei. Portanto, significará um aporte anual de cerca de US\$ 12 milhões, ou cerca de R\$ 20 milhões. Certamente esse número está subestimado, considerando o crescimento das viagens internacionais observado desde então.

Não obstante, tais custos podem ser suportados pelo orçamento geral da União. Ademais, essas doações podem ser consignadas mediante abertura de crédito ao orçamento geral da União para 2011.

Por fim, consideramos adequada a emenda de redação oferecida na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), substituindo a palavra “dotações” por “doações” na ementa do projeto de lei. Essa redação corrige a alteração equivocada introduzida pela Câmara dos Deputados, restituindo a ementa original do projeto de lei.

III – VOTO

Portanto, nosso voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 149, de 2010, com a Emenda de Redação nº 1- CRE.

Sala da Comissão, 19 de abril de 2011.

, Presidente

Delcídio do Amaral e Souza, Relator

DECISÃO DA COMISSÃO

REUNIDA A COMISSÃO EM 19/4/11, COLOCADO EM VOTAÇÃO, A COMISSÃO APROVA O PROJETO COM A EMENDA N° 01-CRE-CAE, POR 13 (TREZE) VOTOS FAVORÁVEIS, NENHUM CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO.

EMENDA N° 01-CRE-CAE

(ao Projeto de Lei da Câmara nº 149 de 2010)

Dê-se à ementa do Projeto de Lei da Câmara Nº 149, de 2010, a seguinte redação:

“Autoriza a República Federativa do Brasil a efetuar doações a iniciativas internacionais de auxílio ao desenvolvimento” (NR)

Sala das Comissões, em 19 de abril de 2011.

Delcídio do Amaral

Senador DELCÍDIO DO AMARAL

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 149 DE 2010
TERMINATIVO

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 19 / 4 / 11, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: Dilma Rousseff

RELATOR(A): Lídice da Mata e Souza

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DOB, PRB)

DELcídio do Amaral (PT)	1-JOSÉ PIMENTEL (PT)
EDUARDO SUPlicy (PT)	2-ANGELA PORTELA (PT)
GLEISI HOFFMANN (PT)	3-MARTA SUPlicy (PT)
HUMBERTO COSTA (PT)	4-WELLINGTON DIAS (PT)
LINDBERGH FARIA (PT)	5-JORGE VIANA (PT)
CLÉSIO ANDRADE (PR)	6-BLAIRO MAGGI (PR)
JOÃO RIBEIRO (PR)	7-VICENTINHO ALVES (PR)
A/ R GURGACZ (PDT)	8-PEDRO TAQUES (PDT)
LÍDICE DA MATA (PSB)	9-ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)
VANESSA GRAZZIOTIN (PC DO B)	10-INÁCIO ARRUDA (PC DO B)

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

CASILDO MALDANER (PMDB)	1-VITAL DO RÉGO (PMDB)
EDUARDO BRAGA (PMDB)	2-WILSON SANTIAGO (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3-ROMERO JUCÁ (PMDB)
ROBERTO REQUIÃO (PMDB)	4-ANA AMELIA (PP)
EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)	5-WALDEMIR MOKA (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	6-GILVAM BORGES (PMDB)
LOBÃO FILHO (PMDB)	7-BENEDITO DE LIRA (PP)
F/ NCISCO DORNELLES (PP)	8-CIRO NOGUEIRA (PP)
IVO CASSOL (PP)	9-RICARDO FERRAÇO (PMDB)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	1-ALVARO DIAS (PSDB)
CYRO MIRANDA (PSDB)	2-AÉCIO NEVES (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	3-PAULO BAUER (PSDB)
JOSÉ AGripino (DEM)	4-JAYME CAMPOS (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	5-MARIA DO CARMO ALVES (DEM)

PTB

ARMANDO MONTEIRO	1-FERNANDO COLLOR
JOÃO VICENTE CLAUDIO	2-GIM ARGELLO

PSOL

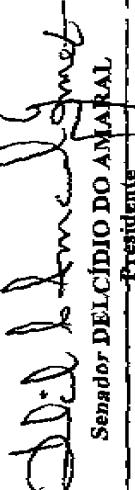
MARINOR BRITO	1-RANDOLFE RODRIGUES
---------------	----------------------

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PL/C nº 149 de 2010.

TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DOB, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DOB, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DELCÍDIO DO AMARAL (PT)					1-JOSÉ PIMENTEL (PT)				
EDUARDO SUPlicy (PT)	X				2-ANGELA PORTELA (PT)				
GLEISI HOFFMANN (PT)					3-MARTA SUPlicy (PT)				
HUMBERTO COSTA (PT)					4-WELLINGTON DIAS (PT)				
LINDBERGH FARIA (PT)	X				5-JORGE VIANA (PT)				
CLESIO ANDRADE (PR)	X				6-BLAIR MAGGI (PR)	X			
JOÃO RIBEIRO (PR)					7-VICENTINHO ALVES (PR)				
ACIR GURGACZ (PDT)		X			8-PEDRO TAQUES (PDT)				
LÍDICE DA MATA (PSB)					9-ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)				
VANESSA GRAZZOTIN (PC DO B)	X				10-INACIO AGREDA (PC DO B)	X			
TITULARES - Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CASILDO MALDANER (PMDB)	X				1-VITAL DO REGO (PMDB)				
EDUARDO BRAGA (PMDB)					2-WILSON SANTAGO (PMDB)				
VALDIR RAUPP (PMDB)					3-ROMERO JUCA (PMDB)	X			
ROBERTO REQUIÃO (PMDB)					4-ANA AMELIA (PP)				
EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)					5-WALDEMIR MOKA (PMDB)	X			
LUIZ HENRIQUE (PMDB)					6-OLIVAM BORGES (PMDB)				
LOBO FILHO (PMDB)					7-BENEDITO DE LIRA (PP)	X			
FRANCISCO DORNELLÉS (PP)					8-CIRO NOGUEIRA (PP)				
IVO CASSOL (PP)					9-RICARDO FERRAZO (PMDB)				
TITULARES - Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)					1-ALVARO DIAS (PSDB)				
CYRO MIRANDA (PSDB)	X				2-AECIO NEVES (PSDB)				
FLEXA RIBEIRO (PSDB)					3-PAULO BAUER (PSDB)				
JOSE AGUIRRE (DEM)					4-JAYME CAMPOS (DEM)				
DEMÓSTENES TORRES (DEM)					5-MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				
TITULARES - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ARMANDO MONTEIRO					1-FERNANDO COLOR				
JOÃO VICENTE CLAUDIO TITULAR - PSOL	X				2-GIL MARCELO				
MARINOR BRITO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
					1-RANDOLFE RODRIGUES				

TOTAL 14 SIM 13 NÃO 1 PREJ — AUTOR — ABS — PRESIDENTE —SALA DAS REUNIÕES, EM (C) / (4) / 11.


 Senator DELCÍDIO DO AMARAL
 Presidente

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUÓRTUM (art. 132, § 8º, RUF).

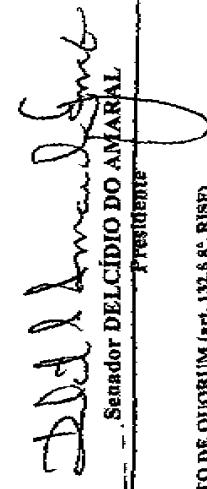
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - Emenda nº 1-CRE-CAE apresentada ao PLC nº 149 de 2010.

TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DOB, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DOB, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DELCIÓDO DO AMARAL (PT)					1-JOSÉ FIMENTEL (PT)				
EDUARDO SUPlicy (PT)	X				2-ANGELA PORTELA (PT)				
GLEISI HOFMANN (PT)					3-MARTA SUPlicy (PT)				
HUMBERTO COSTA (PT)					4-WELLINGTON DIAS (PT)				
LINDBERGH FARIA (PT)	X				5-JORGE VIANA (PT)				
CLESIO ANDRADE (PA)	X				6-BLAIR MAGGI (PR)				
JOÃO RIBEIRO (PR)					7-VICENTINHO ALVES (PR)				
ACIR GURGACZ (PDT)					8-PEDRO TAQUES (PDT)				
LÍDICE DA MATA (PSS)	X				9-ANTONIO CARLOS VALADARES (PSS)				
VANESSA GRAZZOTIN (PC DO B)	X				10-INACIO ARRUDA (PC DO B)	X			
TITULARES - Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CASILDO MALDANER (PMDB)	X				1-VITAL DO REGO (PMDB)				
EDUARDO BRAGA (PMDB)					2-WILSON SANTIAGO (PMDB)				
VALDIR RAÚP (PMDB)					3-ROMERO JUCA (PMDB)	X			
ROBERTO REQUIÃO (PMDB)					4-ANA AMELIA (PP)				
EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)					5-WALDEMAR MOKA (PMDB)				
LUIZ HENRIQUE (PMDB)					6-GILVAM BORGES (PMDB)	X			
LOBO FILHO (PMDB)					7-BENEDITO DE LIRA (PP)	X			
FRANCISCO DORNelles (PP)					8-CIRIACO GOMES (PP)				
IVO CASSOL (PP)					9-RICARDO FERRACO (PMDB)				
TITULARES - Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)					1-ALVARO DIAS (PSDB)				
CYRO MIRANDA (PSDB)	X				2-AECIO NEVES (PSDB)				
FLEXA RIBEIRO (PSDB)					3-PAULO BAUER (PSDB)				
JOSE AGripino (DEM)					4-JAYME CAMPOS (DEM)				
DEMÓstenes TORRES (DEM)					5-MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				
TITULARES - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ARMANDO MONTEIRO					1-FERNANDO COLOR				
IDAI VINCENTE CLAUDIO	X				2-GIM ARGELLO				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARINOR BRITO					1-RANDOLPE RODRIGUES				
TOTAL 14	SIM 12	NÃO 2	PREF 1	AUTOR 1	PRESIDENTE 1				

SALA DAS REUNIÕES, EM 4º/4/11.

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 6º, RISF).


 Senator DELCÍDIO DO AMARAL
 Presidente

TEXTO FINAL APRESENTADO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 149 DE 2010

Autoriza a República Federativa do Brasil a efetuar doações a iniciativas internacionais de auxílio ao desenvolvimento.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar doação à Aliança Global para Vacinas e Imunização (*Global Alliance for Vaccines and Immunization* — GAVI), no valor de US\$ 20 milhões de dólares (vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América), distribuídos em parcelas iguais e subsequentes ao longo de 20 (vinte) anos, com o objetivo de alimentar a plataforma financeira Mecanismo de Financiamento Internacional para Imunização - IFFIm, a qual financiará ações de vacinação e imunização em países de baixa renda.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar doação anual, por tempo indeterminado, à Central Internacional para Compra de Medicamentos - UNITAID, na proporção de US\$ 2,00 (dois dólares dos Estados Unidos da América) por passageiro que embarque, em aeronave, no território brasileiro com destino ao exterior, à exceção dos passageiros em trânsito pelo País.

Art. 3º Fica a cargo do Ministério da Fazenda a liberação dos recursos consignados no art. 2º.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em



Senador DELCÍDIO DO AMARAL, Presidente



Lídice da Mata é Socorro
Senador LÍDICE DA MATA, Relatora

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 64. A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início na Câmara dos Deputados.

§ 1º - O Presidente da República poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.

§ 2º Se, no caso do § 1º, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal não se manifestarem sobre a proposição, cada qual sucessivamente, em até quarenta e cinco dias, sobreatar-se-ão todas as demais deliberações legislativas da respectiva Casa, com exceção das que tenham prazo constitucional determinado, até que se ultime a votação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 3º - A apreciação das emendas do Senado Federal pela Câmara dos Deputados far-se-á no prazo de dez dias, observado quanto ao mais o disposto no parágrafo anterior.

§ 4º - Os prazos do § 2º não correm nos períodos de recesso do Congresso Nacional, nem se aplicam aos projetos de código.

LEI COMPLEMENTAR N° 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1995

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

OF. 077/2011/CAE

Brasília, 19 de abril de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada nesta data, o Projeto de Lei da Câmara nº 149 de 2010, que “autoriza a República Federativa do Brasil a efetuar dotações a iniciativas internacionais de auxílio ao desenvolvimento”, com a Emenda nº 1-CRE-CAE.

Atenciosamente,


Senador DELCÍDIO DO AMARAL
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

DOCUMENTOS ANEXADOS NOS TERMOS DO ART. 250, DO REGIMENTO INTERNO.

RELATÓRIO

RELATOR: Senador EDUARDO MATARZZO SUPILCY

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 149, de 2010, é de autoria do Presidente da República e foi apresentado ao Congresso Nacional em 3 de março de 2006. Em conformidade com o rito previsto no art. 64 da Constituição Federal, a matéria foi encaminhada à Câmara, tendo sido aprovada na forma de substitutivo, e, em seguida, remetida à revisão do Senado.

A finalidade do projeto é autorizar o Poder Executivo a contribuir com mecanismos financeiros de diferentes instituições internacionais destinados a apoiar o desenvolvimento de países de menor renda relativa. A colaboração ocorrerá mediante doação dos valores previamente estipulados e busca auxiliar o desenvolvimento no campo da saúde.

Após ser lido nesta Casa em 16 de julho de 2010, o projeto foi distribuído às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Assuntos Econômicos (CAE). Decorrido o prazo regimental sem apresentação de emendas, a proposição foi distribuída à minha relatoria em 31 de agosto de 2010.

II – ANÁLISE

Não há óbices quanto à regimentalidade, tendo em vista que o PLC nº 149, de 2010, ao ser lido, foi despachado pelo presidente da Casa primeiramente à CRE, que tem atribuição para opinar sobre proposições referentes às relações internacionais, a teor do disposto no art. 103, I do Regimento Interno, para, em seguida, ser analisado pela CAE, nos termos do art. 49, I do referido Regimento.

Registre-se, ainda, que a matéria está em conformidade com os ditames constitucionais e, no tocante à juridicidade, a proposição se afigura irretocável, porquanto o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos é o adequado e ela é compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio. Nenhum reparo, por igual, à técnica legislativa.

No que se refere ao mérito, o projeto é, a vários títulos, digno de aprovação. Trata-se de iniciativas que objetivam proporcionar melhores condições de saúde, mediante compra e distribuição de medicamentos, para países mais carentes da comunidade internacional. Os aportes, tal como aprovado na forma de substitutivo pela Casa de origem, vinculam-se às seguintes iniciativas:

- i) Aliança Global para Vacinas e Imunização (*Global Alliance for Vaccines and Immunization - GAVI*), no valor de US\$ 20 milhões (vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América), distribuídos em parcelas iguais e subsequentes ao longo de 20 (vinte) anos, com o objetivo de alimentar a plataforma financeira do Mecanismo de Financiamento Internacional para Imunização (*The International Finance Facility for Immunisation - IFFIm*), a qual financiará ações de vacinação e imunização em países de baixa renda; e

ii) Central Internacional para Compra de Medicamentos – UNITAID, na proporção de US\$ 2,00 (dois dólares dos Estados Unidos da América) por passageiro que embarque, em aeronave, no território brasileiro com destino ao exterior, à exceção dos passageiros em trânsito pelo país.

A Aliança tem como missão o elevado propósito de salvar vidas de crianças, bem como proteger a saúde da população dos países mais pobres mediante o aumento do acesso à imunização. Ela conta com dez anos de relevantes serviços prestados à parcela mais carente da comunidade internacional. O envolvimento do Brasil, por meio de contribuição financeira, representa importante iniciativa tanto do ponto de vista humanitário, quanto da perspectiva da inserção do nosso país na cena internacional pela via de proposta altamente meritória.

A Central Internacional para Compra de Medicamentos, por sua vez, foi constituída em setembro de 2006 por iniciativa conjunta dos governos do Brasil e da França. Ela foi concebida visando à aquisição de medicamentos contra a síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS), a malária e a tuberculose. A Central é financiada sobretudo por meio de mecanismo inovador que agrega pequeno valor, aos bilhetes aéreos internacionais, a ser destinado à iniciativa.

III – VOTO

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do PLC nº 149, de 2010.

Sala da Comissão,

, Presidente

Relator



DOCUMENTOS ANEXADOS NOS TERMOS DO ART. 250, DO REGIMENTO INTERNO.

RELATÓRIO

RELATOR: Senador MARCELO CRIVELLA

I – RELATÓRIO

Submete-se à análise desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 149, de 2010, de ementa em epígrafe, de autoria do Presidente da República. O projeto autoriza o Poder Executivo a efetuar doações a instituições internacionais destinadas a apoiar o desenvolvimento, na área de saúde, de países de menor renda relativa.

O art. 1º autoriza contribuição à Aliança Global para Vacinas e Imunização (*Global Alliance for Vaccines and Immunization - GAVI*), no valor de US\$ 20 milhões, ao longo de vinte anos, com o objetivo de financiar ações de vacinação e imunização em países de baixa renda.

O art. 2º, por sua vez, autoriza contribuição à Central Internacional para Compra de Medicamentos (UNITAID), na proporção de US\$ 2,00 por passageiro que embarque, em aeronave, no território brasileiro com destino ao exterior, à exceção dos passageiros em trânsito pelo País.

O art. 3º atribui ao Ministério da Fazenda a liberação dos recursos destinados à UNITAID e o art. 4º estipula a vigência da lei após sua publicação.

A proposição foi aprovada na Câmara dos Deputados, nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), em 6 de julho de 2010.

No Senado Federal, a proposição foi distribuída às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo à última proferir decisão terminativa.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

Na primeira Comissão, o projeto foi distribuído ao Senador EDUARDO SUPLICY, que se pronunciou favoravelmente à matéria, com emenda de redação. Reunida a Comissão, em 18 de novembro de 2010, foi aprovado o Relatório.

A proposição foi então encaminhada a esta Comissão, cabendo a mim a honra de relatá-la.

II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno, examinar a matéria sob os seus aspectos econômico e financeiro e sobre ela emitir parecer.

Impende assinalar, preliminarmente, que não há óbice de ordem constitucional ou jurídica à proposição. Ademais, ela atende aos requisitos de regimentalidade e de técnica legislativa, em especial, da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração e redação das leis.

Cabe lembrar que a Constituição Federal exige a aprovação de lei específica para autorizar o Poder Executivo a efetuar tais doações aos fundos internacionais.

Em relação ao mérito, a matéria já foi devidamente apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Nos termos do Relatório do Senador EDUARDO SUPLICY:

No que se refere ao mérito, o projeto é, a vários títulos, digno de aprovação. ... O envolvimento do Brasil, por meio de contribuição financeira, representa importante iniciativa tanto do ponto de vista humanitário, quanto da perspectiva da inserção do nosso país na cena internacional pela via de proposta altamente meritória.

Em relação aos aspectos econômico e financeiro, cabe considerar que a iniciativa representa ônus ao Tesouro Nacional.

A doação à Aliança Global para Vacinas e Imunização (GAVI), no valor de US\$ 20 milhões, será distribuída em parcelas iguais e sucessivas ao longo de vinte anos. Portanto, significará um aporte anual equivalente a US\$ 1 milhão, atualmente cerca de R\$ 1,7 milhão. Trata-se de aporte financeiro a fundo perdido ao Mecanismo de Financiamento Internacional para Imunização (*The International Finance Facility for Immunisation - IFFIm*).

Já a doação à Central Internacional para Compra de Medicamentos (UNITAID) seria na proporção de US\$ 2,00 por passageiro que embarque, em aeronave, no território brasileiro com destino ao exterior. O número desses passageiros foi estimado em cerca de 6 milhões, em 2006, conforme a Exposição de Motivos nº 20/2006-MF, que acompanhou o projeto de lei. Portanto, significará um aporte anual de cerca de US\$ 12 milhões, ou cerca de R\$ 20 milhões. Certamente esse número está subestimado, considerando o crescimento das viagens internacionais observado desde então.

Não obstante, tais custos podem ser suportados pelo orçamento geral da União. Ademais, essas doações podem ser consignadas mediante abertura de crédito ao orçamento geral da União para 2011.

Por fim, consideramos adequada a emenda de redação oferecida na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), substituindo a palavra “dotações” por “doações” na ementa do projeto de lei. Essa redação corrige a alteração introduzida pela Câmara dos Deputados, restituindo a ementa original do projeto de lei.

III – VOTO

Portanto, nosso voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 149, de 2010, com a Emenda de Redação nº 1- CRE.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu os **Ofícios nºs 75 e 76, de 2011**, do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, dos Projetos de Lei do Senado nºs 337, de 2009; e 294, de 2005, respectivamente.

São os seguintes os Ofícios:

Of. 75/2011/CAE

Brasília, 19 de abril de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada nesta data, o Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2009, que “concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados a aparelhos de destilação e de osmose inversa, destinados a dessalinização de água”, com a Emenda nº 1-CAE.

Atenciosamente, – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Of. 76/2011/CAE

Brasília, 19 de abril de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada nesta data, o Projeto de Lei do Senado nº 294 de 2005, que “cria o Fundo Nacional Pró-Leitura, destinado à captação de recursos para atendimento aos objetivos da Lei nº 10.753, de 2003 (Política Nacional do Livro)”, com as Emendas nºs 1 a 5-CCJ-CAE.

Atenciosamente, – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com referência aos **Ofícios nºs 75 e 76, de 2011**, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 77, de 2011**, do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, do Projeto de Lei da Câmara nº 149, de 2010.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 77/2011/CAE

Brasília, 19 de abril de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada

nesta data, o Projeto de Lei da Câmara nº 149 de 2010, que “autoriza a República Federativa do Brasil a efetuar dotações a iniciativas internacionais de auxílio ao desenvolvimento”, com a Emenda nº 1-CRE-CAE.

Atenciosamente, – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com referência ao **Ofício nº 77, de 2011**, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Sr. Senador Romero Jucá enviou discurso à Mesa, para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, o Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil, ou simplesmente Sindifisco Nacional, presidido no biênio que se encerra neste ano pelo Doutor Pedro Delarue, acaba de divulgar o Perfil Institucional da entidade.

A intenção é oferecer uma visão ampla da estrutura do órgão e de toda a classe que oficialmente representa.

Trata-se de uma iniciativa oportuna e muito bem-vinda, na medida em que oferece às autoridades e aos jurisdicionados o perfil da categoria, sua missão e uma correta síntese das importantes atividades desenvolvidas pelos nossos auditores-fiscais.

Como se sabe, esta importante carreira de Estado é responsável pela arrecadação e fiscalização federal, travando o bom combate contra o descaminho e o contrabando, além de defender nossas fronteiras, a previdência pública e a justiça fiscal e tributária.

Permitam-me traduzir em números um pouco da atuação dos auditores-fiscais, a fim de que se tenha uma ideia mais precisa da relevância de seu papel na defesa dos interesses do Estado e, logo, de toda a sociedade.

Entre os anos 2000 e 2010, a arrecadação de receitas federais observou um incremento de mais de 100%, graças, em larga medida, à dedicação e ao desempenho dos auditores.

No mesmo período, constata-se ainda uma substancial evolução no total de mercadorias apreendidas pela Receita. Considerando preços de dezembro de 2010, atualizados pelo Índice de Preços ao Consumidor, o Brasil saiu de um patamar de apreensão no valor de R\$ 653,4 milhões, em 2000, para R\$ 1,23 bilhão, no balanço final do ano passado.

Estas são apenas duas das muitas atividades executadas pelos auditores-fiscais em defesa de um Brasil melhor, a partir de uma atuação pautada por elevados padrões éticos, que honram a melhor tradição do serviço público de nosso País.

Concluindo este registro, Sr. Presidente, quero congratular-me com a diretoria do Sindicato Nacional e com todos os seus filiados pela decisiva contribuição profissional que oferecem cotidianamente ao Brasil e aos brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Srs e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 8, DE 2011

(Proveniente da Medida Provisória nº 512, de 2010)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2011, que altera a Lei nº 9.440, de 14 de março de 1997, que estabelece incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e da indústria automotiva, a Lei nº 9.826, de 23 de agosto de 1999, e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001 (proveniente da Medida Provisória nº 512, de 2010).

(Lido no Senado Federal no dia 19.04.2011)

Relator revisor: Senador Humberto Costa
(Sobrestando a pauta a partir de:
20.02.2011)

Prazo final prorrogado: 05.05.2011

2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 166, DE 2008

(Adiada para esta data em virtude da aprovação do RQS nº 219, de 2011).

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 166, de 2008 (nº 696/2003, na Casa de origem, do Deputado Zezé Ribeiro), que dispõe sobre o acesso à informação de valor didático por alunos e professores nas áreas de engenharia e arquitetura e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 1.599 e 1.600, de 2010, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável; e

– de Educação, Cultura e Esporte, Relator “ad hoc”: Senadora Marisa Serrano, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 194, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 194, de 2008 (nº 612/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Izar), que altera o art. 18 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras providências, para permitir que farmácias e drogarias disponibilizem serviços de aferição da pressão arterial.

Parecer sob nº 1.916, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, que apresenta.

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2010

(Adiada para esta data em virtude da aprovação do RQS nº 258, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2010 (nº 2.057/2007, na Casa de origem), que dispõe sobre o processo e julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas; altera os Decretos-Leis nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997, e 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências.

Parecer sob nº 1.685, de 2010, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “ad hoc”: Senador Alvaro Dias, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

5

REQUERIMENTO Nº 385, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 385, de 2011, do Senador Armando Monteiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 495, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (limites máximos de sódio nos produtos alimentícios).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Assim, sob a proteção de Deus e a presença aqui do meu colega, Senador João Vicente, encerro a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 24 minutos.)

**AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE
JOSÉ SARNEY**

26-4-2011
terça-feira

10h30 - Recebe a Senhora Maria Emma Mejía, Secretária-Geral da UNASUL União de Nações Sul-Americanas

Sala de Audiências

11h - Recebe o Ministro Mário Negromonte, Ministro de Estado das Cidades

Sala de Audiências

11h30 - Recebe a Bancada Federal do Amapá

Sala de Audiências

12h - Recebe a Senhora Susan Segal, Presidente do Conselho das Américas Council of The Americas

Sala de Audiências

12h30 - Recebe a Senhora Vanda Pignato, Primeira-dama da República de El Salvador

Sala de Audiências

16h - Ordem do Dia

Plenário

16h15 - Recebe o Senhor Ricardo Espírito Santo, Diretor-Presidente do Banco Espírito Santo

Sala de Audiências

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54^a LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
PSOL - Marinor Brito**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

Bloco-PR - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
PPS - Itamar Franco**

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amelia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**
Bloco-PMDB - Wilson Santiago**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

Bloco-PT - João Pedro* (S)
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PT - Gleisi Hoffmann**
Bloco-PMDB - Roberto Requião**

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PMN - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSDB - Marisa Serrano*
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-DEM - Kátia Abreu*
Bloco-PR - João Ribeiro**
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PMDB - Geovani Borges** (S)
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 226, de 2011, de autoria da Senadora Marinor Brito e outros Senadores, composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, lido em 16.3.2011)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

Leitura: 16/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Gleisi Hoffmann (PT-PR) (2,4)	1. Lídice da Mata (PSB-BA) (2)
Angela Portela (PT-RR) (2)	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) (2)
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (2)	
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
Waldemir Moka (PMDB-MS)	2. João Alberto Souza (PMDB-MA)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marinor Brito (PSOL-PA) (1)	1.
PTB	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (3)	

Notas:

1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2001 SF/GSMB).
2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).
3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).
4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) SITUAÇÃO DOS CIDADÃOS HAITIANOS NO ACRE E DEMAIS ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

Finalidade: Averiguar, in loco, no prazo de 15 dias, a situação de cidadãos haitianos que se encontram no Acre e demais estados da Amazônia brasileira, visando medidas a serem tomadas para sua proteção e regularização migratória.

(Requerimento nº 153, de 2011, tendo como signatários os Senadores Jorge Viana e Aníbal Diniz, aprovado em 03.03.2011)

Número de membros: 5

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador Anibal Diniz (PT) (2)

Senador Jorge Viana (PT) (1)

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Sérgio Petecão (PMN) (3)

Senador Gilvam Borges (PMDB) (4,5)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Notas:

1. Em 14.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
2. Em 14.03.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
3. Em 16.03.2011, o Senador Sérgio Petecão é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
4. Em 16.03.2011, o Senador Gilvam Borges é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
5. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3) ALTERAÇÕES NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

Finalidade: Propor, no prazo de 90 dias, alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa; atuando especialmente em estados onde ocorreram tragédias de grandes proporções como Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro.

(Requerimento nº 171, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Jorge Viana, aprovado em 17.3.2011)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Jorge Viana (PT) (4)	1. Senadora Ana Rita (PT) (4)
Senador Delcídio do Amaral (PT) (4)	2. Senador Blairo Maggi (PR) (4)
Senador Lindbergh Farias (PT) (4)	3. Senadora Lídice da Mata (PSB) (4)
Senador Inácio Arruda (PC DO B) (4)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT) (4)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Casildo Maldaner (PMDB) (3)	1. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) (3)
Senador Eduardo Braga (PMDB) (3)	2. Senador Luiz Henrique (PMDB) (3)
Senador Vital do Rêgo (PMDB) (3)	3.
Senador Valdir Raupp (PMDB) (3)	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB) (1)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB) (1)
	2.
PTB	
Senador Fernando Collor (2)	1. Senador Armando Monteiro (2)

Notas:

1. Em 1º.04.2011, os Senadores Paulo Bauer e Cyro Miranda são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão. (Of. 74/2011 - GLPSDB)
2. Em 06.04.2011, os Senadores Fernando Collor e Armando Monteiro são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão. (Of. 77/2011 - GLPTB)
3. Em 07.04.2011, os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Vital do Rêgo e Valdir Raupp são designados membros titulares do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão; e os Senadores Ricardo Ferraço e Luiz Henrique, membros suplentes. (Of. 105/2011-GLPMDB)
4. Em 20.04.2011, os Senadores Jorge Viana, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias e Inácio Arruda são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão; e os Senadores Ana Rita, Blairo Maggi, Lídice da Mata e Acir Gurgacz, membros suplentes. (Of. 54/2011-GLDBAG)

4) REALIZAR VISITA IN LOCO À ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A (ELETRONUCLEAR)

Finalidade: Realizar visita, in loco, à Eletrobrás Termonuclear S.A. (ELETRONUCLEAR), em específico, a Usina Nuclear de Angra I, Angra II e demais instalações do complexo.

(Requerimento nº 237, de 2011, tendo como primeiro signatário
o Senador Lindbergh Farias, aprovado em 22.03.2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽²⁾	1. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁷⁾	2. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Lobão Filho (PMDB) ⁽¹⁾	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB) ^(6,9)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁸⁾	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽⁴⁾

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
2. Em 29.03.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
3. Em 29.03.2011, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
6. Em 29.03.2011, o Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) cedeu a segunda vaga de titular na Comissão ao PRB (Of. nº 096/2011 - GLPMDB)
7. Em 29.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
8. Em 29.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
9. Em 30.03.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 41/2011 - GLDBAG).

REFORMA POLÍTICA - 2011

Finalidade: Elaborar, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, Anteprojeto de Reforma Política.

(Atos do Presidente do Senado Federal nºs 24 e 28, de 2011)

Número de membros: 15 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Designação: 10/02/2011

TITULARES	SUPLENTES
Senador Francisco Dornelles (PP)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Itamar Franco (PPS)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Fernando Collor (PTB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	4. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	5. Senadora Ana Amélia (PP)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	6. Senador Vicentinho Alves (PR)
Senador Wellington Dias (PT)	
Senador Jorge Viana (PT)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	
Senador Pedro Taques (PDT)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Senador Eduardo Braga (PMDB)	
Senadora Ana Rita (PT)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 61 33034638

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. José Pimentel (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Clésio Andrade (PR)	6. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR)	7. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	8. Pedro Taques (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	9. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	10. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Gilvam Borges (PMDB) ⁽⁴⁾
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽²⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

PSOL

Marinor Brito

1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.
- **. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lidice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.
- 1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- 2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.
- 3. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.
- 4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
- 5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
- 6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Gleisi Hoffmann (PT)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PR)	2. Lindbergh Farias (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾	1. Aécio Neves (PSDB) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
2. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. João Pedro (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
Vicentinho Alves (PR)	5. Lindbergh Farias (PT)
João Durval (PDT)	6. Clésio Andrade (PR)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Paulo Davim (PV) (2)	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) (3,5)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ana Amélia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
(1)	2. Gim Argello

Notas:

*. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgálio, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).
2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: quintas-feiras, às 11h30 - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽³⁾

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Marisa Serrano Vice-Presidente deste Colegiado.
3. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - CAS).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽¹⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - CAS).
2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. João Pedro (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PMN)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste Colegiado.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTROS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 02/2011, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo acompanhar, no prazo de 90 (noventa) dias, Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outras Drogas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amelia (PP-RS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT)	1. Angela Portela (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Paulo Davim (PV)
Ana Amelia (PP)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Amelia Vice-Presidente deste Colegiado.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽¹⁰⁾
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) ⁽¹⁰⁾
Pedro Taques (PDT)	3. Aníbal Diniz (PT) ^(10,11)
Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	4. Acir Gurgacz (PDT)
Magno Malta (PR)	5. João Ribeiro (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	8. Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Renan Calheiros (PMDB) ^(3,5,17)
Pedro Simon (PMDB) ^(2,16)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(4,17)
Romero Jucá (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(13,17)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(15,17)
Luiz Henrique (PMDB)	5. Lobão Filho (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PMN)	8. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Mário Couto (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁴⁾
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁸⁾	4. José Agripino (DEM) ⁽¹⁹⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁾
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁷⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgálio, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ.

- ***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ.
- ****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.
- *****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.
- *****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.
- *****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CCJ.
1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
 3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
 4. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF.Nº 41/2011-GLPMDB)
 5. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF.Nº 42/2011-GLPMDB)
 6. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
 7. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Oficio nº 041/2011-GLPTB).
 8. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
 9. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
 10. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
 11. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
 12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).
 13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).
 14. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).
 15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 16. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)
 17. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
 18. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 19. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS N° 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCJ nº 2/2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o objetivo de analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, do PRS nº 96, de 2009, que Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

Número de membros: 5 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽²⁾

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Eduardo Suplicy (PT)

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Vital do Rêgo (PMDB)

Ricardo Ferraço (PMDB)

Benedito de Lira (PP) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 16.03.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. nº 15/2011 - Presidência CCJ)
2. Em 23.03.2011, o Presidente deste colegiado designou o Senador Ricardo Ferraço como Relator (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).
3. Em 23.03.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Eduardo Suplicy Presidente deste colegiado(OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Aníbal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Gleisi Hoffmann (PT)
Walter Pinheiro (PT)	5. Clésio Andrade (PR)
João Ribeiro (PR)	6. Vicentinho Alves (PR)
Magno Malta (PR)	7. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	8. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁰⁾
Lídice da Mata (PSB)	9.
Inácio Arruda (PC DO B)	10.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Roberto Requião (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Eduardo Amorim (PSC)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ⁽⁷⁾	3. Luiz Henrique (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Francisco Dornelles (PP)
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amelia (PP)	9.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁶⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁴⁾
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
José Agripino (DEM) ⁽⁸⁾	5. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁹⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. ⁽¹⁾
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
- **. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
- ****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
- 1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).
- 2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
- 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- 4. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (OF. nº 062/11-GLPSDB).
- 5. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (OF. nº 061/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
- 6. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (OF. nº 060/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
- 7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
- 8. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (OF. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
- 9. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (OF. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
- 10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (OF. nº 048/2011 - GLDBAG)

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-3498

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-3498

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-3498

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-3498

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Aníbal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
João Pedro (PT)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Vicentinho Alves (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Pedro Taques (PDT)	5. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Antônio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Waldemir Moka (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	5. Garibaldi Alves (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Kátia Abreu (DEM)	3. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾	1. João Vicente Claudino ⁽²⁾
PSOL	
	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgálio e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antônio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

- Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
- Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
- Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Kátia Abreu (DEM)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
João Pedro (PT)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. VAGO (1)
Anibal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)

*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
João Pedro (PT)	1. Jorge Viana (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).

*. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. João Pedro (PT)
Magno Malta (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. João Durval (PDT)
	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB) ⁽⁹⁾
VAGO (2)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	4. Wilson Santiago (PMDB)
Sérgio Petecão (PMN)	5. Eduardo Amorim (PSC)
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (6)	1. VAGO ⁽⁷⁾
VAGO (8)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (3)	1.
(1)	2.
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues ⁽⁵⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 045/2011-GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (OF. nº 085/2011 - GSMB).

6. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).

7. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).

8. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).

9. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: terças-feiras, às 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 29/2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar a execução da regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾
João Pedro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Clésio Andrade (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (1)

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)

*. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Gleisi Hoffmann (PT)	4. João Pedro (PT) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 18.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu o Senador Mozarildo Cavalcanti e a Senadora Ana Amélia, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 029/2011-CRE/PRES).

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Pedro Taques (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) ⁽³⁾
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Wilson Santiago (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Eduardo Amorim (PSC)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Mário Couto (PSDB) ⁽²⁾	3. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).

2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT) ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. João Pedro (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽³⁾
Vicentinho Alves (PR)	4. Magno Malta (PR)
João Durval (PDT)	5. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	6.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Wilson Santiago (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. Garibaldi Alves (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
PSOL	
	1.

Notas:

- *. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.
- **. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.
- ***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.
- ****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgálio, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.
- 1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Reuniões: quartas-feiras, às 14h -
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 04.04.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente e o Senador Eduardo Amorim Vice-Presidente, deste colegiado (Of. nº 001/2011 -CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. João Pedro (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amelia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
João Pedro (PT)	3. Walter Pinheiro (PT)
Clésio Andrade (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	5. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB) ⁽⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁷⁾
PTB	
(1)	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁶⁾
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

**. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blaio Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: quintas-feiras, às 12h -
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Aníbal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Pedro Taques (PDT)	5. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB) ⁽³⁾
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF.nº 026/2011-GLDBAG)
2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 8h45 -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	CORREGEDOR
	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 01/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1^a Eleição Geral: 19/04/1995 **5^a Eleição Geral:** 23/11/2005

2^a Eleição Geral: 30/06/1999 **6^a Eleição Geral:** 06/03/2007

3^a Eleição Geral: 27/06/2001 **7^a Eleição Geral:** 14/07/2009

4^a Eleição Geral: 13/03/2003

Atualização: 01/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

Atualização: 01/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 02/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 03/12/2001

2^a Designação: 26/02/2003

3^a Designação: 03/04/2007

4^a Designação: 12/02/2009

5^a Designação: 11/02/2011

MEMBROS

PMDB

PT

Gleisi Hoffmann (PR) ⁽⁶⁾

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PTB

Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽⁴⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁵⁾

PR

PP

Ciro Nogueira (PI) ⁽¹⁾

PDT

PSB

Lídice da Mata (BA)

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾

PSOL

Marinor Brito (PA) ⁽²⁾

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC)

PV

Paulo Davim (RN)

Atualização: 24/02/2011

Notas:

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 14/2011-GLDPT, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
7. Eleita na 1^a reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 23/03/2010

2^a Designação: 14/03/2011

MEMBROS

PMDB

Waldemir Moka (MS) ⁽⁷⁾

PT

Jorge Viana (AC) ⁽⁸⁾

PSDB

Cyro Miranda (GO) ⁽¹¹⁾

PTB

Armando Monteiro (PE) ⁽¹⁰⁾

DEM

José Agripino (RN) ⁽⁹⁾

PR

Clésio Andrade (MG) ⁽¹²⁾

PP

Ivo Cassol (RO) ⁽⁶⁾

PDT

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹³⁾

PC DO B

Inácio Arruda (CE) ⁽⁴⁾

PSOL

PRB

Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾

PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽³⁾

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC) ⁽²⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽⁵⁾

Atualização: 13/04/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 12/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a varga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 30/11/2010

2^a Designação: 14/03/2011

MEMBROS

PMDB

Pedro Simon (RS) ⁽⁶⁾

PT

Ana Rita (ES) ⁽⁹⁾

PSDB

Cícero Lucena (PB) ⁽¹⁰⁾

PTB

João Vicente Claudino (PI) ⁽¹¹⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾

PR

Blairo Maggi (MT) ⁽¹²⁾

PP

Ana Amelia (RS) ⁽⁷⁾

PDT

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹³⁾

PC DO B

Inácio Arruda (CE) ⁽²⁾

PSOL

PRB

Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾

PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽⁵⁾

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC) ⁽³⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽⁴⁾

Atualização: 13/04/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg.005/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a varga do PSB, conforme Of. nº 002/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

8) PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

1ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS

PMDB

Casildo Maldaner (SC) ⁽⁶⁾

PT

Jorge Viana (AC) ⁽⁹⁾

PSDB

Cyro Miranda (GO) ⁽¹¹⁾

PTB

Gim Argello (DF) ⁽¹⁰⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾

PR

Clésio Andrade (MG) ⁽¹²⁾

PP

Ciro Nogueira (PI) ⁽⁵⁾

PDT

PSB

Lídice da Mata (BA) ⁽¹³⁾

PC DO B

Vanessa Grazzotin (AM) ⁽⁴⁾

PSOL

PRB

Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾

PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽²⁾

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC) ⁽⁷⁾

PV

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 88/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 025/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 24/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 72/2011-GLPTB, de 28/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 29/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, em substituição ao Senador Paulo Bauer, nos termos do Of.nº 79/11-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 05/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.nº 006/2011-GLPR, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 004/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 Fax:(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB/AP)
Chanceler: Deputado Marco Maia (PT/RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Marco Maia (PT/RS)	PRESIDENTE José Sarney (PMDB/AP)
1ª VICE-PRESIDENTE Rose de Freitas (PMDB/ES)	1ª VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy (PT/SP)
2º VICE-PRESIDENTE Eduardo da Fonte (PP/PE)	2º VICE-PRESIDENTE Wilson Santiago (PMDB/PB)
1º SECRETÁRIO Eduardo Gomes (PSDB/TO)	1º SECRETÁRIO Cícero Lucena (PSDB/PB)
2º SECRETÁRIO Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	2º SECRETÁRIO João Ribeiro (PR/TO)
3º SECRETÁRIO Inocêncio Oliveira (PR/PE)	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino (PTB/PI)
4º SECRETÁRIO Júlio Delgado (PSB/MG)	4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira (PP/PI)
LÍDER DA MAIORIA	LÍDER DA MAIORIA
LÍDER DA MINORIA Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	LÍDER DA MINORIA Mário Couto (PSDB/PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA João Paulo Cunha (PT/SP)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Eunício Oliveira (PMDB/CE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 24-3-2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL
(Resolução nº 01, de 2007-CN)

Número de membros: 9 Senadores e 9 Deputados

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho
Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878
Fax: (61) 3216-6880
E-mail: cpmc@camara.gov.br
Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28
Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Líder da Maioria	
Líder da Minoria	Mário Couto (PSDB/PA)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Fernando Collor (PTB/AL)

Câmara dos Deputados

Líder da Maioria	
Líder da Minoria	Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)

(Atualizada em 24.3.2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN



Edição de hoje: 248 páginas

OS: 2011/11649